



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

PUBLICADO EM:

11/12/2024

Jornal AMP

Página 803

Edição 3171

Karine

Ass. Responsável

DECRETO Nº 6090/2024

DATA 10/12/2024

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA, A SER LICITADO PELO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA.

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Especial para Avaliação de Programa de Sistema de Gestão Pública a ser licitado pelo município de Três Barras do Paraná.

Art. 2º. A Comissão Especial será composta pelos seguintes membros, designados por ato do Chefe do Executivo Municipal:

COMISSÃO DE AVALIADORES DO SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PREFEITURA E CÂMARA				
ITEM	DESCRIÇÃO	EXECUTIVO		LEGISLATIVO
1	Módulo de Contabilidade Pública	Leomar Rotta	Fabiane Zancanaro	Sérgio Fernandes
2	Módulo de Responsabilidade Fiscal			
3	Módulo de Informações ao TCE-PR			
4	Módulo Planejamento LDO, LOA e PPA	Karine Skorupa	---	Sérgio Fernandes
5	Módulo de Tesouraria, Saldos de Bancos e Fluxo Monetário	Luana Reffatti	Carmen Brandini	Sérgio Fernandes
6	Módulo de Licitações e Contratos	Karine Skorupa	---	Lenilce Vitoriano
7	Módulo de Gestão de Almoxarifado	Karine Skorupa	Jandira Schillemer	---
8	Sistema Gestão de Patrimônio	Viviane Rodrigues	---	Lenilce Vitoriano
9	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Marlice Mariano	Cleozza Zanqueta	Sérgio Fernandes
10	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atualização Cadastral E-Social			
11	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Envio de Informação e-Social			
12	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Portal do Servidor			



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Contracheque online				
13	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Atos Legais e Efetividades			
14	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Registro Segurança e Medicina do Trabalho			
15	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Margem Consignável	Marlice Mariano	Cleozza Zanqueta	---
16	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Avaliação e desempenho			
17	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Concurso Público			
18	Módulo Tributos Municipais			
19	Módulo Tributos Municipais Atendimento ao Contribuinte	Edeníson Gianini	Viviane Rodrigues	---
20	Módulo de Gestão de ISS Municipal (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e escrituração de ISS)			
21	Módulo de Gestão Simples Nacional			
22	Módulo Protesto CDA			
23	Módulo de Gestão Empresa Digital - Rede Sim			
24	Módulo Portal de Transparência Pública	Clea Mara Gomes	Karine Skorupa	Lenilce Vitoriano
25	Módulo de Controle Interno	Edgar Martins	---	Roberto Tavares
26	Módulo Processo Digital	Jacqueline Oenning	Marlice Mariano	---
27	Especificações Gerais do Sistema, incluindo Estrutura em Nuvem	Leomar Rotta	Karine Skorupa	Lenilce Vitoriano

Art. 3º. Compete à Comissão Especial:

I - avaliar a eficácia do sistema verificando a conformidade com os requisitos técnicos e operacionais a ser previstos no Termo de Referência;

II - emitir parecer técnico conclusivo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento apresentação dos requisitos técnicos a ser exigida no processo licitatório, recomendando ou não a aprovação;

Art. 4º. Os trabalhos da Comissão Especial serão conduzidos de forma transparente, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 5º. Os membros da Comissão Especial desempenharão suas funções sem prejuízo das atividades regulares de seus respectivos cargos, sendo vedada a percepção de qualquer remuneração adicional por sua participação na comissão.



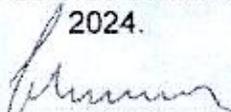
ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 10 de dezembro de 2024.


GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

PUBLICADO EM:

24/12/2024

Jornal AMP

Página 662

Edição 3180

Karine

Ass. Responsável

DECRETO Nº 6122/2024

DATA 23/12/2024

SÚMULA: Altera o art. 2º do Decreto nº 6090/2024, de 10/12/2024, que dispõe sobre a criação da comissão especial para avaliação de programa de sistema de gestão pública, a ser licitado pelo Município, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA.

Art. 1º. Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 6090/2024, de 10/12/2024, que dispõe sobre a criação da comissão especial para avaliação de programa de sistema de gestão pública, a ser licitado pelo Município, passando a vigorar com a seguinte redação:

....."Art. 2º. A Comissão Especial será composta pelos seguintes membros, designados por ato do Chefe do Executivo Municipal:

COMISSÃO DE AVALIADORES DO SISTEMA LICITADO PELA PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	EXECUTIVO		LEGISLATIVO
1	Módulo de Contabilidade Pública	Leomar Rotta	Fabiane Zancanaro	Sérgio Fernandes
2	Módulo de Responsabilidade Fiscal			
3	Módulo de informações ao TCE-PR			
4	Módulo Planejamento LDO, LOA e PPA	Karine Skorupa	---	Sérgio Fernandes
5	Módulo de Tesouraria, Saldos de Bancos e Fluxo Monetário	Luana Reffatti	Carmen Brandini	Sérgio Fernandes
6	Módulo de Licitações e Contratos	Karine Skorupa	---	Lenilce Vitoriano
7	Módulo de Gestão de Almoarifado	Karine Skorupa	Jandira Schlemmer	---



ESTADO DO PARANÁ
Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
 CAPITAL DO FEIJÃO

8	Sistema Gestão de Patrimônio	Viviane Rodrigues	---	Lenilce Vitoriano
9	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Marlice Mariano	Cleozza Zanqueta	Sérgio Fernandes
10	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atualização Cadastral E-Social			
11	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Envio de Informação e-Social			
12	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Portal do Servidor Contracheque online			
13	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atos Legais e Efetividades			
14	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Segurança e Medicina do Trabalho	Marlice Mariano	Cleozza Zanqueta	---
15	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Margem Consignável			
16	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Avaliação e desempenho			
17	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Concurso Público			
18	Módulo Tributos Municipais	Edenilson Gianini	Viviane Rodrigues	---
19	Módulo Tributos Municipais Atendimento ao Contribuinte			
20	Módulo de Gestão de ISS Municipal (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e escrituração de ISS)			



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

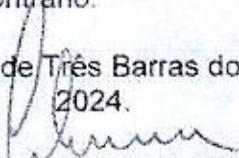
CAPITAL DO FEIJÃO

21	Módulo de Gestão Simples Nacional			
22	Módulo Protesto CDA			
23	Módulo de Gestão Empresa Digital - <u>Rede Sim</u>			
24	Módulo Portal de Transparência Pública	Clea Mara Gomes	Karine Skorupa	Lenilce Vitoriano
25	Módulo de Controle Interno	Edgar Martins	---	Roberto Tavares
26	Módulo Processo Digital	Jacqueline Oenning	Marice Mariano	---
27	Especificações Gerais do Sistema, incluindo Estrutura em Nuvem.	Leomar Rotta	Karine Skorupa	Lenilce Vitoriano
28	Módulo Educação - Educar	Fernanda Bilatto de Freitas, Eliza Bortolanza	Ângela Maria Alberton Leal	

Art. 2º. Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 6090/2024, de 10/12/2024.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 23 de dezembro de 2024.


GERSO FRANCISCO GUSSO
 Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DA PROVA DE CONCEITO REF. AO PREGÃO Nº 70/2024

Os técnicos municipais designados por meio do Decreto Municipal nº 6090, a saber, Sr. **Leomar Antônio Rotta**, Sra. **Fabiane Zancanaro**, Sr. **Sérgio Fernandes**, Sra. **Karine Skorupa**, Sra. **Marlice Mariano** e Sra. **Lenilce Vitoriano**, foram incumbidos de avaliar os seguintes módulos do sistema de gestão pública:

- **Módulo Contabilidade Pública;**
- **Módulo Lei de Responsabilidade Fiscal;**
- **Módulo de Envio de Informações ao TCE-PR;**
- **Especificações Gerais do Sistema, incluindo Estrutura em Nuvem.**

Após análise preliminar, declaramos que, no momento, **não há necessidade de apresentação ou demonstração desses módulos por meio de uma prova de conceito**. Destacamos que somos usuários habituais do sistema em questão, o qual atende os itens descritos no Termo de Referência.

Ademais, ressaltamos que a empresa **GovBR – Governança Brasil**, classificada em primeiro lugar no **Pregão Eletrônico nº 70/2024**, já é a fornecedora atual dos referidos sistemas, assegurando o atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal.

No entanto, caso se faça necessário no futuro, poderemos solicitar a apresentação dos sistemas para esclarecimento de eventuais dúvidas ou realização de ajustes técnicos para melhor atender os serviços público

Dessa forma, não havendo nada mais a tratar, lavramos a presente declaração, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Três Barras do Paraná, 15 de janeiro de 2025.

Leomar A. Rotta

Karine Skorupa

Fabiane Zancanaro

Marlice Mariano

Sérgio Fernandes

Lenilce Vitoriano



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 9h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pelo Sr. **Sérgio Fernandes** e Sra. **Karine Skorupa**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Planejamento (LDO, LOA E PPA)**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.3.1 ao 1.3.3.68. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 15 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Planejamento LDO, LOA E PPA
Intervalo dos Itens no TR	1.3.3.1 à 1.3.3.68
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve

Karine J. Skorupa

Karine Skorupa

Sérgio Fernandes



CAPITAL DO FÉLÍÃO

1.3.3. MÓDULO DE PLANEJAMENTO (LDO, LOA E PPA)

1.3.3.1. Dispor de um cadastro onde seja possível informar as Unidades Gestoras que fazem parte do município. Este cadastro deverá ter um controle de vigência e situação indicando a data de alteração e se o cadastro se encontra ativado ou desativado. Ofertar condições para que uma ou mais Unidades Gestoras utilizem a mesma sequência de empenhos da Unidade Gestora principal do Município (Prefeitura).

1.3.3.2. Dispor de um cadastro onde possa ser cadastrado um Grupo de Unidade Gestora, de modo que este grupo seja utilizado em outras rotinas do sistema, tais como: cadastros, consultas e na impressão de relatórios. A entidade deverá ter autonomia de alterar as informações do grupo, bem como adicionar ou remover as unidades gestoras do grupo a qualquer momento. Este cadastro deverá ter um controle de vigência e situação indicando a data de alteração e se o cadastro se encontra ativado ou desativado.

1.3.3.3. Dispor de um cadastro de Classificação Funcional da Despesa demonstrando o código e descrição da Função e Subfunção de Governo. Este cadastro deverá ter um controle de vigência e situação indicando a data de alteração e se o cadastro se encontra ativado ou desativado.

1.3.3.4. Dispor de uma rotina para informar as Estimativas das Receitas Orçamentárias referentes ao quadriênio do PPA – Plano Plurianual. As estimativas devem ser cadastradas utilizando no mínimo as seguintes informações: Unidade Gestora, Natureza de Receita e Fonte de Recursos. Permitir que a entidade tenha flexibilidade para definir até qual o nível da natureza da receita será cadastrado a estimativa da receita orçamentária. Permitir que a entidade possa informar para o quadriênio do PPA – Plano Plurianual a previsão da Receita bruta e a previsão das deduções de Renúncia, Restituição, Desconto Concedido, FUNDEB, Compensações, Retificações e Outras Deduções. Impedir que a entidade altere os valores informados nas estimativas das receitas orçamentárias se o projeto de lei e alteração legal estiverem aprovadas ou em processo de tramitação no legislativo, sendo estas situações identificadas no sistema.



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.3.5. Dispor de uma rotina para informar as Estimativas das Receitas Orçamentárias referentes ao ano da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. As estimativas devem ser cadastradas utilizando no mínimo as seguintes informações: Unidade Gestora, Natureza de Receita e Fonte de Recursos. Permitir que a entidade tenha flexibilidade para definir até qual o nível da natureza da receita será cadastrado a estimativa da receita orçamentária. Permitir que a entidade possa informar para o ano da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias a previsão da Receita bruta e a previsão das deduções de Renúncia, Restituição, Desconto Concedido, FUNDEB, Compensações, Retificações e Outras Deduções. Permitir que a entidade possa importar as Estimativas das Receitas Orçamentárias que foram cadastradas no PPA - Plano Plurianual para o mesmo ano da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Impedir que a entidade altere os valores informados nas estimativas das receitas orçamentárias se o projeto/alteração legal estiver aprovado ou em processo de tramitação no legislativo, sendo estas situações identificadas no sistema.

1.3.3.6. Dispor de uma rotina para informar as Metas das Ações dos Programas de Governo referentes ao quadriênio do PPA - Plano Plurianual. As metas devem ser cadastradas utilizando as seguintes informações: Programa de Governo, Ação de Governo, Classificação Institucional e Classificação Funcional da Despesa. Permitir que a entidade possa informar para o quadriênio do PPA - Plano Plurianual os valores das Metas Físicas e Metas Fiscais. Ofertar neste cadastro o detalhamento das metas fiscais por Natureza da Despesa e Fonte de Recursos. Permitir que a entidade tenha flexibilidade para definir até qual o nível da natureza da despesa será cadastrado a meta. Impedir que a entidade altere os valores informados nas Metas das Ações dos Programas de Governo se o projeto de lei e alteração legal estiverem aprovados ou em processo de tramitação no legislativo, sendo estas situações identificadas no sistema.

1.3.3.7. Dispor de uma rotina para informar as Metas das Ações dos Programas de Governo referentes ao ano do LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que as metas sejam cadastradas por Programa de Governo, Ação de Governo, Classificação Institucional e Classificação Funcional da Despesa. Permitir que a entidade possa informar para o ano do LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias os valores das Metas Físicas e Metas Fiscais. Ofertar neste cadastro o detalhamento



das metas fiscais por Natureza da Despesa e Fonte de Recursos. Permitir que a entidade possa importar as Metas das Ações dos Programas de Governo que foram cadastradas no PPA - Plano Plurianual para o mesmo ano da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que a entidade tenha flexibilidade para definir até qual o nível da natureza da despesa será cadastrado a meta. Impedir que a entidade altere os valores informados nas Metas das Ações dos Programas de Governo se o projeto/alteração legal estiver aprovado ou em processo de tramitação no legislativo, sendo estas situações identificadas no sistema.

1.3.3.8. Dispor de um mecanismo que permita a entidade a projetar as Estimativas das Receitas Orçamentárias através de um percentual para cada ano do PPA - Plano Plurianual. Permitir que o percentual aplicado tenha efeito acumulativo ou individual por ano. Permitir que a entidade possa filtrar quais Estimativas das Receitas serão projetadas, utilizando as seguintes opções como filtro: Unidade Gestora, Natureza da Receita e Fonte de Recursos. Os valores projetados devem ficar disponíveis em tela para consulta da entidade antes mesmo da sua efetivação, permitindo que os valores sejam corrigidos tendo ainda a opção de aplicar a projeção realizada efetivamente ao PPA - Plano Plurianual.

1.3.3.9. Dispor de um mecanismo que permita a entidade a projetar as Estimativas das Receitas Orçamentárias através de um percentual para o ano da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que a entidade possa filtrar quais Estimativas das Receitas serão projetadas, utilizando as seguintes opções como filtro: Unidade Gestora, Natureza da Receita e Fonte de Recursos. Os valores projetados devem ficar disponíveis em tela para consulta da entidade antes mesmo da sua efetivação, permitindo que os valores sejam corrigidos tendo ainda a opção de aplicar a projeção realizada efetivamente a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3.3.10. Dispor de um mecanismo que permita a entidade a projetar as Metas das Ações dos Programas de Governo através de um percentual para cada ano do PPA - Plano Plurianual. Permitir que o percentual aplicado tenha efeito acumulativo ou individual por ano. Permitir que a entidade possa filtrar quais Metas das Ações dos Programas de Governo serão projetadas, utilizando as seguintes opções como filtro: Classificação Institucional, Função, Subfunção, Programa e Ação. Os valores projetados devem ficar disponíveis em tela para



CAPITAL DO FEIJOÃO

consulta da entidade antes mesmo da sua efetivação, permitindo que os valores sejam corrigidos tendo ainda a opção de aplicar a projeção realizada efetivamente ao PPA - Plano Plurianual.

1.3.3.11. Dispor de um mecanismo que permita a entidade a projetar as Metas das Ações dos Programas de Governo através de um percentual para o ano da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que o percentual aplicado tenha efeito acumulativo ou individual por ano. Permitir que a entidade possa filtrar quais Metas das Ações dos Programas de Governo serão projetadas, utilizando as seguintes opções como filtro: Classificação Institucional, Função, Subfunção, Programa e Ação. Os valores projetados devem ficar disponíveis em tela para consulta da entidade antes mesmo da sua efetivação, permitindo que os valores sejam corrigidos tendo ainda a opção de aplicar a projeção realizada efetivamente a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3.3.12. Dispor de um cadastro de alterações legais no PPA - Plano Plurianual. Permitir que as alterações legais realizadas nas Estimativas das Receitas Orçamentárias e Metas das Ações dos Programas de Governo no PPA - Plano Plurianual sejam replicadas de igual maneira na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e sem a necessidade intervenção do usuário. Permitir que a entidade possa definir quais anos da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias serão alteradas de forma automática através das alterações legais realizadas no PPA - Plano Plurianual.

1.3.3.13. Disponibilizar um controle das alterações legais no PPA - Plano Plurianual que foram realizadas pela entidade. Demonstrar neste controle todas as alterações legais que se encontram na fase de elaboração e ainda não foram enviadas ao legislativo ou foram aprovadas. Permitir que as alterações legais que se encontram em fase de elaboração sejam enviadas ao poder legislativo, sejam arquivadas e sejam aprovadas. Permitir que as alterações legais que não foram aprovadas sejam arquivadas para posteriormente serem utilizadas ou descartadas, tal arquivamento pode ser feito tanto pelo poder executivo quanto legislativo. Permitir que a entidade possa revisar as alterações legais, de modo a corrigir qualquer inconsistência de digitação mesmo após a sua aprovação. Permitir que a entidade tenha a opção de incluir as emendas definidas pelo poder legislativo. Demonstrar para cada alteração legal os históricos das suas



CAPITAL DO FÊLIÃO

movimentações, apresentando no mínimo as seguintes informações: Data do Processo, Tipo de Processo, Nome do Usuário e Data da Operação.

1.3.3.14. Disponibilizar um controle das alterações legais na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias que foram realizadas pela entidade. Demonstrar neste controle todas as alterações legais que se encontram na fase de elaboração e ainda não foram enviadas ao legislativo ou foram aprovadas. Permitir que as alterações legais que se encontram em fase de elaboração sejam enviadas ao poder legislativo, sejam arquivadas e sejam aprovadas. Permitir que as alterações legais que não foram aprovadas sejam arquivadas para posteriormente serem utilizadas ou descartadas, tal arquivamento pode ser feito tanto pelo poder executivo quanto legislativo. Permitir que a entidade possa revisar as alterações legais, de modo a corrigir qualquer inconsistência de digitação mesmo após a sua aprovação. Permitir que a entidade tenha a opção de incluir as emendas definidas pelo poder legislativo. Demonstrar para cada alteração legal os históricos das suas movimentações, apresentando no mínimo as seguintes informações: Data do Processo, Tipo de Processo, Nome do Usuário e Data da Operação.

1.3.3.15. Dispor de um relatório no PPA - Plano Plurianual que demonstre os Programas de Governo por Macro objetivo. Demonstrar no relatório os valores agrupados por Macro objetivo para o quadriênio do PPA - Plano Plurianual. Permitir que a entidade possa filtrar o relatório por Unidade Gestora e Macro objetivo. Permitir que o usuário possa escolher, no momento da impressão, se as informações que serão listadas no relatório devem levar em consideração: 1) As informações do PPA - Plano Plurianual inicial. 2) Utilizar informações de uma alteração legal específica. 3) Considerar as informações atualizadas até a última alteração legal aprovada.

1.3.3.16. Dispor de um relatório no PPA - Plano Plurianual que demonstre a Identificação dos Programas. Deverá constar no relatório no mínimo as seguintes informações: Unidade Gestora, Denominação do Programa, Objetivo do Programa, Público-alvo, Unidade Orçamentária responsável pelo programa, Horizonte Temporal, Quantidade de Ações vinculadas ao programa e o valor Total do Programa. Permitir que o relatório seja filtrado através da Unidade Gestora e Programa. Permitir que o usuário possa escolher, no momento da impressão, se as informações que serão listadas no relatório devem levar em consideração: 1)



CAPITAL DO FÊLIÃO

As informações do PPA - Plano Plurianual inicial. 2) Utilizar informações de uma alteração legal específica. 3) Considerar as informações atualizadas até a última alteração legal aprovada.

1.3.3.17. Dispor de um relatório no PPA - Plano Plurianual que demonstre a Identificação das Ações de Governo. Deverá constar no relatório no mínimo as seguintes informações: Unidade Gestora, Classificação Institucional, Programa de Governo, Ação, Produto (bem ou serviço), Ano do PPA, Metafísica e Meta Fiscal. Permitir que o relatório seja filtrado através da Unidade Gestora, Ano do PPA, Classificação Institucional e Programa. Permitir que o usuário possa escolher, no momento da impressão, se as informações que serão listadas no relatório devem levar em consideração: 1) As informações do PPA - Plano Plurianual inicial. 2) Utilizar informações de uma alteração legal específica. 3) Considerar as informações atualizadas até a última alteração legal aprovada.

1.3.3.18. Dispor de um relatório na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias que demonstre a Identificação das Ações de Governo. Deverá constar no relatório no mínimo as seguintes informações: Unidade Gestora, Classificação Institucional, Programa de Governo, Ação, Produto (bem ou serviço), metafísica e Meta Fiscal. Permitir que o relatório seja filtrado através da Unidade Gestora, Classificação Institucional e Programa. Permitir que o usuário possa escolher, no momento da impressão, se as informações que serão listadas no relatório devem levar em consideração: 1) As informações da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias inicial. 2) Utilizar informações de uma alteração legal específica. 3) Considerar as informações atualizadas até a última alteração legal aprovada.

1.3.3.19. Dispor de um relatório no PPA - Plano Plurianual que demonstre as metas físicas e metas fiscais por Programa de Governo listando as suas Ações de Governo. Deverá constar no relatório no mínimo as seguintes informações: Unidade Gestora, Programa de Governo, Ação de Governo, Produto (bem ou serviço), Unidade de Medida, Ano do PPA, Metafísica e Meta Fiscal. O relatório deverá dispor também de totais por Ação de Governo e Programa de Governo. Permitir que o usuário possa escolher, no momento da impressão, se as informações que serão listadas no relatório devem levar em consideração: 1) As informações do PPA Plano Plurianual inicial. 2) Utilizar informações de uma



CAPITAL DO FEVEREIRO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

alteração legal específica. 3) Considerar as informações atualizadas até a última alteração legal aprovada.

1.3.3.20. Dispor de um relatório no PPA - Plano Plurianual que demonstre as Metas das Ações dos Programas de Governo para o quadriênio do PPA - Plano Plurianual. Deverá constar no relatório no mínimo as seguintes informações: Classificação Institucional, Programa de Governo, Ação de Governo, Função e Subfunção. Permitir que a entidade possa filtrar as informações referentes aos seguintes cadastros: Classificação Institucional, Programa de Governo, Ação de Governo, Função e Subfunção. Permitir que a entidade defina de forma dinâmica quais informações serão exibidas no relatório, optando minimamente pelas seguintes informações: Classificação Institucional, Programa de Governo, Ação de Governo, Função e Subfunção. Permitir que o usuário possa escolher, no momento da impressão, se as informações que serão listadas no relatório devem levar em consideração: 1) As informações do PPA - Plano Plurianual inicial. 2) Utilizar informações de uma alteração legal específica. 3) Considerar as informações atualizadas até a última alteração legal aprovada.

1.3.3.21. Dispor de um relatório na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias que demonstre as Metas das Ações dos Programas de Governo para o ano da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Deverá constar no relatório no mínimo as seguintes informações: Classificação Institucional, Programa de Governo, Ação de Governo, Função e Subfunção. Permitir que a entidade possa filtrar as informações referentes aos seguintes cadastros: Classificação Institucional, Programa de Governo, Ação de Governo, Função e Subfunção. Permitir que a entidade defina de forma dinâmica quais informações serão exibidas no relatório, optando minimamente pelas seguintes informações: Classificação Institucional, Programa de Governo, Ação de Governo, Função e Subfunção. Permitir que o usuário possa escolher, no momento da impressão, se as informações que serão listadas no relatório devem levar em consideração: 1) As informações da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias inicial. 2) Utilizar informações de uma alteração legal específica. 3) Considerar as informações atualizadas até a última alteração legal aprovada.

1.3.3.22. Permitir que a entidade possa cadastrar no PPA - Plano Plurianual os Órgão e Unidades Orçamentárias para cada Unidade Gestora da entidade. Este



CAPITAL DO FÊMEÃO

cadastro deverá ter um controle de vigência e deverá permitir a sua desativação. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que a entidade tenha autonomia de cadastrar um Departamento/Subunidade (terceiro nível da classificação institucional). Dispor de um relatório que demonstre todos os Órgão, Unidade e Departamento/Subunidade que estão ativas, de modo que neste relatório sejam demonstradas no mínimo as seguintes informações: Órgão, Unidade, Departamento, Descrição, Campo de Atuação, Legislação, Unidade Gestora e Data de Alteração.

1.3.3.23. Permitir que a entidade possa cadastrar na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias os Órgão e Unidades Orçamentárias para cada Unidade Gestora da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de vigência e deverá permitir a sua desativação. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que a entidade tenha autonomia de cadastrar um Departamento/Subunidade (terceiro nível da classificação institucional). Dispor de um relatório que demonstre todos os Órgão, Unidade e Departamento/Subunidade que estão ativas, de modo que neste relatório sejam demonstradas no mínimo as seguintes informações: Órgão, Unidade, Departamento, Descrição, Campo de Atuação, Legislação, Unidade Gestora e Data de Alteração.

1.3.3.24. Permitir que a entidade possa cadastrar na LOA - Lei Orçamentária Anual os Órgão e Unidades Orçamentárias para cada Unidade Gestora da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de vigência e deverá permitir a sua desativação. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que a entidade tenha autonomia de cadastrar um Departamento/Subunidade (terceiro nível da classificação institucional). Dispor de um relatório que demonstre todos os



CAPITAL DO FÊLIÃO

Órgão, Unidade e Departamento/Subunidade que estão ativas, de modo que neste relatório sejam demonstradas no mínimo as seguintes informações: Órgão, Unidade, Departamento, Descrição, Campo de Atuação, Legislação, Unidade Gestora e Data de Alteração.

1.3.3.25. Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar os Riscos Fiscais do município referente a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de modo que a entidade possa relacionar o risco com uma ou mais providências. Permitir que os Riscos Fiscais sejam alterados pela entidade e que estas alterações sejam controladas de acordo com a data informada.

1.3.3.26. Dispor do relatório Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências de acordo com a estrutura e regras definidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais para o ano de vigência da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que na impressão do relatório seja informada a data de referência das informações que deverão ser consideradas na impressão do relatório, de modo que as alterações realizadas nos Riscos Fiscais também sejam impressas. Dispor de uma opção para que a entidade possa informar as notas explicativas do relatório.

1.3.3.27. Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar as Metas Fiscais Consolidadas do município para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Receita Total, Receita Não-Financeira, Despesa Total, Despesa Não-Financeira, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada, Receitas Primárias Advindas de PPP, Receitas Primárias Geradas por PPP e Receita Corrente Líquida. Permitir que os valores sejam alterados pela entidade e que estas alterações sejam controladas de acordo com a data de apuração das informações. Disponibilizar uma opção a qual permita que a entidade importe as informações do PPA - Plano Plurianual vigente e da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano anterior.

1.3.3.27. Dispor do relatório Demonstrativo 1 - Metas Anuais de acordo com a estrutura e regras definidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais para o ano de vigência da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que na impressão do relatório seja informada a data de referência das informações que deverão ser consideradas na impressão do relatório, de modo que as alterações



CAPITAL DO FÊLÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

realizadas nas Metas Fiscais Consolidadas também sejam impressas. Dispor de uma opção para que a entidade possa informar as notas explicativas do relatório.

1.3.3.28. Dispor do relatório Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais Consolidadas do Exercício Anterior de acordo com a estrutura e regras definidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais para o ano de vigência da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que na impressão do relatório seja informada a data de referência das informações que deverão ser consideradas na impressão do relatório, de modo que as alterações realizadas nas Metas Fiscais Consolidadas também sejam impressas. Dispor de uma opção para que a entidade possa informar as notas explicativas do relatório.

1.3.3.29. Dispor do relatório Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores de acordo com a estrutura e regras definidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais para o ano de vigência da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que na impressão do relatório seja informada a data de referência das informações que deverão ser consideradas na impressão do relatório, de modo que as alterações realizadas nas Metas Fiscais Consolidadas também sejam impressas. Dispor de uma opção para que a entidade possa informar as notas explicativas do relatório.

1.3.3.30. Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar a Evolução do Patrimônio Líquido do município para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Patrimônio/Capital, Reservas, Resultado Acumulado, Patrimônio do RPPS, Reservas do RPPS e Lucros/Prejuízos Acumulados do RPPS. Permitir que os valores sejam alterados pela entidade e que estas alterações sejam controladas de acordo com a data de apuração das informações. Disponibilizar uma opção a qual permita que a entidade importe as informações cadastradas na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano anterior.

1.3.3.31. Dispor do relatório Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido de acordo com a estrutura e regras definidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais para o ano de vigência da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que na impressão do relatório seja informada a data de referência das informações, de modo que as alterações realizadas nas Metas Fiscais



CAPITAL DO FELIÃO

Consolidadas também sejam impressas. Dispor de um quadro para que a entidade possa informar as notas explicativas do relatório.

1.3.3.32. Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar a Alienação de Ativos do município para a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Receita Realizada de Alienação de Bens Móveis, Receita Realizada de Alienação de Bens Imóveis, Despesas de Investimento, Despesas de Inversões Financeiras, Despesas de Amortização da Dívida, Despesas Decorrentes do RPPS e Despesas Decorrentes do RGPS. Permitir que os valores sejam alterados pela entidade e que estas alterações sejam controladas de acordo com a data de apuração das informações. Disponibilizar uma opção a qual permita que a entidade importe as informações cadastradas na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano anterior.

1.3.3.33. Dispor do relatório Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos de acordo com a estrutura e regras definidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais para o ano de vigência da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que na impressão do relatório seja informada a data de referência das informações, de modo que as alterações realizadas nas Metas Fiscais Consolidadas também sejam impressas. Dispor de um quadro para que a entidade possa informar as notas explicativas do relatório.

1.3.3.34. Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar as Receitas, Despesas, Aportes, Bens e Direitos do RPPS, tanto do Plano Financeiro quanto do Plano Previdenciário para a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que os valores sejam alterados pela entidade e que estas alterações sejam controladas de acordo com a data de apuração das informações. Disponibilizar uma opção a qual permita que a entidade importe as informações cadastradas na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano anterior.

1.3.3.35. Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar Projeção Atuarial do RPPS, tanto do Plano Financeiro quanto do Plano Previdenciário para a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Saldo Financeiro, Receitas e Despesas para o Plano Financeiro e Plano Previdenciário do RPPS. Permitir que a entidade possa alterar o número de anos a ser projetado. Permitir que os valores sejam alterados pela entidade e que estas alterações sejam controladas de acordo com a data de apuração das



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

20

informações. Disponibilizar uma opção a qual permita que a entidade importe as informações cadastradas na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano anterior.

1.3.3.36. Dispor do relatório Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de acordo com a estrutura e regras definidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais para o ano de vigência da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que na impressão do relatório seja informada a data de referência das informações, de modo que as alterações realizadas nas Metas Fiscais Consolidadas também sejam impressas. Dispor de um quadro para que a entidade possa informar as notas explicativas do relatório.

1.3.3.37. Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar as Renúncias de Receita para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Setor/Programa/Beneficiário, Modalidade da Renúncia, Tipo de Tributo e a Forma de Compensação. Permitir que a entidade possa cadastrar o Setor/Programa/Beneficiário e o Tributo.

1.3.3.38. Dispor do relatório Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita de acordo com a estrutura e regras definidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais para o ano de vigência da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que na impressão do relatório seja informada a data de referência das informações, de modo que as alterações realizadas nas Metas Fiscais Consolidadas também sejam impressas. Dispor de um quadro para que a entidade possa informar as notas explicativas do relatório.

1.3.3.39. Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar a Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Aumento Permanente da Receita, (-) Transferências Constitucionais, (-) Transferências ao FUNDEB, Reeducação Permanente da Despesa, Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado e Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado geradas por Parcerias Público-Privada.

1.3.3.40. Dispor do relatório Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado de acordo com a estrutura e regras definidas no MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais para o ano de vigência da



CAPITAL DO FÊLIÃO

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que na impressão do relatório seja informada a data de referência das informações, de modo que as alterações realizadas nas Metas Fiscais Consolidadas também sejam impressas. Dispor de um quadro para que a entidade possa informar as notas explicativas do relatório.

1.3.3.41. Permitir que sejam cadastrados na LOA - Lei Orçamentária Anual os Programas de Governo da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de alterações por data. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que seja informado no cadastro do programa no mínimo as seguintes informações: Descrição do Programa, Tipo de Programa, Macro objetivo, Objetivo do Programa, Natureza do Programa (Contínuo ou Temporário), Unidade Responsável pelo Programa, Objetivo Setorial, Problema, Justificativa, Público-alvo e Indicadores. Permitir que a entidade tenha autonomia de incluir um ou mais indicadores para o mesmo programa de governo, também deverá permitir que a entidade atualize as informações do indicador, sendo elas: Índice Atual do Indicador, Índice Previsto do Indicador, Índice dos Anos informados no PPA, Periodicidade da Apuração, Data da Apuração e Abrangência.

1.3.3.42. Permitir que sejam cadastrados na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias os Programas de Governo da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de alterações por data. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que seja informado no cadastro do programa no mínimo as seguintes informações: Descrição do Programa, Tipo de Programa, Macro objetivo, Objetivo do Programa, Natureza do Programa (Contínuo ou Temporário), Unidade Responsável pelo Programa, Objetivo Setorial, Problema, Justificativa, Público-alvo e Indicadores. Permitir que a entidade tenha autonomia de incluir um ou mais indicadores para o mesmo programa de governo, também deverá permitir que a entidade atualize as informações do indicador, sendo elas: Índice Atual do



CAPITAL DO FÊLIÃO

Indicador, Índice Previsto do Indicador, Índice dos Anos informados no PPA, Periodicidade da Apuração, Data da Apuração e Abrangência.

1.3.3.43. Permitir que sejam cadastrados no PPA - Plano Plurianual os Programas de Governo da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de alterações por data. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que seja informado no cadastro do programa no mínimo as seguintes informações: Descrição do Programa, Tipo de Programa, Macro objetivo, Objetivo do Programa, Natureza do Programa (Contínuo ou Temporário), Unidade Responsável pelo Programa, Objetivo Setorial, Problema, Justificativa, Público-alvo e Indicadores. Permitir que a entidade tenha autonomia de incluir um ou mais indicadores para o mesmo programa de governo, também deverá permitir que a entidade atualize as informações do indicador, sendo elas: Índice Atual do Indicador, Índice Previsto do Indicador, Índice dos Anos informados no PPA, Periodicidade da Apuração, Data da Apuração e Abrangência.

1.3.3.44. Permitir que a entidade possa cadastrar na LOA - Lei Orçamentária Anual as Ações de Governo da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de alterações por data. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que a entidade possa informar no mínimo as seguintes informações neste cadastro: Descrição da Ação, Objetivo da Ação, Detalhamento da Ação, Produto da Ação, Tipo de Ação de Governo e a Situação da Ação. Permitir que a entidade possa cadastrar o Tipo de Ação de Governo e o Produto da Ação de acordo com a sua necessidade.

1.3.3.45. Permitir que a entidade possa cadastrar na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias as Ações de Governo da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de alterações por data. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações



CAPITAL DO FÊMEAO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que a entidade possa informar no mínimo as seguintes informações neste cadastro: Descrição da Ação, Objetivo da Ação, Detalhamento da Ação, Produto da Ação, Tipo de Ação de Governo e a Situação da Ação. Permitir que a entidade possa cadastrar o Tipo de Ação de Governo e o Produto da Ação de acordo com a sua necessidade.

1.3.3.46. Permitir que a entidade possa cadastrar no PPA - Plano Plurianual as Ações de Governo da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de alterações por data. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que a entidade possa informar no mínimo as seguintes informações neste cadastro: Descrição da Ação, Objetivo da Ação, Detalhamento da Ação, Produto da Ação, Tipo de Ação de Governo e a Situação da Ação. Permitir que a entidade possa cadastrar o Tipo de Ação de Governo e o Produto da Ação de acordo com a sua necessidade.

1.3.3.47. Permitir que a entidade possa cadastrar na LOA - Lei Orçamentária Anual as Subações de Governo da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de alterações por data. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que a entidade possa informar no mínimo as seguintes informações neste cadastro: Descrição da Subação, Objetivo da Subação, Detalhamento da Subação e Tipo de Subação de Governo. Permitir que a entidade possa cadastrar o Tipo de Ação de Governo de acordo com a sua necessidade.

1.3.3.48. Permitir que a entidade possa cadastrar na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias as Subações de Governo da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de alterações por data. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que a entidade possa informar no mínimo as seguintes informações neste cadastro:



CAPITAL DO FÉLÍO

Descrição da Subação, Objetivo da Subação, Detalhamento da Subação e Tipo de Subação de Governo. Permitir que a entidade possa cadastrar o Tipo de Ação de Governo de acordo com a sua necessidade.

1.3.3.49. Permitir que a entidade possa cadastrar no PPA - Plano Plurianual as Subações de Governo da entidade. Este cadastro deverá ter um controle de alterações por data. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento. Permitir que a entidade possa informar no mínimo as seguintes informações neste cadastro: Descrição da Subação, Objetivo da Subação, Detalhamento da Subação e Tipo de Subação de Governo. Permitir que a entidade possa cadastrar o Tipo de Ação de Governo de acordo com a sua necessidade.

1.3.3.50. Permitir que a entidade possa cadastrar as Transferências Financeiras do Município. A entidade deverá ter autonomia de informar a Entidade Concessora e Entidade Receptora do recurso. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento.

1.3.3.51. Permitir que a entidade possa cadastrar as Transferências Financeiras do Município. A entidade deverá ter autonomia de informar a Entidade Concessora e Entidade Receptora do recurso. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento.

1.3.3.52. Permitir que a entidade possa cadastrar as Transferências Financeiras do Município. A entidade deverá ter autonomia de informar a Entidade Concessora e Entidade Receptora do recurso. Este cadastro deverá ser único entre as peças do planejamento e orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual), de modo que as informações sejam compartilhadas sem a necessidade de recadastramento.

1.3.3.53. Dispor de uma rotina onde seja possível realizar a programação das Transferências Financeiras do município no PPA - Plano Plurianual. Permitir que



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

nesta rotina seja informada a Fonte e Recursos, Descrição da Transferência, Tipo de Transferência (Recebida/Concedida) e os valores que serão programadas para o quadriênio.

1.3.3.54. Dispor de uma rotina onde seja possível realizar a programação das Transferências Financeiras do município na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Permitir que nesta rotina seja informada a Fonte e Recursos, Descrição da Transferência, Tipo de Transferência (Recebida/Concedida) e o valor programada para o ano. Permitir que as informações cadastradas no PPA - Plano Plurianual referente as Transferências Financeiras sejam importadas para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3.3.55. Dispor de uma consulta que demonstre em tela os saldos de todos os processos que envolvem a despesa orçamentária. São eles: Orçamento Inicial, Alterações Orçamentárias (Suplementações e Reduções), Correção do Orçamento, Orçamento Atualizado, Empenhado (Bruno e Líquido), Liquidado (Bruno e Líquido), Em Liquidação, Retido, Pago (Bruno e Líquido), saldo a Liquidar, Saldo a Pagar, Saldo Reservado, Saldo Bloqueado e Saldo Disponível. Permitir que a entidade possa realizar filtros nesta consulta, através das seguintes informações: Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Subfunção, Programa, Ação, Natureza da Despesa, Modalidade de Empenho, Fonte Recursos, Credor, Número do Fundamento Legal, Código da Ementa do Fundamento Legal e código da Despesa. Permitir que as informações sejam filtradas por Unidade Gestora e por um Grupo de Unidades Gestoras. Esta consulta deve ser passível de impressão e cada usuário deverá ter autonomia de modificar a ordem de impressão e poderá selecionar quais colunas devem ser impressas no relatório sem alterar a definição de impressão dos demais usuários. A consulta deve ser demonstrada por período, permitindo que seja informado um intervalo de dias.

1.3.3.56. Dispor de uma consulta que demonstre em tela os saldos de todos os processos que envolvem a receita orçamentária. São eles: Previsão Inicial, Previsão das Deduções, Previsão Inicial Líquida (Receita - Deduções), Reestimativa da Receita, Reestimativa das Deduções, Previsão Atualizada Líquida, Arrecadação Bruta, Estorno da Arrecadação, Dedução da Receita, Arrecadação Líquida e Saldo a Arrecadar. Permitir que a entidade possa aplicar filtros através das seguintes informações: Código da Receita, Natureza da Receita,



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

26

Fonte de Recursos, Número do Fundamento Legal e Código da Ementa do Fundamento Legal. Permitir que as informações sejam filtradas por Unidade Gestora e por um Grupo de Unidades Gestoras. Esta consulta deve ser passível de impressão e cada usuário deverá ter autonomia de modificar a ordem de impressão e poderá selecionar quais colunas devem ser impressas no relatório sem alterar a definição de impressão dos demais usuários. A consulta deve ser demonstrada por período, permitindo que seja informado um intervalo de dias.

1.3.3.57. Dispor de uma consulta que demonstre em tela todos os movimentos que envolvem a despesa orçamentária. Esta consulta deverá demonstrar no mínimo as seguintes informações: Número do Lançamento, Data de Movimento, Histórico da Movimentação, Número do Empenho (quando o movimento estiver vinculado a um empenho) e o Valor. Permitir que as informações sejam filtradas por Unidade Gestora e por um Grupo de Unidades Gestoras, também deverá ter a opção de filtrar a Despesa utilizada no processo. A consulta deve ser demonstrada por período, permitindo que seja informado um intervalo de dias.

1.3.3.58. Dispor de uma consulta que demonstre em tela todos os movimentos que envolvem a receita orçamentária. Esta consulta deverá demonstrar no mínimo as seguintes informações: Número do Lançamento, Data de Movimento, Histórico da Movimentação e o Valor. Permitir que as informações sejam filtradas por Unidade Gestora e por um Grupo de Unidades Gestoras, também deverá ter a opção de filtrar a Receita utilizada no processo. A consulta deve ser demonstrada por período, permitindo que seja informado um intervalo de dias. A entidade deverá ter a opção de desconsiderar as seguintes informações da consulta: Movimento de Arrecadação, Movimento de Estorno de Arrecadação, Movimento de Dedução e Movimento de Estorno de Dedução da Receita. Demonstrar nesta consulta um resumo com as seguintes informações: Previsão Inicial da Receita, Previsão Inicial da Dedução, Previsão Inicial da Receita Líquida, Reestimativa da Receita, Previsão Atualizada da Receita, Arrecadação da Receita (Bruta), Dedução da Receita e Arrecadação da Receita Líquida (Arrecadação - Dedução).

1.3.3.59. Dispor de uma forma para localizar e acessar todas as funcionalidades disponíveis no sistema. Deverá englobar necessariamente consultas, relatórios e todas as funcionalidades de operação do sistema. Ao pesquisar uma



CAPITAL DO FÊMEÃO

funcionalidade deverá exibir como resultado o nome da funcionalidade e o caminho de sua localização.

1.3.3.60. Dispor de rotina que permita monitorar, acompanhar a evolução dos indicadores dos Programas de Governo e das Metas Físicas das Ações Governamentais. Este monitoramento deve permitir incluir avaliações durante o ciclo dos quatro anos do PPA, dispondo no mínimo das informações como justificativas, providências, restrições, quantidade realizada e a data da avaliação.

1.3.3.61. Dispor de rotina que permita ao usuário definir quais ações poderão ser avaliadas no momento da liquidação do empenho em relação a quantidade que está sendo realizada, proporcionando assim um acompanhamento em tempo real da realização das respectivas metas das ações que estão sendo executadas.

1.3.3.62. Dispor de um relatório no PPA - Plano Plurianual que demonstre a evolução dos indicadores dos Programas de Governo, comparando os valores estimados com os realizados, bem como comparar as metas das ações com seus valores estimados e realizados proporcionando assim a visão financeira e física das ações governamentais concomitante com a evolução dos indicadores do Programa de Governo.

1.3.3.63. Demonstrar no relatório os valores agrupados por Classificação Institucional e Programa ou vice-versa. Permitir que a entidade possa filtrar o relatório por Unidade Gestora, Classificação Institucional e Programa.

1.3.3.64. Dispor de relatório que demonstre os controles dos percentuais da Educação, Fundeb, Saúde e Gastos com Pessoal. Para a Educação devem ser demonstrados os valores de: Base de Cálculo, Aplicação Constitucional, Receitas de Convênios e Transferências, Aplicação Obrigatória, Dedução do Fundeb, Vinculação Orçamentária Mínima e Estimado. Para o FUNDEB devem ser demonstrados os valores de: Base de Cálculo, Aplicação Obrigatória, Pessoal em Efetivo Exercício no Magistério, Outras Receitas e Valor Estimado. Para a Saúde devem ser demonstrados os valores de: Base de Cálculo, Aplicação Constitucional, Receitas de Convênios e Transferências e Valor Estimado. Para os Gastos com Pessoal devem ser demonstrados os valores de: base de Cálculo e Limites Legais.

1.3.3.66. Dispor de mecanismo que permita realizar a autenticação do usuário ao logar no sistema pelo CPF, conforme o Decreto Nº 10.540 do SIAFIC.



CAPITAL DO FERIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

1.3.3.67. Dispor de mecanismo que permita definir um usuário autorizador que libere o acesso dos outros usuários ao sistema. Dispor de mecanismo que permita anexar o termo de responsabilidade de acesso ao sistema por usuário, conforme o Decreto Nº 10.540 do SIAFIC.

1.3.3.68. Permitir que apenas usuários administradores do sistema, possam alterar os dados cadastrais da Despesa. Deve ser permitido alterar fonte de recursos e detalhamento da fonte de recursos/código de aplicação.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

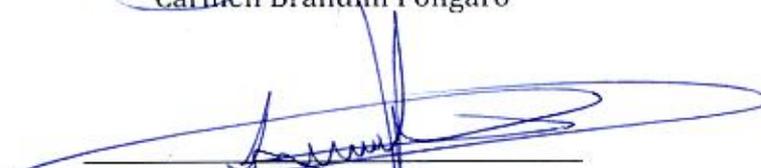
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 9h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. Luana Reffatti, Sra. Carmen Brandini e Sr. Sérgio Fernandes, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo de Tesouraria, Saldos de Bancos e Fluxo Monetário** apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.4.1 ao 1.3.4.36. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 15 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo de Tesouraria, Saldos de Bancos e Fluxo Monetário
Intervalo dos Itens no TR	1.3.4.1 à 1.3.4.36
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve


 Luana Cristina Reffatti


 Carmen Brandini Fongaro


 Sérgio Fernandes



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.4. MÓDULO DE TESOUREARIA, SALDOS DE BANCOS E FLUXO MONETÁRIO

1.3.4.1. Deverá disponibilizar configurações para o uso de Ordem Bancária Eletrônica, de modo que seja possível configurar a versão do leiaute do banco, tamanho total do registro do arquivo, valor limite para emissão de transferências bancárias do tipo DOC. Deverá também permitir configurar o conteúdo de cada ocorrência enviado pelo banco no arquivo de retorno, identificando se o mesmo refere-se a pagamentos, bem como a identificação do contrato realizado com a instituição bancária, o número de dias para pagamento, o código da Unidade Gestora emitente da Ordem Bancária, o nome e localização física dos arquivos de remessa e retorno e a sequência que deve ser gerada no arquivo de remessa. Deverá ainda dispor de mecanismo que ofereça configuração flexível permitindo que a entidade tenha autonomia de formatar as informações do arquivo de remessa e retorno da ordem bancária eletrônica. Por fim, deverá disponibilizar meios de identificar quais contas bancárias geridas pela entidade fazem uso de cada Contrato de Ordem Bancária, devendo administrar vários contratos de ordem bancária simultaneamente.

1.3.4.2. Disponibilizar a ordem bancária eletrônica como meio de pagamento de empenhos orçamentários, empenhos de restos a pagar, documentos extra orçamentários. Deverá oportunizar que vários empenhos orçamentários, empenhos de restos a pagar e documentos extra orçamentários possam ser pagos em uma mesma ordem bancária, mesmo sendo para credores distintos. Deverá ainda permitir o pagamento com código de barras dos tipos: Fatura e Convênio. Deverá também disponibilizar meios de realizar a geração do arquivo contendo os documentos que serão processados e pagos pela instituição bancária, podendo gerar o arquivo eletrônico de várias ordens bancárias num mesmo instante. É necessário ainda disponibilizar mecanismo que faça a importação do arquivo de retorno bancário demonstrando as críticas apuradas pela instituição bancária. O processo deverá, de forma automática e sem intervenção do usuário, executar o estorno de pagamento dos empenhos orçamentários, empenhos de restos a pagar e documentos extra orçamentários que não foram efetivados, identificando quais críticas foram apontadas como motivos de insucesso pela instituição bancária. Demonstrar o valor total pago e rejeitado pela instituição bancária. Deve, por fim,



CAPITAL DO FÉLÍCIO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

disponibilizar mecanismo que permita o cancelamento da ordem bancária mesmo após o seu envio e processamento pela instituição bancária.

1.3.4.3. Dispor de mecanismo que permita a realização de transferências bancárias eletrônicas entre as contas bancárias da entidade. Este mecanismo deve permitir a realização de várias transferências em uma mesma ordem bancária eletrônica. Deverá também disponibilizar meios de realizar a geração do arquivo contendo as transferências que serão processadas e pagas pela instituição bancária, podendo gerar o arquivo eletrônico de várias ordens bancárias num mesmo instante. É necessário ainda disponibilizar mecanismo que faça a importação do arquivo de retorno bancário demonstrando as críticas apuradas pela instituição bancária. O processo deverá, de forma automática e sem intervenção do usuário, executar o estorno das transferências bancárias que não foram efetivadas, identificando quais críticas foram apontadas como motivos de insucesso pela instituição bancária. Demonstrar o valor total pago e rejeitado pela instituição bancária. Deve, por fim, disponibilizar mecanismo que permita o cancelamento da ordem bancária mesmo após o seu envio e processamento pela instituição bancária.

1.3.4.4. Ofertar mecanismo de abertura e fechamento de caixa, com suporte a funcionamento de autenticadoras de documentos. Deve emitir os relatórios de movimentação diária da autenticadora e o resumo do movimento da autenticadora. Também deve ofertar recurso para autenticar movimentações cotidianas da entidade, como arrecadação de receitas, notas de lançamentos, devolução de recursos ao contribuinte. Também deve dispor de mecanismo flexível para configuração do modelo da autenticadora, dispondo minimamente dos modelos Bematech, TSP, PrintPlus, Sigtron, bem como a porta que será utilizada na impressão.

1.3.4.5. Disponibilizar o cheque como meio de pagamento de empenhos orçamentários, empenhos de restos a pagar, documentos extra orçamentários. Deverá oportunizar que vários empenhos orçamentários, empenhos de restos a pagar e documentos extra orçamentários possam ser pagos em um único cheque, mesmo sendo para credores distintos. Deve disponibilizar meios de configurar a impressão do cheque, devendo ser por meio de talonário avulso ou através de formulário contínuo de cheque. Deve disponibilizar recurso que permita a



CAPITAL DO FÊLIÃO

impressão de cheques sem reflexo contábil, sem contabilização. Na configuração de talonário de cheques, deve dispor da identificação de sequência do talão, folha inicial e folha final, número de série e data de início do uso. Na configuração da impressão de cheque através de impressão contínua, deve permitir configurar o local de impressão na folha das seguintes informações: valor, primeira e segunda linha de extenso, portador, local e data e número do cheque. Também deve configurar a quantidade de cheques por folha e a altura do cheque. Também deve disponibilizar recurso que permita a transferência bancária entre contas da entidade, através da emissão de cheque para transferência entre contas. Por fim, deve ser possível realizar o cancelamento do cheque, podendo reemitir-lo novamente com novas características, bem como a anulação do cheque, não podendo utilizar-se do mesmo número novamente, sendo estas duas opções distintas uma da outra.

1.3.4.6. Disponibilizar mecanismo que permita a realização da conciliação bancária, devendo informar o saldo do extrato bancário para uma determinada data, bem como a conta que está sendo conciliada. Deve disponibilizar mecanismo que permita realizar a conciliação dos movimentos existentes no extrato bancário e contabilidade, simultaneamente, de modo a resultar nos movimentos que não foram conciliados. Também deve disponibilizar mecanismo que permita realizar o ajuste da conciliação, em relação aos movimentos existentes no extrato bancário e não existentes na contabilidade, e vice-versa.

1.3.4.7. Disponibilizar de mecanismo que permita o recebimento dos tributos municipais, realizando a identificação do débito a ser quitado através de leitura de código de barras e identificação manual de débito em aberto para o contribuinte. Deve identificar juros, multas e correções monetárias de forma automatizada, exibindo as mesmas em tela e acrescentando-as no valor a ser cobrado. Ao efetivar a operação, deve dar a o recebimento do valor e efetuar a quitação do débito no sistema de administração tributária, sem necessidade de intervenção naquele sistema. Deve também disponibilizar de mecanismo que faça a devolução de valores para o contribuinte, gerando um recibo para o mesmo a partir dessa operação.

1.3.4.8. Deve dispor de mecanismo onde seja possível acessar vários exercícios financeiros de uma mesma entidade de forma simultânea, possibilitando assim a



CAPITAL DO FEMÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

execução de movimentações, consultas ou relatórios. Deverá também dispor de mecanismo que permita a troca do exercício financeiro dentro do próprio sistema, não sendo necessário encerrar o sistema para tal objetivo.

1.3.4.9. Dispor de uma consulta que demonstre todas as contabilizações realizadas pela entidade permitindo que as informações sejam filtradas por Unidade Gestora e por um Grupo de Unidades Gestoras. Nesta consulta é necessário que as seguintes informações sejam exibidas na tela: Número da Entidade ou Unidade Gestora, Identificação se é um movimento de Estorno, Data do Movimento, Tipo de Lançamento (Débito ou Crédito), Código da Conta a Débito, Código da Conta a Crédito, Valor da Operação, Fato Contábil que originou o processo, Regra de Contabilização utilizada na escrituração, Conjunto de Lançamento Contábil utilizado na escrituração, Lançamento Contábil Padronizado utilizado na escrituração, Histórico do Processo, Identificador do Superávit Financeiro e a Data da Operação/Computador que foi realizado o processo. Cada usuário deverá ter autonomia de modificar a ordem de exibição e ocultar as colunas a qualquer momento sem alterar a consulta dos demais usuários. Esta consulta deve ser passível de impressão e cada usuário deverá ter autonomia de modificar a ordem de impressão e poderá selecionar quais colunas devem ser impressas no relatório sem alterar a definição de impressão dos demais usuários. A consulta deve ser demonstrada por período permitindo que seja informado um intervalo de dias. A consulta deve dispor dos seguintes filtros de pesquisa: Entidade ou Unidade Gestora, Conta Contábil, Tipo de Atributo do Superávit Financeiro, Valor (sendo possível consultar um intervalo de valores), Tipo de Lançamento (Débito ou Crédito), conjunto de Lançamento Padronizado, Lançamento Contábil Padronizado e Regra de Contabilização. A consulta deverá ter um quadro com totalizadores demonstrando o Saldo Inicial, Total de Débito, Total de Crédito e Saldo Final. Também deverá apresentar os mesmos totalizadores de acordo com o tipo de atributo do superávit financeiro, sendo ele Financeiro e Patrimonial. Demonstrar a informação da quantidade de lançamentos contábeis que foram apresentados na consulta. O usuário deverá ter autonomia de ordenar de forma crescente ou decrescente as colunas tendo a opção de ordenar mais de uma coluna.



CAPITAL DO FESSÃO

1.3.4.10. Deverá dispor de gestão de despesas do tipo "Recursos Antecipados", tendo flexibilidade no uso nos seguintes controles: Deverá permitir configurar a quantidade máxima de recursos recebidos sem a prestação de contas do recurso. Deverá também ser possível de configuração pelo usuário a quantidade máxima de dias para realizar a prestação de contas, bem como o valor máximo do empenho. Deve ainda permitir configurar se bloqueará a movimentação ou apenas emitirá aviso alertando o usuário, caso ocorra alguma movimentação extrapole as configurações previstas nos itens expostos anteriormente. Essas configurações devem ser aplicadas para despesas do tipo "Suprimento de Fundos", "Viagens" e "Demais Recursos Antecipados" de forma individual, podendo em cada uma delas ter uma configuração específica. Deverá ainda dispor de configuração de qual valor percentual permitirá empenhar no subelemento de despesa 96 - Pagamentos Antecipados.

1.3.4.11. Deverá emitir empenhos destinados a "Recursos Antecipados", como Suprimentos de Fundos, Diárias e outros recursos antecipados, contando com dispositivo para efetuar a Prestação de Contas do mesmo. Deverá realizar a Prestação de Contas do Recursos Antecipado, registrando o saldo a ser devolvido, a conta contábil que recebe a devolução, o número do processo administrativo que originou a despesa. Também deverá emitir documentos desse processo de despesa, sendo o documento de Prestação de Contas e o Recibo da Prestação de Contas.

1.3.4.12. Deverá disponibilizar mecanismo que permita a realização das transferências financeiras, seja as Concessões e Devoluções de Transferências Concedidas bem como os Recebimentos e Devoluções das Transferências Recebidas. Em ambos os casos, deverá interligar com o Orçamento, onde tais valores devem estar devidamente programados, e não deverá possibilitar que se faça mais transferências do que os valores programados. Deverá ainda realizar ambas as operações, onde para cada operação individualmente deve identificar de quais meses o valor a ser movimentado deverá ser utilizado.

1.3.4.13. Deverá dispor de emissão de Ordem de Pagamento. Deverá ter controle sequencial da numeração da Ordem de Pagamento, bem como a opção para incluir vários empenhos em uma mesma Ordem de Pagamento, tanto orçamentários, quanto de Restos e Extras. Deverá também possuir emissão de



CAPITAL DO FEIJÃO

Ordem de Pagamento para transferência entre contas bancárias da entidade, onde dessa forma, deve solicitar a conta bancária de origem e destino da transação.

1.3.4.14. Deverá disponibilizar o cadastro de Ordem Cronológica de Pagamentos por meio do conceito de Filas de Pagamento. As filas devem ter minimamente como critério para criação: Unidade Gestora, Descrição da Fila, Número da Lei, Data de Criação, Data da Publicação e Data de Vigência. Como critério de ordenação, deve ter minimamente: Data da Liquidação, Data de Vencimento e Tipo de Documento.

1.3.4.15. Deverá disponibilizar visão que demonstre a Ordem Cronológica dos Pagamentos, por meio de filas de pagamento. Esta visão deverá ter meios de filtrar as informações que serão exibidas, sendo minimamente as opções: Número da Fila de Pagamento, Intervalo de Data de Vencimento, intervalo de valores, Fonte de Recursos, apenas os empenhos a pagar bem como os Pagos também, Natureza da Despesa, Credor, Função e Subfunção de Governo. Deverá exibir o resultado da visão de forma configurável pelo usuário, ficando a seu critério a decisão de quais informações deverão ser exibidas. Deverá demonstrar no mínimo as informações de: Data de Vencimento, Quantidade de Dias Vencidos, Data da Liquidação, Data de Pagamento, Empenho, Credor, Histórico do Empenho, Documento Fiscal, Fonte de Recursos.

1.3.4.16. Dispor de uma consulta que demonstre em tela os saldos de todos os processos que envolvem a despesa orçamentária. São eles: Orçamento Inicial, Alterações Orçamentárias (Suplementações e Reduções), Correção do Orçamento, Orçamento Atualizado, Empenhado (Bruno e Líquido), Liquidado (Bruno e Líquido), Em Liquidação, Retido, Pago (Bruno e Líquido), saldo a Liquidar, Saldo a Pagar, Saldo Reservado, Saldo Bloqueado e Saldo Disponível. Permitir que a entidade possa realizar filtros nesta consulta, através das seguintes informações: Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Subfunção, Programa, Ação, Natureza da Despesa, Modalidade de Empenho, Fonte Recursos, Credor, Número do Fundamento Legal, Código da Ementa do Fundamento Legal e código da Despesa. Permitir que as informações sejam filtradas por Unidade Gestora e por um Grupo de Unidades Gestoras. Esta consulta deve ser passível de impressão e cada usuário deverá ter autonomia de modificar a ordem de



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

impressão e poderá selecionar quais colunas devem ser impressas no relatório sem alterar a definição de impressão dos demais usuários. A consulta deve ser demonstrada por período, permitindo que seja informado um intervalo de dias. Permitir que os filtros utilizados na consulta possam ser salvos por usuário, sem a necessidade de o usuário refazer os filtros a cada nova consulta.

1.3.4.17. Dispor de uma consulta que demonstre em tela os saldos de todos os processos que envolvem a receita orçamentária. São eles: Previsão Inicial, Previsão das Deduções, Previsão Inicial Líquida (Receita - Deduções), Reestimativa da Receita, Reestimativa das Deduções, Previsão Atualizada Líquida, Arrecadação Bruta, Estorno da Arrecadação, Dedução da Receita, Arrecadação Líquida e Saldo a Arrecadar. Permitir que a entidade possa aplicar filtros através das seguintes informações: Código da Receita, Natureza da Receita, Fonte de Recursos, Número do Fundamento Legal e Código da Ementa do Fundamento Legal. Permitir que as informações sejam filtradas por Unidade Gestora e por um Grupo de Unidades Gestoras. Esta consulta deve ser passível de impressão e cada usuário deverá ter autonomia de modificar a ordem de impressão e poderá selecionar quais colunas devem ser impressas no relatório sem alterar a definição de impressão dos demais usuários. A consulta deve ser demonstrada por período, permitindo que seja informado um intervalo de dias. Permitir que os filtros utilizados na consulta possam ser salvos por usuário, sem a necessidade de o usuário refazer os filtros a cada nova consulta.

1.3.4.18. Dispor de uma consulta que demonstre em tela todos os movimentos que envolvem a despesa orçamentária. Esta consulta deverá demonstrar no mínimo as seguintes informações: Número do Lançamento, Data de Movimento, Histórico da Movimentação, Número do Empenho (quando o movimento estiver vinculado a um empenho) e o Valor. Permitir que as informações sejam filtradas por Unidade Gestora e por um Grupo de Unidades Gestoras, também deverá ter a opção de filtrar a Despesa utilizada no processo. A consulta deve ser demonstrada por período, permitindo que seja informado um intervalo de dias.

1.3.4.19. Dispor de uma consulta que demonstre em tela todos os movimentos que envolvem a receita orçamentária. Esta consulta deverá demonstrar no mínimo as seguintes informações: Número do Lançamento, Data de Movimento, Histórico da Movimentação e o Valor. Permitir que as informações sejam filtradas



CAPITAL DO FÉLÍCIO

por Unidade Gestora e por um Grupo de Unidades Gestoras, também deverá ter a opção de filtrar a Receita utilizada no processo. A consulta deve ser demonstrada por período, permitindo que seja informado um intervalo de dias. A entidade deverá ter a opção de desconsiderar as seguintes informações da consulta: Movimento de Arrecadação, Movimento de Estorno de Arrecadação, Movimento de Dedução e Movimento de Estorno de Dedução da Receita. Demonstrar nesta consulta um resumo com as seguintes informações: Previsão Inicial da Receita, Previsão Inicial da Dedução, Previsão Inicial da Receita Líquida, Reestimativa da Receita, Previsão Atualizada da Receita, Arrecadação da Receita (Bruta), Dedução da Receita e Arrecadação da Receita Líquida (Arrecadação - Dedução).

1.3.4.20. Dispor de uma forma para localizar e acessar todas as funcionalidades disponíveis no sistema. Deverá englobar necessariamente consultas, relatórios e todas as funcionalidades de operação do sistema. Ao pesquisar uma funcionalidade deverá exibir como resultado o nome da funcionalidade e o caminho de sua localização.

1.3.4.21. O sistema deve possuir mecanismo webservice que viabilize a interoperabilidade com o BACEN (Banco Central do Brasil), importando todo o cadastro de Banco/Agência e Posto de atendimento regulamento pelo BACEN para o cadastro de Banco e agência do sistema exibindo em tela única, devendo conter os seguintes campos para Bancos: Código de compensação da instituição financeira permitindo que seja digitável para busca rápida ou por lista de pesquisa, informação se Ativa ou Não, Descrição completa da nomenclatura, dessa forma gerando em grid listagem de todas as agências e postos de atendimento, a grid deve possuir identificação dos dados da agência, código de compensação, dígito verificador, nome, bairro, município, UF, a situação (Ativa/Inativa) e o tipo: Agência e Posto de atendimento.

1.3.4.22. Deve possuir ferramenta própria para as rotinas de atualização para as novas instituições, agências e postos de atendimento regulamentados, conforme disponibilizadas pelo BACEN, devendo ficar disponível diariamente, dispendo de tela na qual o usuário possa selecionar o tipo de atualização sendo elas Banco/Agência/Postos de atendimento e Município e Bairro.

1.3.4.23. Dispor de tela de cadastro de Banco e Agência deve possuir botões para limpar e imprimir a relação listada no grid, conter filtros facilitadores para buscar



CAPITAL DO FÊLIÃO

com Situação: Todos/Ativa/Inativo, Tipo: Todos/Agência e Posto de Atendimento, município, bairro, código de compensação para pesquisa e totalizador numérico do quantitativo listado.

1.3.4.24. Permitir converter uma Agência Inativa em Posto de atendimento, o mecanismo deve possuir cadastro específico e que seja disponibilizado em tela para o usuário acessar, o cadastro de conversão deve trazer em tela já preenchida os dados da agência inativada pelo Bacen, os campos de código de compensação de agência, dígito verificador, bairro, município e UF, sendo eles inabilitados para edições, desta forma dispondo de um campo de pesquisa de postos de atendimento (postos esses que devem ser listados por meio da integração com Bacen, dispensando cadastro manual) que deverá ser vinculado a agência inativa, assim modificando o tipo de agência inativa para tipo posto de atendimento. No procedimento de vinculação os postos devem ser acompanhados pelos dados cadastrais, endereço, número, complemento, bairro, município, UF, CEP e data da conversão exibição em tela e inabilitado para edição.

1.3.4.25. Possuir cadastro para novos postos de atendimento, deve trazer em tela auto preenchido o tipo posto de atendimento e situação ativada, dispondo de um campo de pesquisa de postos de atendimento (postos esses que devem ser listados por meio da integração com Bacen, dispensando cadastro manual) na vinculação os postos devem ser acompanhados pelos dados cadastrais, endereço, número, complemento, bairro, município, UF, CEP e data da conversão exibição em tela e inabilitado para edição, possui campo para informar o código de compensação de agência e obrigatoriamente realizar o cálculo de forma automática do Dígito Verificador.

1.3.4.26. Deverá dispor de um cadastro para conta bancária, permitir vincular Banco e Agência buscado a partir da integração com o BACEN assim permitindo informar os números da conta bancária vinculado. Possuir dados adicionais para cadastrar sequência de cheque (automática/não automática), formulário de cheque, próximo cheque, sinalizador de conta convênio, número de convênio e sinalizador de conta de recuso federal. Dispor no mesmo cadastro consulta em tela de todas as contas bancárias cadastradas, sendo localizadas por meio de filtros como, banco, agência e conta bancária ou devendo buscar por todos sem a necessidade de informar os filtros, deverá exibir código do banco, descrição do



CAPITAL DO FEMÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

banco, agência mais digito verificador, descrição da agência, conta bancária mais digito verificador, identificação de convênio e recurso federal, na exibição deverá possuir totalizador das contas cadastradas e mecanismo de impressão das informações listadas.

1.3.4.27. Possuir função para cadastro do produto financeiro, o cadastro deve ser identificado por código sequencial gerado automaticamente pelo sistema, dispor de campos para informar descrição, tipo do produto financeiro (caixa, movimento, poupança, CDB, Fundo de Investimento, Títulos Públicos e Outras aplicações e data de abertura, deverá habilitar campo para vincular a conta bancária já cadastrada e tipo de conta exceto o produto do tipo caixa, possuir facilitador que permita cadastrar conta bancária quando não houver registro. Não permitir cadastrar produto financeiro do tipo movimento com a mesma conta bancária quando há um produto ativo. Deverá permitir cadastrar conta contábil a partir do cadastro do produto financeiro, de forma automatizada a conta contábil deverá ser gerada de acordo nível contábil vinculado ao tipo do produto com código sequencial. Dispor de consulta em tela de todos os produtos financeiro, contendo filtros onde seja possível informar o tipo do produto ou todos, situação (Ativo, Inativo e todos), totalizador e impressão das informações listadas. Dispor opção de editar, excluir um produto financeiro desde que não o mesmo não esteja vinculado a uma conta contábil e a opção de inativar ocorrer quando uma conta contábil for inativada.

1.3.4.28. Possuir funcionalidade de conciliação bancária do tipo manual e do tipo movimento em uma única tela, deve conter um painel na qual seja possível informar filtros para realizar a busca dos lançamentos, esses filtros devem ser compostos por UG, conta bancária que após informar a mesma deve obrigatoriamente listar o produto financeiro elencado e que permita ao usuário selecionar, assim de formar automática após informar o produto financeiro a informação da conta contábil vinculada seja auto preenchida. Assim como também deve dispor da opção de informar a conta bancária ou conta contábil para realizar a conciliação. Dispor de filtros para informar período no formato (de, até) do movimento, período da conciliação e ainda possui opção de informar o tipo da conciliação (manual, movimento e todos) e status (conciliado, não conciliado e todos) e a data da conciliação. Assim sendo possível realizar a busca



CAPITAL DO FÊLÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

e de forma unificada listar em grid no mesmo painel todos os movimentos pertinentes aos filtros informados. O painel deve dispor de informações dos saldos disponíveis na Contabilidade, Banco, diferença e valor a conciliar. Deve possuir a função de conciliação manual de forma que no mesmo painel disponibilizado seja possível realizar os lançamentos do tipo (Saída não contabilizada, Entrada não contabilizada, Saída não considerada pelo banco, entrada não considerada pelo banco), e que seja listado da grid como conciliado e refletindo no saldo de valor a conciliar. Permitindo editar lançamento a lançamento e para o ato de exclusão permitir selecionar mais de um lançamento e excluir todos. Deve possuir a função de conciliação do tipo movimento de forma que após informar os filtros, seja listado no painel possibilitando marcar um ou todos e selecionar a ação de conciliar, assim como também deve ter a mesma ação para a função de excluir. Permitir realizar, inclusão do saldo do extrato bancário e ter facilitador de consulta no mesmo local de todos os saldos inseridos, ter a função de cópia conciliação manual do período anterior.

1.3.4.29. Possuir funcionalidade de Bloqueio para conciliação, dispondo de uma função onde exiba em formato de calendário, listando os 12 meses do exercício atual, habilitando até o mês corrente, sendo possível a seleção da data ou período para bloquear. A função deve bloquear todas as ações de conciliação pelo movimento, conciliação manual, inclusão de saldo e copia conciliação e qualquer edição e exclusão, que estejam respectivamente com a mesma data bloqueada.

1.3.4.30. Deve possuir mecanismo que realize a importação e leitura do extrato bancário no formato padrão OFX, dispondo obrigatoriamente a importação do arquivo das instituições financeiras BRASIL, CAIXA, SANTANDER, ITAÚ, BRADESCO, BANRISUL, SICREDI E SICOOB e disponibilizando em tempo hábil para outras instituições que viabilize o padrão OFX. Deverá dispor de um Painel gerenciador para as importações dos extratos bancários, de forma que para realização da importação de um extrato bancário deve ser informado o Produto Financeiro, UG, Conta Bancária e Conta Contábil assim devendo disponibilizar em tela um botão para buscar o arquivo OFX salvo em pasta. Também deve possuir o recurso de consultar por período (de - até) todos os arquivos importados do Produto financeiro informado, listando para visualização em tela as informações dos extratos importados como: data e hora da importação, data inicial e final da



CAPITAL DO FEIJÃO

geração do extrato, saldo final do extrato, Situação (conciliado, conciliado parcial, pendente, data inicial e final da movimentação contida no extrato e a identificação do usuário do sistema. Possuir opção de visualização dos registros de um arquivo conciliado, podendo ser visto registro a registro e seu detalhamento a qual lançamento do sistema está vinculado se conciliado, também deve dispor de exclusão de um único registro do extrato conciliado e exclusão do arquivo completo.

1.3.4.31. Dispor de Conciliação Bancária Automática por meio de arquivo OFX, procedendo para uma tela com visão das informações obtidas do extrato apenas a nível de consulta sem edição de Produto Financeiro, conta bancária, Período do extrato do banco, data de conciliação devendo ser a data final da geração do ofx, painel de saldos do extrato anterior e atual, saldo do extrato conciliado e saldo do extrato a conciliar. Também deve dispor na mesma tela os registros importados do Extrato do Banco com (data, descrição, número e valor) e os lançamentos a conciliar sistema com a identificação de extrato do sistema com (data, lançamento, histórico, complemento histórico e valor) sendo capaz de conciliar automaticamente os registros que forem encontrados com data igual e valor igual (extrato do banco = extrato do sistema), utilizando como identificação nos registros conciliados a marcação em cor verde no extrato do banco e a seleção do lançamento do sistema conciliado. Permitir realizar conciliação por seleção dos lançamentos do banco e do sistema quando data e valor dos extratos forem diferentes, desde que seja data igual ou menor e valor igual ou menor que ao somar feche o valor selecionado do banco. Possuir capacidade de reflexão dos lançamentos dos sistemas para o extrato do banco, quando selecionado um registro do extrato do Banco que não há lançamento do sistema com data e valor igual, deve ser evidenciado em tela todos os lançamentos com data igual e menores e valor menor com o tipo de saída de valor, e quando o tipo for de entrada de valor deve evidenciado em tela todos os lançamentos com data igual e menores e valor menor de saída e entrada. Dispor em tela de totalizador com valor total do movimento selecionado e valor da diferença em cores, assim como também totalizador dos registros do extrato do banco e do extrato do sistema. Permitir conciliação de múltiplos vínculos por meio do extrato bancário importado, sendo capaz de validar o encontro e fechamento dos valores quando,



CAPITAL DO FIELÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

selecionado mais de um lançamento do extrato do banco para 1 lançamento do sistema ou 1 lançamento do extrato do banco para 1 do sistema. Possuir facilitador em tela da conciliação automática de geração automatizada do lançamento tipo manual apenas com a seleção de um botão, devendo dispensar a intervenção humana em detalhar o lançamento, devendo possuir os mesmos dados do registro extrato do banco, lançamento do tipo manual (saída não contabilizada e entrada não contabilizada).

1.3.4.32. Dispor de funcionalidade que permita realizar Lançamentos Contábeis informando uma conta débito e outra conta a crédito. Permitir informar a data de movimento, Unidade Gestora, valor, data do documento, número do documento, histórico padrão e complemento histórico. Permitir manter os valores informados na funcionalidade após a última gravação. Permitir consultar os movimentos realizados bem como selecionados para realizar o estorno e ainda permitir filtrar por número de lançamento, conta contábil ou período inicial e final. Na consulta dos movimentos já contabilizados demonstrar as informações complementares referente a Conta Correte do TCE/MS separando as informações da conta débito da conta crédito. Permitir realizar movimento do tipo implantando de saldos e ainda permitir informar valor igual a zero. Permitir realizar movimentos do tipo transposição entre contas bancárias permitindo o usuário selecionar a fonte de recursos que deseja movimentar. Permitir realizar movimentos através de Lançamentos Contábeis Padronizados previamente já cadastrados.

1.3.4.33. Dispor de funcionalidade que permita realizar Lançamentos Contábeis informando um Conjunto de Lançamentos Padronizados previamente cadastrados. Permitir informar a data de movimento, Unidade Gestora, valor, data do documento, número do documento, histórico padrão e complemento histórico. Permitir manter os valores informados na funcionalidade após a última gravação. Permitir consultar os movimentos realizados bem como selecionados para realizar o estorno e ainda permitir filtrar por número de lançamento, conta contábil débito e/ou crédito, período inicial e final, conjunto de Lançamentos Padronizados e Fonte de Recursos débito e/ou crédito. Permitir realizar movimento do tipo implantando de saldos e ainda permitir informar valor igual



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

a zero. Permitir realizar movimentos através de Lançamentos Contábeis Padronizados previamente já cadastrados.

1.3.4.34. Dispor de mecanismo que permita realizar a autenticação do usuário ao logar no sistema pelo CPF, conforme o Decreto Nº 10.540 do SIAFIC.

Dispor de mecanismo que permita definir um usuário autorizador que libere o acesso dos outros usuários ao sistema. Dispor de mecanismo que permita anexar o termo de responsabilidade de acesso ao sistema por usuário, conforme o Decreto Nº 10.540 do SIAFIC.

1.3.4.35. Dispor de mecanismo que permita realizar a consulta de saldos das contas bancárias por fonte de recursos. O mecanismo deverá demonstrar o saldo anterior, lançamentos de entrada, arrecadação de receita, transferência concedidas e recebidas, lançamentos de saída, pagamentos e reservas financeiras. Deverá permitir realizar filtros do tipo: receita, despesa, fonte de recursos e fato contábil. Deverá demonstrar o resumo do saldo por fonte de recursos e as movimentações detalhadas por fonte de recursos. Ainda deve ser permitido gerar a consulta por conta bancária ou por conta contábil. Deverá permitir imprimir em relatório o resumo, saldo por fonte de recursos ou movimentação detalhada.

1.3.4.36. Dispor de parâmetro que permita selecionar que os recebimentos de tributos serão contabilizados pela Fonte de Recurso da conta bancária ou por meio da Fonte de Recursos da receita.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Karine Skorupa** e Sra. **Lenilce Vitoriano**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Gestão de Licitações e Contratos**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.6.1 ao 1.3.6.103. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 15 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Gestão de Licitações e Contratos
Intervalo dos Itens no TR	1.3.6.1 à 1.3.6.103
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve

Karine F. Skorupa

Karine Skorupa

Lenilce Vitoriano

Lenilce Vitoriano



1.3.6. SISTEMA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.3.6.1. Deverá ofertar cadastro de feriados e realizar o cálculo das datas referentes ao prazo de abertura da fase de julgamento dos processos de forma automática, considerando os feriados cadastrados.

1.3.6.2. Deverá ter o cadastro de fornecedores impedidos de contratar, identificando o tipo e o prazo de inidoneidade, impedindo que a administração pública adjudique em favor do fornecedor inidôneo.

1.3.6.3. Deverá ser possível agrupar e identificar os processos realizados com a mesma finalidade (objeto padrão).

1.3.6.4. Deverá haver mecanismo de alerta que informa automaticamente o usuário quais serão os processos que iniciarão a fase de abertura e julgamento do processo em determinado número de dias. A configuração do número de dias para o alerta deverá ser variável e configurável por usuário, como também, a opção de alertá-lo sempre que acessar o sistema.

1.3.6.5. Deverá haver mecanismo de alerta que informa automaticamente o usuário quais serão os contratos que expirarão em determinado número de dias. A configuração do número de dias para o alerta deverá ser variável e configurável por usuário, como também, a opção de alertá-lo sempre que acessar o sistema.

1.3.6.6. Deverá ser possível cadastrar as comissões de Licitação; permanente, especial, leiloeiro, servidor designado, pregoeiro, leiloeiro oficial, leiloeiro administrativo e comissão de certificado de registro cadastral.

1.3.6.7. Deverá registrar e gerir processos de Registro de Preço que utilizem Maior Desconto sobre tabela, permitindo manutenção com a inserção de novos itens na tabela e a alteração dos referidos preços da tabela de preços após a fase de homologação. A manutenção das tabelas de preços deverá preservar o histórico das alterações, com controle de vigência para cada alteração da tabela de preços.

1.3.6.8. Deverá ser possível cadastrar fabricantes de itens a serem licitados, e vinculá-los com os itens e seus respectivos códigos de barra.

1.3.6.9. Deverá ser possível pré-estabelecer quais os documentos serão necessários para a emissão do CRC- Certificado de Registro Cadastral

1.3.6.10. Deverá ser possível emitir o CRC – Certificado de Registro Cadastral



CAPITAL DO FIELÃO

com modelo previamente formatado e configurado pela entidade licitante.

1.3.6.11. Deverá ser possível realizar requisição de contratação, identificando que a mesma se destina a futuro processo licitatório o qual utilizará como critério de julgamento o menor preço obtido através do maior desconto sobre tabela de preços.

1.3.6.12. Deverá ser possível registrar a pesquisa de preços da requisição manualmente, e, através da importação de arquivo padronizado referente aos itens da coleta de preços preenchida pelo próprio fornecedor.

1.3.6.13. Deverá ser possível realizar a classificação automática dos preços coletados na requisição, calculando e apresentando qual fornecedor possui a melhor proposta conforme o critério de julgamento previamente estabelecido.

1.3.6.14. Deverá ser possível anexar arquivos referentes orçamentos, plantas, laudos, pareceres e armazená-los dentro do sistema. Dever ser possível relacioná-los a determinada requisição de contratação, sendo possível registrar o nome do arquivo, a data do arquivo, o tipo do arquivo e a data de inclusão. A anexação deverá suportar qualquer extensão de arquivo, e compactá-lo automaticamente antes de anexá-lo a base de dados.

1.3.6.15. Deverá ser possível realizar a cópia da requisição de contratação, criando uma requisição a partir de outra já realizada sem a necessidade de redigitar as informações inerentes aos itens e seus quantitativos.

1.3.6.16. Deverá ser possível realizar a formalização de uma requisição de contratação em processo dispensável, ou licitatório. Nesta situação todas as informações da requisição deverão ser sugestionadas no processo a ser formalizado, permitindo que o valor de orçamento do item no processo seja pré-configurável pelo usuário, podendo ser pelo menor preço ou pelo preço médio da pesquisa de preço.

1.3.6.17. Deverá ser possível formalizar uma ou várias requisições em um único processo, sugestionando as informações da requisição neste novo processo e permitindo o remanejamento dos itens destas requisições, agrupando os itens por lote, classificação, despesa ou a critério do usuário.

1.3.6.18. Deverá ser possível identificar se o processo licitatório se refere a licitação exclusiva, conforme preconiza o artigo 48, I da lei 123/06.

1.3.6.19. Deverá ser possível identificar a fundamentação legal que justifica o



processo dispensável de licitação.

1.3.6.20. Deverá ser possível visualizar em única tela, sem necessitar navegar para outros formulários, relatórios ou consultas, todos os instrumentos contratuais relacionados a um processo em ordem cronológica, sendo eles: solicitação de empenho, solicitação de empenho complementar, contrato, termo aditivo do contrato, publicação de contrato, publicação de termo aditivo, autorização de compras, ordem de execução de serviço, suspensão/cancelamento de contrato. Deve ser possível configurar os tipos de instrumentos contratuais a serem exibidos.

1.3.6.21. A partir desta visualização, deverá ser possível a navegação direta para o formulário de registro do referido instrumento contratual.

1.3.6.22. Deverá haver consulta em única tela permita escolher quais dos instrumentos contratuais deverão ser consultados, podendo optar pelos instrumentos contratuais dos processos, sendo eles: pedido de empenho, pedido de empenho complementar, contrato, termo aditivo, publicação de contrato, publicação de termo aditivo,

1.3.6.23. Deverá ser possível realizar processos licitatórios os identificando se permitem a participação de consórcios de empresas

1.3.6.24. Deverá ser possível registrar os processos de pregão e identificá-lo se o mesmo será julgado de forma unitária, global ou por lote.

1.3.6.25. Deverá ser possível registrar os processos licitatórios e identificá-lo de acordo com a Lei Complementar 123/06 se a Licitação será Exclusiva ou não Exclusiva para as empresas ME ou EPP, Lei Complementar 123/2006, Art. 48º, inciso III.

1.3.6.26. Deverá ser possível registrar os processos de pregão e identificá-lo quanto ao seu tipo de fornecimento, se integral ou parcelado.

1.3.6.27. Deverá ser possível registrar a fase de credenciamento dos fornecedores identificando, nesta fase, o seu porte sendo ME ou EPP, com seus respectivos representantes legais nos processos da modalidade de pregão

1.3.6.28. Deverá ser possível realizar o registro dos processos desertos e frustrados, com sua respectiva justificativa e data do Ato.

1.3.6.29. Ao realizar os lances do pregão o pregoeiro deverá ter a possibilidade de definir o percentual ou o valor mínimo de variação entre os lances, a seu



CAPITAL DO FEMÃO

critério.

1.3.6.30. Ao realizar os lances do pregão o pregoeiro deverá ter a possibilidade de definir o tempo máximo em minutos e segundos entre os lances.

1.3.6.31. Ao findar a rodada de lances o sistema deverá identificar automaticamente se houve ou não empate ficto, verificando o porte de cada empresa e o valor dos lances conforme preconiza a Lei Complementar 123/06

1.3.6.32. Ao findar a rodada de lances no caso de pregão, e na classificação de propostas, para os demais processos, o sistema deverá identificar automaticamente se houve ou não empate ficto, com base no Direito de Preferência (ME ou EPP) e na Prioridade (Me ou EPP Local/Regional), em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, Art. 48º, § 3º e inciso III.

1.3.6.33. Na sessão Pública do Pregão, ao realizar os lances o sistema deverá apresentar a diferença percentual entre o lance atual em relação ao último lance e em relação ao valor da proposta.

1.3.6.34. Deverá ser possível realizar o registro dos lances, registro de desempate ficto e da negociação com auxílio do sistema, o qual deverá indicar as próximas etapas, sugerindo a abertura dos respectivos formulários.

1.3.6.35. Deverá ser possível consultar todo o histórico do pregão em um único relatório, o qual deverá demonstrar as fases de credenciamento, classificação da proposta, histórico dos lances, classificação após os lances, benefícios da Lei Complementar 123/06, registros de negociação, habilitação, Rateio dos itens por lote (quando houver), classificação final por item e classificação final por fornecedor.

1.3.6.36. Quando não houver três fornecedores na fase de lances do pregão, deverá ser possível permitir a participação de fornecedores que não estiverem na margem dos 10% em relação a proposta, a critério do usuário;

1.3.6.37. Deverá ser possível registrar o Parecer Técnico e o Parecer Jurídico da Licitação

1.3.6.38. Deverá ser possível anexar arquivos referentes aos documentos do processo e armazená-los dentro do sistema. Deverá ser possível relacioná-los a determinado processo, sendo possível registrar o nome do arquivo, a data do arquivo, o tipo do arquivo e a data de inclusão. A anexação deverá suportar qualquer extensão de arquivo, e compactá-lo automaticamente antes de anexá-



CAPITAL DO FELIÃO

lo a base de dados.

1.3.6.39. Deverá ser possível visualizar em única funcionalidade, podendo ser impresso em relatório todas as principais informações que compõem o processo, sendo elas: Requisição que originou o processo, data de expedição, data de publicação, data de abertura, data de homologação, Critério de Julgamento, Descrição do Objeto, Documentos exigidos na licitação, Despesas Orçamentárias do processo, itens com seus respectivos quantitativos e cotação, Fornecedores, Solicitação de Empenho e Autorizações de Compra.

1.3.6.40. Deverá ser possível consultar o saldo virtual do produto, o qual é composto pela soma dos produtos em estoque e dos produtos que estão em processos de compras.

1.3.6.41. Deverá ser possível consultar o valor praticado pelos vencedores por produto (s), filtrando por processo, e ou, fornecedor, e ou por período.

1.3.6.42. Deverá ser possível identificar em única funcionalidade a data de realização de cada uma das fases do processo, sendo elas: Edital, Solicitação de Reserva de Recursos, Laudo de Análise Jurídica, Entrega de Edital, Designação de Comissão, Habilitação, Análise/Parecer Técnico e Jurídico, Adjudicação, Homologação.

1.3.6.43. Deverá ser exibido em funcionalidade única consulta que demonstre a situação de um pedido de compra em relação ao seu atendimento, demonstrando as autorizações de fornecimento relacionadas, o número do empenho, a despesa, a quantidade, a data da entrega, o fornecedor e a data de pagamento.

1.3.6.44. Através do módulo de Licitações, deverá ser possível consultar a situação tributária municipal de um determinado fornecedor.

1.3.6.45. Deverá ser possível emitir Mala Direta com conteúdo pré-configurado para todos os fornecedores ou apenas para fornecedores de determinada categoria de fornecimento, a critério do usuário.

1.3.6.46. Deverá haver relatório que apresente os fornecedores que estão com contratos ativos até determinada data, e identificar os que estão com documentos vencidos, permitindo que estes sejam filtrados por um dos tipos de habilitação: identificação, jurídica, técnica, fiscal, econômica/financeira ou todas.

1.3.6.47. Deverá ser possível registrar processos que utilizem o Sistema de Registro de Preços e definir a cota quantitativa de consumo de cada um dos itens



CAPITAL DO FEMÃO

para cada órgão participante do processo. Deverá haver controle do saldo a ser consumido por cada órgão e não deverá ser possível ultrapassar a cota prevista para cada órgão. Deverá ser possível realizar o remanejamento dos itens e suas quantidades entre os órgãos ao longo do processo.

1.3.6.48. Permitir que o valor a ser emitido na Ordem Execução de Serviço possa ser apurado em razão do quantitativo informado pelo usuário, ou diretamente através do valor, a critério do usuário.

1.3.6.49. Os editais referentes as obras e serviços de engenharia deverão ter a sua forma de estimativa de valores apurada em razão da quantidade dos itens em relação ao seu valor de cotação, ou então, serem informados diretamente a critério do usuário.

1.3.6.50. Deverá ser possível manter as quantidades dos itens relacionados as despesas orçamentárias, permitindo alterar o quantitativo entre as despesas a qualquer momento, até a fase de homologação do processo.

1.3.6.51. Integrar-se com a execução orçamentária, identificando a despesa orçamentária que deverá honrar o processo, devendo ofertar o uso de mais de uma despesa no mesmo processo. Deverá consistir no saldo orçamentário da despesa e do cronograma de desembolso, não permitindo que o processo tenha a etapa de Reserva Orçamentária concluída caso não exista saldo suficiente para tal. Deve gerar a reserva de saldo orçamentária diretamente através do sistema de licitações. Deverá ainda autorizar a emissão do empenho orçamentário em momento oportuno, quando findado os trâmites do processo, devendo este disponibilizar as informações do processo para composição do empenho orçamentário. Deverá ainda, no momento da emissão do empenho orçamentário do referido processo, fazer uso do saldo orçamentário antes reservado pelo trâmite do processo, bem como possibilitar a emissão do empenho orçamentário para qualquer despesa vinculada ao processo, ou adicionada posteriormente permitir a cópia de processos de forma a evitar redigitação de dados de processos similares

1.3.6.52. Possibilitar que a partir do sistema de licitação seja possível efetuar a anulação parcial do empenho no sistema de execução orçamentária;

1.3.6.53. Possibilitar consulta em tela e impressão dos fornecedores de determinados conjuntos de categorias econômicas ou municípios, para facilitar



CAPITAL DO FÊLIÃO

a seleção daqueles que poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme rege a Lei Complementar 123/06, para obter cotações prévia dos processos licitatórios.

1.3.6.54. Permitir a alteração orçamentária em processos Licitatórios já homologados, dispensáveis ou inexigíveis, possibilitando a inclusão de despesas não previstas, e transferência de saldos entre as despesas previstas e/ou incluídas, de forma que essas alterações sejam refletidas na emissão dos empenhos.

1.3.6.55. Permitir realizar a reserva de recursos orçamentários e estornos para os processos Licitatórios, dispensáveis ou Inexigíveis, de forma individual por despesa, em diferentes datas, bem como refazer as reservas conforme a disponibilidade de saldo de cada despesa.

1.3.6.56. Emitir um aviso ao registrar as propostas comerciais ou cotação, quando o porte do proponente for diferente de ME ou EPP, e o item de contratação for exclusivo para empresas ME ou EPP (Lei Complementar 123/2006, Art. 48º, inciso III).

1.3.6.57. Possibilitar a divisão dos lotes de contratação de forma automatizada, para aplicação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para empresas ME/EPP, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, art. 48º, inciso III, de forma que seja possível escolher a cota a ser aplicada (25% para reserva exclusiva ou 75% para ampla concorrência), bem como desconsiderar os itens não divisíveis. Possibilitar a seleção de todos os lotes do processo, ou de todos os itens de um lote, ou somente dos itens cujo valor ultrapasse R\$ 80.000,00.

1.3.6.58. Permitir a importação do rateio entre os órgãos dos processos de Registro de Preço de um exercício para o outro, com o recálculo dos quantitativos para cada órgão com base no saldo renascente para o processo, forma automatizada.

1.3.6.59. Possibilitar a assinatura eletrônica/digital dos documentos de Contrato e Termos Aditivos, através da integração com Plataformas de Assinatura Eletrônica de Documentos.

1.3.6.60. Permitir a alteração das informações referentes ao porte da empresa e



CAPITAL DO FEMÃO

prioridade de contratação dos proponentes nos processos, mesmo havendo registro da proposta, proposta comercial e/ou início da rodada de lances.

1.3.6.61. Ao realizar os lances do pregão o pregoeiro deverá ter a possibilidade de definir se a marca dos itens, informada na proposta, será ou não apresentada

1.3.6.62. Impedir a emissão de empenhos para itens da Ata de Registro de Preços que foram cancelados.

1.3.6.63. Deverá atender as normas da lei de licitações 14.133/2021.

1.3.6.64. Possibilitar a assinatura eletrônica/digital de qualquer documento anexado, através da integração com Plataformas de Assinatura Eletrônica de Documentos.

1.3.6.65. Possibilitar a classificação dos objetos contratados de acordo com as naturezas de objetos definidas na Lei 14.133, possibilitando a vinculação com as categorias disponíveis no Portal Nacional de Contratação

1.3.6.66. Dispor de uma forma para aferição das contratações diretas fundamentadas no Artigo 75, incisos I e II da Lei 14.1333, permitindo visualizar o total dos valores gastos por exercício, unidade gestora, fundamento legal e natureza do objeto contratado.

1.3.6.67. Permitir a realização de contratações diretas através de Dispensa e Inexigibilidade, com a possibilidade de indicação expressa do amparo legal conforme lei 14.133, evidenciando o artigo, inciso e alínea.

1.3.6.68. Possibilitar o acesso através de Menu independente para registro de contratações diretas ou processos licitatórios realizados na Lei 14.133 com possibilidade de restrição do acesso a determinados usuários ou grupos de usuários

1.3.6.69. Apresentar corretamente as fases de cada licitação conforme a lei aplicada ao processo, permitindo que ambas as leis convivam em um mesmo sistema, sem impactar no histórico dos processos já gravado, bem como apresentar de forma clara qual foi a lei aplicada em cada licitação.

1.3.6.70. Possibilitar a realização do julgamento das propostas antes da fase de habilitação nos processos de concorrência da mesma forma que ocorre para os processos de pregão.

1.3.6.71. Permitir indicar qual foi o agente de contratação responsável por cada processo licitatório, ou a comissão de licitação, quando ele foi substituído por



CAPITAL DO PELLÃO

esta.

1.3.6.72. Dispor de pesquisa para consultar os processos licitatórios fundamentados na lei 14.133.

1.3.6.73. Possibilitar a impressão das ocorrências contratuais em relatório, permitir filtrar por fornecedor, processo e/ou contrato.

1.3.6.74. Permitir realizar o registro das aplicações de penalidades contratuais, permitindo a tipificação delas, bem como consultar o histórico das ocorrências.

1.3.6.75. Realizar a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, cumprindo o disposto nos Artigos 54 e 94 da Lei 14.133/2021, no que tange a publicidade dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.3.6.76. Controlar a alteração em dados já publicados no PNCP, e retificar as informações visando manter a integridade das mesmas

1.3.6.77. Permitir a gestão das informações a serem transmitidas ao PNCP, permitindo consultas por situação da transmissão, tipo de Ato, número de processo, instrumento contratual.

1.3.6.78. Registrar automaticamente a publicação no momento da transmissão dos atos ao PNCP.

1.3.6.79. Permitir indicar quais processos licitatórios do ente foram publicados no PNCP utilizando outro sistema ou portal de contratação eletrônica, bem como evitar que esses processos sejam novamente transmitidos ao PNCP, evitando duplicidade.

1.3.6.80. Para os municípios abaixo de 20 mil habitantes, deixar opcional a divulgação dos atos, permitindo ao ente escolher quais contratação ele deseja divulgar no PNCP e quais não.

1.3.6.81. Permitir acessar a divulgação realizada no PNCP a partir do processo licitatório ou dispensa, facilitando a conferência de informações.

1.3.6.82. Possibilitar indicar quais anexos o ente deseja divulgar no PNCP e quais não.

1.3.6.83. Permitir a divulgação no PNCP dos empenhos com força de contrato.

1.3.6.84. Apresentar a situação da divulgação dos atos no PNCP, bem como facilitar a consulta e o acesso a essas divulgações.

1.3.6.85. Permitir bloquear/desbloquear, por unidade gestora, a inserção de requisições de contratação, e pedidos de empenhos com datas retroativas à data



CAPITAL DO FELDÃO

de bloqueio.

1.3.6.86. Desconsiderar da Aferição de Compras as contratações para serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, que estejam dentro do limite estimulado § 7º do Artigo 75 da lei 14.133.

1.3.6.87. Possibilitar indicar em qual mês serão geradas as informações nos arquivos relacionados a abertura/julgamento (participantelicitacao.txt, propostalicitacao.txt, quadrosocietario.txt, situacaoparticipantelicitacao.txt e parecerlicitacao.txt), permitindo a entidade escolher entre o mês no qual ocorreu o ato ou o mês de homologação.

1.3.6.88. Atender ao Art. 84. da Lei 14.133 possibilitando a prorrogação da Ata de Registro de Preço, por mais 1 ano, atualizando o prazo final de vigência dela no Portal Nacional de Contratação Públicas. Além disso, deverá permitir a gravação de mais de uma Ata para o mesmo fornecedor.

1.3.6.89. O módulo integrador deverá ser acessado de qualquer local disponibilizado 100% WEB;

1.3.6.90. Possibilitar a importação dos documentos assinados eletronicamente em Plataformas de Assinatura Eletrônica de Documentos e anexação deles no processo licitatório para publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e para envio aos Tribunais de Contas

1.3.6.91. Possibilitar a configuração de Plataformas de Assinatura Eletrônica por Entidade e direcionar o envio dos documentos para o respectivo ambiente de sua entidade.

1.3.6.92. Possibilitar o envio de documentos vinculados ao processo licitatório para uma Plataforma de Documento Digital para simples despacho, sem exigir assinatura quando não se aplicar.

1.3.6.93. Possibilitar a utilização do critério de julgamento de Maior Desconto em processos de Pregão e Concorrência Presenciais e Eletrônicos

1.3.6.94. Possibilitar a indicação do percentual de desconto na digitação das propostas, classificação, lances, empates e negociação, quando utilizado o critério de maior desconto, bem como apresentar esse percentual na impressão de relatórios que demonstre a comparação dos preços propostos pelos licitantes.

1.3.6.95. Atender ao disposto no art. 82, § 6º, da Lei nº 14.133/2021,



CAPITAL DO FERIÃO

viabilizando a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) em casos de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação para a aquisição de bens ou contratação de serviços, permitindo inclusive a utilização de maior desconto sobre tabela de preços para esses processos

1.3.6.96. Atender ao disposto no art. 90, parágrafos § 2º, § 4º e § 7º da Lei 14.133/2021, viabilizando a convocação dos licitantes remanescentes para negociação e celebração de contratos nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor ou nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes quando frustrada a negociação de melhor condição

1.3.6.97. Possibilitar o registro do Procedimento Auxiliar de Pré-Qualificação para registro de licitantes que reúnam condições de habilitação e bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade, realizando a publicação no PNCP do Edital de Chamamento Público e seus resultados.

1.3.6.98. Dispor de integração com plataformas de Pregão Eletrônico (Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, Portal de Compras Públicas, Bolsa Nacional de Compras - BNC), para envio das informações dos processos a serem realizados de forma eletrônica, e recebimento das informações referentes as propostas, os lances por item e por lote, Atas e resultado da sessão pública.

1.3.6.99. Deverá enviar para o Portal de pregão eletrônico as informações e documentos da fase interna do Pregão que será feito da forma eletrônica;

1.3.6.100. Deverá possuir controle de usuários e cadastro de pregoeiros;

1.3.6.101. Deverá realizar validações das informações, como verificação junto ao portal se membros das comissões estão aptos a atuar no processo; verificar se os anexos obrigatórios na fase interna estão vinculados ao processo.

1.3.6.102. Deverá importar todas as fases, eventos da sessão pública dos pregões e anexos obrigatórios para prestação de contas.

1.3.6.103. Na importação dos processos o cadastro de fornecedores e representantes legais no sistema de licitações é realizado de forma automática, caso não estejam cadastrados evitando assim qualquer retrabalho.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Karine Skorupa** e Sra. **Jandira Schellemer**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Gestão de Almoxarifado**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.7.1 ao 1.3.7.32. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 15 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Gestão de Almoxarifado
Intervalo dos Itens no TR	1.3.7.1 à 1.3.7.32
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve

Karine F. Skorupa
 Karine Skorupa

JANDIRA SCHELLEMER
 Jandira Schellemer



1.3.7. MÓDULO DE GESTÃO DE ALMOXARIFADO

1.3.7.1. Permitir que seja possível trabalhar com mais de mil almoxarifados interligados entre si, permitindo a transferência de materiais entre eles, registrando o histórico.

1.3.7.2. Deverá ser possível realizar o bloqueio de um ou vários almoxarifados, e nesta condição não deverá ser possível realizar qualquer registro de movimento para o material.

1.3.7.3. A transferência de itens entre almoxarifado deverá identificar os itens e seus respectivos quantitativos que estão em trânsito, identificando-os em almoxarifado de trânsito ou em almoxarifado virtual, o qual não deverá disponibilizar para movimentação o saldo do material envolvido na transferência até o seu recebimento no almoxarifado de destino.

1.3.7.4. Deverá ser possível catalogar os órgãos que requisitam materiais com seus respectivos responsáveis, tendo a opção de estruturá-lo em grupo e subgrupo por exercício.

1.3.7.5. Dentro de um almoxarifado, e a critério do usuário, deverá ser possível identificar a localização física dos materiais os classificando por grupo e subgrupo de localização física.

1.3.7.6. Deverá ser possível realizar o gerenciamento dos materiais que possuem controle de vencimento, impedindo que se dê entrada no almoxarifado de materiais com data de validade inferior a data de movimento.

1.3.7.7. Os materiais que se tornaram obsoletos poderão ser bloqueados, impedindo a movimentação futura destes materiais para evitar o lançamento errôneo do material.

1.3.7.8. Deverá ser possível determinar a quantidade, máxima, média, mínima e o percentual de reposição do material para cada almoxarifado. E esta informação deverá ser utilizada para a geração de alertas e controles no almoxarifado.

1.3.7.9. Deverá ser possível identificar os materiais que serão de uso exclusivo de determinados órgãos, e quando for este o caso somente estes órgãos poderão movimentar tais materiais.

1.3.7.10. Ao cadastrar um material, o usuário deverá ter a possibilidade de anexar documentos, imagens, planilhas e relacioná-las a esse material.



CAPITAL DO FELIÃO

1.3.7.11. Ao realizar o inventário do almoxarifado deverá ser possível relacionar a portaria de nomeação da comissão responsável pelo referido inventário, a qual deverá identificar o número da portaria, a data de publicação da portaria, a vigência e o nome, CPF e cargo de cada integrante.

1.3.7.12. Deverá ser possível o registro de notas fiscais de serviços e bens patrimoniais, alertando o usuário caso ocorra a tentativa de registro dos referidos documentos em duplicidade.

1.3.7.13. Deverá haver controle restritivo, a critério do usuário administrador, possibilitando que seja possível impedir ou permitir que outro (s) usuário (s) movimente materiais dentro de um almoxarifado.

1.3.7.14. Deverá haver controle restritivo, a critério do usuário administrador, possibilitando que seja possível controlar quais usuários poderão ou não registrar requisições de compra em favor de determinados órgãos requisitantes.

1.3.7.15. Permitir a fixação de cotas financeiras e quantitativas por material individual e por grupo de materiais para os centros de custos (nos níveis superiores e nos níveis mais baixos dentro da hierarquia), mantendo o controle sobre os totais requisitados, alertando sobre eventuais estouros de cotas;

1.3.7.16. Gerar relatório referente ao Consumo Médio dos Materiais e de Curva ABC, permitindo o a emissão seja filtrada por determinado período e classificação de material.

1.3.7.17. Gerenciar a entrega dos materiais requisitados, permitindo entregas parciais e apresentando o saldo pendente de entrega. E quando necessário, deverá ser possível cancelar o saldo pendente de entrega.

1.3.7.18. Deverá ser possível realizar o registro referente a devolução de um material entregue a um requisitante, podendo ser devolvido integralmente e parcialmente, e seu saldo atualizado e disponível no almoxarifado para nova movimentação.

1.3.7.19. Ao registrar a Nota Fiscal de Compras, deverá ser possível relacioná-la a Autorização de Fornecimento oriunda de um processo licitatório. Desta forma o sistema propiciará que seja feita a gestão e controle do saldo dos materiais entre o que foi autorizado pelo processo licitatório e o que efetivamente já foi entregue e entrou em estoque.

1.3.7.20. Deverá ser possível importar o conteúdo e o arquivo físico " XML"



CAPITAL DO FEIJÃO

referente as Notas Fiscais Eletrônicas e vinculá-los a Nota Fiscal do sistema, de forma que o usuário não precise digitar manualmente as informações referentes ao Fornecedor, número e série da Nota Fiscal evitando redundância de trabalho e evitando erros.

1.3.7.21. Deverá ser possível consultar o saldo virtual dos produtos, o qual deverá ser composto pelo saldo físico do material e do saldo quantitativo que está em processo de compra por processo licitatório.

1.3.7.22. Deverá haver consulta que apresente a sugestão de compra por almoxarifado com base no saldo atual e o estoque mínimo do material previsto para o referido almoxarifado.

1.3.7.23. Deverá ser possível rastrear e visualizar em única tela, a partir de um determinado pedido de compra, o número e data da respectiva pesquisa de preços, a modalidade e número do processo licitatório com a data de cada uma das fases do processo, sendo as respectivas fases: Edital, Solicitação de Recursos Orçamentários, Divulgação do Edital, Habilitação, Análise de Parecer Jurídico e/ou Técnico quando houver, Adjudicação, Homologação.

1.3.7.24. Deverá ser possível, a partir do sistema de almoxarifado, realizar consulta referente a situação tributária municipal do fornecedor da nota fiscal. Esta consulta deverá abranger situação de adimplência ou inadimplência de forma integrada ao módulo de arrecadação do município, permitindo verificar o levantamento de débitos, cadastro, sociedade e certidão de dívida ativa.

1.3.7.25. Deverá ser possível emitir relatório que demonstre o consumo de bens materiais por requisitante e por projeto, filtrando pelos seguintes critérios combinados: período da requisição, requisitante, produto e classificação do produto.

1.3.7.26. Deverá ser possível consultar os movimentos do almoxarifado em um único relatório que consolide as seguintes movimentações: Implantação de saldo, nota Fiscal, Devolução de Requisição, Transferências, Acerto de Inventário, Requisição e Baixa. A seleção de impressão poderá utilizar os seguintes critérios combinados: material, classificação de material e por período de movimento.

1.3.7.27. Deverá ser possível emitir relatório que auxilie no levantamento físico dos materiais do almoxarifado. Este relatório deverá apresentar, de forma



CAPITAL DO FENÃO

agrupada por local físico, a codificação, descrição e classificação dos materiais que compõem determinado local físico, disponibilizando espaço em seu leiaute para que o almoxarife preencha de forma manual o quantitativo existente do referido material.

1.3.7.28. Deverá ser possível emitir o Balancete Anual e Mensal do almoxarifado

1.3.7.29. Deverá possuir integração com o sistema de contabilidade, devendo contabilizar todos os fatos que remetem a entrada ou saída de materiais no exato momento em que o fato é realizado. Deverá ainda disponibilizar de mecanismo que permita baixar materiais obsoletos, também com a devida contabilização do mesmo. Deverá também realizar o ingresso de materiais no almoxarifado e no mesmo instante disparar o processo de liquidação do empenho orçamentário que efetuou o processo de aquisição do material.

1.3.7.30. Deverá disponibilizar informações para subsidiar o processo licitatório, fazendo com que as requisições de compras sejam tramitadas diretamente para dar origem ao processo licitatório. Deverá, posteriormente, fazer o link com a entrada de materiais utilizando e baixando a mesma requisição de compras que originou o processo licitatório, rastreando as informações.

1.3.7.31. Permitir a impressão das requisições ao realizar a entrega dos materiais, possibilitando escolher entre visualizar apenas as requisições ou também os seus respectivos itens.

1.3.7.32. Deverá sugestionar os itens autorizados a partir do número da autorização de compra enviada ao fornecedor, evitando assim a digitação manual dos itens das notas fiscais, agilizando o cadastro das mesmas.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Viviane Rodrigues** e Sra. **Lenilce Vitoriano**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Gestão de Patrimônio**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.8.1 ao 1.3.8.23. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 15 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Gestão de Patrimônio
Intervalo dos Itens no TR	1.3.8.1 à 1.3.8.23
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Viviane Rodrigues



 Lenilce Vitoriano



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.8. SISTEMA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO

1.3.8.1. Deverá disponibilizar, conforme preconiza a MCASP atualizado, identificação das Classificações Patrimoniais dos bens junto às suas respectivas contas contábeis do Ativo Imobilizado. Nessa identificação deve necessariamente relacionar as Contas Contábeis que representam o Ativo Imobilizado e a de Depreciação Acumulada, para cada Classificação de Bens Patrimoniais.

1.3.8.2. Deverá disponibilizar, conforme preconiza a MCASP atualizado, para cada Conta Contábil que representa uma Classificação de Bens Patrimoniais, a vida útil (em anos) e o valor residual esperado ao término da vida útil do bem (em % - percentual).

1.3.8.3. Disponibilizar a identificação das Comissão de trabalho para o setor de Patrimônio, dispondo de no mínimo a identificação das Comissões de Avaliação, Levantamento/Inventário e de Recebimento de Bens. Deverá ainda identifica, para cada comissão, a data de criação, de extinção e a respectiva identificação dos membros do grupo.

1.3.8.4. Deverá disponibilizar um cadastro para identificar os Responsáveis por Localizações, por Bens, de modo que essa identificação permita informar, minimamente, o nome do Responsável, o CPF, a Forma de Ingresso e Tipo de Relação do responsável com a entidade. Como formas de ingresso, minimamente, devem existir as opções: Admissão em Emprego Público, Eleição, Nomeação de Cargo Efetivo, Nomeação de Cargo Comissionado. Já como Tipo de Relação é necessário, minimamente: Cargo Efetivo, Cargo Comissionado, Cargo Eletivo, Estagiário, Prestador de Serviços.

1.3.8.5. Deverá disponibilizar cadastro para os bens, sendo opções distintas para bens patrimoniais, alugados e em comodato. Nos bens patrimoniais, deve minimamente dispor de informações da Placa Patrimonial, Descrição, No. Certidão de Registro, Localização, Situação, Classificação Patrimonial, Estado de Conservação, Comissão de Recebimento responsável pelo ato, Data do Ingresso, Tipo do Ingresso, Valor do Ingresso e Valor Complementar, Se é um item que é necessário Ativar na contabilidade, se possuirá Depreciação, o método da depreciação (minimamente tendo as opções de quotas constantes e unidades



CAPITAL DO FELIÃO

produzidas), expectativa de vida útil, valor residual, quando inicia a depreciação do bem, dados do tombamento, matrícula, qual processo licitatório e empenho originou o bem (no caso de aquisição). Deverá ainda listar o Termo de Responsabilidade, a critério do usuário, seja ele individual ou coletivo dos bens.

1.3.8.6. Deverá disponibilizar rotina que permita a alteração da classificação patrimonial do item, de modo que possa ser feito individualmente ou por um lote de itens num mesmo instante. Para tal, deve disponibilizar meios de localizar os itens que são objetivo da alteração da classificação patrimonial, e disponibilizar uma descrição para esse fato que seja aplicada de uma só vez a todos os itens que estão recebendo a nova classificação patrimonial.

1.3.8.7. Disponibilizar mecanismo que permita a transferência física, de locais, dos itens. Esse mecanismo deve permitir a realização de transferência individual de item, parcial ou global (completa), onde neste último todos os itens de um local devem ser alocados em novo local físico. No caso de transferência parcial e global, deve disponibilizar meios de localizar os itens de origem, pela localização dos mesmos e também devendo selecionar mais de um item da mesma localização (quando parcial). Deverá ainda acrescentar uma descrição para o fato, aplicando a mesma ao histórico de todos os itens transferidos.

1.3.8.8. Deverá disponibilizar mecanismo que permita adicionar valores complementares, como custos subsequentes, aos itens já existentes. Na inserção desses valores complementares, deverá informar o tipo de ingresso desse valor, o fornecedor, o valor, a descrição, o processo licitatório, o empenho, devendo permitir a inserção de vários empenhos para um único valor complementar.

1.3.8.9. Deverá gerir os itens patrimoniais, comodatos e alugados dispondo de mecanismos para a cedência e devolução em comodato, registro e devolução de locação de item, identificação de seguro dos itens (contendo informações de seguradora, apólice, vigência, tipo do seguro), a periodicidade e o tipo de manutenção preventiva e corretiva (incluindo a garantia da manutenção realizada).

1.3.8.10. Deverá disponibilizar de gestão para itens que necessitam de conferência após o recebimento. Deverá identificar, ao ingressar o item, que o mesmo necessita ser conferido. Deverá disponibilizar meios de encontrar todos os itens que precisam de conferência, dispondo de um mecanismo que seja



CAPITAL DO FÊLIÃO

possível encontrar esses itens por empenho, fornecedor, classificação, nota fiscal e local físico, inserindo a identificação da conferência e também o responsável pelo fato.

1.3.8.11. Deverá ofertar mecanismo para a realização do inventário patrimonial. Deverá identificar o tipo do inventário, a data de abertura e fechamento/finalização do mesmo, a comissão de inventário responsável, o registro de conformidade do mesmo. Deverá ter meios de localizar os itens que compõem o inventário, sendo possível encontrá-los por: Classificação, Descrição, Estado de Conservação, Localização, Situação. Na realização do inventário, deve ofertar ainda na mesma funcionalidade, a atualização das informações da Localização do bem, Situação, Estado de Conservação, acrescentar histórico para cada item, bem como a realização da Baixa do mesmo. Enquanto durar o inventário, os bens nele relacionados não poderão receber outras operações. Deverá ter suporte a utilização de coletadores de dados, de modo a realizar a exportação e importação de conteúdo para esses equipamentos. Deverá oferecer recurso técnico que permita configurar os arquivos que são exportados e importados pelo coletor de dados, de modo ter flexibilidade para atender simultaneamente mais de um modelo de coletor e possa ser realizada pelo usuário.

1.3.8.12. Deverá oferecer mecanismo para a gestão da depreciação dos bens. Nele deve ser possível identificar a que mês se refere a depreciação, a data de realização. A depreciação deve ser realizada automaticamente para todos os bens, com a possibilidade de informar determinados bens de uma natureza, classificação, conta contábil ou localização, possibilitando a inserção das unidades produzidas para os bens que possuem esse método de depreciação. Deve exibir, num mesmo campo de visão, as informações de todas as Contas Contábeis que receberão as depreciações, e em cada uma delas os itens que estão sendo depreciados. Deverá ainda exibir, para cada item que está sendo depreciado, as informações: Vida útil, produção (quando for o método), Valor Bruto Contábil, Valor Residual, Valor Depreciável, Depreciação já Acumulada, A Depreciação apurada no fato, e o Valor Líquido Contábil. Deverá também dispor de quadros totalizados demonstrando os mesmos valores por Conta Contábil, antes e após a Depreciação que está sendo realizada.



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.8.13. Disponibilizar mecanismo para realizar a Avaliação Patrimonial, tanto a Reavaliação quando a Redução do Ativo ao Valor Recuperável. Deverá permitir a realização da avaliação de forma individual, dispondo de meios para atualização das informações: unidades produzidas, situação, método de depreciação, vida útil, valor residual. Deverá, quando realizada avaliação para um item depreciável, calcular a depreciação parcial até o momento da realização da avaliação patrimonial, permitindo que o novo ciclo do bem, após a avaliação, tenha um novo ciclo para a depreciação. Deve ainda exibir o Valor Bruto Contábil, Valor Residual, Depreciação Acumulada, Depreciação Apurada no fato (na avaliação), e o Valor Líquido Contábil.

1.3.8.14. Deverá disponibilizar de mecanismos para realizar a Baixa dos itens, podendo ser individualmente ou de forma global/em lote. Deverá identificar o tipo da baixa que está sendo realizada, o motivo, e nos casos de baixa global, aplicar o histórico para todos os itens que estão sendo baixados. É necessário identificar o fundamento legal que está amparando tal fato.

1.3.8.15. Deverá dispor de mecanismo para a realização da transferência de itens entre entidades distintas (unidades gestoras). Para tal, deve identificar se a transferência se refere a doação ou apenas transferência temporária, o fundamento legal que ampara tal fato, a identificação da origem e destino dos bens (identificando a unidade gestora e local de destino). Deverá ainda exibir um quadro com todos os itens que estão sendo transferidos, bem como todos os seus valores (contábil, depreciável, residual, líquido contábil).

1.3.8.16. Deverá integrar-se ao sistema de contabilidade de modo que todas as operações que necessitam de contabilização tenham o seu registro, no exato momento em que o fato está sendo realizado. Assim, as operações de Ingresso, Depreciação, Avaliação, Alteração da Classificação Contábil do Bem e Baixa devem contar com esse mecanismo de contabilização. As contabilizações decorrentes desses fatos devem ser flexíveis, configuráveis pelo usuário, de modo que atenda a todas as particularidades de contas contábeis existentes no PCASP. Deverá ainda, ter mecanismo que permita a realização dos estornos dessas operações citadas anteriormente, de modo que também ocorra a contabilização no sistema de contabilidade no exato momento em que ocorre o estorno no sistema de gestão patrimonial.



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.8.17. Deverá emitir relatório com visão contábil das operações realizadas e que possuem essa característica de interferir no valor dos bens. Esse relatório deve demonstrar, por Conta Contábil, por Classificação Patrimonial e por Localização, os valores de Saldo Anterior, Total de Ingressos, Avaliação, Depreciação, Baixa e Saldo Atualizado.

1.3.8.18. Deverá disponibilizar também informações gerenciais e contábeis dos bens, onde se evidencie numa única tela, as informações de saldo anterior, débitos, créditos, saldo atual, valor depreciável, depreciação acumulada e valor líquido contábil, sendo estas informações exibidas por conta contábil e por item/bem patrimonial. Deverá ainda exibir, na mesma tela, as operações de cada item que resultaram nos totalizadores acima citados, contendo a data da operação, a descrição, o valor da operação e o reflexo dessa operação para a contabilidade.

1.3.8.19. Deverá disponibilizar relatório onde conste todo o histórico das alterações realizadas ao longo da vida útil do item, demonstrando minimamente as informações de alterações de placa, situação, estado de conservação, responsável. Também deverá demorar em relatório todas as movimentações ocorridas com o bem e que tiveram impacto em seus valores, como depreciação, avaliação, baixa.

1.3.8.20. Deverá dispor de filtros para permitir calcular a depreciação dos itens de determinada conta contábil, localização, natureza, ou até mesmo de um único item, tornando o cálculo mais flexível e facilitando o recálculo, quando este se fizer necessário.

1.3.8.21. Possibilitar a transferência e um ou mais itens, seja patrimonial, comodato ou alugado, de uma determinada localização ou classificação, além de fornecer um resumo dos itens que serão transferidos com os respectivos valores totalizados, além de permitir indicar um intervalo de itens a serem transferidos, por código a placa inicial e final.

1.3.8.22. Possibilitar a geração de Termo de Responsabilidade com a relação dos itens patrimoniais, a ser entregue para assinatura dos detentores desses bens. Deve ser possível imprimir no termo todos os bens de um determinado responsável, ou de uma determinada localização, ou com determinadas situações/estados de conservação



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

67

1.3.8.23. Disponibilizar relatórios para realizar a conferência das movimentações de ingresso e egresso de bens, permitindo filtrar por entidade, número do empenho, tipo de operação, classificação e/ou conta contábil. Permitir listar as movimentações sem empenho vinculado.



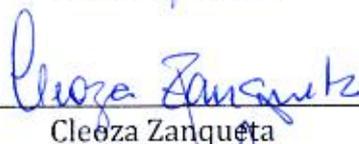
ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Marlice Mariano**, Sra. **Cleza Zanqueta** e Sr. **Sérgio Fernandes**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.9.1 ao 1.3.9.67. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 15 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento
Intervalo dos Itens no TR	1.3.9.1 à 1.3.9.67
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve


 Marlice Mariano


 Cleza Zanqueta


 Sérgio Fernandes



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.9. MÓDULO RECURSOS HUMANOS FOLHA DE PAGAMENTO

1.3.9.1. Permitir duplicar as informações de uma Entidade, duplicando minimamente as informações de Cargos, Funcionários, Lotações, Verbas, objetivando a realização simulada de cálculos e emissão de relatórios.

1.3.9.2. Permitir a gestão de múltiplas entidades, mantendo a independência de informações de cada uma delas. Disponibilizar, a critério do usuário, opção para que as matrículas dos servidores possam ser cadastradas em sequência única, independente da entidade.

1.3.9.3. Permitir identificar dentro de uma mesma Lotação (Local de Trabalho), mais de um Centro de Custo, sendo possível a contabilização e geração de relatórios por centro de custo.

1.3.9.4. Permitir identificar o servidor em seu local de trabalho de origem, bem como o local de trabalho de destino, em caso de movimentação do servidor dentro da estrutura organizacional da entidade. Deverá disponibilizar histórico de informações contendo todos os locais de trabalho em que o servidor já foi alocado. Da mesma forma, deve permitir a emissão de relatórios gerenciais, com opção de seleção pelo local de origem ou local de destino.

1.3.9.5. Permitir o cálculo dos valores previdenciários de Fundo de Previdência (RPPS) da entidade, como valores patronais, valores retidos dos servidores e também valores patronais suplementares, caso a entidade optar também por esta forma de complemento. Deverá permitir o cálculo para mais de um Fundo de Previdência, caso a entidade tiver, bem como a emissão da guia de recolhimento por Fundo de Previdência.

1.3.9.6. Permitir o cálculo dos valores previdenciários de Fundo de Previdência (RPPS) da entidade, como valores patronais, valores retidos dos servidores e também valores patronais suplementares, caso a entidade optar também por esta forma de complemento. Deverá permitir o cálculo para mais de um Fundo de Previdência, caso a entidade tiver, bem como a emissão da guia de recolhimento por Fundo de Previdência.

1.3.9.7. Permitir o controle de descontos consignados na folha de pagamento dos funcionários, de forma que o valor máximo de desconto não ultrapasse a margem legal de desconto, que deve ser definida pela entidade. Deverá ter opção para que



CAPITAL DO FELIÃO

seja possível descontar todos os valores consignados dentro da margem legal, priorizar quais descontos deverão ser realizados em ordem de importância, não permitindo o desconto dos valores que ultrapassam a margem legal.

1.3.9.8. Manter o controle do quadro de vagas, por cargo e lotação, permitindo ao administrador definir a forma de restrição quando exceder o limite de vagas orçadas para o cargo contratado. As formas de restrição devem ser: Bloqueio, Advertência e Sem Restrição. Deverá gerar relatório gerencial referente ao quadro de vagas, demonstrando as informações de vagas Previstas, Realizadas e o Saldo de vagas para o cargo.

1.3.9.9. Manter histórico por usuário do sistema, referente aos registros de inclusão, alteração e exclusão, do cadastro de servidor e de seus dependentes, bem como de lançamentos variáveis, fixo, afastamentos, faltas e programação de férias. Deverá gerar relatório dos registros, por usuário e período, contendo minimamente as informações de nome do usuário, data, horário e a informação do conteúdo incluído, alterado e excluído.

1.3.9.10. Deverá permitir o cadastro de servidores que possuem mais de um vínculo empregatício com a entidade, vinculando cada contrato ao seu Regime de Previdência (RPPS ou RGPS). Deverá ainda, para servidores que possuem mais de um contrato de trabalho com entidade, realizar o acúmulo de bases de encargos para Previdência (RPPS ou RGPS) e IRRF, bem como o cálculo dos encargos de retenção do servidor e encargos patronais da entidade.

1.3.9.11. Disponibilizar mecanismo para realização da cópia do Registro de Contrato do servidor ativo e demitido, duplicando todos os dados anterior de contrato de trabalho do servidor em um novo contrato. Deve permitir a partir da cópia, realizar as alterações dos dados que foram copiados, efetivando o novo registro de contrato do servidor.

1.3.9.12. Ofertar o registro de contrato suplementar para servidor ativo, que substituirá de forma temporária outro servidor. Deverá gerar um novo registro de contrato, contendo a nova matrícula para o servidor substituto, data do período de duração da substituição e qual servidor está sendo substituído. O cálculo da folha mensal deverá ocorrer para o contrato substituto até a data fim de período definido, encerrando de forma automática ao seu término.



CAPITAL DO FÉRIÃO

1.3.9.13. Deverá dispor de mecanismo para realizar a reintegração de servidores que foram demitidos. No registro de reintegração do servidor, deverá constar as informações de reintegração solicitadas pelo e-Social, sendo minimamente o tipo de reintegração, número do processo judicial, lei de anistia e indicador de remunerações paga em juízo. Após efetuado o registro de reintegração, o servidor deve constar no sistema da folha de pagamento, para o processo do cálculo mensal.

1.3.9.14. Possuir cadastro de beneficiários de pensão judicial, utilizados nos processos de folha mensal, férias e 13º salário. Deverá cessar automaticamente a concessão da pensão ao atingir o limite de idade, devendo esta última ser configurável pelo usuário. Deverá ainda ter opção para gerar arquivo de crédito bancário para o beneficiário, e a emissão de recibo de pagamento da Pensão Judicial.

1.3.9.15. Disponibilizar o cadastro de Operadoras de Plano de Saúde, flexibilizando a definição das regras de cálculo da mensalidade por valor fixo e faixa etária, mensalidade com percentual sobre salário base, e percentual de participação da Entidade e cônjuge. Os valores descontados do Plano de Saúde do funcionário devem ser enviados de forma automática para e DIRF e Comprovante de Rendimentos.

1.3.9.16. Dispor de rotina de cálculo do benefício de Vale Transporte, ofertando o cadastro de empresas de vale transporte, linhas, tarifas específicas por linha de transporte e usuários que terão direito ao benefício. Deve listar relatório de conferência, com informações da quantidade de vale transporte que a entidade deve comprar mensalmente, bem como o valor que corresponde a parte legal da entidade e o valor de desconto que compete ao funcionário.

1.3.9.17. Emitir relatório de movimentação de pessoal, por período, listando minimamente os seguintes tipos de movimentações: Admissão, Demissão, Cargo, Alteração Salarial, Cedência, Afastamentos, Faltas, Movimento Fixo e Variável. O relatório deve conter informações de matrícula, nome do funcionário, período da movimentação e o tipo de movimentação.

1.3.9.18. Deverá controlar os valores de descontos na folha de pagamento dos funcionários, permitindo ao usuário administrador parametrizar quais são as



CAPITAL DO FÊLIÃO

verbas de descontos que devem ser controladas, de forma que não gere saldo negativo na folha mensal dos funcionários.

1.3.9.19. Os valores dos descontos que foram rejeitados, por motivo de insuficiência de saldo, devem ser listados na forma de relatório contendo minimamente o código e descrição da verba, matrícula e nome do funcionário, e o valor rejeitado.

1.3.9.20. Dispor de rotina de lançamento de movimento fixo e variável, disponibilizando ao usuário formas de lançamento por matrícula, verba, grupo de funcionários e por tipo de cálculo de folha mensal, férias, rescisão e 13º salário. Ofertar opções para alterar e substituir valores de movimentos fixo e variável já informados. Deverá disponibilizar relatórios de conferência de movimentos fixo e variável, permitindo classificar e totalizar por verba/funcionário e funcionário/verba, listando minimamente matrícula e nome do funcionário, código e descrição da verba, valor da verba, data de início e fim do movimento informado.

1.3.9.21. Manter o registro e controle de servidores cedidos e recebidos para outros órgãos ou entidades, bem como o período de duração da cedência do servidor, identificando o tipo de cessão (Cedido ou Recebido) e se a forma de pagamento será com ônus para a entidade que está cedendo ou recebendo o servidor. Deverá realizar a baixa automática do movimento de cessão ao término do período determinado.

1.3.9.22. Ofertar o registro e controle de servidores efetivos que são nomeados para ocupar cargos comissionados, permitindo informar o período de duração, cargo e a faixa salarial que corresponde ao cargo comissionado. O cálculo da folha mensal do servidor em cargo comissionado deverá ser com referência na faixa salarial do cargo ocupado, bem como as demais verbas de proventos e vantagens que tem por base o salário do servidor. Deverá cessar de forma automática o cálculo dos valores referentes ao cargo comissionado quando finalizar o período determinado, voltando o servidor ao cargo de origem.

1.3.9.23. Dispor de rotinas que permitam realizar o reajuste de salarial por verba e por faixa salarial, permitindo realizar este ajuste por percentual e valor informado. Deverá ter opção de reajuste de forma simulada, para a realizar as conferências dos valores reajustados, bem como a opção para realizar o reajuste



CAPITAL DO FÉLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

de forma efetiva. Deverá ainda ofertar relatório de conferência listando minimamente os funcionários impactados, valor anterior, valor reajustado e o percentual.

1.3.9.24. Ofertar o registro de servidores que possuem vínculo empregatício em outras empresas, permitindo informar o CNPJ da empresa, o valor da base de contribuição, a categoria de trabalhador para o e-Social e o período de vigência do vínculo empregatício na outra empresa. Deverá realizar o cálculo mensal do servidor que possui múltiplo vínculo, acumulando a base de contribuição de todos os vínculos, respeitando o limite máximo de desconto do INSS de acordo com a tabela oficial do INSS.

1.3.9.25. Dispor de consulta dos valores calculados da contribuição do empregado (INSS) em memória de cálculo, exibindo minimamente a Tabela Progressiva do INSS atualizada de acordo com cada competência de cálculo, base de contribuição, o valor calculado em cada faixa de contribuição e seu respectivo percentual aplicado.

1.3.9.26. Ainda, caso o servidor tiver mais de um contrato de trabalho (múltiplo vínculo), deverá mostrar os valores da base de contribuição acumulados de todos os vínculos, bem como o valor calculado em cada faixa de contribuição e seu respectivo percentual aplicado.

1.3.9.27. Dispor de rotina de importação de arquivo texto para movimento fixo, variável, faltas e afastamentos. Permitir a definição dos campos das tabelas, por tipo de movimento, que será importado. Deverá imprimir relatório de importação contendo minimamente a matrícula e nome do funcionário, o valor importado ou rejeitado, bem como a totalização dos valores importados e rejeitados.

1.3.9.28. Dispor de rotina para programação e cálculo do Décimo Terceiro de Adiantamento, anual e Final, bem como opção para programar e calcular os valores variáveis (média) sobre o Décimo Terceiro Salário, de forma geral, grupo de funcionários e individual. Deverá também dispor de rotina para apurar os avos de direito de Décimo Terceiro Salário, bem como opção para abonar avos perdidos.

1.3.9.29. Dispor de relatório para conferência de avos perdidos por motivos de ausência (falta e afastamento), por funcionário, para a apuração dos períodos de Férias, Décimo Terceiro Salário e Benefícios por Tempo de Serviço. Deverá listar



CAPITAL DO FÊLIÃO

a quantidade de faltas e afastamentos ocorridos em cada período de apuração de Férias, Décimo Terceiro Salário e Benefícios por Tempo de Serviço.

1.3.9.30. Disponibilizar rotina para programação e cálculo de Férias com período esquisito fechado e aberto, inclusive para mais de um período aquisitivo, bem como opção para programar e calcular os valores variáveis (média) sobre Férias, de forma geral, grupo de funcionários e individual. Deverá também disponibilizar rotina para apurar os avos de direito de Férias, por tipo de férias, ofertando opções parametrizáveis para definir a quantidade de meses trabalhados para aquisição, concessão e prescrição, bem como os tipos de faltas e afastamentos que devem ser considerados para perda e suspensão de avos de férias.

1.3.9.31. Permitir o registro e controle de férias concedidas e que foram interrompidas em virtude da concessão do Afastamento de Maternidade. A interrupção de férias deve ocorrer de forma automática quando ocorrer a concessão do Afastamento de Maternidade para o funcionário (a) em gozo de férias. Da mesma forma, o retorno ao gozo do saldo dos dias de férias do funcionário (a) deverá ocorrer após finalizado os dias de direito do Afastamento de Maternidade. Deverá listar relatório de férias interrompidas, contendo minimamente informações da matrícula e nome do funcionário (a), período de férias aquisitivo, período de férias concedido, a data de início e fim da interrupção, bem como a nova data de retorno ao gozo das férias interrompidas.

1.3.9.32. Disponibilizar rotina para programação e cálculo de Rescisões de forma individual e coletiva. Deverá também disponibilizar opção para o registro e cancelamento do Aviso Prévio, emissão do Aviso Prévio, bem como a emissão do Termo de Rescisão (*HomologNet*).

1.3.9.33. Permitir o registro e manutenção de informações pessoais e funcionais de pessoal ativo, inativo e pensionista, registrando a evolução histórica dos registros e alterações.

1.3.9.34. Permitir liberação das funcionalidades por usuário e com controle de acesso restrito por lotação, permitindo acesso exclusivo das informações por lotação de acesso, para descentralização das atividades.

1.3.9.35. Garantir a disponibilidade e segurança das informações históricas das verbas e valores de todos os pagamentos e descontos realizados por competência.

1.3.9.36. Ofertar o cadastramento de currículos de candidatos e funcionários.



CAPITAL DO FÉLÃO

- 1.3.9.37.** Permitir o registro de atos de elogio, advertência e punição.
- 1.3.9.38.** Permitir criar tabelas e campos para o registro de informações cadastrais complementares. Deverá ainda dispor destas tabelas e campos criados, para a formatação de arquivos e geração de relatórios.
- 1.3.9.39.** Dispor do registro de Dependentes dos servidores para a realização de cálculos da folha de pagamento, referentes a benefícios e encargos. Deverá realizar a baixa automática da relação de dependência quando atingir o limite de idade configurado pelo usuário.
- 1.3.9.40.** Permitir o controle das funções em caráter de confiança exercida e averbada, que o servidor tenha desempenhado, dentro ou fora do órgão, para pagamento de quintos ou décimos de acordo com a legislação.
- 1.3.9.41.** Permitir o controle do tempo de serviço efetivo, emitir certidões de tempo de serviço e disponibilizar informações para cálculo e concessão aposentadoria.
- 1.3.9.42.** Permitir o registro e controle da promoção e progressão de cargos e salários dos servidores.
- 1.3.9.43.** Ofertar rotina que permita controlar limite de piso e teto salarial de acordo com os limites configurados pelo usuário. Deverá gerar relatório de críticas no momento da execução do cálculo da folha mensal, quando ocorrer o limite salarial excedido, listando minimamente a matrícula, nome e o valor do salário que gerou o limite excedido.
- 1.3.9.44.** Dispor de rotina de apuração de benefícios concedidos por tempo de serviço, tais como anuênio, triênio, quinquênio, licença prêmio, progressões salariais. Deverá também realizar controle dos períodos de apurações referente a prorrogação, suspensão e perda do benefício, de acordo com os tipos de faltas e afastamentos configurados pelo usuário.
- 1.3.9.45.** Ofertar o controle dos Tomadores de serviço, pagamentos por RPA, Nota Fiscal, integrando de forma automática essas informações para a geração do arquivo SEFIP e DIRF.
- 1.3.9.46.** Dispor de rotina para cálculos simulados, permitindo realizar simulações de reajuste salarial bem como o cálculo de forma parcial e total da folha de pagamento.
- 1.3.9.47.** Deverá listar relatório com os valores simulados calculados.



CAPITAL DO FÉLIÃO

1.3.9.48. Permitir o cálculo de Folha Complementar e Retroativa com encargos (IRRF/Previdência), recalculando todos os funcionários que tiveram diferença salarial a ser paga. Deverá ainda, para os funcionários que pertencem ao regime de RGPS, gerar a SEFIP retificadora para a competência devida.

1.3.9.49. Permitir o cálculo para pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionistas, tratando adequadamente os diversos regimes jurídicos, adiantamentos, pensões e benefícios, permitindo recálculos gerais, parciais ou individuais.

1.3.9.50. Permitir o controle no cálculo da folha mensal para os funcionários com término de contrato no mês cujo contrato não foi rescindido, emitindo mensagem de advertência no término do processamento do cálculo, listando a matrícula, nome e data de término do contrato.

1.3.9.51. Dispor de rotina de bloqueio do cálculo mensal, não permitindo aos usuários do sistema realizar movimentações que afetem o resultado do cálculo já fechado. Deverá permitir o desbloqueio do cálculo, somente para o usuário autorizado pelo administrador.

1.3.9.52. Ofertar rotina de cálculo da provisão de Férias, 13º Salário.

1.3.9.53. Dispor de rotina para emissão do relatório analítico e sintético, dos valores provisionados, listando minimamente o saldo anterior, saldo atual, baixas período, baixa mês, ajuste (+) mês, ajuste (-) mês, perdas período, perdas mês, provisão mês e o saldo total provisionado.

1.3.9.54. Dispor de rotina para parametrização de categorias econômicas para provisão e baixa de férias e 13º salário filtrando por vínculo empregatício e por tipo de provisão separando minimamente em Provisão/Baixa de Férias, Baixa de férias 1/3, Baixa de férias - Abono Pecuniário, Baixa de férias - Média, Baixa de Férias - 1/3 de Média, Baixa de Férias - Indenizadas, Encargos de FGTS de férias, Encargos de RPPS de Férias, Encargos de RGPS de Férias, Provisão\Baixa de 13º Salário, Encargos de FGTS de 13º, Encargos de RPPS de 13º e Encargos de RGPS de 13º.

1.3.9.55. Permitir a parametrização das contas contábeis de despesas e receitas com pessoal, bem como a emissão do demonstrativo da integração contábil da Folha Mensal, provisão de férias e provisão de 13º Salário.



CAPITAL DO FÉLÍAO

1.3.9.56. Permitir a geração de informações mensais para Tribunal de Contas do Estado (TCE), fundo de Previdência Municipal (GPRM), Previdência Social (GPS e MANAD), Caixa (GRFC, GRRF, SEFIP/GFIP) e Ministério do Trabalho (CAGED).

1.3.9.57. Permitir a geração de informações anuais como RAIS, DIRF, Comprovante de Rendimentos e pagamento PIS/PASEP.

1.3.9.58. Permitir a formatação de modelos de contracheque, cheques de pagamento e etiquetas, bem como a emissão dos formulários parametrizados pelo usuário.

1.3.9.59. Permitir formatação e geração de arquivos para crédito bancário.

1.3.9.60. Permitir utilização de logotipos, figuras e formatos PCL como imagem de fundo nos relatórios.

1.3.9.61. Permitir a parametrização de documentos legais e admissionais, com uso de um editor de texto (*Word e Broffice Writer*).

1.3.9.62. Permitir a parametrização de múltiplos organogramas para emissão de relatórios.

1.3.9.63. Permitir leitura e importação de arquivo do tipo texto (TXT) disponibilizado pelo Sistema de Controle de Óbitos nacional, para posterior averiguação com os CPF's existentes na base de dados da entidade, identificando os servidores que possuem contrato de trabalho ativos (sem data de desligamento) e que constam no arquivo de Controle de Óbitos.

1.3.9.64. Deverá listar, após a importação do arquivo e averiguação com a base de dados, os CPFs encontrados.

1.3.9.65. O relatório deverá conter minimamente: Nome da entidade, Matrícula, Nome, CPF, Data de Admissão e Data de Óbito.

1.3.9.66. Disponibilizar mecanismo onde seja possível concentrar todas as funcionalidades que estão em uso no sistema (estão abertas). Esse mecanismo deve exibir em formato de lista todas as funcionalidades que estão em uso e permitir alternar entre as funcionalidades abertas através dele mesmo. Também deve dispor de opção para Fechar, Minimizar e Restaurar todas as funcionalidades em uso (abertas) através de um único comando.

1.3.9.67. Dispor de filtro de consulta que permita o usuário localizar qualquer funcionalidade através da "palavra-chave" digitada, retornando como resultado da busca (filtro) todas as funcionalidades existentes. As funcionalidades



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

encontradas devem ser exibidas em tela, na ordem alfabética exibindo o caminho completo da funcionalidade, permitindo o acesso e abertura da funcionalidade ao clicar sobre o item selecionado.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Marlice Mariano**, Sra. **Cleoza Zanqueta** e Sr. **Sérgio Fernandes**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atualização Cadastral E-Social**, apresentada pela empresa GOVBR - Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR - Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.11.1 ao 1.3.11.28. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 15 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atualização Cadastral E-Social
Intervalo dos Itens no TR	1.3.11.1 à 1.3.11.28
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve

Marlice C. Mariano

Marlice Mariano

Cleoza Zanqueta

Cleoza Zanqueta

Sérgio Fernandes

Sérgio Fernandes



CAPITAL DO FÉLIZ

1.3.11. MÓDULO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO - ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E-SOCIAL

1.3.11.1. Permitir realizar o diagnóstico da Qualificação Cadastral antes da geração do arquivo, realizar a geração arquivo de informações para envio ao Portal Nacional do e-Social referente a Qualificação Cadastral e receber arquivo de retorno do e-Social e emitir relatório com as críticas apurada.

1.3.11.2. Permitir o agrupamento de empresas com o mesmo CNPJ para envio ao e-Social.

1.3.11.3. Utilizar o mecanismo Token para habilitar os novos campos referentes ao e-Social.

1.3.11.4. Permitir realizar o cadastramento do responsável pelo e-Social com todas as informações exigidas pelo e-Social Nacional.

1.3.11.5. Permitir realizar o relacionamento dos códigos de verbas do sistema com as rubricas do e-Social.

1.3.11.6. Permitir gerar o relatório de Diagnóstico das informações do Empregador, Cargos, Escalas, Horários, e listar as inconsistências encontradas.

1.3.11.7. Permitir gerar o relatório de Diagnóstico do Empregado com dados pessoais, documentação, endereço, formação, informações contratuais, e listar as inconsistências encontradas.

1.3.11.8. Permitir a parametrização das rubricas do e-Social com a bases legais (IRRF, INSS, FGTS) e gerar relatórios de divergências.

1.3.11.9. Deve dispor de rotina que permita a consulta dos Eventos registrados pelo sistema de Gestão de Pessoas, permitindo o acompanhamento do processamento dos Eventos através dos status, listando minimamente os Eventos com status Pendente, Agendado, Processado e Processando, bem como a quantidade de registros (Eventos).

1.3.11.10. A consulta dos Eventos deve dispor também de opções de filtro por Período, Empregador, CPF do Empregado, Tipo de Evento e o Tipo de Status do Processamento do Evento.

1.3.11.11. Deverá ainda dispor de rotina que permita visualizar e salvar o arquivo XML dos Eventos gerados.



CAPITAL DO FÉLÍAO

1.3.11.12. Dispor de rotina que permita geração, reenvio e exclusão de eventos periódicos possuindo filtro que realiza a busca minimamente por empresa, Matrícula, Nome, CPF e Situação.

1.3.11.13. Dispor de rotina que permita geração, reenvio e exclusão de eventos periódicos possuindo filtro que realiza a busca minimamente por empresa, Matrícula, Nome, CPF e Situação.

1.3.11.14. Possuir funcionalidade de conferência de INSS\FGTS que liste minimamente a matrícula do funcionário, nome e CPF, realizando a comparação dos valores apurados por funcionário com os valores retornados pelo e-Social, comparando minimamente:

1.3.11.15. Base INSS apurada pelo sistema de Gestão de Pessoas X Base INSS e-Social;

1.3.11.16. Valor de INSS descontado do funcionário apurado pelo sistema de Gestão de Pessoas X INSS do funcionário Apurado pelo e-Social;

1.3.11.17. Base FGTS Calculada pelo sistema de Gestão de Pessoas X Base FGTS Apurada pelo e-Social;

1.3.11.18. FGTS do funcionário apurado pelo sistema de Gestão de Pessoas X FGTS Apurado pelo e-Social e listar as diferenças apuradas entre os valores comparados caso elas venham a existir.

1.3.11.19. Dispor de totalizador sintético realizando a comparação de:

1.3.11.20. Base INSS apurada pelo sistema de Gestão de Pessoas X Base INSS e-Social;

1.3.11.21. Valor de INSS descontado do funcionário apurado pelo sistema de Gestão de Pessoas X INSS do funcionário Apurado pelo e-Social;

1.3.11.22. INSS Patronal Apurado pelo sistema de Gestão de Pessoas X INSS Patronal Apurado pelo e-Social;

1.3.11.23. Salário Maternidade Apurado pelo sistema de Gestão de Pessoas X Salário Maternidade Apurado pelo e-Social;

1.3.11.24. Salário Família Apurado pelo sistema de Gestão de Pessoas contra Salário Família Apurado pelo e-Social;

1.3.11.25. Base FGTS Calculada pelo sistema de Gestão de Pessoas X Base FGTS Apurada pelo e-Social;



CAPITAL DO FÉLÍCIO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

82

1.3.11.26. FGTS dos funcionários apurado pelo sistema de Gestão de Pessoas X FGTS dos funcionários apurado pelo e-Social;

1.3.11.27. Deve conter ainda a quantidade de funcionários bem como filtro para apurar somente funcionários com divergências de valores;

1.3.11.28. Possuir funcionalidade de conferência de IRRF listando minimamente matrícula do funcionário, nome e CPF e realizando a comparação dos valores de base de IRRF apurados pelo sistema de Gestão de Pessoas X os valores de IRRF apurados pelo retorno do e-Social, possuir status que alerte em caso de diferenças, totalizador de funcionários e filtro para apurar somente funcionários com divergência de valores.

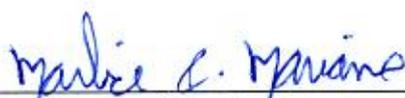


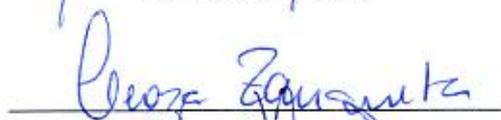
ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

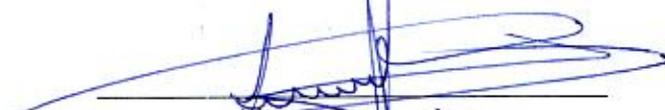
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Marlice Mariano**, Sra. **Cleoza Zanqueta** e Sr. **Sérgio Fernandes**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Envio de Informações E-Social**, apresentada pela empresa GOVBR - Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR - Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.12.1 ao 1.3.12.21. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Envio de Informações E-Social
Intervalo dos Itens no TR	1.3.12.1 à 1.3.12.21
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve


 Marlice Mariano


 Cleoza Zanqueta


 Sérgio Fernandes



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.12. MÓDULO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO - ENVIO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES E-SOCIAL.

1.3.12.1. Permitir ao usuário administrador, definir de forma parametrizável a periodicidade de envio dos eventos para o ambiente do e-Social.

1.3.12.2. Deverá validar as informações recebidas nos arquivos XMLs oriundos do sistema de gestão de pessoas, com referência nas regras definidas dos layouts do e-Social.

1.3.12.3. Deverá assinar digitalmente os arquivos de eventos em formato XML através de Certificado Digital A1.

1.3.12.4. Dispor de rotina para enviar os arquivos de eventos assinados digitalmente para o ambiente do e-Social.

1.3.12.5. Deverá receber e armazenar os protocolos referente ao envio dos eventos para o ambiente do e-Social.

1.3.12.6. Permitir consultar através dos protocolos armazenados, o resultado do processamento dos eventos, identificando o status do evento, se foi armazenado ou rejeitado. Deverá ainda, para os eventos rejeitados exibir a mensagem com o motivo pelo qual o evento foi rejeitado.

1.3.12.7. Dispor de rotina para reenviar os eventos do e-Social que apresentaram inconsistências.

1.3.12.8. Manter o controle dos arquivos enviados e validados para o fechamento da Competência da Folha de Pagamento.

1.3.12.9. Deve dispor de rotina que permita a consulta de todos os Eventos registrados pelo sistema de Gestão de Pessoas, permitindo o acompanhamento do processamento dos Eventos através dos status, listando minimamente os Eventos com status Agendado, Aguardando Envio, Aguardando Exclusão, Aguardando Processamento, Aguardando Retificação, Excluído, Processado com Advertência, Processado com Erro, Processado com Erro - Permite Reenvio, Processado com Sucesso, Retificado e Todos.

1.3.12.10. A consulta dos Eventos deve dispor também de opções de filtro por Período, CPF do Trabalhador, Matrícula, Empregador, Tipo de Evento ID e-Social e Descrição.



CAPITAL DO FÉLIÃO

1.3.12.11. Deve conter também um filtro para listar a competência de 13º Salário separada das demais competências.

1.3.12.12. Possuir rotina para retificação de eventos por vínculo empregatício.

1.3.12.13. Deverá validar as informações recebidas nos arquivos XMLs oriundos do sistema de gestão de pessoas, com referência nas regras definidas dos layouts do e-Social.

1.3.12.14. Deverá assinar digitalmente os arquivos de eventos em formato XML através de Certificado Digital A1.

1.3.12.15. Dispor de rotina para enviar os arquivos de eventos assinados digitalmente para o ambiente do e-Social.

1.3.12.16. Deverá receber e armazenar os protocolos referente ao envio dos eventos para o ambiente do e-Social.

1.3.12.17. Permitir consultar através dos protocolos armazenados, o resultado do processamento dos eventos, identificando o status do evento, se foi armazenado ou rejeitado. Deverá ainda, para os eventos rejeitados exibir a mensagem com o motivo pelo qual o evento foi rejeitado.

1.3.12.18. Dispor de rotina para reenviar os eventos do e-Social que apresentaram inconsistências.

1.3.12.19. Manter o controle dos arquivos enviados e validados para o fechamento da Competência da Folha de Pagamento.

1.3.12.20. Deverá ainda dispor de rotina que permita detalhar os eventos, listando as ocorrências do evento e também do lote do evento, além de exibir o XML de envio, XML de retorno e informações complementares, contendo CPF do trabalhador, Nome do Trabalhador e Recibo de Envio.

1.3.12.21. A rotina ainda deve permitir a realização de retificação e exclusão dos eventos não periódicos.



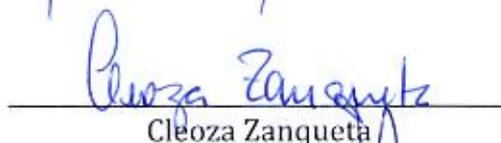
ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Marlice Mariano**, Sra. **Cleoza Zanqueta** e Sr. **Sérgio Fernandes**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Portal do Servidor Contracheque Online**, apresentada pela empresa GOVBR - Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR - Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.14.1 ao 1.3.12.15. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Portal do Servidor Contracheque Online
Intervalo dos Itens no TR	1.3.14.1 à 1.3.14.15
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve


 Marlice Mariano


 Cleoza Zanqueta


 Sérgio Fernandes



CAPITAL DO FÉLIÃO

1.3.14. MÓDULO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO – PORTAL DO SERVIDOR CONTRACHEQUE ONLINE

1.3.14.1. Permitir o acesso ao Portal do Servidor com login/senha, utilizando como padrão de login CPF.

1.3.14.2. Permitir a solicitação de nova senha em caso de esquecimento, enviando link com nova senha para e-mail previamente cadastrado.

1.3.14.3. Permitir a parametrização dos campos, informações no contracheque, de acordo com a definição do usuário/administrador.

1.3.14.4. Permitir incluir logotipo e marca d'água da empresa (órgão) no contracheque.

1.3.14.5. Permitir a formatação de layout do formulário do modelo do contracheque web.

1.3.14.6. Permitir consulta e emissão do Contracheque, Consulta e emissão do Informe de Rendimentos no layout da RFB, mediante identificação do login e senha, por servidor.

1.3.14.7. Permitir a validação do contracheque impresso via web pelo servidor, utilizando a forma de autenticação QR code, para comprovação de autenticidade.

1.3.14.8. Permitir parametrizar quais os dados cadastrais o servidor terá acesso para conferência e atualização, permitindo ainda que o RH defina quais "campos" deverá enviar comprovante para validar as atualizações.

1.3.14.9. Permitir ao usuário do RH conferir as informações enviadas através do Portal do Servidor, e validar ou rejeitar as mesmas com documentos anexados quando necessário e atualizar as mesmas no cadastro do funcionário.

1.3.14.10. Permitir listar informações relativas aos servidores que terão acesso ou não ao Portal [Logins Divergentes e Logins Disponíveis.

1.3.14.11. Permitir o servidor consultar e atualizar seus dados pessoais no Portal do Servidor, por meio de Login e Senha.

1.3.14.12. Permitir consulta e emissão do contracheque via internet, com parametrização do servidor de acesso, definição do login por funcionário e critérios para geração da senha inicial, permitindo alteração da senha após primeiro acesso.



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

- 1.3.14.13.** Permitir controle da disponibilidade das informações para consulta, por competência e Tipo de Cálculo.
- 1.3.14.14.** Permitir consulta e emissão do Contracheque com acesso via internet, mediante identificação do login e senha, por funcionário.
- 1.3.14.15.** Permitir listar Relação de Acesso ao Contracheque, Login Inválido.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

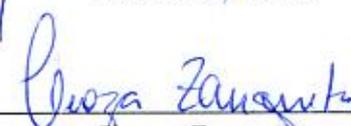
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Marlice Mariano** e Sra. **Cleoza Zanqueta**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atos Legais e Efetividade**, apresentada pela empresa GOVBR - Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR - Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.10.1 ao 1.3.10.5. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atos Legais e Efetividade
Intervalo dos Itens no TR	1.3.10.1 à 1.3.10.5
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Marlice Mariano



 Cleoza Zanqueta



1.3.10. MÓDULO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO - ATOS LEGAIS E EFETIVIDADES.

1.3.10.1. Permitir o registro dos documentos de Atos Legais tais como portarias, decretos, requisições.

1.3.10.2. Permitir a manutenção do movimento de Ato Legal por servidor, independente das alterações cadastrais do funcionário, Afastamentos e Benefícios Fixos.

1.3.10.3. Permitir integração das alterações cadastrais, Afastamentos e Benefícios Fixos do funcionário com movimento de Ato Legal que autoriza a movimentação.

1.3.10.4. Permitir o controle dos Atos a serem considerados para Efetividade, conforme tipo e opções parametrizadas pela empresa.

1.3.10.5. Permitir emissão da Certidão Tempo de Serviço com grade de Efetividade, por ano, meses e tipo efetividade com dias por mês e total por ano, com resumo final. Tempo Municipal e Tempo Efetividade (Tempo Atual mais anterior).



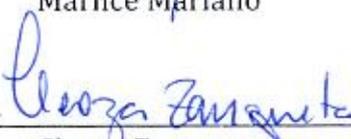
ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Marlice Mariano** e Sra. **Cleoza Zanqueta**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro de Segurança e Medicina do Trabalho**, apresentada pela empresa GOVBR - Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR - Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.13.1 ao 1.3.13.15. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro de Segurança e Medicina do Trabalho
Intervalo dos Itens no TR	1.3.13.1 à 1.3.13.15
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve


 Marlice Mariano


 Cleoza Zanqueta



CAPITAL DO FÉLÍCIO

**1.3.13. MÓDULO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO -
REGISTRO SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.**

1.3.13.1. Permitir registrar os dados dos responsáveis pelas informações de monitoração Biológica por período, mantendo histórico atualizado.

1.3.13.2. Permitir registrar os dados dos responsáveis pelas informações de monitoração dos registros Ambientais por período, mantendo histórico atualizado.

1.3.13.3. Permitir gerenciar e manter atualizado todas as informações cadastrais, pertinentes ao PPP, como alteração de cargos, mudança de agente nocivo, transferências, descrição dos cargos e atividades exercidas pelo funcionário.

1.3.13.4. Permitir registrar os exames periódicos, clínicos e complementares e manter os dados históricos.

1.3.13.5. Permitir registrar e manter atualizado o histórico da exposição do trabalhador aos fatores de riscos.

1.3.13.6. Permitir a emissão do PPP individual ou por grupo de funcionários.

1.3.13.7. Permitir registrar as informações referente ao Acidente de Trabalho (CAT).

1.3.13.8. Identificação do Registrador, Empregador e Trabalhador.

1.3.13.9. Comunicação do Acidente de Trabalho com (Data, Tipo e Hora do acidente, Horas trabalhadas antes do acidente, Tipo da CAT, indicativo de CAT).

1.3.13.10. Local do acidente.

1.3.13.11. Detalhamento da(s) parte(s) atingida(s) pelo acidente de trabalho.

1.3.13.12. Detalhamento do(s) agente(s) causador(es) do acidente de trabalho

1.3.13.13. Atestado médico:

1.3.13.14. Nome do médico que emitiu o atestado.

1.3.13.15. Permitir informar o cadastro de EPI - Equipamento de Proteção Individual, o certificado de aprovação (CA), informações relativas as medidas de proteção coletiva, informações pertinentes a manutenção de uso como Higienização, Validade e Troca do EPI.

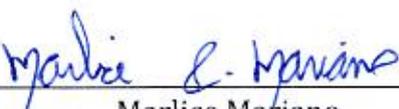


ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

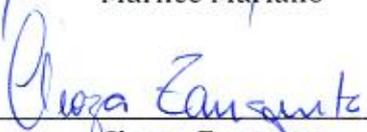
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Marlice Mariano** e Sra. **Cleoza Zanqueta**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Margem Consignável**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.15.1 ao 1.3.15.3. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Margem Consignável
Intervalo dos Itens no TR	1.3.15.1 à 1.3.15.3
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Marlice Mariano



 Cleoza Zanqueta



CAPITAL DO FÊLIÃO

**1.3.15. MÓDULO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO –
MARGEM CONSIGNÁVEL**

1.3.15.1. Permitir parametrização das verbas de Base e Limite Margem Consignável, bem como as verbas de consignação por empresa de convênio.

1.3.15.2. Permitir Reserva por Verba e Controle do Saldo Margem Consignável.

1.3.15.3. Permitir a importação do movimento de consignações via arquivo, para desconto na folha de pagamento.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

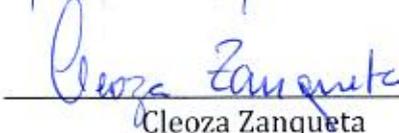
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Marlice Mariano** e Sra. **Cleoza Zanqueta**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Avaliação e Desempenho**, apresentada pela empresa GOVBR - Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR - Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.16.1 ao 1.3.16.6. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Avaliação e Desempenho
Intervalo dos Itens no TR	1.3.16.1 à 1.3.16.6
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Marlice Mariano



 Cleoza Zanqueta



**1.3.16. MÓDULO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO -
AVALIAÇÃO E DESEMPENHO**

1.3.16.1. Permitir parametrização de questionários, tópicos, questões, alternativas e pontuação por alternativa.

1.3.16.2. Permitir parametrização de períodos avaliação por cargo, situação contrato ou funcionário, com identificação do questionário a ser utilizado para avaliação.

1.3.16.3. Permitir controle do número de faltas e afastamentos por avaliação.

1.3.16.4. Permitir revisão da avaliação.

1.3.16.5. Permitir histórico das avaliações aplicadas.

1.3.16.6. Permitir emissão de relatórios formatados pelo usuário.

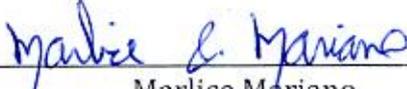


ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

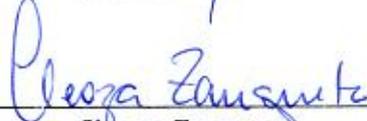
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Marlice Mariano** e Sra. **Cleozza Zanqueta**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Registro Concurso Público**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.17.1 ao 1.3.17.3. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Registro Concurso Público
Intervalo dos Itens no TR	1.3.17.1 à 1.3.17.3
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Marlice Mariano



 Cleozza Zanqueta



CAPITAL DO FÉLÍCIO

**1.3.17. MÓDULO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO -
REGISTRO CONCURSO PÚBLICO**

1.3.17.1. Permitir o cadastro de Concurso Público por Tipo: Processo Seletivo e/ou Concurso Público.

1.3.17.2. Permitir o controle e cadastramento de Tipos de Prova, Classificações do Processo do Concurso e Requisitos de Seleção (Descrição de Cargo, Perfil Profissional e Atribuições).

1.3.17.3. Permitir importar os dados referente a empresa organizadora do Concurso.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pelo Sr. **Edenilson Gianini** e Sra. **Viviane Rodrigues**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Tributos Municipais**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.18.1 ao 1.3.18.218. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Tributos Municipais
Intervalo dos Itens no TR	1.3.18.1 à 1.3.18.218
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Edenilson Gianini



 Viviane Rodrigues



1.3.18. MÓDULO TRIBUTOS MUNICIPAIS

1.3.18.1. Deverá dispor de mecanismo para importação do Arquivo de Período de enquadramento das Empresas optante do Simples Nacional, disponibilizado pela Receita Federal do Brasil. Ao importar o arquivo deverá atualizar automaticamente o cadastro das empresas com a data de vigência de opção do Simples Nacional.

1.3.18.2. Deverá dispor de mecanismo para importação do Arquivo das empresas estabelecidas no Município disponibilizado pela Receita Federal. Ao importar o arquivo deverá avaliar se as empresas relacionadas no arquivo possuem pendências financeiras ou cadastrais, e no mesmo momento gerar automaticamente um arquivo no layout da RFB com a relação das empresas com pendências.

1.3.18.3. Dispor de editor que permita o fisco personalizar fórmulas para cálculo de todas as naturezas de receitas. Este mecanismo deverá conter minimamente comandos que recuperem automaticamente informações constantes no boletim cadastral, cadastro de logradouros, trechos e tabelas de valores pré cadastradas a serem utilizadas como variáveis para cálculo, também de possuir operadores matemáticos que possibilitem a realização de cálculos de subtração, somatório, divisão, multiplicação e operadores lógicos que permitam criar condições de execução dos comandos de fórmulas.

1.3.18.4. Deverá possuir cadastro imóveis com informações específicas a esta gestão, bem como ser possível que o próprio fisco crie novos campos inerentes as suas particularidades para a formação do boletim cadastral

1.3.18.5. Deverá possuir cadastro de empresas com informações específicas a esta gestão, bem como ser possível que o próprio fisco crie novos campos inerentes as suas particularidades para a formação do boletim cadastral

1.3.18.6. Deverá possuir cadastro de para a gestão de taxas diversas com informações específicas a esta gestão, bem como ser possível que o próprio fisco crie novos campos inerentes as suas particularidades para a formação do boletim cadastral



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.18.7. Deverá ser possível criar minimante 9 novos tipos de boletins cadastrais, que permitam a gestão de novos cadastros criados pela entidade, sendo possível que próprio fisco crie novos campos inerentes as suas particularidades para a formação do boletim cadastral.

1.3.18.8. Deverá possuir cadastro de contribuintes unificado, de modo que ao cadastrar um contribuinte e vincular o mesmo em um cadastro de imóvel ou empresa, seja atualizado automaticamente os dados básicos de identificação e endereço de correspondência.

1.3.18.9. Permitir a formatação e/ou personalização do layout de todos os documentos oficiais, gerados pelo sistema, tais como: guias de recolhimento, certidões, notificações, espelhos cadastrais, alvarás, acordos de parcelamento, permitindo configuração campos cadastrais, financeiros e imagens que serão visualizadas.

1.3.18.10. Possibilitar a emissão de segunda via dos documentos oficiais emitidos pelo sistema, tais como: certidões, notificações, espelhos cadastrais, alvarás, acordos de parcelamento

1.3.18.11. Permitir o cadastramento dos logradouros do município, informando minimante sua descrição, lei que a originou e sua posição de distrito, setor, bairro e segmento.

1.3.18.12. Permitir o cadastramento das características de cada trecho dos logradouros, sendo possível informar se existe recursos básicos de abastecimento, equipamentos urbanos e serviços públicos

1.3.18.13. Para cada característica de trecho deve ser possível informar suas coordenadas de início, fim, largura de via e passeio.

1.3.18.14. Permitir o cadastramento das faces de quadra, informando sua localização através de chave a ser composta de acordo com a necessidade do município e suas características bem como a existência de pavimentação, iluminação pública, coleta de lixo e meio fio.

1.3.18.15. Permitir o cadastramento de índices a serem utilizados na atualização monetários dos valores lançados que estão pendentes de pagamento, ao realizar o cadastramento deverá ser possível informar se a incidência do valor será mensal ou diária



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.18.16. Permitir o cadastramento dos planos econômicos afim de realizar as devidas conversões dos valores lançados no passado para a atualidade, ao realizar o cadastro deverá ser possível informar minimamente os dados de identificação e fator de conversão.

1.3.18.17. Possuir rotinas parametrizáveis de cálculos gerais, parciais e individualizados, dos valores inerentes à obrigação principal e acréscimos legais, com destaque para cada item, aplicável a quaisquer tributos e/ou receitas derivadas.

1.3.18.18. Gerenciar o calendário de dias úteis por exercício.

1.3.18.19. Gerenciar as datas de vencimentos de tributos por exercício.

1.3.18.20. Permitir a emissão de documentos oficiais.

1.3.18.21. Permitir a emissão do edital de convocação para ciência de Notificação de Lançamento da Contribuição de Melhoria.

1.3.18.22. Permitir que a emissão do documento de Notificação do Lançamento seja feita em conjunto com a Guia de Recolhimento dos Tributos, em um único documento, quando em cota única.

1.3.18.23. Permitir a emissão de todas as Guias de Recolhimento de Tributos controlados pelo sistema.

1.3.18.24. Gerenciar as operações de isenções, não incidências, imunidades, reduções de alíquota e de bases de cálculo, para qualquer tributo e/ou receitas derivadas. Além disso, deve ser possível realizar estorno destas operações.

1.3.18.25. Gerenciar as operações da situação cadastral mobiliária e imobiliária, tais como:

1.3.18.26. Ativos, inativos, baixados, dentre outras situações.

1.3.18.27. Gerenciar as operações de Extinção por pagamento, decisão administrativa, decisão judicial, remissão, prescrição, compensação e dação em pagamento.

1.3.18.28. Gerenciar operações de Suspensão de Créditos Tributários ou Não Tributários.

1.3.18.29. Gerenciar operações dos lançamentos de créditos a receber, sejam eles de qualquer natureza, bem como possibilitar o estorno de tais operações.

1.3.18.30. Gerenciar operações de parcelamento, bem como possibilitar o estorno do mesmo quando necessário.



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.18.31. Permitir a emissão das Guias de Recolhimento com incorporação de códigos de barra, padrão CNAB\FEBRABAN, para recebimento das mesmas pelas instituições financeiras arrecadoras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

1.3.18.32. Gerenciar a devolução de correspondências, em função da não localização do contribuinte\destinatário.

1.3.18.33. Permitir a cobrança de tributos e\ou receitas derivadas, através de débito automático, no domicílio bancário autorizado pelo contribuinte.

1.3.18.34. Gerenciar o recolhimento dos tributos e\ou receitas derivadas e classificar os dados da arrecadação, através da leitura de arquivos de dados em formato digital com layout pré-determinado, disponível a Licitante Vencedora.

1.3.18.35. Gerenciar os arquivos digitais de troca de dados com as instituições financeiras arrecadoras conveniadas.

1.3.18.36. Possuir rotina para auditoria dos valores recolhidos pelas instituições financeiras arrecadoras e repassados ao Tesouro Municipal, acusando discrepâncias nos valores devidos e prazos de repasse.

1.3.18.37. Possuir rotina para conciliação manual dos documentos da arrecadação, a ser empregada nas situações em que não seja possível a conciliação automática dos mesmos através do sistema.

1.3.18.38. Possuir rotina que permita a integração mediante exportação de dados, para o sistema contábil\financeiro do município, através de arquivos em formato digital com layout parametrizável, gerando os lançamentos contábeis da receita arrecadada e classificada, sem que haja a necessidade de retrabalho.

1.3.18.39. Gerar na conta corrente do contribuinte, de forma consolidada, todos os lançamentos efetuados, com os respectivos valores, datas de vencimento e pagamento, mesmo aqueles advindos de exercícios anteriores, informando em que fase da cobrança o débito se enquadra (em cobrança ou em dívida ativa), permitindo a consulta parametrizada de extratos da posição financeira, destacando os acréscimos legais dos valores principais.

1.3.18.40. Nos extratos de posição financeira do contribuinte, que seja proprietário de mais de um imóvel, assegurar que também sejam listados os lançamentos e pagamentos relativos a cada imóvel de sua propriedade.



1.3.18.41. Permitir o parcelamento, reparcelamento e desparcelamento de débitos de qualquer natureza, inclusive os inscritos em dívida ativa e não executados, com a criação de regras parametrizáveis aplicadas no controle destas operações, possibilitando a emissão de guias de recolhimento e dos termos de parcelamento, realizando a gestão integral da carteira.

1.3.18.42. Permitir a emissão de certidões positivas, negativas e positivas com efeito de negativa, sobre os tributos controlados pelo sistema.

1.3.18.43. Gerenciar a restituição de valor cobrado a maior ou indevidamente.

1.3.18.44. Gerenciar os campos variáveis e links para objetos externos ao sistema, que serão executados pelos aplicativos a eles associados, que comporão os cadastros mobiliário e imobiliário, permitindo a definição de parâmetros para consistência e integridade do conteúdo dos campos.

1.3.18.45. Gerenciar a destinação das guias de recolhimento dos tributos e\ou receitas derivadas para o domicílio do representante autorizado.

1.3.18.46. Permitir ao usuário a possibilidade personalizar o roteiro de atendimento ao cidadão, de forma a aperfeiçoar a execução das operações inerentes ao fluxo de um determinado atendimento, evitando que o mesmo execute de forma aleatória, as opções disponíveis nos menus da aplicação que correspondam às operações inerentes ao atendimento em específico.

1.3.18.47. Possuir recurso que permita em nível dos tipos de cadastro imobiliário e mobiliário registrados no sistema, promover a alteração programada dos valores constantes dos atributos que compõem os referidos cadastros, utilizando filtros para seleção.

1.3.18.48. Possuir mecanismo de classificação de receita por tributo de acordo com o plano de contas da receita do exercício contábil, sendo que deve ser possível classificar quanto seu exercício de origem, situação e também percentual de rateio.

1.3.18.49. Toda operação financeira deve ser realizada com sua receita devidamente classificada de acordo com a natureza do plano de contas da receita do exercício corrente.

1.3.18.50. Possuir mecanismo de implantação de saldos dos créditos a receber que ficaram pendentes do exercício anterior de acordo com plano de contas da receita do exercício corrente.



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.18.51. Possuir mecanismo de atualização de acréscimo do saldo dos créditos a receber, classificando de acordo com o plano de contas da receita do exercício corrente.

1.3.18.52. Deve identificar as receitas com fato gerador já reconhecido em sua devida competência.

1.3.18.53. Não deve ser permitida a exclusão física das operações financeiras já realizadas.

1.3.18.54. Possuir relatório demonstrativo (analítico/sintético) de todas as operações financeiras realizadas.

1.3.18.55. Possuir relatório demonstrativo das operações financeiras contabilizadas.

1.3.18.56. Deve possuir relatório que demonstre a classificação dos tributos municipais, bem como aqueles que ainda não possuem sua devida classificação da receita.

1.3.18.57. Para as operações financeiras que necessitam de embasamento legal deve ser possível informar o fundamento legal, sendo que também deve existir mecanismo (parâmetro) que facilite a inserção de tal informação.

1.3.18.58. Possibilitar o armazenamento em banco de dados das imagens informada no boletim cadastral.

1.3.18.59. Gerenciar a situação cadastral do imóvel, permitindo a emissão de relatório de conformidade.

1.3.18.60. Gerenciar operações de englobamento e\ou parcelamento do solo.

1.3.18.61. Possuir rotina para a geração automática e parametrizada do lançamento do IPTU, prevendo a possibilidade de, na emissão da guia de recolhimento, incluir valores de outros tributos.

1.3.18.62. Gerenciar tabelas parametrizáveis de valores e alíquotas para cálculo do IPTU, em conformidade com a planta de valores do município.

1.3.18.63. Permitir simulações parametrizadas dos lançamentos do IPTU aplicadas a todo o município ou a uma região territorial específica.

1.3.18.64. Possuir rotina de cálculo parametrizável para cobrança de Contribuição de Melhoria, baseada em rateio de custo.

1.3.18.65. Permitir a emissão do edital de convocação para ciência da cobrança de Contribuição de Melhoria.



CAPITAL DO FIELIÃO

1.3.18.66. Permitir a emissão da certidão de valor venal do imóvel.

1.3.18.67. Atender integralmente ao estatuído na resolução IBGE\CONCLA Nº 01 de 25\06\1998 atualizada pela resolução CONCLA Nº 07 de 16\12\2002 que prevê o detalhamento do CNAE (Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

1.3.18.68. Gerenciar as diversas atividades desempenhadas pelo contribuinte, possibilitando destacar a atividade principal e as secundárias.

1.3.18.69. Permitir identificar a partir das consultas financeiras e inclusive no momento do cadastramento dos integrantes do quadro societário da empresa, a existência de débitos anteriores, relacionados aos sócios, inter-relacionando a situação societária das empresas estabelecidas no município, bem como a situação dos débitos referentes aos sócios, enquanto pessoas físicas.

1.3.18.70. Possuir tabelas parametrizáveis com as atividades econômicas, estruturadas por código, grupos, parâmetros para cálculo e lançamento dos tributos em cada atividade econômica.

1.3.18.71. Gerenciar o contador responsável por uma empresa.

1.3.18.72. Realizar enquadramento de empresas optantes do Simples Nacional e SIMEL, através de digitação dos dados de enquadramento

1.3.18.73. Gerenciar as tabelas parametrizáveis de valores e alíquotas para cálculo do ISSQN.

1.3.18.74. Permitir o cálculo automático do ISSQN fixo, levando em conta períodos proporcionais e tabelas com faixas de valores por atividades ou grupo de atividades de qualquer natureza, prevendo também descontos parametrizáveis.

1.3.18.75. Possuir rotinas de enquadramento de contribuintes para cálculo do valor do imposto conforme seja fixo ou variável.

1.3.18.76. Permitir a gestão da vigência de alvarás, possibilitando a sua emissão no balcão de atendimento e na internet.

1.3.18.77. Permitir o controle do ISSQN no balcão.

1.3.18.78. Gerenciar o processo de autorização para utilização de documentos fiscais.



CAPITAL DO FERIÃO

1.3.18.79. Realizar enquadramento de empresas optantes do Simples Nacional, através da importação do arquivo de Períodos disponibilizado pela Receita Federal do Brasil.

1.3.18.80. Realizar enquadramento de empresas optantes do SIMEI, através da importação do arquivo de Períodos disponibilizado pela Receita Federal do Brasil.

1.3.18.81. Possibilitar que na execução da operação de transferência de propriedade do imóvel e na geração da guia de recolhimento do ITBI, seja informada a existência de débito do imóvel, inclusive aqueles inscritos em dívida ativa ou em execução fiscal.

1.3.18.82. Permitir o cálculo automático do ITBI com base em tabelas parametrizáveis de valores e alíquotas.

1.3.18.83. Gerenciar a averbação\transferência de imóveis.

1.3.18.84. Possibilitar a transferência automática da titularidade do imóvel, quando da guia de recolhimento devidamente paga/baixada.

1.3.18.85. Permitir o Recalculo da Guia de Recolhimento de ITBI com a incidência dos acréscimos legais

1.3.18.86. Possibilitar o cálculo, lançamento e a emissão de Guias de recolhimento, referentes a taxas de poder de polícia e serviço.

1.3.18.87. Possuir tabelas parametrizáveis de valores, que permitam o cálculo automático de qualquer taxa controlada pelo sistema.

1.3.18.88. Possuir Rotina integrada de Cadastramento/Manutenção de novos Contribuintes/Cadastrados, cadastramento e cálculo de novas Taxas em uma só tela, podendo inclusive emitir a guia de recolhimento sem a necessidade de troca de telas

1.3.18.89. Possuir a possibilidade de configuração de Roteiros de cálculos para todas as Taxas, com informações baseados em dados legais do município.

1.3.18.90. Permitir a emissão do livro de dívida ativa, contendo os documentos que correspondam aos termos de abertura, encerramento e fundamentação legal.

1.3.18.91. Possuir rotina parametrizável, que permita a inscrição em dívida ativa dos tributos e\ou receitas derivadas vencidas e não pagas.

1.3.18.92. Gerenciar as ações de cobrança dos contribuintes inadimplentes, ajuizadas ou não após a inscrição em dívida ativa.



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.18.93. Permitir a emissão parametrizada da notificação de inscrição dos débitos do contribuinte em dívida ativa e da certidão de dívida ativa do contribuinte, que comporá o processo de ajuizamento.

1.3.18.94. Possibilitar a emissão parametrizada da certidão de petição para ajuizamento dos débitos de contribuinte inscritos em dívida ativa.

1.3.18.95. Gerenciar as operações referentes aos trâmites dos processos de ajuizamento de débitos, permitindo a vinculação da certidão de petição a um procurador responsável, registrado no cadastro de procuradores.

1.3.18.96. Possuir rotina que permita a integração com o sistema de procuradoria do município, mediante a importação\exportação de dados, através de arquivos em formato digital com layout parametrizável, que possibilite à exportação dos dados pertinentes a emissão da petição para ajuizamento e ao acompanhamento do trâmite jurídico e a importação dos dados necessários à identificação dos ajuizamentos, sem que haja a necessidade de redigitação em ambas as operações.

1.3.18.97. Permitir a elaboração e a execução de programação de cobrança de forma parametrizada, a partir das informações recebidas da consulta financeira, sendo possível programar a emissão das notificações ou avisos de cobrança e guias de recolhimento, considerando os seguintes parâmetros: o montante dos valores e a situação do débito, os períodos de vencimento e a região de localização.

1.3.18.98. Conter rotina para identificação dos débitos parcelados que constam em execução fiscal para a emissão da Petição de Suspensão do processo.

1.3.18.99. Conter rotina para identificação de parcelamentos cancelados que constam débitos em execução fiscal para a emissão da Petição de Prosseguimento do Feito.

1.3.18.100. Conter rotina para identificação processos de execução fiscal que se encontra totalmente quitada para emissão da Petição de extinção do processo.

1.3.18.101. Permitir a manutenção de CDA, possibilitando vincular ou desvincular débitos em determinada CDA.

1.3.18.102. Permitir a configuração do cálculo de custas processuais sobre o valor com ou sem descontos.

1.3.18.103. Demonstrativo dos valores calculados para lançamento dos débitos.



CAPITAL DO FÊMEÃO

- 1.3.18.104.** Demonstrativo analítico de valores de débitos lançados.
- 1.3.18.105.** Demonstrativo analítico de débitos vencidos e a vencer.
- 1.3.18.106.** Emissão de relatório comparativo de lançamentos entre Exercícios
- 1.3.18.107.** Emissão de relatórios comparativos entre valores lançados x arrecadados por Dívida ou várias dívidas, comparando no mínimo os últimos 5 exercícios.
- 1.3.18.108.** Emissão de relatório comparativos de estatística de parcelas pagas, em cota única, parcela 1, 2 e assim por diante.
- 1.3.18.109.** Demonstrativo analítico de débitos por contribuinte detalhado por tributo num determinado período.
- 1.3.18.110.** Demonstrativo sintético de débitos por tipo de cadastro, dívida e tributo.
- 1.3.18.111.** Demonstrativo analítico de débitos prescritos e a prescrever.
- 1.3.18.112.** Demonstrativo analítico de previsão da receita.
- 1.3.18.113.** Demonstrativo analítico de cadastro sem lançamentos de débito.
- 1.3.18.114.** Demonstrativo analítico e sintético dos maiores devedores por atividade.
- 1.3.18.115.** Demonstrativo analítico de isenção de débitos.
- 1.3.18.116.** Planta de Valores.
- 1.3.18.117.** Demonstrativo analítico e sintético de pagamentos, cancelamentos, estornos e reabilitações de débitos num determinado período.
- 1.3.18.118.** Demonstrativo analítico de pagamentos por empresa.
- 1.3.18.119.** Demonstrativo sintético do quantitativo e valor das guias de recolhimento emitidas por tributo num determinado período.
- 1.3.18.120.** Demonstrativo sintético do quantitativo de certidões por tipo emitidas num determinado período.
- 1.3.18.121.** Demonstrativos analíticos de movimento econômico.
- 1.3.18.122.** Demonstrativos analíticos de valores e datas de vencimento que foram alterados no sistema.
- 1.3.18.123.** Demonstrativos analíticos de operações de parcelamentos e reparcelamentos num determinado período.
- 1.3.18.124.** Demonstrativo sintético de resumo da arrecadação por período e tipo de tributo.



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.18.125. Demonstrativo analítico e sintético da arrecadação, por instituição financeira arrecadadora, por atividade, por região, por unidade cadastral e contribuinte único, num determinado período.

1.3.18.126. Demonstrativo analítico da discrepância entre os valores arrecadados e os valores lançados.

1.3.18.127. Demonstrativo analítico das notificações devolvidas pela não localização do contribuinte\destinatário.

1.3.18.128. Demonstrativo analítico e sintético da situação das notificações emitidas.

1.3.18.129. Demonstrativo analítico de retenções de imposto na fonte por empresa.

1.3.18.130. Demonstrativo sintético por atividade e exercício.

1.3.18.131. Demonstrativo analítico e sintético dos maiores pagadores por atividade.

1.3.18.132. Demonstrativo sintético das parcelas arrecadadas por tributo e mês num determinado exercício.

1.3.18.133. Demonstrativo sintético dos valores lançados, arrecadados e débitos por dívida e tributo num determinado exercício e região.

1.3.18.134. Demonstrativo sintético de débitos por situação do débito e mês num determinado exercício e região.

1.3.18.135. Demonstrativo sintético de faixa de valores arrecadados num determinado exercício.

1.3.18.136. Demonstrativo analítico das guias de recolhimento por situação num determinado período.

1.3.18.137. Demonstrativo analítico dos débitos inscritos e\ou ajuizados por livro de inscrição.

1.3.18.138. Permitir que a construção do layout e a seleção de registros nas operações de geração de etiquetas sejam parametrizadas e esteja vinculado aos atributos que compõem os cadastros mobiliário e imobiliário, bem como a geração das mesmas, poder estar vinculada às rotinas de notificação de cobrança e lançamentos de débitos.

1.3.18.139. Permitir a geração de tabelas estatísticas, provenientes do cruzamento de qualquer atributo em dois ou mais níveis, selecionados a partir do



CAPITAL DO FÊLIÃO

cadastro mobiliário e imobiliário, podendo o usuário determinar em qual eixo (x, y) o atributo será destacado. Deverá poder ser parametrizado pelo usuário, as faixas de valores por atributo selecionado, resultando na composição do universo de informações que serão avaliadas pela aplicação. Deverá também ser possível visualizar o resultado proveniente do cruzamento dos atributos, sob as formas de planilha ou gráfico, permitindo para esta última forma, a definição dinâmica dos estilos de apresentação.

1.3.18.140. Possibilitar o intercâmbio online de dados, com as bases de dados controladas pelo sistema de Arrecadação, utilizado internamente pela prefeitura.

1.3.18.141. Prover sigilo absoluto quanto às informações pessoais de cada cidadão\contribuinte cadastrado no sistema, permitindo que somente o próprio cidadão\contribuinte tenha acesso aos seus próprios dados.

1.3.18.142. Possibilitar a utilização dos modelos de documentos implantados pelas APLICAÇÕES DE NÍVEL 1.

1.3.18.143. Possibilitar a emissão da Carta de Anuência para Certidões de Dívida Ativa Protestadas.

1.3.18.144. Deve ser possível conter rotina de processamento do arquivo digital (SIAFI) disponibilizado pelo Banco do Brasil, referente ao ISSQN retido pelas entidades públicas federais e repassado ao município pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional

1.3.18.145. Deve ser possível listar os arquivos SIAFI processados, identificando lote, data de importação, situação, valor total e o número do SERPRO

1.3.18.146. A partir da lista de arquivos SIAFI já processados, deve ser possível visualizar todos os pagamentos realizados, visualizando minimamente os seguintes dados: CNPJ e Razão Social do prestador de serviços, dados da nota (Data de emissão, competência, Unidade Gestora, Número, Série e valor da nota

1.3.18.147. Deve ser possível realizar estorno de parcelamento de acordo com a quantidade de dias que o acordo de parcelamento está em atraso e também de acordo com a quantidade de parcelas consecutivas inadimplentes, a seleção deverá ser individual ou por faixa de acordos (ano e número inicial/final) de determinada lei.

1.3.18.148. Deve ser possível conter rotina de processamento do arquivo digital (SIAFI) disponibilizado pelo Banco do Brasil, referente ao ISSQN retido pelas



CAPITAL DO FEMÃO

entidades públicas federais e repassado ao município pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional

1.3.18.149. Deve ser possível listar os arquivos SIAFI processados, identificando lote, data de importação, situação, valor total e o número do SERPRO

1.3.18.150. A partir da lista de arquivos SIAFI já processados, deve ser possível visualizar todos os pagamentos realizados, visualizando minimamente os seguintes dados: CNPJ e Razão Social do prestador de serviços, dados da nota (Data de emissão, competência, Unidade Gestora, Número, Série e valor da nota

1.3.18.151. Deve ser possível realizar estorno de parcelamento de acordo com a quantidade de dias que o acordo de parcelamento está em atraso e também de acordo com a quantidade de parcelas consecutivas inadimplentes, a seleção deverá ser individual ou por faixa de acordos (ano e número inicial/final) de determinada lei.

1.3.18.152. Permitir a distinção dos pagamentos do Simples Nacional registrando de em codificação distintas as dívidas do Simples Nacional e SIMEL, bem como para contribuintes eventuais.

1.3.18.153. O sistema deverá realizar a distribuição dos pagamentos dos simples nacional em suas respectivas competências, seja o pagamento oriundo de uma DAS de parcelamento ou uma DAS normais.

1.3.18.154. Na definição do quadro societário da empresa, deverá ser possível definir a condição de sócio da pessoa física ou jurídica.

1.3.18.155. Permitir a emissão de Notificação de Cobrança por imóvel listando as informações do proprietário, coproprietários e responsáveis

1.3.18.156. Permitir a emissão de Notificação de Cobrança por empresa listando as informações dos sócios e responsáveis

1.3.18.157. Permitir a emissão de Notificação de Cobrança por Acordos de Parcelamento, onde o usuário deverá informar o ano/acordo inicial e final e o sistema deverá emitir uma notificação por acordo dentro do intervalo informado.

1.3.18.158. Na emissão de Notificação de Cobrança por Acordos de Parcelamento, deverá listar os dados do representante do acordo.

1.3.18.159. O processo de atualização de Certidão de Dívida deve possuir as possibilidades de atualização completa (informações cadastrais e financeiras), apenas informações cadastrais ou apenas informações financeiras.



CAPITAL DO FÉLÍAO

1.3.18.160. Permitir o cadastro e manutenção dos valores das taxas e preços públicos prestados pela Entidade Pública, bem como: Tipo (Taxa ou Preço Público), fundamentação legal, controle de vigência e índice a ser utilizado para cálculo.

1.3.18.161. Permitir a consulta dos valores das taxas e preços públicos prestados pela Entidade Pública, retornando minimamente as seguintes informações: Identificação, tipo, fundamento legal e valor.

1.3.18.162. Dispor de mecanismos que permitam a emissão de boleto através de API's para créditos tributários/não tributários que ainda não foram constituídos.

1.3.18.163. Permitir a consulta por intermédio de API's de boletos emitidos.

1.3.18.164. Possibilitar de forma parametrizada, a sua adaptação integral ao estabelecido pelo Código Tributário Municipal, bem como por qualquer outro conjunto de leis ou normativas em vigor, de qualquer nível, que estejam no contexto de atuação da solução.

1.3.18.165. Possuir o conceito de cadastro tributário consolidado das informações municipais (Cadastro Único ou Geral), com identificação unificada do cidadão/contribuinte pelo documento Padrão (CNPJ/CPF) ou código único.

1.3.18.166. Permitir a formatação e/ou personalização do layout de todos os documentos oficiais, gerados pelo sistema, tais como: guias de recolhimento, certidões, notificações de lançamento documentos integrantes do Processo Tributário Administrativo (PTA), Alvarás, Taxas de Localização e Licença, permitindo a seleção de campos integrantes, a sua disposição dentro dos documentos e os objetos que integrarão o layout padrão.

1.3.18.167. Permitir que o usuário defina quais são as funcionalidades que mais utiliza em um atendimento ao contribuinte, concentrando os acessos as funcionalidades a partir de uma única tela.

1.3.18.168. Permitir que o usuário defina teclas de atalho para acesso rápido às funcionalidades mais utilizadas no atendimento ao contribuinte, reaproveitando informações já digitadas no atendimento.

1.3.18.169. Permitir que o atendente possa realizar consultas por contribuinte ou pelo número do cadastro municipal.

1.3.18.170. Permitir que o atendente tenha visões consolidadas da situação financeira do contribuinte ou cadastro municipal.



CAPITAL DO FELUÃO

1.3.18.171. Permitir que o atendente possa realizar a emissão de documento para pagamento diretamente através da consulta financeira do cadastro municipal, selecionando apenas um lançamento, vários ou todos.

1.3.18.172. Permitir que o usuário defina por qual informação o resultado da consulta de débitos será ordenado.

1.3.18.173. Permitir Geração de Cobrança em Remessa para o Banco Do Brasil no Padrão de Parcela CBR454

1.3.18.174. Permitir Geração de Cobrança de Dívida Ativa em Remessa para o Banco Do Brasil no padrão de Parcela CBR454

1.3.18.175. Permitir Geração de Cobrança de Arquivo de Cobrança IGC702 para o Banco do Brasil

1.3.18.176. Permitir Geração de Cobrança em Remessa para o Banco Do Brasil no Padrão de Parcela CBR653

1.3.18.177. Permitir Geração de Cobrança de Dívida Ativa em Remessa para o Banco Do Brasil no padrão de Parcela CBR653

1.3.18.178. Possibilitar a Configuração do Padrão de Cobrança Bancária CNAB400

1.3.18.179. Possibilitar a Configuração do Padrão de Cobrança Bancária CNAB240

1.3.18.180. Permitir Geração de Cobrança em Remessa para as instituições Financeiras aderentes no padrão de Parcela CNAB400

1.3.18.181. Permitir Geração de Cobrança de Dívida Ativa em Remessa para as instituições Financeiras aderentes no padrão de Parcela CNAB400

1.3.18.182. Permitir Geração de Remessa de arquivos de Petições para as instituições Financeiras aderentes no padrão de Parcela CNAB400

1.3.18.183. Possibilitar o Processamento do arquivo de Retorno de Cobrança em Remessa para as instituições Financeiras aderentes no padrão de Parcela CNAB400

1.3.18.184. Permitir Geração de Cobrança em Remessa para as instituições Financeiras aderentes no padrão de Parcela CNAB240

1.3.18.185. Permitir Geração de Cobrança de Dívida Ativa em Remessa para as instituições Financeiras aderentes no padrão de Parcela CNAB240



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.18.186. Possibilitar o Processamento do arquivo de Retorno de Cobrança em Remessa para as instituições Financeiras aderentes no padrão de Parcela CNAB240

1.3.18.187. Emitir Relatórios dos arquivos de Remessa dos Padrões CNAB240, CNAB400.

1.3.18.188. Possibilitar a Configuração de Bônus de Desconto para os Cadastros previamente configurados no sistema

1.3.18.189. Possibilitar a Emissão de Bônus de Desconto conforme parametrização

1.3.18.190. Possibilitar a geração e Relatórios de Bônus de Desconto

1.3.18.191. Possibilitar a Atualização de Bônus de Desconto contendo número inicial e final

1.3.18.192. Possibilitar em Tempo real e por meio de função específica do Sistema a verificação por parte do usuário, das conexões ativas do Sistema, Conexões de bloqueio de outras conexões e Conexões com outros Bancos de Dados

1.3.18.193. Possuir funcionalidade de Exportação e Importação via sistema de todas as Tabelas Físicas do Sistema, com a possibilidade de extinguir os dados existentes ou compor com os novos dados.

1.3.18.194. Permitir a distinção dos pagamentos do Simples Nacional registrando de em codificação distintas as dívidas do Simples Nacional e SIMEI, bem como para contribuintes eventuais.

1.3.18.195. O sistema deverá realizar a distribuição dos pagamentos dos simples nacional em suas respectivas competências, seja o pagamento oriundo de uma DAS de parcelamento ou uma DAS normal.

1.3.18.196. Na definição do quadro societário da empresa, deverá ser possível definir a condição de sócio da pessoa física ou jurídica.

1.3.18.197. Permitir a emissão de Notificação de Cobrança por imóvel listando as informações do proprietário, coproprietários e responsáveis

1.3.18.198. Permitir a emissão de Notificação de Cobrança por empresa listando as informações dos sócios e responsáveis



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.18.199. Permitir a emissão de Notificação de Cobrança por Acordos de Parcelamento, onde o usuário deverá informar o ano/acordo inicial e final e o sistema deverá emitir uma notificação por acordo dentro do intervalo informado.

1.3.18.200. Na emissão de Notificação de Cobrança por Acordos de Parcelamento, deverá listar os dados do representante do acordo.

1.3.18.201. O processo de atualização de Certidão de Dívida deve possuir as possibilidades de atualização completa (informações cadastrais e financeiras), apenas informações cadastrais ou apenas informações financeiras.

1.3.18.202. Permitir o cadastro e manutenção dos valores das taxas e preços públicos prestados pela Entidade Pública, bem como: Tipo (Taxa ou Preço Público), fundamentação legal, controle de vigência e índice a ser utilizado para cálculo.

1.3.18.203. Permitir a consulta dos valores das taxas e preços públicos prestados pela Entidade Pública, retornando minimamente as seguintes informações: Identificação, tipo, fundamento legal e valor.

1.3.18.204. Dispor de mecanismos que permitam a emissão de boleto através de API's para créditos tributários/não tributários que ainda não foram constituídos.

1.3.18.205. Permitir a consulta por intermédio de API's de boletos emitidos.

1.3.18.206. Permitir a emissão de carnê de Cobrança listando as informações dos sócios, coproprietários e responsáveis do cadastro

1.3.18.207. Permitir que o contribuinte possa realizar o pagamento do carnê através do QRcode disponibilizado no mesmo

1.3.18.208. Permitir que o contribuinte possa realizar o pagamento de um boleto através do QRcode impresso no documento

1.3.18.209. Permitir o envio do arquivo de cálculo para gráfica, contendo o EMV_QRcode PIX das Parcelas normais e cotas -únicas

1.3.18.210. Permitir o envio do arquivo de notificações para gráfica, contendo o EMV_QRcode PIX das guias geradas no processo

1.3.18.211. Permitir a definição dos usuários responsáveis pela assinatura digital da Certidão de Dívida Ativa e Petição, possibilitando informar um ou mais usuários para cada documento, com controle de vigência, permitindo visualizar o nome do assinante, CPF, e-mail e a vigência.



CAPITAL DO FÉLÍÃO

1.3.18.212. Possibilitar o envio da Certidão de Dívida Ativa e Petição para o Processo Digital com o objetivo de assinar eletronicamente o documento utilizando assinatura digital com validade de acordo com a Medida Provisória 2.200-2/2001

1.3.18.213. Permitir a lista de Certidões de Dívida Ativa e Petições enviadas para assinatura, obtendo: Ano/Número do Documento, Tipo de Documento, data do envio e o link de um documento enviado para Assinatura Eletrônica, possibilitando identificar se o documento está ou não assinado, bem como os respectivos assinantes

1.3.18.214. Notificar o usuário da existência de documentos pendentes de assinatura eletrônica.

1.3.18.215. Possibilitar o parcelamento de honorários, calculando seu valor de forma proporcional ao valor da entrada a ser pago pelo contribuinte

1.3.18.216. Possibilitar a geração de três arquivos para Entes Federativos para atender o Novo Sistema de Opção pelo Simples Nacional – Topar, sendo: Arquivo Inicial onde constará todas as empresas irregulares, Arquivo Complementar contendo a complementação das novas empresas irregular durante o prazo para processamento do arquivo e o Arquivo dos CNPJ Regularizados onde, as empresas que regularizaram seus créditos junto ao Fisco Municipal, terão seus dados gerados neste arquivo.

1.3.18.217. Permitir que as deduções previstas nas legislações possam refletir na execução do orçamento anual como Desconto Concedido ou como Renúncia de Receita

1.3.18.218. Dispor de serviços acessíveis através da web, por meios de API, a consulta de lançamentos pendentes vinculados a um CPF ou CNPJ, podendo obter o retorno dos seguintes dados: Nome do Proprietário, lista de lançamentos (Ano do Lançamento, Descrição, data de lançamento, data de vencimento, Situação da Cobrança, valor lançado e atualizações monetárias).



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

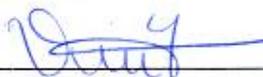
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pelo Sr. **Edenilson Gianini** e Sra. **Viviane Rodrigues**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Atendimento ao Contribuinte**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.19.1 ao 1.3.19.49. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Atendimento ao Contribuinte
Intervalo dos Itens no TR	1.3.19.1 à 1.3.19.49
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Edenilson Gianini



 Viviane Rodrigues



CAPITAL DO FIELÃO

1.3.19. MÓDULO TRIBUTOS MUNICIPAIS – ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

1.3.19.1. Deverá dispor de mecanismo que permita ao contribuinte visualizar seus débitos estando eles exigíveis ou não, e quando vencidos deve demonstrar o valor devido atualizado, considerando o valor principal, multas, juros e atualização monetária. A consulta deve estar disponível para impressão, sendo que deve ser possível personalizar minimamente o cabeçalho e brasão da entidade.

1.3.19.2. Permitir ao contribuinte emitir boletos através da internet, de um ou vários débitos. No boleto deve constar os dados do sacado, cedente, descrição dos tributos e o detalhamento do valor a ser pago, bem como: valor principal, atualização monetária, juros e multas para débitos que já tiveram seu prazo legal para pagamento ultrapassado.

1.3.19.3. Permitir ao contribuinte emitir o carnê de qualquer tributo, sendo possível escolher a emissão apenas das parcelas, cota única ou o carnê completo.

1.3.19.4. Permitir que o contribuinte imprima comprovante atestando que o mesmo está em dia com o pagamento da Taxa de Licença e Localização, sendo que o comprovante só deve ser gerado se o valor da Taxas tenha sido pago integralmente.

1.3.19.5. Dispor de mecanismo que permita ao contribuinte, realizar através da internet a solicitação de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais. A solicitação recebida pelo fiscal poderá ser deferida ou indeferida. Em ambos os casos o solicitante e o contador devem ser comunicados com envio de e-mail. Para as solicitações deferidas a Gráfica informada na solicitação também deverá ser comunicada.

1.3.19.6. Dispor de mecanismo que permita as gráficas realizarem consultas das Autorizações de Impressão de Documentos Fiscais em seu nome.

1.3.19.7. Permitir que o contribuinte consulte seus dados cadastrais por intermédio da internet, sendo possível também, optar pela impressão do documento Espelho de Cadastro, o qual deverá ser personalizável.

1.3.19.8. Permitir que o contribuinte solicite via internet o acesso ao sistema. O município poderá optar em liberar o acesso automaticamente, sem intervenção



CAPITAL DO FEMÃO

do município, ou poderá optar que a solicitação de acesso tenha que ser homologada por um fiscal, onde a autorização poderá ser deferida ou indeferida. Quando a solicitação de acesso for autorizada, o solicitante deverá receber um e-mail com os dados de acesso, bem como sua senha. O texto enviado no e-mail deverá ser personalizável de acordo com a necessidade da entidade e quando a solicitação for indeferida, o solicitando deverá também receber um e-mail comunicando motivo do indeferimento.

1.3.19.9. O sistema deve ter o padrão de cores configurável, em ferramenta que permita a modificação de forma fácil, de acordo com as cores do município, cabendo a esse, escolher a cores do topo do site, rodapé e dos botões de ação.

1.3.19.10. Os nomes dos botões de ação do sistema devem ser configuráveis pelo município, em ferramenta que permita a modificação de forma fácil.

1.3.19.11. O sistema deve dispor de ferramenta para alterar o tamanho da fonte do site, isso de forma ilimitada, a cada clique deve ser percebido o aumento.

1.3.19.12. Dispor de mecanismo que permita o cadastramento e alteração de texto de ajuda dos botões de ação. O texto de ajuda deve ser apresentado quando o usuário passar o cursor do mouse sobre o botão.

1.3.19.13. Permitir que o cidadão\contribuinte realize consultas detalhadas sobre os seus próprios débitos e pagamentos, mesmo aqueles gerados em exercícios anteriores, informando em que fase da cobrança de cada débito se enquadra (em cobrança ou em dívida ativa), permitindo a consulta ou emissão de extratos da posição financeira.

1.3.19.14. Permitir que o contribuinte possa realizar o pagamento de uma ou várias parcelas, copiando a chave Pix e colando no APP do Banco onde possui conta.

1.3.19.15. Permitir que o contribuinte possa realizar o pagamento de uma ou várias parcelas, realizando a leitura do *QRcode Pix* com leitor do APP do Banco onde possui conta.

1.3.19.16. Permitir que o contribuinte possa realizar o pagamento do carnê através do QR code disponibilizado no mesmo.

1.3.19.17. Permitir a emissão de certidões positivas, negativas e positivas com efeito de negativa.



CAPITAL DO FELDÃO

1.3.19.18. Permitir que as certidões e documentos de apresentação obrigatórios, emitidas pela aplicação, possam ter sua autenticidade validada, através de mecanismo seguro.

1.3.19.19. Permitir a emissão de segunda via de guias de recolhimento de IPTU e ISSQN, inclusive de débitos já parcelados anteriormente nos procedimentos formais de atendimento.

1.3.19.20. Permitir que o contribuinte visualize seus débitos em aberto ou pagos, e, quando exigíveis e vencidos devem ser mostrados já com valor atualizado.

1.3.19.21. Permitir ao contribuinte emitir as guias de recolhimento com valores atualizados e com código de barras de todos os débitos para com o fisco municipal.

1.3.19.22. Permitir que o contribuinte emita o carnê de qualquer tributo incluindo as cotas únicas.

1.3.19.23. Permitir que seja impresso a imagem que atesta que o contribuinte está em dia com a taxa de licença e localização, isso mediante a consulta do pagamento integral da taxa.

1.3.19.24. Permitir que o contribuinte obtenha a consulta impressa da sua conta corrente com o município. Essa impressão deve ser personalizada, contando minimamente com cabeçalho formatado e brasão do município.

1.3.19.25. Permitir a solicitação de impressão de documentos fiscais. A solicitação recebida pelo fiscal responsável pode ser deferida (autorizada) ou denegada. Em ambos os casos o solicitante e o contador são notificados. No caso de autorização a gráfica também é avisada, bem como deverá haver funcionalidade específica para que sejam realizadas as consultas de impressões por gráfica, com acesso restrito a própria.

1.3.19.26. Permitir que o contribuinte visualize dados do seu cadastro no município, um espelho dos cadastros.

1.3.19.27. Permitir que o contribuinte solicite via internet o acesso ao sistema. O município poderá optar em liberar o acesso direto, sem intervenção do município, ou poderá optar em homologar (autorizar) essa solicitação.

1.3.19.28. O sistema deve ter o padrão de cores configurável, em ferramenta que permita a modificação de forma fácil, de acordo com as cores do município,



CAPITAL DO FELIÃO

cabendo a esse, escolher a cores do topo do site, das barras, dos botões de acionamento.

1.3.19.29. O sistema deve dispor de ferramenta para alterar o tamanho da fonte do site, isso de forma ilimitada, a cada clique deve ser percebido o aumento.

1.3.19.30. Os nomes dos botões de acionamento do sistema devem ser configuráveis pelo município, em ferramenta que permita a modificação de forma fácil.

1.3.19.31. Deve ser possível ao município cadastrar, ajustar, em ferramenta que permita a modificação de forma fácil, a ajuda dos principais botões de acionamento. O texto dessa ajuda deve ser apresentado quando o usuário passar o cursor do mouse sobre o botão.

1.3.19.32. Os documentos impressos pelo sistema devem ser exatamente os mesmos impressos no sistema de administração de receitas, devendo inclusive utilizar a mesma formatação, evitando retrabalho ao município.

1.3.19.33. O sistema deve ter funcionalidade que apresente aos usuários do sistema as perguntas frequentes.

1.3.19.34. O sistema deve ter funcionalidade de ajuda, diferenciando o conteúdo da área de acesso geral, área sem senha, da área restrita por senha.

1.3.19.35. O sistema deve disponibilizar um menu de acesso rápido, sendo possível ao município optar por disponibilizar, ou não, serviços nesse menu, tais como: emissão de certidões, emissão de comprovante de quitação da taxa de licença, emissão do carnê de tributos.

1.3.19.36. As certidões emitidas devem ser passíveis de conferência quanto a sua autenticidade, isso deve se dar por meio de consulta em um menu de acesso rápido, devendo o usuário informar minimamente, número da certidão, ano da certidão e código de autenticidade.

1.3.19.37. Deve ser possível ao município configurar mensagens fixas aos usuários, distinguindo as mensagens da área de acesso geral, área sem senha, da área restrita por senha.

1.3.19.38. O sistema deve contar com dispositivo de segurança para evitar que outros softwares tentem fazer requisições ao site. Esse sistema pode ser o uso de uma imagem que deverá obrigatoriamente ser alterada a cada tentativa de login.



CAPITAL DO FÊLJÃO

1.3.19.39. O sistema deve contar com área para que o município inclua no mínimo 3 (três) ícones que servirão de hiperlinks para sites que o município julgar importantes. Tanto os ícones, como o caminho para onde serão direcionados, devem ser configuráveis pelo município, em ferramenta que permita a modificação de forma fácil.

1.3.19.40. Possibilitar o acesso direto e dinâmico e simplificado totalmente por meio da WEB, sem a necessidade de senha e pré-cadastramento na base de dados do Município, através do CNPJ ou CPF, listando todos os cadastros vinculados a este documento.

1.3.19.41. Permitir a geração do arquivo de remessa no padrão CNAB 750 a fim de geração do código Pix com o Banco do Brasil.

1.3.19.42. Possibilitar de forma on-line e sem interação do município, o lançamento de valores direcionados aos fundos municipais de assistência

1.3.19.43. Possibilitar o cadastramento e vinculação de um ou mais fundos municipais de assistencialismo conforme a legislação municipal

1.3.19.44. Possibilitar a emissão de guias de recolhimento conforme configurado no sistema de Arrecadação do Município

1.3.19.45. Quando do lançamento do débito, o mesmo deverá permanecer como débito desabilitado até o pagamento, caso não havendo pagamento, o débito não poderá ser lançado.

1.3.19.46. Possibilitar o acesso direto e dinâmico totalmente por meio da WEB, sem a necessidade de senha o pré cadastramento na base de dados do Município.

1.3.19.47. Possibilitar de forma on-line e sem interação do município, o lançamento de valores relacionados a concursos públicos.

1.3.19.48. Possibilitar o cadastramento e vinculação de um ou concursos públicos

1.3.19.49. Possibilitar a emissão de guias de recolhimento conforme configurado no sistema de Arrecadação do Município.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pelo Sr. **Edenilson Gianini** e Sra. **Viviane Rodrigues**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo De Gestão de ISS Municipal (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e Escrituração de ISS)**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.20.1 ao 1.3.20.205. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 16 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo De Gestão de ISS Municipal (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e Escrituração de ISS)
Intervalo dos Itens no TR	1.3.20.1 à 1.3.20.205
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Edenilson Gianini



 Viviane Rodrigues



CAPITAL DO FÉLIÃO

1.3.20. MÓDULO DE GESTÃO DE ISS MUNICIPAL (NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA E ESCRITURAÇÃO DE ISS)

1.3.20.1. A aplicação deve trafegar os dados utilizando protocolo de comunicação seguro, denominado HTTPS.

1.3.20.2. O sistema deverá proporcionar duas formas de utilização: a) Solução web, disponibilizada para acesso no sítio oficial da entidade, com possibilidade de acesso através de navegador de internet; b) Acesso a serviços via Web Service, permitindo a integração com os sistemas próprios dos contribuintes ou através de aplicativo cliente, disponibilizado pela própria entidade.

1.3.20.3. O sistema deve possibilitar realizar identificar as pessoas jurídicas ou físicas como emissores de NFS-e, o acesso ao sistema seja ele para a solução web ou consumo dos serviços via webservice só poderá ocorrer se a pessoa estiver identificada como Prestador de Serviços Emissor de Notas, Prestador Eventual ou Tomador/Intermediário de serviços.

1.3.20.4. O sistema deverá ser aderente ao modelo conceitual e de integração da ABRASF versão 1.0, 2.02 e 2.03

1.3.20.5. A solução web do sistema deve possuir um módulo administração e um módulo prestador ambos devem possuir acesso através de autenticação de usuários, deverá possuir também uma área pública onde o acesso ocorrerá sem necessidade de autenticação.

1.3.20.6. Permitir que as pessoas solicitem acesso ao sistema, de forma online.

1.3.20.7. Para solicitações de acesso de credenciamento de pessoas jurídicas, no ato da solicitação deve ser informada a pessoa responsável pela empresa, a qual terá privilégios de administrador, podendo outorgar a outras pessoas a utilização do sistema em nome da empresa em questão.

1.3.20.8. Possibilitar a geração de termo de solicitação de acesso.

1.3.20.9. O termo de solicitação de acesso deve ser personalizável pelo fisco.

1.3.20.10. Possibilitar que o fisco cadastre lista de documentos que devem ser anexados no ato da solicitação de acesso.

1.3.20.11. Possibilitar que o fisco defina quais documentos a serem anexados na solicitação de acesso devem ser obrigatórios.

1.3.20.12. Possibilitar que o fisco defina quais documentos a serem anexados na



CAPITAL DO FÉLÍÃO

solicitação de acesso devem ser assinados com certificado digital padrão ICP-Brasil.

1.3.20.13. Quando realizada a solicitação de acesso, o sistema deve conter mecanismo de confirmação e-mail, onde o solicitante deve receber uma mensagem em seu e-mail para realizar a confirmação.

1.3.20.14. A solicitação só deverá estar disponível para análise do fisco após a confirmação do e-mail pelo solicitante.

1.3.20.15. O acesso ao sistema só poderá ser liberado após o deferimento da solicitação pelo fisco através de funcionalidade para deferimento/indeferimento.

1.3.20.16. O fisco deverá visualizar os dados da solicitação de acesso bem como o termo de solicitação.

1.3.20.17. O fisco deverá visualizar os documentos anexados na solicitação de acesso.

1.3.20.18. O fisco deve ter a opção de definir um período de vigência para acesso ao sistema.

1.3.20.19. Para o caso de deferimento, o sistema deve enviar um e-mail ao solicitante informando que sua solicitação foi deferida.

1.3.20.20. Para o caso de indeferimento, deve ser informado um motivo e o sistema deve enviar um e-mail ao solicitante informando que sua solicitação foi deferida.

1.3.20.21. O corpo do e-mail de confirmação de deferimento/indeferimento deve ser personalizável pelo fisco.

1.3.20.22. A autenticação para acesso ao sistema deverá se dar através de usuário (CPF) e senha.

1.3.20.23. Para realizar a autenticação ao sistema deverá possuir mecanismo de proteção do tipo *Captchas* utilizado para distinguir humanos e máquinas.

1.3.20.24. Também deverá ser possível realizar autenticação através de certificado digital padrão ICP-Brasil (e-CPF ou e-CNPJ com vínculo do CPF da pessoa no certificado).

1.3.20.25. Deverá ter funcionalidade de recuperação de senha.

1.3.20.26. Deverá ter funcionalidade de alteração de senha.

1.3.20.27. Deverá ser possível realizar alteração do cadastro da pessoa.



CAPITAL DO FERIÃO

1.3.20.28. Deve ser possível consultar o log de auditoria das operações realizadas no sistema, identificando data, hora, funcionalidade, detalhamento textual do que foi realizado, pessoa que realizou a operação e empresa.

1.3.20.29. Deve ser possível cadastrar procuração por vigência, para outorgar a utilização das funcionalidades que a pessoa poderá utilizar em nome do outorgado.

1.3.20.30. Deve ser possível consultar as procurações realizadas para utilização das funcionalidades.

1.3.20.31. Deve ser possível realizar a declaração dos serviços prestados e tomados por item de serviço da Lei Complementar 116/2003.

1.3.20.32. Deve ser possível realizar a declaração dos serviços prestados e tomados por item de serviço da Lei Complementar 116/2003 por intermédio de Webservice.

1.3.20.33. Deve ser possível realizar a declaração dos serviços prestados e tomados por item de serviço da Lei Complementar 116/2003 por intermédio de processamento de arquivo.

1.3.20.34. Deve ser possível realizar a declaração dos serviços prestados e tomados por nota fiscal emitida.

1.3.20.35. Deve ser possível realizar a declaração dos serviços prestados e tomados por nota fiscal emitida por intermédio de Webservice.

1.3.20.36. Deve ser possível realizar a declaração dos serviços prestados e tomados por nota fiscal emitida por intermédio de processamento de arquivo.

1.3.20.37. Deve ser possível retificar as declarações pelo portal e via webservices.

1.3.20.38. Deve conter rotina para realizar a entrega da declaração, a qual irá realizar a consolidação de todos os serviços prestados e tomados gerando o imposto a pagar.

1.3.20.39. Deve ser possível emitir boleto para pagamento do imposto gerado.

1.3.20.40. Deve ser possível consultar as declarações realizadas.

1.3.20.41. No módulo prestador o sistema deve contar com as seguintes funcionalidades: a) Geração de NFS-e (solução web) - Funcionalidade para emissão de notas fiscais diretamente na aplicação web sem a necessidade de integração; b) Recepção e Processamento lote de RPS (solução web e



CAPITAL DO FÊNIÃO

WebService) – Funcionalidade que permite receber e processar lotes RPS (Recebido provisório de serviço) e transforma-los em NFS-e; c) Consulta de lote de RPS (solução web e Webservice) - Funcionalidade que permite consultar a situação de lotes de RPS enviado para a aplicação; d) Consulta de NFS-e por RPS (solução web e Webservice) - Funcionalidade que permite consultar e exibir notas que foram convertidas por intermédio do envio de RPS; e) Consulta de NFS-e (solução web e Webservice) - Funcionalidade para Consulta e exibição de notas fiscais emitidas; f) Cancelamento de NFS-e (solução web e Webservice) - Funcionalidade que permite o cancelamento de notas fiscais emitidas; g) Substituição de NFS-e (solução web) - Funcionalidade que permite a substituição de notas fiscais emitidas; h) Consulta de empresas autorizadas a emitir NFS-e (solução web) - Funcionalidade que permite a qualquer pessoa consultar quais empresas estão autorizadas a emitir NFS-e; i) Nota Avulsa (solução web) – Funcionalidade que permite a emissão de notas avulsas de serviço para prestadores eventuais; j) Carta de correção eletrônica (solução web e Webservice) – Funcionalidade que permite ao prestador efetuar correções de dados da NFS-e emitida desde que não impacte no valor apurado do imposto; k) Manifestação do tomador (solução web e webservice) – Funcionalidade que permite ao tomador de serviço informado na NFS-e comunicar ao fisco que teve conhecimento do serviço prestado bem como se recebeu ou não o serviço descrito na NFS-e.

1.3.20.42. A funcionalidade de geração de NFS-e será disponibilizada apenas na solução web, e deverá exigir dos emissores exclusivamente o que não pode ser obtido pelo Cadastro Municipal do Contribuinte, evitando redundância ou redigitação de dados, exigindo apenas os dados abaixo: a) Exigibilidade de ISSQN; b) Data do serviço; c) Local da prestação de serviço; d) Série do RPS; e) Número do RPS; f) Identificação do Tomador; g) Identificação do intermediário; h) Código de Identificação do Serviço Lei Complementar à Constituição Federal 116/2003; i) Detalhamento do serviço; j) Valores de dedução, descontos e outras retenções (quando necessário); k) Valor Bruto do Serviço; l) Matrícula CEI da obra (quando necessário); m) Anotação de Responsabilidade Técnica (quando necessário).

1.3.20.43. A funcionalidade de geração de NFS-e deverá contar com facilitadores



CAPITAL DO FIELÃO

aos emissores tais como: a) Possibilitar a digitação de vários serviços, sem qualquer relação entre eles, desde que para o mesmo tomador e intermediário e mesma natureza de operação, gerando ao final, tantas NFS-e quantas forem necessárias; b) Definir a alíquota do Simples Nacional automaticamente, sem a possibilidade de intervenção do usuário nessa seleção; c) Definir as regras de retenção na fonte para cada um dos serviços identificados, conforme determinação da legislação do município sem qualquer intervenção do emissor.

1.3.20.44. Todas as notas, independente de qual aplicação ocorra sua geração, Solução web ou webservices, deverão obrigatoriamente conter a identificação do tomador do serviço, e a do intermediário quando houver ou for necessário.

1.3.20.45. Todas as notas, independente de qual aplicação ocorra sua geração, online ou webservices, deverão obrigatoriamente ser assinadas digitalmente por certificado ICP Brasil, emitido para o município de Três Barras do Paraná - PR.

1.3.20.46. A solução web deverá contar com funcionalidade para recepção e processamento de lotes de RPS, devendo nessa funcionalidade ter comportamento idêntico ao Webservice de recepção e processamento de lotes de RPS, cumprindo as seguintes etapas: a) O contribuinte gera o arquivo com lote de RPS através da aplicação instalada em seu computador; b) Acessa o serviço de "Recepção e Processamento de Lote de RPS" na aplicação web da NFS-e disponibilizada no sítio oficial da Secretaria da Fazenda; c) Envia lote de RPS gerado para processamento; d) A requisição é recebida pelo servidor Web, que valida o lote e, caso as informações sejam válidas, grava-as e gera o número de protocolo de recebimento; e) O Web Site retorna uma mensagem com o número do protocolo de recebimento; f) O lote recebido será processado posteriormente. (Fonte: modelo conceitual ABRASF versão 1.0); g) O lote recebido será processado no momento do recebimento. (Fonte: modelo conceitual ABRASF versão 2.02)"

1.3.20.47. A solução web deverá possuir uma Consulta de Situação de Lotes de RPS, para utilizá-la o emissor de notas deverá estar autenticado na aplicação, e informará o número do lote. O sistema fará a verificação se esse lote é do emissor que está efetuando a consulta, se for, retornará o status do lote (Recebido aguardando processamento, processando, processado).

1.3.20.48. A solução web deve possuir uma rotina para consulta de notas fiscais



CAPITAL DO FEMÃO

com diversos filtros de seleção, além de exibir detalhes, fazer download de XML e PDF da NFS-e, a partir dessa funcionalidade deve ser possível acessar outras rotinas do sistema que fazem parte do contexto da NFS-e emitida: a) substituir NFS-e; b) cancelar NFS-e; c) Detalhes dos e-mails enviados após a emissão da NFS-e.

1.3.20.49. A solução web deverá possuir a funcionalidade de carta de correção, tal documento é complementar à nota fiscal e deve permitir corrigir dados que não impactam na apuração do imposto ou mudança do prestador/tomador de serviços, conforme abaixo: a) Razão Social do prestador de serviço; b) Nome fantasia do prestador de serviço; c) Contatos (e-mail e telefone) do prestador de serviço; d) Endereço (Logradouro/Número/complemento, bairro) do prestador de serviço; e) Razão Social do tomador de serviço; f) Nome Fantasia do tomador de serviço; g) Endereço (Logradouro/Número/complemento, bairro) do tomador de serviço; h) Contatos (e-mail e telefone) do tomador de serviço; i) Razão Social do intermediário do serviço; j) Dados RPS (número//série/tipo); k) Discriminação do serviço.

1.3.20.50. O sistema deve observar as parametrizações da entidade quanto às regras para emissão da carta de correção com no mínimo os seguintes itens: a) Prazo máximo para efetuar correções em notas fiscais; b) Prazo máximo para cancelamento de cartas de correção; c) Parametrização quanto à data base para permissão de cancelamento de cartas de correção.

1.3.20.51. O sistema deverá possibilitar a entidade que edite o modelo da carta correção conforme a necessidade de cada entidade.

1.3.20.52. Após o processamento da carta de correção o tomador e prestador devem ser notificados por e-mail da alteração, deve ser possível visualizar a NFS-e e a Carta de Correção a partir do e-mail enviado.

1.3.20.53. O sistema deve permitir efetuar um cancelamento de uma carta de correção efetuada

1.3.20.54. Ao consultar uma nota fiscal eletrônica que possua carta de correção o sistema deve exibir a DANFS-E e a carta de correção com os dados alterados

1.3.20.55. A solução web deverá possuir funcionalidade que permita o cancelamento de uma NFS-e gerada.

1.3.20.56. O sistema deve observar as parametrizações da entidade quanto às



CAPITAL DO FÉLÍCIO

regras para cancelamento com no mínimo os seguintes itens:

- 1.3.20.57.** Prazo máximo para cancelamento;
- 1.3.20.58.** Definição de data base para contagem de prazo para cancelamento;
- 1.3.20.59.** Permissões quanto à disponibilidade para cancelamento de nota fiscal quando o ocorrer cancelamento dentro do mês de emissão nota;
- 1.3.20.60.** Permissão quanto à necessidade de aprovação da entidade quando o cancelamento da nota fiscal ocorrer dentro do mês de emissão;
- 1.3.20.61.** Parametrização para envio de e-mail aos envolvidos no processo de cancelamento;
- 1.3.20.62.** A funcionalidade deve permitir o registro do cancelamento ainda que fora do prazo, nesse caso, o sistema deve criar uma solicitação de cancelamento para posterior análise do fisco municipal.
- 1.3.20.63.** Para realizar o cancelamento da nota fiscal o emissor de NFS-e deve estar devidamente autenticado na aplicação, ao executar o procedimento de cancelamento com sucesso o sistema deve enviar um e-mail aos envolvidos conforme parametrização da entidade.
- 1.3.20.64.** A solução web deverá possuir funcionalidade que permita a substituição de uma NFS-e gerada. O sistema deverá observar as parametrizações da entidade quanto às regras para substituição com no mínimo os seguintes itens: a) Prazo máximo para a substituição; b) Definição de data base para contagem de prazo para substituição; c) Permissões quanto à disponibilidade para substituição de nota fiscal quando ocorrer a substituição dentro do mês de emissão da nota; d) Permissão quanto à necessidade de aprovação da entidade quando a substituição da nota fiscal ocorrer dentro do mês de emissão; e) Parametrização para envio de e-mail aos envolvidos no processo de substituição.
- 1.3.20.65.** A funcionalidade deve permitir o registro da substituição ainda que fora do prazo, nesse caso, o sistema deve criar uma solicitação de substituição para posterior análise do fisco municipal. Para realizar a substituição o emissor da NFS-e deve estar devidamente autenticado na aplicação, ao gravar a substituição se todas as regras foram atendidas deve ser gerada uma nova NFS-e com os mesmos dados da nota identificada adicionando à substituta o número da NFS-e substituída. Ao final do processo um e-mail deve ser enviado aos



CAPITAL DO FELIÃO

envolvidos conforme parametrização da entidade."

1.3.20.66. A solução web deve possuir funcionalidade no módulo prestador que possibilite fazer consultas de notas fiscais emitidas a favor do prestador quando ele figura como tomador ou intermediário de serviço.

1.3.20.67. A solução web deve possuir funcionalidade que permita ao tomador de serviço informar a ciência da execução do serviço discriminado na NFS-e pelo prestador afim de dar fé sobre a ocorrência do fato gerador. Essa funcionalidade deve ser parametrizável atendendo as seguintes regras: a) determinar o valor mínimo da nota a ser manifestada; b) determinar os tipos de pessoas que podem manifestar a nota (Física, jurídica ou ambas); c) determinar o prazo para manifestação da nota.

1.3.20.68. A manifestação do tomador deve ocorrer via link enviado no e-mail ao tomador no momento da emissão da nota fiscal ou através da solução web com acesso autenticado pelo tomador.

1.3.20.69. A funcionalidade deve possuir rotina para emissão de notas avulsas com as seguintes características: a) Possibilidade inclusão de requerimento de nota avulsa; b) Emissão de documento para arrecadação com o valor do ISS apurado na NFS-e; c) Possibilidade de condicionar a emissão da nota mediante a pagamento dos tributos incidentes; d) Possibilidade de liberação manual, pelo fiscal, da nota avulsa através de informe de pagamento; e) Possibilidade de análise das liberações de notas em caso dos regimes especiais de tributação; f) Integração das informações das guias com o Sistema Tributário Municipal; g) Parametrização de Guias para recolhimento do ISS para prestadores eventuais; h) Mecanismos genérico para geração de linha Digitável e código de barras de modo com que atenda qualquer modelo disponível no mercado."

1.3.20.70. A título de cálculo do valor aproximado da carga tributária incidente sobre os serviços, deverá ser possível que apuração seja realizada de acordo com as metodologias do IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

1.3.20.71. A título de cálculo do valor aproximado da carga tributária incidente sobre os serviços, deverá ser possível que apuração seja realizada de acordo metodologias definidas pelo próprio emissor.

1.3.20.72. Deve ser possível visualizar uma prévia da nota antes da sua geração.

1.3.20.73. A solução web deve possuir um ambiente de acesso público onde é



CAPITAL DO FÊLÃO

possível executar rotinas sem a necessidade de autenticação, no mínimo esse ambiente público deve possuir as seguintes funcionalidades:

1.3.20.74. Consulta de empresas autorizadas a emitir NFS-e;

1.3.20.75. Consulta de autenticidade de NFS-e;

1.3.20.76. Consulta de NFS-e por RPS;

1.3.20.77. Resumo geral dos movimentos de emissão de notas;

1.3.20.78. Solicitação de acesso ao sistema.

1.3.20.79. A funcionalidade "Consulta de empresas autorizadas a emitir NFS-e" deverá permitir fazer consulta pelo CNPJ/CPF do prestador.

1.3.20.80. A funcionalidade "Consulta de NFS-e por RPS", deve possuir, no mínimo os seguintes filtros: a) Número do RPS; b) Série do RPS; c) Tipo do RPS; d) CNPJ do Prestador; e) CNPJ do Tomador.

1.3.20.81. Ao fazer a consulta o sistema deve exibir a possibilidade de visualizar a nota fiscal. Além de exibir a nota fiscal o sistema deve disponibilizar mecanismo para efetuar o download do XML."

1.3.20.82. A funcionalidade "Consulta de autenticidade da NFS-e" deve possuir as seguintes características: a) Possibilidade de efetuar a leitura de código de barras impresso na nota fiscal; b) Digitação de informações com os no mínimo os seguintes itens: Número da NFS-e, Código verificador da NFS-e e CPF/CNPJ do Prestador;

1.3.20.83. A funcionalidade "Resumo geral dos movimentos de emissão de notas", deve demonstrar uma consulta com no mínimo os seguintes itens: a) ISSQN devido para o município; b) ISSQN devido para outros municípios; c) Quantidade de notas geradas; d) Resumo geral de Prestadores/Tomadores;

1.3.20.84. A solução Webservice deverá conter os seguintes serviços:

a) Recepção e Processamento lote de RPS;

b) Consulta de lote de RPS;

c) Consulta situação do lote de RPS;

d) Consulta de NFEs por RPS;

e) Consulta de NFEs;

f) Cancelamento de NFEs;

g) Carta de Correção;

h) Manifestação do Tomador;



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.20.85. O serviço de Recepção e Processamento lote de RPS deverá, para validação de estrutura dos arquivos XML, usar os arquivos `servico_enviar_lote_rps_envio.xsd` e `servico_enviar_lote_rps_resposta.xsd` disponíveis em:

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/nfse/download.htm> na opção *schemas XSD*.

1.3.20.86. O serviço de Consulta de lote de RPS deverá, para validação de estrutura dos arquivos XML, usar os arquivos `servico_consultar_lote_rps_envio.xsd` e `servico_consultar_lote_rps_resposta.xsd` disponíveis em:

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/nfse/download.htm> na opção *schemas XSD*.

1.3.20.87. O serviço de Consulta situação do lote de RPS deverá, para validação de estrutura dos arquivos XML, usar os arquivos `servico_consultar_situacao_lote_rps_envio.xsd` e `servico_consultar_situacao_lote_rps_envio_resposta.xsd` disponíveis em:

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/nfse/download.htm> na opção *schemas XSD*

1.3.20.88. O serviço de Consulta de NFS-e por RPS deverá, para validação de estrutura dos arquivos XML, usar os arquivos `servico_consultar_nfse_rps_envio.xsd` e `servico_consultar_nfse_rps_resposta.xsd` disponíveis em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/nfse/download.htm> na opção *schemas XSD*"

1.3.20.89. O serviço de Consulta de nfse deverá, para validação de estrutura dos arquivos XML, usar os arquivos `servico_consultar_nfse_envio.xsd` e `servico_consultar_nfse_resposta.xsd` disponíveis em:

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/nfse/download.htm> na opção *schemas XSD*.

1.3.20.90. O serviço de Cancelamento de NFS-e deverá, para validação de estrutura dos arquivos XML, usar os arquivos `servico_cancelar_nfse_envio.xsd` e `servico_cancelar_nfse_resposta.xsd` disponíveis em:

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/nfse/download.htm> na opção *schemas XSD*

1.3.20.91. O sistema deve possuir regras específicas e pré-definidas para



CAPITAL DO FEMÃO

consumo dos serviços "Manifestação do Tomador" e "Carta de Correção".

1.3.20.92. A solução web deve possuir um módulo administrador por meio de acesso autenticado.

1.3.20.93. O sistema deverá possibilitar a customização de textos de e-mails.

1.3.20.94. O sistema deverá possibilitar a customização dos seguintes documentos: Termo de Solicitação de Acesso e DANFSE e Carta de correção.

1.3.20.95. O sistema deverá possibilitar o envio de mensagens aos Prestadores, Prestadores Eventuais e Tomadores de serviços cadastrados na base de dados do cliente. A funcionalidade deve possibilitar controle de quais Prestadores, Prestadores Eventuais e Tomadores tiveram a ciência da mensagem enviada.

1.3.20.96. Na emissão da NFS-e, o sistema deverá possibilitar o detalhamento dos serviços através da inclusão de itens adicionais ao Item da LC 116/03, possibilitando a inserção

1.3.20.97. O sistema deverá possuir funcionalidade onde seja possível movimentar as solicitações de acesso efetuadas pelos prestadores/tomadores de serviço.

1.3.20.98. O sistema deverá possuir funcionalidade onde seja possível deferir/indeferir as solicitações de cancelamento/substituição de notas que foram efetuadas fora do prazo definido pela entidade.

1.3.20.99. O sistema deverá possuir funcionalidade onde seja possível deferir/indeferir as solicitações de correções nas notas efetuadas através da carta de correção fora do prazo definido pela entidade.

1.3.20.100. Através do módulo administrador do sistema também deve ser possível executar as seguintes Consultas: a) Consulta de NFS-e onde seja possível exibir qualquer nota emitida no sistema; b) Consultar as situações dos e-mails enviados nas rotinas do sistema (quando efetuada uma solicitação de acesso; Na movimentação efetuada na solicitação de acesso; Na emissão de nota fiscal; Na geração da Carta de correção; Movimentação da solicitação de correção de nota através da carta de correção efetuada fora do prazo; Movimentação da solicitação de cancelamento/substituição de nota efetuada fora do prazo; Movimentação de Liberação de Nota Avulsa - Pedidos de Aprovação; Quando da ocorrência de diferença no pagamento do imposto devido); b) Consulta das cartas de correções efetuadas pelos prestadores."



CAPITAL DO FÉLÍAO

1.3.20.101. No ambiente de administração também deve ser possível emitir, no mínimo os seguintes relatórios: a) Relatórios gerais das NFS-e (Notas emitidas; Resumo de notas por atividade com quantidade e valor das notas;); b) Visão geral dos cenários das notas emitidas (quantitativo e qualitativo)."

1.3.20.102. Deve ser possível bloquear a emissão de notas para serviços que o emissor não esteja autorizado.

1.3.20.103. Deve dispor de um canal de interação digital do usuário com o fiscal, quando o usuário estiver logado no sistema de ISS

1.3.20.104. O canal digital de interação deve dispor mecanismo que possibilite o fiscal realizar o monitoramento dos visitantes do sistema, sendo possível identificar quais páginas já acessou, qual está acessando no momento e tempo de duração do acesso

1.3.20.105. Deve ser possível o fiscal realizar o atendimento do canal de interação digital a partir de dispositivo móvel

1.3.20.106. O canal digital deve dispor de mecanismos que possibilitem a configuração visual do *widget* do visitante

1.3.20.107. Para os casos de não existir nenhum fiscal online para atendimento, deve ser possível o usuário registrar sua mensagem, a qual deverá ser enviada por e-mail para o responsável do canal digital de interação.

1.3.20.108. O canal digital deve dispor de mecanismos que possibilitem a configuração visual do *widget* do visitante

1.3.20.109. O canal digital deve dispor de mecanismos que possibilitem a visualização de informações estatísticas do sistema, bem como quantidade de visitantes, páginas visualizadas, conversas respondidas, conversas perdidas e visitantes online.

1.3.20.110. Para os serviços prestados de construção civil, onde exista valor máximo estipulado para dedução da base de cálculo sem comprovação, deve ser sugerido automaticamente pelo sistema o valor dedução previsto, sendo possível a sua alteração.

1.3.20.111. Para os serviços prestados de construção civil deve ser obrigatório informações referentes a obra, bem como Matrícula CEI/CNO da obra e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

1.3.20.112. Para os serviços prestados de construção civil onde o prestador



CAPITAL DO FEMÃO

julgar que não existe dados da obra, deve ser possível que mesmo declara que a obra em questão não necessita da Matrícula CEI/CNO e ART;

1.3.20.113. Estar com a tabela de nomenclatura brasileira de serviços minimamente na versão 2.0 e possuir controle de vigência.

1.3.20.114. Permitir que o fisco possa consultar as procurações existentes, filtrando a empresa e visualizando as procurações vinculadas, podendo visualizar, CPF, Nome, Vigência e situação da procuração.

1.3.20.115. Permitir que o fisco a partir de um número do CPF, possa consultar todas as empresas que o CPF está vinculado como outorgante, podendo visualizar o CNPJ da Empresa, Razão social, bem como o detalhamento da procuração podendo visualizar, CPF, Nome, Vigência e situação da procuração.

1.3.20.116. Permitir que o fisco efetue cadastramento de benefícios fiscais, informando a base legal, vigência, alíquota reduzida e também o vínculo de um ou mais beneficiados.

1.3.20.117. Permitir que o fisco efetue a manutenção das empresas com benefícios fiscais, permitindo a desvinculação da empresa do benefício e/ou alteração da vigência

1.3.20.118. Permitir que o fisco municipal possa visualizar através de um arquivo no formato PDF, o benefício e as empresas vinculados ao mesmo

1.3.20.119. Permitir que o fisco municipal possa exportar em *XLSx* a relação de benefício e seus beneficiários podendo visualizar dados do benefício, bem como os dados dos beneficiários vinculados ao mesmo.

1.3.20.120. Permitir que no processo de emissão de nota fiscal eletrônica a alíquota apurada leve em consideração o benefício vinculado ao prestador, podendo visualizar na impressão do DANFSE a base legal que sustenta a concessão do benefício fiscal

1.3.20.121. Possibilitar a visualização em forma gráfica de dados gerenciais em área pública, podendo visualizar a quantidade de notas fiscais tributadas no município, bem como a visualização da média da base de cálculo e também valor médio do imposto apurado.

1.3.20.122. Permitir, ao Fisco Municipal, determinar quais prestadores de serviços podem emitir notas com atividades não autorizadas, limitando a emissão de Notas Fiscais eletrônicas com serviços não autorizados. Essa



CAPITAL DO FÉLÍAO

limitação pode ser efetuada por competências ou por período.

1.3.20.123. Permitir que o fisco municipal, adicione exceções no que diz respeito ao domicílio para pagamento do ISS, permitindo definir para os prestadores de serviços emissores de documento fiscal quais serão os tomadores e municípios de incidência que terão o domicílio do ISS diferente do previsto na LC 116/03.

1.3.20.124. Possibilitar a substituição de uma NFS-e avulsas, pelo próprio prestador de serviço, mantendo o vínculo entre a nota substituída e a substituta, através da geração de novo requerimento para emissão de NFS-e avulsa.

1.3.20.125. Estar aderente a resolução CGSN 169/2022, bloqueando a emissão de nota fiscal eletrônica caso o contribuinte seja microempreendedor individual (MEI).

1.3.20.126. Deverá substituir o processo manual de escrita fiscal.

1.3.20.127. Deverá proporcionar facilidades operacionais para pagamento do ISSQN retido na fonte e para a emissão do recibo de retenção e entrega da relação das empresas prestadoras de serviço.

1.3.20.128. Deverá proporcionar facilidades para entrega de declarações em locais estabelecidos pela Prefeitura, através de arquivos magnéticos ou diretamente pela Internet Pública, provendo mecanismos de consistência, de conferência de dados e de segurança do serviço.

1.3.20.129. Disponibilizar layout e meios para possibilitar a importação de arquivos gerados pelos sistemas da escrita fiscal ou contábil utilizados pela empresa prestadora ou tomadora de serviço bem como meios para validação do layout do arquivo.

1.3.20.130. Proporcionar a impressão da Guia de pagamento de ISSQN Próprio ou Retido na Fonte em documento único, de pessoa física ou jurídica, cadastrada ou não no município, de uma determinada referência (mês e ano), com código de barras utilizando padrão FEBRABAN e o padrão estabelecido através de convênio da Prefeitura com as instituições bancárias.

1.3.20.131. Permitir a impressão da Guia de pagamento de ISSQN Fixo para profissional autônomo, sociedades de profissionais liberais e empresas em Regime de Estimativa, sem a necessidade de informar senha, a guia deve ser impressa com código de barras utilizando padrão FEBRABAN e o padrão estabelecido através de convênio da Prefeitura com as instituições bancárias.



1.3.20.132. Para contribuintes na condição de responsável, na retenção na fonte de serviços tomados de fornecedores residentes fora do Município, deverá permitir informar a razão social, CNPJ, município de localização da empresa, bem como emissão da Guia de Recolhimento de ISS atender as mesmas especificações dos contribuintes residentes no município.

1.3.20.133. Permitir a emissão da Guia de Recolhimento de ISS, quando responsável tributário, separado daquela em que paga como contribuinte, ou a critério do emissor poderá ser emitido em guia única.

1.3.20.134. Viabilizar a impressão do Recibo de Retenção de notas fiscais recebidas com imposto retido na fonte.

1.3.20.135. Disponibilizar impressão eletrônica do livro fiscal.

1.3.20.136. Prover, através da disponibilização de senhas por contador/contribuinte, sigilo absoluto quanto às informações particulares de cada contador/contribuinte e das empresas sob sua responsabilidade.

1.3.20.137. Permitir ao contador/contribuinte acessar somente a lista de empresas sob sua responsabilidade e realizar a manutenção dos dados das DMSs - Declaração Mensal de Serviço - somente destas empresas.

1.3.20.138. Permitir ao contador/contribuinte adicionar tantos usuários no sistema quanto for necessário, sendo o acesso individualizado e todos devem ter acesso a todas as empresas da lista do contador/contribuinte.

1.3.20.139. Permitir ao contador/contribuinte realizar uma DMS sem movimento.

1.3.20.140. Cada DMS deverá ser composta de todas as informações necessárias à completa identificação do documento emitido, do prestador, do tomador, dos serviços prestados e do valor da operação.

1.3.20.141. Possibilitar ao contador/contribuinte a digitação, o recebimento e o processamento de DMSs retificadoras, após a entrega da declaração.

1.3.20.142. Permitir ao contador/contribuinte gerar e imprimir o protocolo de confirmação de recebimento da DMS.

1.3.20.143. Permitir ao contador/contribuinte gerar e imprimir o protocolo de retenção na fonte.

1.3.20.144. Permitir que seja montado planos de contas para declaração de escolas, lotéricas, planos de saúde, concessionárias de transporte público,



CAPITAL DO FEMÃO

seguradoras, e todos outros segmentos que não tenham a obrigatoriedade de emissão de notas fiscais.

1.3.20.145. Permitir que em uma única nota fiscal seja vinculado vários serviços distintos, cada qual com sua identificação do item da lista de serviços, alíquota, valor da base de cálculo e valor do imposto.

1.3.20.146. Permitir informar notas que tenham sido roubadas, extraviadas, destruídas ou qualquer outro motivo que não tenham emitido.

1.3.20.147. Permitir que o declarante informe eventual valores de créditos, valores estes que devem ser abatidos do valor de imposto próprio a pagar no mês. Deve ser possível configurar um percentual limite para este abatimento.

1.3.20.148. Permitir a declaração pelo prestador da diferença de alíquota para as notas emitidas que sofreram retenção com alíquota inferior a devida.

1.3.20.149. Possibilitar a visualização em forma gráfica de dados gerenciais em área pública, bem como: Resumo de Declaração, Valores Pagos, Declarações Entregues fora do Prazo e Lançamento de Notas por Dia;

1.3.20.150. Possibilitar consulta da veracidade do protocolo de retenção fornecido pelo prestador;

1.3.20.151. Possuir canal de fale conosco

1.3.20.152. Possibilitar a declaração da (RBT) Receita Bruta Total por empresas optantes do Regime Único Simples Nacional

1.3.20.153. Possibilitar a apuração automática da alíquota para empresas optantes do Regime Único Simples Nacional de acordo com sua RBT.

1.3.20.154. Possibilitar o envio de e-mail informado ao contador referente às autuações realizadas das empresas sob sua responsabilidade

1.3.20.155. Realizar constituição de créditos para declarações com valores não pagos

1.3.20.156. Possibilitar o envio de e-mail informado ao contador referente às constituições de créditos realizadas das empresas sob sua responsabilidade

1.3.20.157. Possibilitar a declaração da (RBT) Receita Bruta Total por empresas optantes do Regime Único Simples Nacional

1.3.20.158. Possibilitar a apuração automática da alíquota para empresas optantes do Regime Único Simples Nacional de acordo com sua RBT.

1.3.20.159. Realizar autuação automática para empresas omissas de declaração



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.20.160. Possibilitar o envio de e-mail informado ao contador referente às autuações realizadas das empresas sob sua responsabilidade

1.3.20.161. Realizar constituição de créditos para declarações com valores não pagos

1.3.20.162. Possibilitar o envio de e-mail informado ao contador referente às constituições de créditos realizadas das empresas sob sua responsabilidade

1.3.20.163. Possibilitar o controle de deduções da base de cálculo para serviços de construção civil, podendo definir o valor máximo sem comprovação e o valor máximo possível de dedução.

1.3.20.164. Possibilitar o controle da dedução máxima de base de cálculo por prestador de serviço

1.3.20.165. Para o caso de uma nota declarada de construção civil com dedução da base de cálculo dentro do intervalo máximo sem comprovação, não deve ser solicitado nenhuma comprovação ao declarante.

1.3.20.166. Para o caso de uma nota declarada de construção civil com dedução da base de cálculo acima do valor máximo sem comprovação, não deve ser possível realizar a entrega da competência sem a anexação da documentação que comprove a dedução informada.

1.3.20.167. Para o caso de uma nota declarada de construção civil com dedução da base de cálculo acima do valor máximo sem comprovação, deve ser possível a anexação da documentação que comprove a dedução por nota de serviço declarada.

1.3.20.168. Possibilitar o cadastramento dos auditores fiscais, informando minimamente nome, CPF, matrícula e local de lotação.

1.3.20.169. Possibilitar o cadastramento de infrações relacionadas a omissão de declaração, sendo possível informar descrição, vigência, legislação, penalidade e valor da penalidade

1.3.20.170. Possibilitar o controle de configurações para infração por autuação de omissos, onde deve ser possível definir uma infração para omissão de declaração dos serviços prestados e para omissão de declaração de serviços tomados ou uma para cada tipo de omissão das definidas anteriormente.

1.3.20.171. Possibilitar a autuação de empresas omissas da declaração de serviços prestados/tomados, sendo possível selecionar por empresa,



CAPITAL DO FÉLÍCIO

competência, enquadramento e tipo de autuação (Serviço Prestado, Serviço Tomado ou Ambos)

1.3.20.172. Possibilitar a consulta de empresas que foram autuadas, sendo possível selecionar por empresa, competência, auditor, tipo de autuação (Serviço Prestado, Serviço Tomado ou Ambos), número do auto, data da autuação e situação do débito do auto.

1.3.20.173. Deve conter relatório de auditoria que informa as operações realizadas, listando minimamente data, hora, funcionalidade, histórico do que foi realizado, usuário outorgado e empresa outorgante.

1.3.20.174. Permitir a escrituração dos serviços prestados por planos de contas para empresas não emissoras de notas, sendo possível informar declarar contas tributadas e não tributadas

1.3.20.175. Permitir o cadastro do plano de contas, sendo possível desdobramento em contras sintéticas e analíticas, definindo se a mesma será tributada ou apenas informativa, não tributada.

1.3.20.176. Estar com a tabela de nomenclatura brasileira de serviços minimamente na versão 2.0 e possuir controle de vigência.

1.3.20.177. Permitir a emissão de boleto avulso, o qual esteja desvinculado da entrega da declaração mensal, sendo necessário apenas informar a competência, valor do ISS Próprio, ISS Retido e observação.

1.3.20.178. Permitir a consulta dos boletos já emitidos, sendo possível visualizar número. Ano, origem, competência, ISS Próprio, ISS Retido, valor total, situação e possível observação;

1.3.20.179. Permitir a emissão de segunda via de um boleto já emitido.

1.3.20.180. Para prestadores de serviço optantes do Simples Nacional, deve ser possível realizar a declaração de base de cálculo por anexo.

1.3.20.181. Deve ser possível o declarante visualizar um resumo da declaração a ser entregue, segregando pela associação dos itens de serviço LC 116/03 com os serviços municipais, onde deve demonstrar minimamente as seguintes informações: valor do serviço, valor de dedução, desconto incondicional, base de cálculo, alíquota, valor do ISS, valor do ISS retido e valor do ISS devido.

1.3.20.182. Deve ser possível que as cooperativas realizem ajuste do valor global a ser deduzido na competência para os serviços prestados.



1.3.20.183. Permitir que o contribuinte possa realizar o pagamento do ISS de uma determinada competência, copiando a chave Pix e colando no APP do Banco onde possui conta.

1.3.20.184. Permitir que o contribuinte possa realizar o pagamento do ISS de uma determinada competência, realizando a leitura do QR code Pix com leitor do APP do Banco onde possui conta.

1.3.20.185. Permitir definir quais prestadores eventuais, podem efetuar emissão de documento para pagamento com seleção de documentos fiscais

1.3.20.186. Permitir a emissão de documento para pagamento através de Boletim ou PIX para Prestadores Eventuais, selecionando os serviços tomados em que há retenção de ISSQN, permitindo selecionar um ou vários documentos fiscais em uma única seleção.

1.3.20.187. Permitir a exportação do extrato em XLSx, gerando de forma segregada as informações do resumo de declaração, notas constantes na declaração e a declaração por plano de contas.

1.3.20.188. Permitir a constituição de valores de ISS devido no município relacionado a serviços prestados e tomados de documentos fiscais eletrônicos, que ainda não foram constituídos no cadastro do contribuinte, de forma segregada (ISS de Serviços Prestados e Serviços tomados)

1.3.20.189. Permitir o cancelamento da constituição de valores de ISS devido no município relacionado a serviços prestados e tomados de documentos fiscais eletrônicos, cujo a constituição ocorreu através da omissão da declaração.

1.3.20.190. Permitir a notificação de lançamentos que foram constituídos por omissão de entrega, gerando de forma segregada uma notificação para valores de ISS de Serviços Prestados e outra para ISS de serviços tomados

1.3.20.191. Permitir o cancelamento da notificação de lançamentos que foram constituídos por omissão de entrega.

1.3.20.192. Permitir que o contribuinte visualize as notificações emitidas pelo fisco municipal contra seu cadastro, listando o número da notificação, a competência, o valor da notificação e a visualização do documento.

1.3.20.193. Possibilitar a visualização em forma gráfica de dados gerenciais em área pública, podendo visualizar dados inerentes as declarações de serviços, podendo visualizar as doze últimas competências apurando o total de ISS



apurado de serviços prestados e de forma segregada o total do ISS de serviços tomados.

1.3.20.194. Possibilitar a visualização em forma gráfica de dados gerenciais em área pública, podendo visualizar dados inerentes as declarações de serviços entregues fora do prazo previsto na legislação, podendo visualizar as doze últimas competências apurando o total de ISS apurado de serviços prestados e de forma segregada o total do ISS de serviços tomados.

1.3.20.195. Possibilitar a visualização em forma gráfica de dados gerenciais em área pública, podendo visualizar dados inerentes as declarações de serviços entregues e pagas dentro do prazo previsto na legislação, podendo visualizar as doze últimas competências apurando o total de ISS apurado de serviços prestados e de forma segregada o total do ISS de serviços tomados.

1.3.20.196. Permitir, ao fisco municipal no momento em que constituírem os créditos de omissos gerar um aviso que será exibido como prioridade ao contribuinte na tela inicial.

1.3.20.197. Permitir, ao fisco municipal reenviar os avisos de constituição dos créditos de omissos.

1.3.20.198. Permitir que contribuintes emitam boletos após a entrega da declaração, informando se os boletos anteriores foram pagos ou não considerando esses valores ao apurar o saldo para pagamento, sem que o pagamento dos boletos anteriores tenha sido processado no sistema tributário.

1.3.20.199. Permitir a definição de prestadores de serviços estabelecidos e não estabelecidos no município, para que possam efetuar cadastramento de obras para controle especial de dedução da base de cálculo de serviços de construção de civil.

1.3.20.200. Permitir que prestadores de serviços devidamente habilitados pelo fisco municipal possam cadastrar obras, informando minimamente: Local da Obra, proprietário e informar uma ou mais notas de materiais

1.3.20.201. Permitir que o Fisco Municipal, homologue os pedidos de dedução de base de cálculo, avaliando os documentos fiscais de materiais e obras cadastradas, permitindo que o fisco altere o valor a ser homologado conforme entendimento próprio

1.3.20.202. Permitir que o Fisco Municipal, revogue os pedidos de dedução de



base de cálculo já homologados

1.3.20.203. Permitir para prestadores de serviços devidamente habilitados, que possam no processo de emissão de NFS-e, vincular uma obra previamente cadastrada e homologada pelo fisco municipal, deduzindo a base de cálculo conforme saldo homologado disponível.

1.3.20.204. Permitir que contribuintes tomadores de serviços que efetuaram a declaração de serviços retidos, possam emitir um protocolo de retenção de ISS, onde neste documento deve minimamente conter os seguintes dados:

- Número do Protocolo
- Chave de Autenticidade
- Competência de geração
- Dados do Tomador e do Prestador de Serviço (Razão Social e endereço)
- Dados da Nota Fiscal Eletrônica (Código da Atividade baseada na lista de serviços da lei 116/03, descrição do serviço, base de cálculo, alíquota e valor do ISS).

1.3.20.205. Permitir a autenticação dos protocolos emitidos, possibilitando que no caso que for constatado que o documento é autêntico, seja emitido novamente o documento para confrontação dos dados. A autenticidade deverá ser realizada em área pública sem necessidade de inserção de dados de login.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

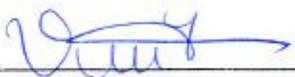
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pelo Sr. **Edenilson Gianini** e Sra. **Viviane Rodrigues**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo de Gestão do Simples Nacional**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.21.1 ao 1.3.21.25. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 17 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo de Gestão do Simples Nacional
Intervalo dos Itens no TR	1.3.21.1 à 1.3.21.25
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Edenilson Gianini



 Viviane Rodrigues



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.21. MÓDULO DE GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL

1.3.21.1. Permitir através de gráfico de gestão, a visualização do valor arrecadado de empresas optantes do simples nacional, sendo possível identificar qual a origem do valor pago. Exemplo: Se o pagamento se deu pelo DAS, DAS Cobrança, DAS-MEI, DAS Parcelamento, DAS-Avulso.

1.3.21.2. Permitir através de gráfico de gestão, a identificação das 10 empresas optantes do simples nacional que mais arrecadaram em determinado período a ser informado pelo usuário.

1.3.21.3. Permitir através de gráfico, a identificação dos valores arrecadados diariamente, em determinado período a ser informado pelo usuário.

1.3.21.4. Permitir através de gráfico, a identificação consolidada da quantidade de parcelamentos por situação, em determinado período a ser informado pelo usuário.

1.3.21.5. Permitir através de gráfico, a identificação consolidada do valor de parcelamentos por situação, em determinado período a ser informado pelo usuário.

1.3.21.6. Permitir através de gráfico, a identificação da quantidade de parcelamentos por mês, em determinado período a ser informado pelo usuário.

1.3.21.7. Permitir através de gráfico, a identificação do valor de parcelamentos por mês, em determinado período a ser informado pelo usuário.

1.3.21.8. Permitir através de gráfico, a identificação da quantidade de parcelamentos por mês, em determinado período a ser informado pelo usuário.

1.3.21.9. Permitir através de gráfico, realizar o comparativo da quantidade de parcelamentos do mês corrente com o mês anterior.

1.3.21.10. Permitir através de consulta, listar os parcelamentos, sendo possível identificar minimamente os seguintes dados: CNPJ, Razão Social, Número do Parcelamento, Data do Pedido, Data da Última Movimentação, Situação Valor Consolidado, Quantidade de Parcelas e Valor da Parcela, além disso. Também deve ser possível identificar o valor total consolidado negociado.

1.3.21.11. Permitir através de consulta, identificar os períodos de apuração que compõem os parcelamentos selecionados, listando minimamente os seguintes dados: Período de Apuração, Data de Vencimento, Valor Original e Valor Atualizado.



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.21.12. Permitir através de consulta, identificar a quantidade de parcelas pagas, não pagas e o valor total das parcelas de um parcelamento selecionado.

1.3.21.13. Permitir através de consulta, identificar as informações de arrecadação de um parcelamento selecionado, constando minimamente os seguintes dados: Vencimento da Parcela, Número da DAS, Data de Arrecadação e Valor Total do DAS

1.3.21.14. Permitir através de gráfico, realizar comparativo entre valores em parcelamento e arrecadado, sendo possível visualizar o Valor em Parcelamento, Arrecadado e Saldo a Receber.

1.3.21.15. Permitir através de gráfico, realizar o comparativo por período de apuração entre o declarado no município versus o declarado na Receita Federal do Brasil, identificando os valores bem como a diferença que ainda falta a ser declarada para o município.

1.3.21.16. Permitir através de gráfico, realizar o comparativo por período de apuração entre a quantidade de DAS declarada versus o que foi pago, identificando o percentual do saldo de DAS a serem quitadas.

1.3.21.17. Permitir através de gráfico, identificar as 10 maiores empresas contribuintes de ISSQN com declaração da Receita Federal do Brasil, bem qual a sua participação em R\$.

1.3.21.18. Permitir através de gráfico, identificar por exercício o valor de ISSQN declarado na Receita Federal que não está sujeito a Substituição

1.3.21.19. Permitir através de gráfico, identificar os valores das declarações, consolidando pela sua situação.

1.3.21.20. Permitir através de gráfico, identificar a quantidade de empresas divergentes entre o declarado na Receita Federal Brasileira e o declarado no município, sendo possível ainda, lista os dados que originaram os números.

1.3.21.21. Em todos os gráficos e consultas deve possuir filtros de seleção, prevendo minimamente os seguintes parâmetros: CNPJ, Razão Social e Período de Apuração

1.3.21.22. Para todos os gráficos e consultas deve ser possível listar os dados que deram origem a visão.

1.3.21.23. Para todos os gráficos e consultas deve ser possível exportar os dados, minimamente nos formatos de Excel e CSV.



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

1.3.21.24. Para todos os gráficos e consultas devem existir mecanismos que possibilitem a classificação pela ordem crescente ou decrescente, informando qual informação será base para a ordenação.

1.3.21.25. Permitir através de relatórios, comparar os dados declarados junto a Receita Federal do Brasil, dados declarados junto ao sistema municipal de ISS os valores pagos no sistema Tributário Municipal.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pelo Sr. **Edenilson Gianini** e Sra. **Viviane Rodrigues**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo de Protesto CDA**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.22.1 ao 1.3.22.16. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 17 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo de Protesto CDA
Intervalo dos Itens no TR	1.3.22.1 à 1.3.22.16
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Edenilson Gianini



 Viviane Rodrigues



1.3.22. MÓDULO PROTESTO CDA

1.3.22.1. Permitir o Protesto de Certidões de Dívida Ativa (Manual)

1.3.22.2. Permitir o cancelamento/desistência de protestos de Certidões de Dívida Ativa.

1.3.22.3. Permitir o Protesto de Certidões de Dívida Ativa de maneira eletrônica, integrando-se junto ao Instituto de Estudos de Títulos do Brasil (IEPTB).

1.3.22.4. Permitir a parametrização dos documentos envolvidos no processo de protesto.

1.3.22.5. Possibilitar a emissão da Carta de Anuência.

1.3.22.6. Emissão de relatório listando os valores protestados e valores enviados para protesto em aberto.

1.3.22.7. Controle dos valores arrecadados, das Certidões Enviadas para Protestos e Protestadas.

1.3.22.8. Permitir o Cancelamento de Certidões de Dívida, informando motivo e Processo Administrativo.

1.3.22.9. Permitir a Inclusão de Anotações nas Certidões de Dívida Ativa.

1.3.22.10. Atualização de Certidão de Dívida Ativa com controle versão, possibilitando a rastreabilidade dos fatos ocorridos.

1.3.22.11. Possibilitar a Assinatura Digital na Certidão de Dívida Ativa através de certificado padrão ICP Brasil, garantindo assim a integridade dos dados constantes no documento.

1.3.22.12. Controle da Fundamentação Legal constante na Certidão de Dívida Ativa, controlando o vínculo entre Fundamento Legal com seus Tributos e suas vigências.

1.3.22.13. Controle das informações complementares que serão incluídas na Certidão de Dívida Ativa.

1.3.22.14. No momento do envio de uma Certidão de Dívida Ativa para protesto, deve ser possível selecionar qual o sujeito passivo que deverá ser considerado no protesto.

1.3.22.15. Permitir consultar as Certidões de Dívida Ativa protestada ou enviada para protesto.



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

1.3.22.16. Permitir consultar as Certidões de Dívida Ativa protestada ou enviada para protesto pelo CPF ou CNPJ do sujeito passivo.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pelo Sr. **Edenilson Gianini** e Sra. **Viviane Rodrigues**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo de Gestão Empresa Digital – Rede SIM**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.23.1 ao 1.3.23.66. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 17 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo de Gestão Empresa Digital – Rede SIM
Intervalo dos Itens no TR	1.3.23.1 à 1.3.23.66
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Edenilson Gianini



 Viviane Rodrigues



CAPITAL DO FÊLÃO

1.3.23. MÓDULO DE GESTÃO EMPRESA DIGITAL "REDE SIM"

1.3.23.1. Permitir o recebimento automático das solicitações eletrônicas disponibilizadas pelo sistema integrador que compõe a REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios) referente às consultas de viabilidade do exercício da (s) atividade (s) econômica (s) a ser (em) desenvolvida (s) pela Pessoa Jurídica no endereço escolhido.

1.3.23.2. Permitir o controle de todas as solicitações de Consulta de Viabilidade, possibilitando o deferimento ou indeferimento das mesmas pelo Município, enviando automaticamente o resultado das avaliações para o sistema integrador da REDESIM.

1.3.23.3. Permitir a consultar as solicitações de Consulta de Viabilidade demonstrando o número do protocolo, solicitante e data, sendo que também deve ser possível o detalhamento destas com a visualização das informações de: endereço, empresariais, do solicitante e de identificação do protocolo.

1.3.23.4. Na consulta de solicitações possuir atalhos das opções de seleção por situação do protocolo, que poderá ser: pendente de análise, deferida ou indeferida.

1.3.23.5. Permitir a realização da consulta das solicitações pela sua situação, podendo ser: Todas, pendente, deferida, indeferida ou cancelada.

1.3.23.6. Permitir a realização da consulta das solicitações pelo nome do solicitante, CPF do solicitante, número do protocolo e data de solicitação.

1.3.23.7. Permitir a localização no mapa o endereço em que está sendo realizada a consulta de viabilidade.

1.3.23.8. Através da consulta, permitir a visualização dados das empresas, bem como informações empresariais, integralização de capital, quadro societário, atividades, dados do processo.

1.3.23.9. Através da consulta, permitir a exportação em PDF dos dados das empresas, bem como informações empresariais, integralização de capital, quadro societário, atividades, dados do processo.

1.3.23.10. Permitir controle de acesso, onde cada usuário deverá se autenticar para acessar as funcionalidades inerentes à Consulta de Viabilidade e Solicitação de Empresa, sendo que o sistema deverá identificar se o usuário que esteja



CAPITAL DO FÉLÍAO

tentando acesso possui ou não condição para lhe garantir acesso. Deverá também informar junto à permissão de acesso o perfil que o usuário possui.

1.3.23.11. Permitir o acompanhamento dos eventos via LOG de Execução, que deve contemplar a listagem das operações que ocorreram no sistema, usuário, data e hora realizada.

1.3.23.12. Permitir que sejam efetuadas as configurações referentes à integração com o sistema integrador que compõe a REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios).

1.3.23.13. Permitir o recebimento automático das solicitações eletrônicas disponibilizadas pelo sistema integrador que compõe a REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios) referente ao processo de Solicitação de Empresas, bem como Abertura, Alteração e Encerramento das Empresas.

1.3.23.14. Permitir que seja efetuado o controle de todas as solicitações de Inscrição Municipal, possibilitando ao fisco a geração da Inscrição Municipal ou solicitar Exigências referente a informações necessárias para a emissão do documento, atualizando automaticamente o resultado do protocolo no sistema integrador da REDESIM.

1.3.23.15. Permitir ao fisco personalizar o modelo do documento de Inscrição Municipal.

1.3.23.16. Ao gerar uma Inscrição Municipal, permitir a atualização automaticamente da base cadastral do sistema tributário, serviço este que deverá ser em tempo real.

1.3.23.17. Permitir o controle de todas as solicitações de Alteração de Empresa, possibilitando ao fisco deferir o protocolo ou solicitar Exigências referente a informações necessárias para a alteração, atualizando automaticamente o resultado do protocolo no sistema integrador da REDESIM.

1.3.23.18. Ao deferir o protocolo de Alteração de Empresa deverá atualizar automaticamente a base cadastral do sistema tributário, serviço este que deverá ser em tempo real.

1.3.23.19. Permitir o controle de todas as solicitações de Encerramento de Empresa, possibilitando ao fisco deferir o protocolo ou solicitar Exigências



CAPITAL DO FEMÃO

referente a informações necessárias para o Encerramento, atualizando automaticamente o resultado do protocolo no sistema integrador da REDESIM.

1.3.23.20. Ao deferir o protocolo de Encerramento de Empresa deverá atualizar automaticamente a base cadastral do sistema tributário, serviço este que deverá ser em tempo real.

1.3.23.21. Na consulta de solicitações de Inscrição Municipal, Abertura e Encerramento de Empresa deve possuir atalhos das opções de seleção por situação do protocolo, que poderá ser: pendente, em análise, em exigência pendente, em exigências concluída, deferido ou todos.

1.3.23.22. Permitir a realização da consulta das solicitações por Razão Social da Empresa, CNPJ da Empresa, tipo de evento (Inscrição Municipal, Alteração, Baixa ou Suspensão), data inicial e data final.

1.3.23.23. Através da consulta, permitir a visualização dados das empresas, bem como informações empresariais, integralização de capital, quadro societário, atividades, dados do processo e histórico de movimentação.

1.3.23.24. Através da consulta, permitir a exportação em PDF dos dados das empresas, bem como informações empresariais, integralização de capital, quadro societário, atividades, dados do processo e histórico de movimentação.

1.3.23.25. Permitir a localização no mapa do endereço em que a empresa está estabelecida

1.3.23.26. Permitir a visualização de forma gráfica um ranking das categorias de atividades com mais abertura de empresa no Município

1.3.23.27. Permitir a visualização de forma gráfica a quantidade aberturas de empresa por mês.

1.3.23.28. Permitir a visualização do mapa de calor que mostre onde está concentrado geograficamente o maior número de empresa estabelecidas

1.3.23.29. Permitir na Solicitação de Empresas que o usuário possa iniciar os protocolos pendentes, de Inscrição Municipal, Alterações ou Encerramento de Empresas, atribuindo a esse usuário a responsabilidade pela análise do processo

1.3.23.30. Permitir na Solicitação de Empresas, que o usuário possa assumir os protocolos, com situação diferente de pendentes ou deferidos, de Inscrição Municipal, Alterações ou Encerramento de Empresas, atribuindo para esse usuário a responsabilidade pela análise desse processo.



CAPITAL DO FELDÃO

1.3.23.31. Permitir na Solicitação de Empresas, solicitações de exigência para protocolos com situação diferente de pendente ou deferido para processo de Inscrição Municipal, Alterações ou Encerramento de Empresas, integrando as informações diretamente com o integrador da REDESIM.

1.3.23.32. Permitir na Solicitação de Empresas, em solicitações de exigência selecionar de 1 ou mais motivos de Exigência e enviar de uma única vez para o sistema integrador da REDESIM.

1.3.23.33. Permitir a definição de quais eventos enviados pelo integrador, serão recepcionados e tratados pelo Empresa Digital, podendo classificar os eventos como: Inscrição, Alteração ou Baixa

1.3.23.34. Permitir que protocolos classificados em eventos não recepcionados pelo Empresa Digital, possam ser recepcionados a qualquer momento selecionando os mesmos através de um intervalo de período.

1.3.23.35. Permitir na Solicitação de Empresas, indeferir protocolos com situação diferente de pendente ou deferido para processo de Inscrição Municipal, Alterações ou Encerramento de Empresas, integrando as informações diretamente com o integrador da REDESIM.

1.3.23.36. Permitir na Solicitação de Empresas, desfazer indeferir protocolos com situação de indeferido para processo de Inscrição Municipal, Alterações ou Encerramento de Empresas, integrando as informações diretamente com o integrador da REDESIM.

1.3.23.37. Permitir na Solicitação de Empresas, selecionar os dados cadastrais que serão alterados ou não para processo de Alterações ou Baixa de Empresas, integrando com a base cadastral do sistema tributário, serviço este que deverá ser em tempo real.

1.3.23.38. Permitir na Solicitação de Empresas, selecionar os dados cadastrais dos logradouros que serão alterados ou não para processo de Inscrição Municipal de Empresas, integrando com a base cadastral do sistema tributário, serviço este que deverá ser em tempo real.

1.3.23.39. Permitir na Solicitação de Empresas, selecionar os somente empresas com enquadramento MEI.



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.23.40. Permitir na Consulta Prévia, selecionar e assumir os protocolos, com situação diferente de pendentes ou deferidos, atribuindo ao usuário logado a responsabilidade pela análise desse processo.

1.3.23.41. Permitir o acompanhamento dos eventos de não conformidade ocorrido nos protocolos quando realizado integração entre sistema tributário e integradores das Juntas Comerciais.

1.3.23.42. Possibilitar que ao disponibilizar uma inscrição municipal para o órgão integrador, seja possível enviar informações complementares via integrador.

1.3.23.43. Possibilitar que, ao deferir um protocolo de Consulta de Viabilidade seja possível enviar selecionar o Grau de Risco e enviar esta informação para o órgão integrador.

1.3.23.44. Possibilitar que, à consulta um protocolo de Consulta de Viabilidade, seja possível visualizar as perguntas parametrizadas no integrador e suas respectivas respostas enviadas pelo contribuinte no momento da solicitação efetuada no órgão integrador.

1.3.23.45. Possibilitar que, ao consultar um protocolo na Solicitação de Empresas, seja possível visualizar as perguntas parametrizadas no integrador, suas respectivas respostas e anexos enviados pelo contribuinte no momento da solicitação efetuada no órgão integrador.

1.3.23.46. Permitir que protocolos classificados dos eventos 209 e 210 recepcionados pelo Empresa Digital, possam ser tratados como INSCRIÇÃO DE EMPRESA ou BAIXA conforme o Município do estabelecimento.

1.3.23.47. Permitir a definição de quais eventos enviados pelo integrador, serão recepcionados e tratados pelo Empresa Digital na rotina de Licenciamento.

1.3.23.48. Permitir ao fisco personalizar o modelo do documento de Alvará de Localização, Alvará de Funcionamento Provisório e Dispensa de Licenciamento.

1.3.23.49. Permitir ao fisco personalizar as parametrizações do Licenciamento conforme legislação municipal.

1.3.23.50. Permitir o recebimento automático das solicitações eletrônicas de Licenciamento referente aos documentos de Alvará de Localização, Alvará de Funcionamento Provisório e Dispensa de Licenciamento disponibilizadas pelo



CAPITAL DO FIELÃO

sistema integrador que compõe a REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios).

1.3.23.51. Permitir ao fisco que efetue o controle das solicitações de Alvará de Localização, Alvará de Funcionamento Provisório e Dispensa de Licenciamento, possibilitando ao fisco a geração dos documentos, solicitar Exigências referente a informações necessárias para a emissão do documento, emitir taxas de licenciamento, aguardar vistorias, atualizando automaticamente o resultado do protocolo no sistema integrador da REDESIM.

1.3.23.52. Permitir a liberação automática do documento Dispensa de Licenciamento disponibilizadas pelo sistema integrador que compõe a REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios).

1.3.23.53. Permitir a liberação automática do documento de licenciamento pela rotina de Licenciamento Tácito disponibilizadas pelo sistema integrador que compõe a REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios).

1.3.23.54. Permitir ao fisco alterar o status dos protocolos já tramitados na Junta Comercial, mas estão pendentes na solução GOVBR Empresa Digital para protocolos oriundos do sistema REDESIM.

1.3.23.55. Permitir o acompanhamento dos eventos da confirmação do recebimento e envios de protocolos oriundos do sistema REDESIM para todos os integradores.

1.3.23.56. Permitir a importação de dados referente as tabelas cadastrais oriundas do sistema tributário.

1.3.23.57. Permitir o acompanhamento das importações quanto a inclusões, alterações e exclusões de informações da rotina de Importação de dados oriundos do sistema tributário.

1.3.23.58. Permitir ao fisco, no momento da geração uma Inscrição Municipal ou Alterar Dados Cadastrais, efetuar a digitação de informações complementares que serão enviados, via integração, ao sistema tributário.

1.3.23.59. Permitir o acompanhamento das alterações cadastrais registradas na geração uma Inscrição Municipal ou Alterar Dados Cadastrais.



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.23.60. Permitir que usuários devidamente autenticados, possam visualizar o tempo médio de viabilidade e tempo médio de registro das empresas em seu município, podendo também segregar essas informações por Natureza Jurídica

1.3.23.61. Permitir que usuários devidamente autenticados, possam visualizar ranking dos menores e maiores tempos médio de viabilidade de empresas por município

1.3.23.62. Permitir que usuários devidamente autenticados, possam visualizar ranking dos menores e maiores tempos médio de abertura de empresas por município

1.3.23.63. Permitir a visualização de forma gráfica, através de acesso autenticado a visualização do quantitativo de processos de consulta de viabilidade, agrupando pela sua situação e usuários responsáveis

1.3.23.64. Permitir a visualização de forma gráfica, através de acesso autenticado a visualização do quantitativo de processos de consulta de Solicitação de Empresas, agrupando pela sua situação e usuários responsáveis

1.3.23.65. Permitir a visualização de forma gráfica, através de acesso autenticado a visualização do quantitativo de processos de Licenciamentos oriundos da REDESIM, agrupando pela sua situação e usuários responsáveis

1.3.23.66. Permitir a definição de maneira segregada, do tempo máximo em que cada processo poderá ficar em determinada situação, permitindo a visualização através de forma gráfica dos protocolos identificando se o tempo de meta definido está sendo cumprido, classificando o resultado como: Muito Insatisfatório, Insatisfatório, Satisfatório ou Muito Insatisfatório. As visões devem ser segregadas, podendo observar de forma distinta as classificações para protocolos de Viabilidade, Solicitação/Alteração de Empresas e Licenciamentos.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pelo Sra. **Clea Mara Gomes**, Sra. **Karine Skorupa** e **Lenilce Vitoriano**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Portal de Transparência Pública**, apresentada pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.24.1 ao 1.3.24.127. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 17 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Portal de Transparência Pública
Intervalo dos Itens no TR	1.3.24.1 à 1.3.24.127
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve

Clea Mara G.S. Chiquin
 Clea Mara Gomes

Karine F. Skorupa
 Karine Skorupa

Lenilce Vitoriano
 Lenilce Vitoriano



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.24. MÓDULO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA PUBLICA

1.3.24.1. Permitir a impressão dos resultados das consultas. Para tanto, o usuário após preencher os dados pertinentes à consulta e gerar as informações, poderá imprimi-las através do botão "imprimir".

1.3.24.2. Possibilidade de exportar as informações em um ou mais arquivos através de um formato aberto (não proprietário).

1.3.24.3. Possibilidade de mergulhar nas informações até chegar ao empenho que originou a despesa orçamentária.

1.3.24.4. Possibilidade de mergulhar nas informações até chegar aos credores com seus respectivos empenhos que originaram a despesa orçamentária.

1.3.24.5. Histórico de navegação e filtros utilizados em cada consulta.

1.3.24.6. Resumo explicativo em todas as consultas da Receita e da Despesa. Esta informação deve ser parametrizável, ficando a critério do administrador do sistema informar o conteúdo que achar necessário.

1.3.24.7. Movimentação diária das despesas, contendo o número do empenho, data de emissão, unidade gestora e credor, além do valor empenhado, em liquidação (esta informação deve ser parametrizável pelo administrador do sistema), liquidado, pago e anulado relacionado ao empenho e ao período informado.

1.3.24.8. Movimentação diária das despesas, com possibilidade de impressão dos empenhos orçamentários, extra orçamentários e de restos a pagar.

1.3.24.9. Movimentação diária das despesas, com possibilidade de selecionar os registros por: período, unidade gestora, credor, documento do credor (CPF/CNPJ), número do empenho e tipo do empenho (orçamentário, extra orçamentário ou restos a pagar).

1.3.24.10. Dados cadastrais do empenho com as seguintes informações:

- Unidade gestora;
- Data de emissão;
- Funcional programática;
- Categoria Econômica;
- Grupo da Despesa;



CAPITAL DO FERIÃO

Modalidade de Aplicação;
Natureza da Despesa;
Desdobramento da Despesa;
Fonte de recursos;
Credor, com seu respectivo documento;
Tipo, número, ano e data de homologação da licitação (quando houver);
Número do processo de compra (quando houver);
Número do convênio (quando houver);
Número do contrato (quando houver);
Descrição da conta extra (para os empenhos extra orçamentários)
Itens do empenho com as suas respectivas quantidades, unidade e valor unitário;
Registros de comprovação da despesa (opcional)

1.3.24.11. Histórico do empenho contendo descrição do item, quantidade, unidade, valor unitário e valor total

1.3.24.12. Histórico das liquidações contendo data de liquidação, número de liquidação, complemento histórico, valor liquidado e valor estornado.

1.3.24.13. Histórico dos pagamentos contendo data do pagamento, número do pagamento, número de liquidação, complemento histórico, valor pago e valor estornado.

1.3.24.14. Histórico das retenções contendo data da retenção, número da retenção, número de liquidação, complemento histórico, valor da retenção e valor estornado.

1.3.24.15. Dados de movimentação do empenho contendo os valores: empenhado, em liquidação (esta informação deve ser parametrizável pelo administrador do sistema), liquidado, pago e anulado.

1.3.24.16. Filtros para selecionar o exercício, mês inicial/final, e Unidade Gestora.

1.3.24.17. Movimentação das Despesas e Receitas de uma determinada unidade gestora ou de todas de forma consolidada.

1.3.24.18. Movimentação das Despesas por Classificação Institucional, contendo valores individuais e totais por Órgão, Unidade, 3º Nível (quando existir), Natureza da Despesa e Credores.



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.24.19. Movimentação das Despesas por Função de Governo Educação, através de uma consulta específica para esta função.

1.3.24.20. Movimentação das Despesas por Função de Governo, contendo valores individuais e totais por Função, Subfunção, Programa de Governo, Natureza da Despesa e Credores. Poderá visualizar as despesas de todas as funções ou de uma função em específico.

1.3.24.21. Movimentação das Despesas por Programa de Governo, contendo valores individuais e totais por Programa de Governo, Ação de Governo, Natureza da Despesa e Credores.

1.3.24.22. Movimentação das Despesas por Ação de Governo, contendo valores individuais e totais por Tipo da Ação (Projeto, Atividade, Operação Especial), Ação de Governo, Natureza da Despesa e Credores.

1.3.24.23. Movimentação das Despesas por Categoria Econômica, contendo valores individuais e totais por Natureza da Despesa, Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Credores.

1.3.24.24. Movimentação das Despesas por Fonte de Recursos, contendo valores individuais e totais por Fonte de Recursos, Detalhamento da Fonte, Natureza da Despesa e Credores.

1.3.24.25. Movimentação das Despesas por Esfera Administrativa, contendo valores individuais e totais por Esfera, Natureza da Despesa e Credores.

1.3.24.26. Movimentação das Despesas envolvendo "Diárias", "Passagens" e "Adiantamentos de Viagem", contendo valores individuais e totais por Credor, além de dados complementares que mostram a Lei Autorizativa, Ato de Concessão, Data Inicial/Final da Viagem, Meio de Transporte, Objetivo da Viagem, Quantidade de Diárias, Valor Unitário das Diárias, Valor Total, Matrícula, Nome e Cargo dos Beneficiários.

1.3.24.27. Movimentação de Arrecadação das Receitas por Natureza da Receita, contendo valores individuais e totais por Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea, Sublínea e Detalhamento.

1.3.24.28. Movimentação de Arrecadação das Receitas por Fonte de Recursos, contendo valores individuais e totais por Natureza da Receita, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea, Sublínea e Detalhamento.



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.24.29. Movimentação de Arrecadação das Receitas contendo os valores de Previsão Inicial, Previsão das Deduções, Previsão Atualizada Líquida, Arrecadação Bruta, Deduções da Receita e Arrecadação Líquida.

1.3.24.30. Movimentação das Despesas contendo os valores da Dotação Inicial, Créditos Adicionais, Dotação Atualizada, Valor Empenhado, em Liquidação (esta informação deve ser parametrizável pelo administrador do sistema), Valor Liquidado e Valor Pago.

1.3.24.31. Movimentação diária de arrecadação das receitas, contendo os valores totais de arrecadação no dia, no mês e no período selecionado.

1.3.24.32. Movimentação diária das despesas, contendo os valores totais efetuados no dia, no mês e no período selecionado.

1.3.24.33. Movimentação dos empenhos a pagar contendo a Data de Vencimento, Fornecedor, Valor a Pagar, Número do Empenho, Tipo do Empenho, Fonte de Recursos, Descrição do Movimento, Processo Licitatório (se houver), Valor Empenhado e Valor a Pagar.

1.3.24.34. Movimentação de recursos financeiros extra orçamentários repassados entre entidades públicas da mesma esfera de governo contendo unidade concessora/recebedora, finalidade da transferência, programação inicial, histórico de movimentos e resumo da transferência.

1.3.24.35. Movimentação de recursos recebidos da União, Estado ou outras entidades contendo a origem, fonte de recursos, detalhamento da fonte, previsão bruta, previsão das deduções, previsão líquida, arrecadação bruta, deduções e arrecadação líquida.

1.3.24.36. Movimentação de recursos concedidos a outras entidades para consecução de atividades de interesse público, que não sejam decorrentes de determinação legal ou constitucional contendo o tipo da transferência, nome do beneficiário, CPF/CNPJ, valor empenhado, valor liquidado, valor pago e valor anulado, bem como os detalhes do empenho realizado.

1.3.24.37. Visão detalhada da Ordem Cronológica de Pagamentos, demonstrando fonte de recursos, empenho, histórico do empenho, data de liquidação, data de vencimento, data de pagamento, CPF/CNPJ do fornecedor, nome/razão social do fornecedor, valor, situação (a pagar, pagos, todos), contrato, processo licitatório, processo de compra, processo administrativo, processo de pagamento.



CAPITAL DO FELIÃO

1.3.24.38. Localização de uma despesa, como o (s) bairro (s) ou regiões beneficiárias dos referidos gastos.

1.3.24.39. Possibilidade de buscar as despesas filtrando por data

1.3.24.40. Deve permitir a visualização dos contratos de um determinado órgão, através do filtro por órgão

1.3.24.41. Permitindo a seleção por exercício, unidade gestora, finalidade, fornecedor, valor e período. Os contratos serão exibidos a partir da data de publicação.

1.3.24.42. Apresentar os Processos Licitatórios e afastados de licitação, permitindo selecioná-los pelo exercício, unidade gestora, modalidade, finalidade, objeto e expedição. Os processos serão exibidos a partir da sua data de publicação. Permitir a visualização em processos Licitatórios já homologados, de despesas não previstas

1.3.24.43. Deve permitir a visualização dos Licitações de um determinado órgão, através do filtro por órgão

1.3.24.44. Apresentar a relação de participantes da Licitação, bem como a relação de fornecedores classificados, desclassificados e o motivo da desclassificação

1.3.24.45. Apresentar os vencedores e seus respectivos fornecimentos à unidade gestora, identificando seus contratos e itens fornecidos.

1.3.24.46. Apresentar os produtos consumidos e seus respectivos fornecedores e contratos, permitindo selecioná-los por unidade gestora, descrição e períodos.

1.3.24.47. Possibilidade de exportar as informações em um ou mais arquivos através de um formato aberto (não proprietário).

1.3.24.48. Possibilidade de impressão de todas as informações que são disponibilizadas.

1.3.24.49. Data da última atualização dos dados efetuada.

1.3.24.49. Data da abertura das propostas.

1.3.24.50. Possibilitar acessar diretamente a consulta de Licitações com filtro parametrizado, ou seja, sem a necessidade de passar pela tela de filtro.

1.3.24.51. Informações do quadro de servidores ativos contendo nome, matrícula, cargo/função, lotação e vínculo



CAPITAL DO FELIÃO

1.3.24.52. Informações dos servidores efetivos contendo legislação regulamentadora, data de admissão, forma de contratação, carga horária, horário de trabalho e situação funcional

1.3.24.53. Informações dos servidores comissionados contendo data de nomeação, número do ato de nomeação, data de exoneração, número do ato de exoneração, existência de vínculo efetivo, carga horária, detalhamento das atribuições, legislação regulamentadora e situação funcional

1.3.24.54. Informações dos servidores cedidos/recebidos contendo legislação regulamentadora, carga horária, número do ato de cessão, ônus do pagamento e prazo de cessão

1.3.24.55. Informações dos servidores temporários contendo data inicial e final da contratação

1.3.24.56. Informações dos estagiários contendo data de admissão, curso vinculado ao estágio e carga horária

1.3.24.57. Informações do quadro de servidores inativos contendo nome, matrícula, cargo/função em que se deu a aposentadoria, data de ingresso no quadro de inativos e regime de aposentadoria

1.3.24.58. Informações da quantidade de servidores, salário base, vencimentos totais, descontos e valor líquido em níveis de visão por Entidade, Período, Secretaria, Departamento, Sessão, Setor, Cargo e Servidor

1.3.24.59. Informações analíticas de pagamento contendo matrícula, nome do servidor, cargo, vínculo, data de admissão, salário base, proventos, vantagens, vencimentos totais, descontos e valor líquido em níveis de visão por Entidade e Período

1.3.24.60. Informações detalhadas da folha de pagamento contendo códigos de verbas, descrição das verbas, valores de proventos, vantagens e descontos

1.3.24.61. Informações detalhadas da folha de pagamento complementar contendo códigos de verbas, descrição das verbas, valores de proventos, vantagens e descontos

1.3.24.62. Informações detalhadas da folha de pagamento complementar contendo códigos de verbas, descrição das verbas, valores de proventos, vantagens e descontos



CAPITAL DO FEMÃO

- 1.3.24.62.** Informações detalhadas de rescisão contendo códigos de verbas, descrição das verbas, valores de proventos, vantagens e descontos
- 1.3.24.63.** Informações detalhadas da folha de 13º salário contendo códigos de verbas, descrição das verbas, valores de proventos, vantagens e descontos
- 1.3.24.64.** Informações detalhadas do servidor, contendo nome, matrícula, data admissão, lotação, cargo, carga horária, situação, vínculo e CPF
- 1.3.24.65.** Informações do número de vagas criadas, preenchidas e disponíveis, por cargo, conforme o regime de contratação
- 1.3.24.66.** Informações sobre plano de cargos e salários contendo informações sobre código, descrição, lei, faixa salarial, vínculo e quantidade de funcionários dentro da faixa
- 1.3.24.67.** Informações de Concursos em Andamento contendo o tipo de concurso, número/ano, decreto lei, datas de publicação, homologação, validade e prorrogação e anexo, filtrados por órgão e a partir de um determinado mês/ano.
- 1.3.24.68.** Informações de Concursos Encerrados contendo o tipo de concurso, número/ano, decreto lei, datas de publicação, homologação, validade e prorrogação e anexo, filtrados por órgão e a partir de um determinado mês/ano.
- 1.3.24.69.** Informações de Nomeações e Convocações de servidores públicos aprovados em concurso.
- 1.3.24.70.** Possibilidade de exportar as informações em um ou mais arquivos através de um formato aberto (não proprietário).
- 1.3.24.71.** Possibilidade de impressão de todas as informações que são disponibilizadas.
- 1.3.24.72.** Data da última atualização dos dados efetuada.
- 1.3.24.73.** Valores Arrecadados, em níveis de visão por Natureza da Receita, detalhamento das receitas e seus valores.
- 1.3.24.74.** Valores Deduzidos, em níveis de visão por Natureza da Receita e seus valores.
- 1.3.24.75.** Valores Lançados, Período, Tipo de tributo, Descrição do Tributo e seus valores.
- 1.3.24.76.** Valores Lançados detalhados por níveis de Categoria, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea, Sub Alínea e Detalhes (Unidade Gestora, Descrição, Data Lançamento e Valor) de cada Tributo.



CAPITAL DO FENJÃO

1.3.24.77. Valores Arrecadados, em níveis de visão por Fonte de Recurso, Natureza da Receita e seus valores.

1.3.24.78. Valores Deduzidos, em níveis de visão por Fonte de Recurso, Natureza da Receita e seus valores.

1.3.24.79. Possibilidade de exportar as informações em um ou mais arquivos através de um formato aberto (não proprietário).

1.3.24.80. Possibilidade de impressão de todas as informações que são disponibilizadas.

1.3.24.81. Data da última atualização dos dados efetuada.

1.3.24.82. Permitir a consulta de arquivos anexos de bens patrimoniais.

1.3.24.83. Relação de bens contendo identificação do bem, unidade gestora, descrição, número da placa, situação, data de aquisição, valor de aquisição, tipo de ingresso, data da baixa, tipo da baixa, valor atual, data de avaliação, nota fiscal, número série, processo licitatório, fornecedor, data de cedência, data de devolução, documento de entrega, documento de recebimento, observação de ingresso, observação de saída.

1.3.24.84. Possibilidade de exportar as informações em um ou mais arquivos através de um formato aberto (não proprietário).

1.3.24.85. Possibilidade de impressão de todas as informações que são disponibilizadas.

1.3.24.86. Data da última atualização dos dados efetuada.

1.3.24.87. Relação de materiais contendo unidade gestora, descrição, unidade de medida, saldo anterior, entradas, saídas e saldo atual

1.3.24.88. Possibilidade de exportar as informações em um ou mais arquivos através de um formato aberto (não proprietário).

1.3.24.89. Possibilidade de impressão de todas as informações que são disponibilizadas.

1.3.24.90. Data da última atualização dos dados efetuada.

1.3.24.91. Relação de veículos contendo unidade gestora, tipo de veículo, descrição, data de aquisição, localização, placa, ano de fabricação, situação, tipo do bem, chassi, estado de conservação, número do RENAVAM, combustível utilizado, cor e data de aquisição



CAPITAL DO FERIÃO

1.3.24.92. Relação das despesas com abastecimento, impostos e outras manutenções contendo data do movimento, descrição, quantidade e valor.

1.3.24.93. Possibilidade de exportar as informações em um ou mais arquivos através de um formato aberto (não proprietário).

1.3.24.94. Possibilidade de impressão de todas as informações que são disponibilizadas.

1.3.24.95. Data da última atualização dos dados efetuada.

1.3.24.96. Possibilidade de consultar as opções de menu disponíveis, publicações e respostas as perguntas frequentes com base em um argumento simples de pesquisa.

1.3.24.97. Possibilidade de saber quais são os recursos de acessibilidade disponíveis.

1.3.24.98. Possibilidade de consultar, imprimir e exportar as respostas as perguntas mais frequentes que facilitam o entendimento sobre os objetivos e conteúdo do portal.

1.3.24.99. Possibilidade de consultar, imprimir e exportar informações sobre a estrutura organizacional da entidade. Tais dados compreendem: nome, endereço, horário de atendimento, telefones, atribuições e responsável.

1.3.24.100. Possibilidade de apresentar os principais programas, projetos e ações realizados pelo órgão e unidade gestora.

1.3.24.101. Possibilidade de consultar, imprimir e exportar informações sobre o local responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). Tais dados compreendem: nome, endereço, horário de atendimento, telefones, atribuições e responsável.

1.3.24.102. Possibilidade de obter informações básicas sobre os pedidos de informação, bem como o endereço eletrônico para efetuar seu registro e acompanhamento.

1.3.24.103. Possibilidade de consultar publicações diversas da entidade que envolvem temas como: Prestação de Contas, Planejamento/Orcamento, Lei 9.755/98 (Contas Públicas), Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF), Anexos da Lei 4.320/64, Licitações, Lei de Acesso à Informação, Contratos, Gestão Pessoal e Auditorias e Inspeções de Controle Interno.



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.24.104. Possibilidade de consultar informações do responsável pela manutenção do portal. Tais dados compreendem: nome, endereço, horário de atendimento, telefones e contato eletrônico.

1.3.24.105. Possibilidade de disponibilizar o acesso rápido a uma ou mais consultas sem a necessidade de navegar pelos menus.

1.3.24.106. Possibilidade de disponibilizar o acesso via webservice ou outra ferramenta que permita leitura automatizada via API em um formato aberto (geração nos formatos XML e JSON).

1.3.24.107. Possibilidade de exportar as informações em um ou mais arquivos através de um formato aberto (não proprietário).

1.3.24.108. Possibilidade de criar Menus personalizados no Portal de Transparência. Permitindo ao órgão vincular Links, Páginas da Internet, ou qualquer arquivo dentro dos temas correlatos, bem como destacar algum tema específico.

1.3.24.109. Possibilidade de criar submenus nas abas disponíveis no Portal de Transparência personalizáveis a critério do Órgão.

1.3.24.110. Na consulta de ordem cronológica de pagamentos, permitir a exibição das colunas Justificativa e Ordem de Pagamentos.

1.3.24.111. Possibilitar habilitar e desabilitar as colunas Justificativa e Ordem de pagamento.

1.3.24.112. Exibir em cada consulta de informação, a Data e a Hora da última atualização por área. Ou seja, ao executar uma consulta no portal de transparência de qualquer exercício, será apresentado a Data e Hora da última atualização dessa área nesse exercício.

1.3.24.113. Apresentar o "Código da Fundamentação" na tela de detalhamento da Licitação, área de Informações do Edital.

1.3.24.114. Demonstrar na consulta de licitações os fornecedores vencedores da licitação, a partir da adjudicação do processo, momento no qual, são declarados os fornecedores como vencedores.

1.3.24.115. Possibilitar a consulta de Licitações para todas as combinações de Modalidades.

1.3.24.116. Permitir a visualização das etapas de empenho, colunas Valor do Empenho, em Liquidação, Liquidado, Pago e Anulado.



CAPITAL DO FELIÃO

- 1.3.24.117.** Permitir a visualização do Fornecedor na consulta de Estoque
- 1.3.24.118.** Proporcionar ao usuário uma consulta com mais detalhado dos tipos de Despesas Diárias, Passagens e Adiantamento com a inclusão do filtro Desdobramentos das Despesas.
- 1.3.24.119.** Consultar os dados do processo licitatório através de hiperlink contido na consulta de empenho.
- 1.3.24.120.** Possibilitar a visualização do Número do Processo Administrativo nas consultas de Contratos e Licitações para ampliar a transparência.
- 1.3.24.121.** Viabilizar a consulta da informação do Custo com Meio de Transporte na consulta de Diárias
- 1.3.24.122.** Apresentar a ordenação de qualquer publicação em ordem decrescente de Data de Inclusão, caso o usuário não utilize o parâmetro de Critérios de Ordenação contido na página de Filtro de Publicações.
- 1.3.24.123.** Apresentar indicação no Portal de Transparência do caminho que está sendo navegado nas pesquisas de informações.
- 1.3.24.124.** Possibilitar a visualização da data de repasse das transferências recebidas
- 1.3.24.125.** Possibilidade de consultar publicações diversas da entidade que envolvem temas como: Prestação de Contas, Planejamento/Orçamento, Lei 9.755/98 (Contas Públicas), Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF), Anexos da Lei 4.320/64, Licitações, Lei de Acesso à Informação, Contratos, Gestão Pessoal e Auditorias e Inspeções de Controle Interno. Apresentar separação por paginação dos resultados da consulta de Outras Publicações.
- 1.3.24.126.** Deverá ser capaz de localizar e exibir as licitações que se caracterizam no contexto de "Registro de Preços", contexto esse aplicável com o uso da Nova Lei de Licitações, 14.133/2021.
- 1.3.24.127.** Deverá exibir uma consulta onde conste os Devedores Inscritos em Dívida Ativa para com a Fazenda Pública Municipal.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DA PROVA DE CONCEITO REF. AO PREGÃO Nº 70/2024

O técnico do Executivo Municipal, **Sr. Edgar Martins**, e o técnico do Legislativo Municipal, **Sr. Roberto Tavares**, designados por meio do **Decreto Municipal nº 6090**, foram incumbidos de avaliar o **Módulo Controle Interno**, integrante do sistema de gestão pública do Município de Três Barras do Paraná, sendo esta avaliação parte do procedimento licitatório.

Após análise preliminar, declaramos que, no momento, **não há necessidade de apresentação ou demonstração desse módulo por meio de uma prova de conceito**. Ressaltamos que somos usuários habituais do sistema em questão, o qual, no momento atende os itens descrito no Termo de Referência.

Ademais, destacamos que a empresa, vencedora do certame é a **GovBR – Governança Brasil**, classificada em primeiro lugar no **Pregão Eletrônico nº 70/2024**, a qual já é a fornecedora atual do referido sistema de gestão, assegurando o atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal.

No entanto, caso se mostre necessário no futuro, poderemos solicitar a apresentação deste módulo para esclarecimento de eventuais dúvidas ou realização de ajustes técnicos, para melhor atender os serviços público.

Dessa forma, e não havendo nada mais a tratar, lavramos a presente declaração, que foi lida, aprovada e assinada pelos responsáveis.

Três Barras do Paraná, 15 de janeiro de 2025.


 Edgar Martins
 Controle Interno
 Decreto nº 4701-21


 Roberto Tavares



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 09h00 às 12h00, reuniram-se no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Jacqueline Oenning** e Sra. **Marlice Mariano**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Processo Digital**, apresentado pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.26.1 ao 1.3.26.82.26. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 17 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Processo Digital
Intervalo dos Itens no TR	1.3.26.1 à 1.3.26.82.26
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve



 Jacqueline Pimentel Oenning



 Marlice Mariano



1.3.26. MÓDULO PROCESSO DIGITAL (GESTÃO DOCUMENTAL, MEMORANDO, CIRCULAR, OUVIDORIA DIGITAL, PROTOCOLO ELETRÔNICO, PEDIDO E-SIC, OFÍCIO DIGITAL, PROCESSO ADMINISTRATIVO, WORKFLOW AVANÇADO DE PROCESSOS).

1.3.26.1. Funcionamento em ambiente virtual (nuvem), de modo que desnecessário o investimento em infraestrutura própria de servidores. Necessário apenas dispor de computadores ou dispositivos móveis em conexão com a internet, aderente ao Art. 37 da CF.

1.3.26.2. Interface responsiva, ajustando-se ao dispositivo utilizado, o que viabiliza eficiência em leitura e usabilidade, aderente ao Art. 3º, VII e X, da Lei nº 14.129/2021.

1.3.26.3. Acesso seguro: Servidor WEB com certificado de segurança SSL, em um único ambiente, garantindo a troca de dados criptografados entre o servidor e todos os usuários do sistema, aderente ao Art. 3º, V, da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) c/c Art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

1.3.26.4. Interface intuitiva, organizada e centralizada, com funcionalidades que viabilizam ao usuário uma experiência de usabilidade amigável (*user friendly*), consubstanciada, sobretudo, em facilidade e autonomia no acesso aos resultados que precisa e do curto transcurso de tempo até a compreensão do funcionamento da plataforma.

1.3.26.5. Servidores com arquitetura distribuída em data center localizado no território nacional, visando uma latência igual ou inferior a 50 milissegundos, com certificados ISO/IEC 27001:2013, 27017:2015, 27018:2019 e ISO/IEC 9001:2015, aderente ao Art. 24, VII, da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) c/c Item nº 5.3 da Norma Complementar n. 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR.

1.3.26.6. Plataforma com tempo médio de carregamento completo para o usuário final igual ou inferior a 5 (cinco) segundos, o que pode ser aferido por ferramenta específica de monitoramento, aderente ao Art. 3º, IV, da Lei nº 14.129/2021.

1.3.26.7. Garantia de disponibilidade de, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) de estabilidade do sistema, o que poderá ser demonstrado em página pública de status, aderente ao Art. 37 da CF.



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.26.8. Realização regular de testes de segurança *Pentest Whitebox* (*penetration test*), através de consultoria especializada que possua certificação em segurança, no intervalo máximo de 3 (três) meses, visando a garantir a segurança da aplicação, através de metodologia baseada em padrão de mercado e geração de relatórios detalhados contendo métodos, técnicas, ferramentas, apontamento de eventuais vulnerabilidades encontradas e recomendações de correções, aderente ao Art. 3º, V, da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) c/c Art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

1.3.26.9. Sistema de notificação de e-mail com entregabilidade estendida, encriptação TLS e autenticação nos padrões SPF e DKIM, além de envio dos e-mails por meio de IP dedicado e controle de reputação, aderente ao Art. 21, VII; Art. 42 e Art. 43 da Lei nº 14.129/2021.

1.3.26.10. E-mails enviados com possibilidade de descadastramento automatizado para quem recebe, aderente ao Art. 42, §2º, da Lei 14.129/2021.

1.3.26.11. Por se tratar de plataforma WEB, para a inserção de informações na plataforma, é necessária a utilização de mecanismo de bloqueio de abuso/spam/robôs, o qual aplica ferramentas que demandam prova de que o requerente é humano, por meio de testes de digitação de códigos e/ou identificação de padrões em fotografias/imagens (*captcha*), aderente ao Art. 3º da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) c/c Art. 6º, VII, e Art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) c/c Art. 21, VI da Lei nº 14.129/2021.

1.3.26.12. Impossibilidade de exclusão de documentos, viabilizando a rastreabilidade e a integridade das informações, bem como a realização de controle e auditoria dos documentos, em razão da manutenção do histórico de movimentações da plataforma, em aderência à Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e respeito aos princípios da Publicidade e Transparência.

1.3.26.13. Fornecimento da última versão do sistema e atualização sem interrupção da disponibilização da plataforma, aderente ao Art. 29, §1º, VI, da Lei 14.129/2021. Há a possibilidade de ocorrência de intervalos programados de manutenção nos servidores.

1.3.26.14. Acesso interno à plataforma através de e-mail individual cadastrado pelo Administrador do sistema, ou usuário por ele autorizado, e senha pessoal e intransferível, aderente aos Requisitos nº 7.2.1 e 7.2.5 do e-ARQ Brasil, instituído



CAPITAL DO FÊLIÃO

pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza, respectivamente, que o sistema “tem que manter pelo menos os seguintes atributos dos usuários, de acordo com a política de segurança: identificador do usuário; autorizações de acesso; credenciais de autenticação” e “tem que permitir acesso à funções do sistema somente a usuários autorizados e sob controle rigoroso da administração do sistema, a fim de proteger a autenticidade dos documentos arquivísticos digitais”;

1.3.26.15. Possibilidade de recuperação de senha por meio de formulário intitulado “esqueci a senha”, remetido ao e-mail previamente cadastrado e confirmado, aderente ao Art. 6º, VII, e Art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

1.3.26.16. Possibilidade de acesso à plataforma através de certificado digital emitido pelo ICP-Brasil (e-CPF), aderente ao Art. 4º, III, da Lei nº 14.063/2020 c/c Medida Provisória nº 2.200-2/2001;

1.3.26.17. Possibilidade de utilização de ferramenta externa de validação de acesso, por meio de *token* (código) associado à conta do servidor habilitado, gerado automaticamente a cada 30 (trinta) segundos e sincronizado com servidores de horário (NTP) mundiais. Na hipótese de adoção da ferramenta externa de validação, o usuário necessitará estar em posse do dispositivo gerador do token (código) para ter acesso à conta, aderente ao Art. 4º, II, da Lei nº 14.063/2020;

1.3.26.18. O usuário Administrador tem acesso a todas as funcionalidades da plataforma, bem como autorização para cadastrar setores e usuários internos de toda a Administração Pública;

1.3.26.19. Cadastro único de servidor habilitado para acesso a todos os módulos que lhe sejam autorizados, através de plataforma integrada;

1.3.26.20. Possibilidade de parametrização da concessão de acesso de setores a determinados módulos, bem como de restrição de procedimentos de abertura e tramitação de documentos, aderente ao Requisito nº 7.2.12 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, quer preconizar que “o acesso a documentos, a dossiês/processos ou classes, tem que ser concedido se a permissão requerida para a operação estiver associada a pelo menos um dos grupos aos quais pertença o usuário”;



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.26.21. A funcionalidade de cadastro de servidor habilitado na plataforma é disponibilizada apenas aos usuários Administradores, responsáveis diretos do setor que o novo usuário integrará e seus superiores hierárquicos, aderente ao Requisito nº 7.2.7 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, senão vejamos: “7.2.7. Somente administradores autorizados têm que ser capazes de criar, alterar, remover ou revogar permissões associadas a papéis de usuários, grupos de usuários ou usuários individuais”;

1.3.26.22. A efetivação do cadastro reunirá dados de data, hora, identificação do responsável, IP, navegador de acesso e versão, instituindo uma cadeia de responsabilidades, aderente ao Requisito nº 2.6.3 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ;

1.3.26.23. Cadastro de servidor habilitado através de inserção de informações de nome completo, cargo/função, matrícula, CPF, sexo, data de nascimento, senha - a qual, caso não seja preenchida, será autogerada - e fotografia;

1.3.26.24. Ocultação de parte do CPF de pessoas físicas e do CNPJ de pessoas jurídicas, bem como inviabilização da identificação dos referidos dados através de buscas e pesquisas, em aderência aos Arts. 2º; 3º; 5º, I; 6º, VII; e 7º, III, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

1.3.26.25. Possibilidade de o servidor habilitado editar seus dados de acesso (e-mail e senha), através de formulário específico. Visando a garantir a autenticidade e rastreabilidade dos atos praticados, as informações de nome e CPF não são editáveis pelo usuário;

1.3.26.26. Como forma de preservar o histórico de todos os usuários que já utilizaram a plataforma, não é possível a exclusão de cadastro de usuário, restando permitida apenas a suspensão de seu acesso;

1.3.26.27 A fotografia, caso inserida na conta do servidor habilitado, é visível durante a tramitação de documentos, de modo a identificar visualmente as pessoas que estão dando continuidade aos processos;

1.3.26.28. Possibilidade de o servidor habilitado configurar na plataforma o período em que estiver em férias ou afastado do trabalho por motivos de licença maternidade, licença paternidade, dentre outros;

1.3.26.29. Possibilidade de escolha, pelo servidor habilitado, entre os editores de texto básico e avançado, através de menu de preferências da conta;



CAPITAL DO FEMÃO

- 1.3.26.30.** Possibilidade de configuração, pelo servidor habilitado, do modo de visualização de anexos preferenciais, através de menu de preferências da conta;
- 1.3.26.31.** Possibilidade de configuração, pelo servidor habilitado, de e-mail secundário, que ficará vinculado aos e-mails de notificação, através de menu de preferências da conta;
- 1.3.26.32.** Possibilidade de configuração, pelo servidor habilitado, das situações que deverão ocasionar notificações por e-mail de novos documentos ou trâmites
- 1.3.26.33.** Possibilidade de inclusão, pelo servidor habilitado, do número de seu telefone celular;
- 1.3.26.34.** Possibilidade de definição, pelo servidor habilitado, quanto à exibição ou não do número de seu telefone celular na página de telefones da Administração Pública;
- 1.3.26.35.** Possibilidade de consulta, pelo servidor habilitado, da identificação dos servidores cadastrados como administradores, através de menu de preferências da conta;
- 1.3.26.36.** Possibilidade de consulta, pelo servidor habilitado, de todo o seu histórico de mudança na plataforma, desde o cadastro, incluindo informações de cada ocorrência, tais como nome, setor, data, hora, setor principal e identificação de quem realizou a alteração, através da página de preferências de conta, aderente aos princípios transparência, eficiência e moralidade previstos no Art. 37 da CF;
- 1.3.26.37.** Integração automática entre as respostas enviadas por e-mails e a plataforma, de modo que aquelas incorporem imediatamente o documento em formato de despacho;
- 1.3.26.38.** Possibilidade de o Administrador promover a alteração do setor ao qual o servidor habilitado está vinculado, oportunidade na qual está passa a ter acesso somente aos documentos do novo e atual setor. Ainda assim, o histórico do servidor habilitado continua, também, no setor anterior;
- 1.3.26.39.** Possibilidade de segmentação das permissões dos servidores habilitados por níveis de acesso, aderente ao Requisito nº 7.2.14 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema “pode permitir que alguns usuários estipulem que outros usuários, papéis ou grupos de usuários podem ter acesso aos documentos sob sua responsabilidade.



CAPITAL DO FEMÃO

Essa permissão deve ser atribuída pelo administrador, de acordo com a política de segurança do órgão ou entidade.”;

1.3.26.40. Administrador Geral: Possibilidade de acesso somente a documentos do setor ao qual está vinculado, bem como viabilidade de gerenciamento de servidores habilitados, setores e estatísticas da Administração Pública;

1.3.26.41. Administrador Local: Possibilidade de gerenciamento de subsetores e servidores habilitados a partir de um setor específico, independentemente de ser o setor ao qual estiver atualmente vinculado;

Nível 1: Possibilidade de movimentação de documentos do setor, bem como de cadastramento de novos servidores públicos e de subsetores subordinados hierarquicamente ao setor ao qual está vinculado. Possibilidade de acesso e interação a todos os documentos de todos os subsetores subordinados ao setor atual;

Nível 2: Possibilidade de movimentação exclusiva dos documentos do setor ao qual está vinculado atualmente;

Nível 3: Possibilidade de visualização de documentos do setor ao qual está vinculado;

1.3.26.42. Possibilidade de o servidor habilitado ser definido como Auditor, circunstância que lhe permitirá acesso para consulta e interação em todos os documentos e setores da Administração Pública;

1.3.26.43. Possibilidade de ao servidor habilitado ser outorgado o acesso a relatórios gerenciais de toda Administração Pública;

1.3.26.44. Possibilidade de o servidor habilitado consultar o número de usuários online na plataforma em tempo real, bem como data e hora do último acesso;

1.3.26.45. Possibilidade de definição de um prazo para que os servidores habilitados se conectem à plataforma, após o qual será necessário contatar o superior imediato para reativação na plataforma;

1.3.26.46. Acesso Externo:

1.3.26.46.1. Possibilidades de cadastro e login no acesso externo:

1.3.26.46.2. Possibilidade de cadastro e recuperação de senha pelo usuário externo;



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.26.46.3. Possibilidade de o usuário externo utilizar-se de sua conta google para acessar a plataforma. Na hipótese de o endereço de e-mail não estar associado a um cadastro existente, um novo contato externo é criado automaticamente e encaminhado para complementação cadastral com informações adicionais;

1.3.26.46.4. Possibilidade de o usuário externo utilizar-se de certificado digital emitido pelo ICP-Brasil (e-CPF e e-CNPJ) para acessar a plataforma;

1.3.26.46.5. Na hipótese de o CPF ou CNPJ vinculado ao ICP-Brasil não estar associado a um cadastro existente, um novo contato externo é criado automaticamente e encaminhado para complementação cadastral, com informações adicionais;

1.3.26.46.6. Possibilidade de o usuário externo utilizar-se do login Gov.br, do Governo Federal, para acessar a plataforma;

1.3.26.46.7. Na hipótese de o CPF ou CNPJ vinculado ao login Gov.br, do Governo Federal, não estar associado a um cadastro existente, um novo contato externo é criado automaticamente e encaminhado para complementação cadastral, com informações adicionais;

1.3.26.46.8. Possibilidade de configuração de campos para informação dos nomes civis anteriores do usuário externo, pertinente ao preenchimento por pessoa natural que já alterou o nome em razão de mudança de estado civil, decisão judicial ou conclusão dos procedimentos previstos no Provimento nº 73 do CNJ e na Lei nº 14.382/2022, viabilizando à Administração Pública o acesso aos nomes civis anteriores dos cidadãos;

1.3.26.46.9. Funcionalidade de complementação automática de dados de endereço do usuário externo a partir da inclusão do número do Código de Endereçamento Postal (CEP), propiciando maior integridade, celeridade e efetividade à realização de cadastros na plataforma;

1.3.26.46.10. Possibilidade de abertura de documentos externamente por servidor habilitado na plataforma, através dos mesmos login e senha do acesso interno. Na oportunidade, a visualização e a tramitação do documento ficarão atribuídas ao cadastro da pessoa, sem vinculá-las ao seu respectivo setor na Administração Pública;



CAPITAL DO FÉLÍAO

1.3.26.46.11. Captura automática de mensagens provenientes de e-mails respondidos, de modo que, na hipótese de um usuário externo responder notificação automática enviada pela plataforma, sua resposta é incluída no documento em formato de despacho, facilitando a interação entre usuários externos e servidores habilitados;

1.3.26.46.12. Possibilidade de inclusão, pelo usuário externo, de informações e anexos de maneira facilitada no documento, através de resposta a e-mail de notificação enviado pela plataforma a cada nova movimentação, prestigiando o princípio da eficiência e aderente ao Art. 37 da CF;

1.3.26.46.13. Possibilidade de acesso, pelo usuário externo, às informações vinculadas a um documento, bem como aos seus anexos, prestigiando os princípios da publicidade e transparência, aderente ao Art. 37 da CF;

1.3.26.46.14. Área externa da plataforma com possibilidade de acesso a documentos por meio de chave pública e leitura de QR-Code;

1.3.26.46.15. Possibilidade de acesso a documentos através da inclusão de dados, quais sejam de número de identificação, ano do documento e número do documento pessoal do usuário externo requerente (CPF ou CNPJ);

1.3.26.46.16. Ocultação de parte do CPF de pessoas físicas e do CNPJ de pessoas jurídicas, bem como inviabilização da identificação dos referidos dados através de buscas e pesquisas, em aderência aos Arts. 2º; 3º; 5º, I; 6º, VII; e 7º, III, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

1.3.26.46.17. Possibilidade de o usuário externo atualizar seus dados, registrar novas demandas, bem como acompanhar o progresso e a resolução de demandas precedentes;

1.3.26.46.18. Possibilidade de o usuário externo acessar sua caixa de entrada pessoal, onde estarão reunidos todos os documentos dos quais é requerente ou destinatário;

1.3.26.46.19. Possibilidade de o usuário externo procurador, outorgado por procuração eletrônica, ter acesso às demandas registradas em nome do outorgante;

1.3.26.47. Estruturação das Informações:



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.26.47.1. Plataforma organizada hierarquicamente em setores e subsetores, com possibilidade de ilimitados níveis de desconcentração, de acordo com a estrutura interna da Administração Pública;

1.3.26.47.2. Vinculação dos servidores habilitados na plataforma a um setor principal e possibilidade de serem associados a setores secundários, em aderência ao Requisito nº 7.2.13 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que o sistema “tem que permitir que um usuário pertença a mais de um grupo”;

1.3.26.47.3. Os usuários Administrador e Nível 1, vinculados a setores integrados por subsetores, têm a possibilidade de trocar de setor e ter acesso às demandas próprias de sua hierarquia;

1.3.26.47.4. Característica multissetorial das demandas geradas na plataforma, de modo que cada setor envolvido tem a possibilidade de tramitar, encaminhar, definir estágio de andamento, bem como marcar como resolvida unitariamente naquele setor, não causando alteração da situação geral do documento;

1.3.26.47.5. Considera-se integralmente resolvida a demanda apenas quando todos os setores nela envolvidos a marcam como resolvida e arquivam a solicitação, em aderência ao Requisito nº 6.1.2 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que o sistema “tem que ter capacidade, sem limitações, de estabelecer o número necessário de trâmites nos fluxos de trabalho.”;

1.3.26.47.6. Possibilidade de rastreamento do documento por meio de número gerado, chave pública (código) ou QR Code. O acesso aos documentos é restrito aos usuários devidamente autorizados para tanto, através do seu envio ou encaminhamento, bem como de entrega de chave pública para consulta;

1.3.26.47.7. Registro de todos os acessos aos documentos e seus despachos, restando disponível a listagem de quem, quando e a qual setor está vinculado o usuário que visualizou, proporcionando aos envolvidos transparência no trabalho realizado, em aderência aos Requisitos nº 6.1.7 e 6.1.20 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconizam, respectivamente, que o recurso de fluxo de trabalho de um sistema “tem que registrar na trilha de auditoria todas as alterações ocorridas neste fluxo” e



CAPITAL DO FELIÃO

“tem que registrar a tramitação de um documento em seus metadados. Os metadados referentes à tramitação devem registrar data e hora de envio e recebimento, e a identificação do usuário”;

1.3.26.47.8. Existência de caixa de entrada de documentos para cada setor da Administração Pública, na qual todos os documentos recebidos estarão disponíveis para os servidores habilitados vinculados;

1.3.26.47.9. Organização da caixa de entrada setor por abas ou equivalentes, de modo a refletir o status de cada documento no setor;

1.3.26.47.10. Os documentos da Administração Pública estarão presentes na caixa de entrada dos setores envolvidos no momento de sua criação ou encaminhamento;

1.3.26.47.11. Possibilidade de movimentação do documento por mais de um usuário dos setores envolvidos, concomitantemente, viabilizando à Administração Pública o respeito aos princípios da eficiência e da celeridade inerentes à tramitação eletrônica de documentos;

1.3.26.47.12. Disponibilização de documentos na caixa de entrada pessoal dos usuários diretamente associados àqueles, além da caixa de entrada do setor, onde constam todos os documentos, independentemente de estarem associados a alguém ou sem atribuição individual, em aderência ao Requisito nº 6.1.16 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um recurso de fluxo de trabalho de um sistema “tem que reconhecer indivíduos e grupos de trabalho como participantes”;

1.3.26.47.13. Possibilidade de atribuição de responsabilidade a si próprio ou a outro usuário, através da opção “aos cuidados”, quando do envio e tramitação de documento;

1.3.26.47.14. Possibilidade de envio de documento a mais de um setor ao mesmo tempo, através da opção “envio em cópia”;

1.3.26.47.15. Vinculação dos documentos ao setor, de modo que, na hipótese de um servidor público ser desativado ou transferido para outro setor, todo o histórico por ele produzido continua a integrar o setor, viabilizando a continuidade das demandas sem perda de informações;



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.26.47.16. Organização dos documentos e anexos do processo por ordem cronológica de inclusão, na vertical, em um modo de visualização denominado “árvore de documentos do processo”, em formato de arquivo PDF;

1.3.26.48. Divisão por Módulos:

1.3.26.48.1. Estruturação e funcionamento da plataforma dividida em módulos, de modo a retratar a realidade documental da Administração Pública, os quais podem ser acessados por servidores habilitados e usuários externos devidamente autorizados, em aderência ao Requisito nº 6.1.5, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que o recurso de fluxo de trabalho de um sistema “tem que permitir que fluxos de trabalho pré-programados sejam definidos, alterados e mantidos exclusivamente por usuário autorizado”;

1.3.26.48.2. Todos os módulos da plataforma se utilizam de um sistema de notificações multicanal unificado, com canais disponíveis, conforme descrição de cada módulo;

1.3.26.48.3. Possibilidade de restrição dos módulos a setores ou perfis de usuários específicos, conforme definição da Administração Pública;

1.3.26.48.4. Acesso à criação e à consulta de documentos de todos os módulos, quando disponíveis ao servidor habilitado, na mesma interface, através de um menu único de opções;

1.3.26.48.5. Cada módulo tem uma contagem própria dos documentos não lidos por servidores habilitados do setor.

1.3.26.49. Sistema de Notificação Multicanais:

1.3.26.49.1. Os canais de notificação disponíveis para configuração na plataforma são o e-mail, a notificação interna e o SMS, este último disponível especificamente nos módulos de protocolo e ouvidoria;

1.3.26.49.2. Listagem das notificações internas, decorrentes de atualizações cadastrais ou de tramitação de documentos que envolvam pessoalmente o servidor habilitado, através de menu suspenso (*dropdown*);

1.3.26.49.3. Possibilidade de expansão da listagem das notificações internas para uma página específica, na qual seja possível a filtragem das atualizações



CAPITAL DO FENÃO

que envolvam o servidor habilitado, pelas categorias que se seguem: fila de assinaturas pendentes, assinaturas solicitadas, menções, ações em e-mails rastreados, avisos do cadastro, troca de setor principal, alteração de setor secundário, exportação de documentos e utilização de contrassenha;

1.3.26.49.4. Possibilidade de definição da abrangência das notificações a serem recebidas no canal de SMS, quando aplicável ao módulo, viabilizando ao servidor habilitado a escolha entre o recebimento de tudo o que chegar para o setor, apenas o que lhe seja diretamente direcionado, somente documentos marcados com aviso de urgência ou nenhuma notificação;

1.3.26.49.5. Possibilidade de definição da abrangência das notificações a serem recebidas no canal de e-mail, viabilizando ao servidor habilitado a escolha entre o recebimento de tudo o que chegar para o setor, apenas o que lhe seja diretamente direcionado, somente documentos marcados com aviso de urgência ou nenhuma notificação;

1.3.26.49.6. Possibilidade de definição quanto ao recebimento ou não de e-mail de notificação nas hipóteses de menção ao nome do servidor habilitado ou de solicitação de sua assinatura;

1.3.26.49.7. Possibilidade de personalização, pelo servidor habilitado, dos módulos cuja falha na entrega deva ensejar o recebimento de notificações por e-mail;

1.3.26.49.8. Possibilidade de personalização, pelo servidor habilitado, dos módulos cuja entrega bem-sucedida deva ensejar o recebimento de notificações por e-mail;

1.3.26.49.8. Possibilidade de personalização, pelo servidor habilitado, dos módulos cuja caracterização da abertura do e-mail deva ensejar o recebimento de notificações por e-mail;

1.3.26.49.10. Possibilidade de personalização, pelo servidor habilitado, dos módulos cuja caracterização de clique em link integrante de e-mail aberto deva ensejar o recebimento de notificações por e-mail;

1.3.26.49.11. Exibição de notificações em cada atendimento/documento, na forma de linha do tempo, à medida em que forem efetuadas atualizações, de forma a evidenciar a todos os envolvidos as informações a respeito de quem leu, por onde tramitou, se foi encaminhado, resolvido ou reaberto, em



CAPITAL DO FÊLIÃO

aderência ao Requisito nº 6.1.8 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um recurso de fluxo de trabalho de um sistema “tem que registrar a tramitação de um documento a fim de que os usuários possam conhecer a situação de cada documento no fluxo”;

1.3.26.49.12. Rastreabilidade das notificações externas, por e-mail, de modo que o sistema informa aos usuários internos se o e-mail de notificação foi entregue, aberto e se o link externo de acompanhamento da demanda foi acessado;

1.3.26.49.13. Possibilidade de comunicação, no documento, de eventual falha na entrega de notificações, informando detalhadamente o respectivo motivo;

1.3.26.49.14. Registro e exibição, junto à notificação, das características do acesso externo da demanda, informando se foi visualizada em computador ou dispositivo móvel, bem como os dados técnicos sobre o dispositivo utilizado.

1.3.26.50. Organograma de Setores:

1.3.26.50.1. Organograma dinâmico criado automaticamente a partir dos setores e usuários configurados na plataforma pela Administração Pública;

1.3.26.50.2. Ausência de limite de criação de setores na estrutura, de modo que poderá cadastrar tantos setores na raiz e setores filhos quantos forem necessários, de acordo com a desconcentração da Administração Pública;

1.3.26.50.3. Possibilidade de visualização de informações sobre os servidores habilitados integrantes de cada setor, tais como nome, cargo, data de cadastro no sistema e data que esteve online pela última vez;

1.3.26.50.4. Identificação visual dos usuários que estão online no momento;

1.3.26.50.5. Possibilidade de efetivação de busca pelo nome dos servidores habilitados;

1.3.26.50.6. Possibilidade de visualização dos servidores habilitados que integram cada setor da estrutura da Administração Pública, através de botão de expansão;

1.3.26.50.7. Exibição de lista de telefones dos setores, consolidando os dados informados pelos usuários;

1.3.26.50.8. Possibilidade de incorporação do organograma no site da Administração Pública;



CAPITAL DO FÊLJÃO

1.3.26.51.9. Possibilidade de configuração de cômputo de prazo automático em dias úteis, considerando inclusive os horários de funcionamento, para os módulos de Ouvidoria e de Pedido de e-SIC da plataforma;

1.3.26.51.10. Possibilidade de configuração dos dias considerados úteis, feriados ou de ponto facultativo pela Administração Pública, o que repercutirá diretamente no cômputo dos prazos automáticos dos módulos de Ouvidoria e de Pedido de e-SIC da plataforma;

1.3.26.51.11. Possibilidade de configuração do horário de funcionamento da Administração Pública, o que repercutirá diretamente no cômputo dos prazos automáticos dos módulos de Ouvidoria e de Pedido de e-SIC da plataforma;

1.3.26.52. Status de Leitura e Rastreabilidade dos Documentos:

1.3.26.52.1. Identificação visual do status de leitura na caixa de entrada do setor, evidenciando se cada documento já foi ou não lido pelo servidor habilitado, bem como informando se houve leitura por qualquer outro servidor habilitado do setor;

1.3.26.52.2. Os registros de acesso a cada documento ou demanda são consignados automaticamente e exibidos no próprio documento, viabilizando um histórico cronológico do acesso, aderente ao Requisito nº 7.4.1 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que o sistema tem que ser capaz de registrar, na trilha de auditoria, informações acerca do usuário, data e hora de acesso ou tentativa de acesso a documentos e ao sistema;

1.3.26.52.3. O usuário externo, ao acessar documento ao qual esteja vinculado, também tem as informações de seu acesso consignadas na plataforma, viabilizando transparência aos envolvidos na tramitação de um documento eletrônico;

1.3.26.52.4. Possibilidade de consulta de quem efetuou leitura de documentos e despachos na plataforma, sejam servidores habilitados ou usuários externos, garantindo transparência para todos os envolvidos;

1.3.26.52.5. Possibilidade de consulta da quantidade total de downloads realizados por anexos do processo, garantindo transparência para todos os envolvidos;



CAPITAL DO FEUÃO

1.3.26.52.6. Vinculação de QR-code a cada documento gerado, facilitando a rastreabilidade;

1.3.26.52.7. Vinculação de QR-code aos documentos emitidos e assinados digitalmente, de modo viabilizar a verificação da validade das assinaturas digitais, bem como o conteúdo do documento original, em aderência ao Requisito nº 7.5.3 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema “tem que ser capaz de verificar a validade da assinatura digital no momento da captura do documento”.

1.3.26.53. Busca Avançada:

1.3.26.53.1. Existência de ferramenta para busca avançada dentro dos documentos gerados na plataforma, em aderência ao Requisito nº 4.2.4 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que é altamente desejável que um sistema “permita que o conteúdo dos documentos em forma de texto possa ser pesquisado”;

1.3.26.53.2. Possibilidade de busca por termos, período de emissão do documento, tipo de documento, assunto em texto escrito, seleção de um ou mais assuntos em lista pré-definida configurável, usuários internos ou externos envolvidos, bem como setores participantes, todos indexados e disponíveis para pesquisa, em aderência ao Requisito nº 4.2.6 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema “tem que permitir que um documento ou dossiê/processo possa ser recuperado por meio de todas as formas de identificação implementadas”, incluindo identificador, título, assunto, datas, interessado, autor/redator/originador;

1.3.26.53.3. Possibilidade de busca pela situação geral na qual se encontra o documento, viabilizando a filtragem dos documentos pelas circunstâncias nas quais se encontrem, tais como “em aberto”, “parcialmente arquivado”, “em aberto e parcialmente arquivado” e “arquivado”, em aderência ao Requisito nº 4.2.8 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que é altamente desejável que um sistema “permita que os termos utilizados na pesquisa possam ser qualificados, especificando-se um metadado ou o conteúdo do documento como fonte de busca”;



CAPITAL DO FÉLIÃO

1.3.26.53.4. Possibilidade de realização de busca em todos os setores aos quais o servidor habilitado tiver acesso ou exclusivamente no qual estiver logado durante a pesquisa;

1.3.26.53.5. Possibilidade de realização de busca avançada, por palavras e termos presentes nos anexos enviados à plataforma, uma vez processados e identificados pela tecnologia de OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres);

1.3.26.53.6. Possibilidade de realização de busca avançada por termos e frases específicos, através do uso de aspas ("");

1.3.26.53.7. Possibilidade de localização dos documentos por tipologia documental, número e ano, em aderência ao Requisito nº 4.2.5 do e-ARQ Brasil, instituído Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema "tem que permitir que um documento ou dossiê/processo possa ser recuperado por meio de um número identificador";

1.3.26.53.8. Possibilidade de busca dos documentos através de seleção de um ou mais marcadores atribuídos ao documento, em aderência ao Requisito nº 4.2.8 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que é altamente desejável que um sistema "permita que os termos utilizados na pesquisa possam ser qualificados, especificando-se um metadado ou o conteúdo do documento como fonte de busca";

1.3.26.54. Editor de Texto:

1.3.26.54.1. Editor de texto para redação de documentos e interações diretamente no navegador;

1.3.26.54.2. Possibilidade de formatação do texto como negrito, sublinhado e itálico, bem como alteração do tamanho da fonte, cor e alinhamento do texto;

1.3.26.54.3. Existência de corretor ortográfico em todos os módulos da plataforma, o qual destaca visualmente as palavras digitadas incorretamente;

1.3.26.54.4. Possibilidade de formatação com tabelas, listas ordenadas e não ordenadas, bem como inclusão de imagens e hyperlinks no corpo do texto;

1.3.26.54.5. Possibilidade de exibição do editor de texto em tela cheia;

1.3.26.54.6. Possibilidade de salvamento automático do rascunho do documento em elaboração, viabilizando a continuação da edição em momento posterior, por qualquer servidor habilitado vinculado ao setor do documento;



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.26.54.7. Possibilidade de edição de rascunho do documento por um único servidor habilitado do setor que iniciou sua elaboração por vez, restando automaticamente liberado para um novo editor no momento da saída do anterior, desde que este não o tenha registrado definitivamente;

1.3.26.54.8. Possibilidade de salvamento de todas as informações constantes no rascunho do documento em elaboração, inclusive campos personalizados, assinantes e anexos;

1.3.26.54.9. Possibilidade de acesso aos rascunhos salvos em aba específica da caixa do setor;

1.3.26.54.10. Possibilidade de inclusão de variáveis de conteúdo (nome do requerente, documento de identificação do requerente, nome do usuário remetente, setor de destino, dentre outros campos adicionais) e de documento (data, numeração, assunto, dentre outros campos adicionais) através de caractere específico, possibilitando o preenchimento automático de dados sem necessitar "copiar e colar";

1.3.26.54.11. Possibilidade de inclusão, diretamente no editor de texto, de modelos de resposta para o setor ou para toda a Administração Pública, onde é possível carregar respostas já prontas para assuntos recorrentes com as mesmas funcionalidades disponíveis no editor;

1.3.26.54.12. Possibilidade de pré-visualização, durante a edição do documento, da aparência que este terá em formato PDF, na hipótese de ser efetivamente protocolizado;

1.3.26.54.13. Possibilidade de referência a documentos existentes, criando um hiperlink automático entre os documentos mencionados;

1.3.26.54.14. Possibilidade de referência a documento eletrônico, por meio da digitação de caractere específico, o que viabiliza a criação de um link para que os envolvidos tenham acesso à leitura ao documento mencionado;

1.3.26.54.15. A referência a um documento implica em sua atualização automática, informando o documento no qual fora citado;

1.3.26.54.16. Possibilidade de referência a outro usuário no sistema, por meio de digitação do caractere específico, oportunidade na qual este é notificado da citação e passa a ter acesso automaticamente ao documento;



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.26.54.17. Possibilidade de referência a um usuário externo em um documento, através da digitação de caractere específico, e viabilidade de acesso à ficha do usuário referenciado pelos envolvidos na demanda;

1.3.26.54.18. Possibilidade de solicitação da assinatura de um servidor habilitado ou usuário externo, referenciando-o através digitação de caractere específico;

1.3.26.54.19. Assinatura Eletrônica Avançada e Assinatura Eletrônica Qualificada (padrão ICP-Brasil).

1.3.26.55. Para o Sistema de Assinatura Eletrônica Avançada:

1.3.26.55.1. A Assinatura Eletrônica Avançada em interações com a Administração Pública está fundamentada na Lei nº 14.063/2020, mormente pelo inciso II de seu Art. 4º, cumulada com regulamentação própria, e é admitida como forma de comprovação de autoria, bem como de ratificação da personalidade e intransferibilidade dos usuários da plataforma;

1.3.26.55.2. Geração automática de certificados no padrão X509 para cada servidor habilitado ou usuário externo, detentor de documento de identificação válido (CPF ou CNPJ), que for cadastrado na plataforma. Tais certificados são vinculados a uma cadeia certificadora emitida pela própria plataforma;

1.3.26.55.3. Conformidade do certificado X509 com os padrões utilizados na assinatura eletrônica no formato *PAdES*;

1.3.26.55.4. Vinculação dos certificados X509 à própria conta dos servidores habilitados ou usuários externos, os quais só são ativados em caso de digitação e validação da senha e só poderão ser utilizados dentro da plataforma;

1.3.26.55.5. Possibilidade de integração com a Plataforma de Autenticação Digital do Cidadão - Login Único do Governo Federal, condicionada à liberação de credenciais de produção após a homologação final pela Secretaria de Governança Digital - SGD do Ministério da Economia - ME, viabilizando a realização de Assinatura Eletrônica Avançada através do assinador Gov.br, o que assegura segurança técnica e jurídica aos processos eletrônicos, em aderência ao Art. 4º da Lei nº 14.063/2020, c/c Art. 4º do Decreto nº 10.543/2020, c/c Portaria SEDGGME nº 2.154/2021;



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.26.55.6. Possibilidade de validação da integridade e autoria das assinaturas eletrônicas apostas em documentos da plataforma por meio da infraestrutura oficial do portal Gov.br, através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital mantido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, aderente à MP 2.200-2 e à Lei nº 14.063/20;

1.3.26.55.7. Possibilidade de autenticação da tramitação dos documentos da plataforma por meio de inclusão automática de assinatura eletrônica qualificada com o certificado digital e-CNPJ ICP-Brasil da Administração Pública, o que viabiliza a validação da sua competência jurídico-administrativa através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital, mantido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI;

1.3.26.55.8. A utilização da Assinatura Eletrônica Avançada não exige instalação de nenhum *plugin*, *applet* ou aplicativo no computador do usuário;

1.3.26.56. Para o Sistema de Assinatura Eletrônica Qualificada (ICP-Brasil):

1.3.26.56.1. Possibilidade de aposição de Assinatura Eletrônica Qualificada nos documentos da plataforma, através do certificado ICP-Brasil, a qual evidencia-se como o tipo de assinatura eletrônica “que possui nível mais elevado de confiabilidade a partir de suas normas, de seus padrões e de seus procedimentos específicos”, nos termos do Art. 4º, inciso III e §1º, da Lei nº 14.063/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, cumulada com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001;

1.3.26.56.2. Possibilidade de validação das assinaturas eletrônicas qualificadas quanto à integridade e autoria, em documentos assinados por certificado ICP-Brasil na plataforma, através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital mantido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, aderente à MP 2.200-2 e à Lei nº 14.063/20;

1.3.26.56.3. Conformidade com as normas da ICP-Brasil para assinatura de documentos, mais especificamente a DOC-ICP-15;

1.3.26.56.4. Suporte a certificados do tipo A1 da ICP-Brasil, bem como a dispositivos criptográficos (*tokens* e *smartcards*) para certificados do tipo A3, emitidos por Autoridades Certificadoras vinculadas à cadeia da ICP-Brasil;



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.26.56.5. Possibilidade de execução de assinaturas eletrônicas com Certificado ICP-Brasil, no mínimo, nas versões mais recentes dos navegadores Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, bem como nos sistemas operacionais *Windows, Linux e MacOS*;

1.3.26.56.6. Possibilidade de verificação da validade e revogação do certificado digital do signatário no momento da realização da assinatura digital;

1.3.26.56.7. Possibilidade de realização de co-assinatura eletrônica de documentos utilizando certificado digital ICP-Brasil na Central de Atendimento, sem necessitar da criação de login e senha, aderente ao Art. 5º, §1º, III, da Lei nº 14.063/2020;

1.3.26.56.8. A efetivação da assinatura eletrônica está condicionada à inserção da senha pelo usuário, como método de confirmação de segurança;

1.3.26.57. Características Gerais da Assinatura Eletrônica:

1.3.26.57.1. Composição de filas de assinaturas, as quais viabilizam que os documentos a serem subscritos sejam identificados e segmentados por tamanho, propiciando o tratamento das filas de arquivos pequenos, médios e grandes de forma diferenciada e assíncrona, trazendo agilidade para o processo;

1.3.26.57.2. Após a inclusão da assinatura eletrônica, a plataforma gera, automaticamente, documento PDF em formato PAdES (original, com assinaturas eletrônicas incluídas), compreendendo página de verificação das assinaturas (cópia para impressão, com estampa em todas as páginas do arquivo e inclusão de manifesto de assinantes ao final), aderente ao Requisito nº 7.5.6 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza como altamente desejável que um sistema “seja capaz de receber atualizações tecnológicas quanto à plataforma criptográfica de assinatura digital”;

1.3.26.57.3. Possibilidade de acesso aos arquivos originais assinados (PDF em formato PAdES) através de endereço eletrônico público específico, por meio do qual são exibidas informações técnicas e validação da integridade dos certificados digitais utilizados. A assinatura eletrônica PAdES é uma marca



CAPITAL DO FÊLIÃO

d'água digital assimétrica, aderente aos Requisitos nºs 7.7.1, 7.7.2 e 7.7.3 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza, respectivamente, que um sistema "tem que ser capaz de recuperar informação contida em marcas d'água digitais" e "de armazenar documentos arquivísticos digitais que contenham marcas d'água digitais", bem como é altamente desejável que "possua arquitetura capaz de receber atualizações tecnológicas no que se refere à plataforma de geração e detecção de marca d'água digital";

1.3.26.57.4. Possibilidade de solicitação da assinatura de documentos ou de interações por outros servidores habilitados e/ou por usuários externos, os quais serão notificados no ambiente interno da plataforma e através das notificações multicanais;

Possibilidade de cancelamento e rejeição de solicitação de assinatura, o que implicará no respectivo registro cronológico do andamento no documento;

1.3.26.57.5. Possibilidade de listagem das assinaturas pendentes em documentos, através da exibição do status de "pendente" ou "assinado" nas notificações, viabilizando ao usuário o acompanhamento dos documentos que dependem da sua assinatura eletrônica;

1.3.26.57.6. Possibilidade de solicitação de assinatura eletrônica de maneira sequencial, viabilizando a definição da ordem através da qual as assinaturas poderão ser apostas no documento;

1.3.26.57.7. Possibilidade de coexistência, em um único documento, de fluxos de subscrição simultâneos e sequenciais, de forma que contemple a aposição da assinatura concomitante ou subsequentemente às demais;

1.3.26.57.8. A cada nova assinatura no documento, é enviado um e-mail informando o estágio em que se encontra o fluxo de subscrição definido, apontando que das "x" assinaturas esperadas, "y" já foram efetuadas;

1.3.26.57.9. Possibilidade de indicação das atribuições dos signatários, tais como aprovador, contratante, contratada, dentre outros;

1.3.26.57.10. Possibilidade de definição, em um único fluxo, de exigência de aposição de assinatura eletrônica avançada e de assinatura eletrônica qualificada (ICP-Brasil), bem como da dispensa de assinatura de documentos anexos;



CAPITAL DO FELDÃO

- 1.3.26.57.11.** Existência de funcionalidade de notificação de que o destinatário recebeu documento no qual não há necessidade de assinatura;
- 1.3.26.57.12.** Capacidade de registro da ocorrência de leitura do (s) despachos (s) constante (s) no documento;
- 1.3.26.57.13.** Possibilidade de criação de lista de signatários para envio recorrente de documentos para assinatura;
- 1.3.26.57.14.** Utilização de fatores adicionais de autenticação dos signatários durante a Assinatura Eletrônica Avançada, a exemplo de geração de token via e-mail;
- 1.3.26.57.15.** Possibilidade de a assinatura dos documentos ser realizada em dispositivos móveis;
- 1.3.26.57.16.** Possibilidade de configuração de quais envolvidos receberão cópia do documento assinado, por e-mail, ao final do processo de assinatura;
- 1.3.26.57.17.** Existência de mecanismos que visam à segurança e à prevenção de fraudes nos processos de assinatura dos documentos via plataforma, possuindo, no mínimo:
- 1.3.26.57.18.** Certificação digital dos documentos, a fim de evitar falsificações;
- 1.3.26.57.19.** Trilha de auditoria dos documentos, de modo que todas as atividades realizadas, inclusive as visualizações, sejam registradas com data, hora e IP;
- 1.3.26.57.20.** Criptografia dos documentos armazenados no sistema;
- 1.3.26.57.21.** Possibilidade de validação de assinaturas com certificado digital padrão ICP-Brasil, aderente ao Requisito nº 7.5.4 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema, “no processo de verificação da assinatura digital, tem que ser capaz de registrar, como metadado, o seguinte: a validade da assinatura verificada; registro da verificação da assinatura; data e hora em que ocorreu a verificação”;
- 1.3.26.57.22.** Possibilidade de escolha da atribuição do assinante no documento, através de lista pré-determinada, tais como “parte”, “testemunha”, “aprovador”, dentre outros;
- 1.3.26.57.23.** Possibilidade de exibição, na lista de documentos, de informação indicativa do estágio em que se encontra o documento;



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.26.57.24. Possibilidade de assinatura de documentos ou despachos emitidos e/ou anexados em formato PDF, utilizando certificados digitais e criando arquivos assinados no formato PAdES;

1.3.26.57.25. Possibilidade de geração de uma página com extrato técnico das assinaturas em endereço eletrônico público específico, contendo nome do assinante e políticas de assinatura;

1.3.26.57.26. Possibilidade de co-assinatura de documentos previamente assinados no formato PAdES, com certificado ICP-Brasil ou através de outras assinaturas eletrônicas qualificadas com certificados da sub-autoridade da plataforma, mantendo todas as subscrições existentes do documento no mesmo padrão e local para conferência, aderente ao Requisito nº 7.5.3 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema “tem que ser capaz de verificar a validade da assinatura digital no momento da captura do documento”;

1.3.26.57.27. Possibilidade de aposição de assinatura eletrônica no conteúdo dos documentos, apenas nos arquivos anexados (PDF) ou no conteúdo dos documentos e nos anexos (PDF);

1.3.26.57.28. Possibilidade de verificação da autenticidade da assinatura aposta no documento através de código alfanumérico em endereço eletrônico público específico, aderente ao Requisito nº 7.5.4 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema, “no processo de verificação da assinatura digital, tem que ser capaz de registrar, como metadado, o seguinte: a validade da assinatura verificada; registro da verificação da assinatura; data e hora em que ocorreu a verificação”;

1.3.26.57.29. Possibilidade de solicitação de assinatura por meio de busca, utilizando caractere específico no momento da criação ou do despacho de documentos;

1.3.26.57.30. Possibilidade de listagem das assinaturas pendentes em painel específico, viabilizando ao assinante, de forma facilitada, o acompanhamento dos documentos que dependem da sua assinatura;

1.3.26.57.31. Existência de registro de ações relacionadas à assinatura no documento (solicitação, assinatura, cancelamento e recusa), exibindo, em ordem cronológica, quando cada ação ocorreu;



CAPITAL DO FELIÃO

1.3.26.57.32. Possibilidade de exibição de lista de assinaturas em cada despacho ou documento principal, clicando em "listar assinaturas". Neste atalho são exibidas as mesmas informações da central de verificação;

1.3.26.58. Contrassenha:

1.3.26.58.1. Possibilidade de uso de contrassenha internamente, permitindo que servidor habilitado autorizado redija e envie documento em nome de outro servidor habilitado;

1.3.26.58.2. Para utilização da funcionalidade da contrassenha, através da geração de uma senha automática, o servidor habilitado autorizador deve permitir que outros servidores habilitados formalizem documentos em seu nome;

1.3.26.58.3. Os documentos gerados através da funcionalidade da contrassenha serão visualmente identificáveis, através de caracterização dos servidores habilitados em autorizador e digitador;

1.3.26.58.4. A contrassenha gerada tem número limitado de uso definido pelo servidor habilitado autorizador e pode ser cancelada antes de sua utilização total;

1.3.26.58.5. O servidor habilitado autorizador tem acesso a relatório com todos os documentos emitidos em seu nome através de contrassenha;

1.3.26.58.6. Sistema de classificação e busca por etiqueta digital

1.3.26.58.7. Possibilidade de cada setor adotar uma categorização própria para os documentos, por meio da criação de etiqueta digital;

1.3.26.58.8. A etiqueta digital funciona como gavetas virtuais, por meio das quais os usuários do setor podem categorizar e encontrar facilmente documentos;

1.3.26.58.9. Possibilidade de configuração das etiquetas, através da definição da cor da letra e do fundo, propiciando visualmente a localização de documentos;

1.3.26.58.10. Possibilidade de classificação de um documento com mais de uma etiqueta, simultaneamente;

1.3.26.58.11. As etiquetas do setor ficam disponíveis somente para os servidores habilitados a ele vinculados;



CAPITAL DO FELDÃO

1.3.26.58.12. A categorização dos documentos pelas etiquetas do setor só fica visíveis para os servidores habilitados a ele vinculados;

1.3.26.58.13. Possibilidade de inserção de etiquetas digitais em lote nos documentos em trâmite em qualquer uma das abas ou equivalentes da caixa de entrada do setor, viabilizando que o servidor habilitado de cada setor gereencie as etiquetas digitais de forma mais célere e eficiente;

1.3.26.58.14. Possibilidade de busca e filtragem de todos os tipos de documento disponíveis através da etiqueta, bastando selecioná-la antes de realizar uma busca avançada;

1.3.26.58.15. Ao clicar sobre uma etiqueta, automaticamente é mostrada a busca e são retornados todos os documentos a ela vinculados;

1.3.26.58.16. Possibilidade de organização das etiquetas de maneira estruturada, exibindo a hierarquia completa da etiqueta ao atribuí-la a um documento;

1.3.26.59. Hospedagem Segura de Anexos

1.3.26.59.1. Em cada documento ou atualização, podem ser enviados anexos de diferentes formatos;

1.3.26.59.2. Os arquivos anexados aos documentos ficam hospedados em servidor seguro e não são acessíveis publicamente, posto que disponíveis somente por meio de link seguro, com tempo de expiração gerado dinamicamente pela ferramenta;

1.3.26.59.3. Registro da quantidade de vezes que o anexo foi baixado;

1.3.26.59.4. Exibição do tamanho do anexo na plataforma;

1.3.26.59.5. Possibilidade de pré-visualização, através de exibição em miniatura, dos anexos (PDF, formatos de vídeo e imagem) em tamanho melhor adaptado à tela;

1.3.26.59.6. Quando o anexo estiver em formato de imagem, ao clicá-lo, este será exibido de forma otimizada, visando ao carregamento rápido e a possibilidade de navegar entre as imagens em formato de galeria;

1.3.26.60. Gerenciamento de Contatos e Organizações:



CAPITAL DO FÊLIÃO

- 1.3.26.60.1.** Possibilidade de gerenciamento de contatos internamente na plataforma;
- 1.3.26.60.2.** Os contatos podem ser dos tipos contato/pessoa física; contato/setor de pessoa jurídica, tais como financeiro e suporte; bem como contato/pessoa jurídica;
- 1.3.26.60.3.** Possibilidade de estabelecimento de regras de preenchimento de dados, por perfil de contato externo, viabilizando a escolha quanto ao acionamento e à obrigatoriedade dos campos de cadastro de contatos externos na plataforma;
- 1.3.26.60.4.** Possibilidade de definição de obrigatoriedade de preenchimento de, no mínimo, um dado entre os de e-mail, CPF, CNPJ e número de celular, viabilizando a unicidade das informações disponibilizadas nos cadastros realizados pelos contatos externos;
- 1.3.26.60.5.** Possibilidade de configuração, pelo servidor habilitado, de até dez campos complementares para o preenchimento de dados pelos contatos externos, viabilizando à Administração Pública a personalização das informações constantes em seus registros;
- 1.3.26.60.6.** Possibilidade de configuração do nome do campo complementar e sua respectiva explicação, viabilizando à Administração Pública o acesso aos dados que melhor se adequem às suas necessidades;
- 1.3.26.60.7.** Possibilidade de configuração do formato pretendido para disponibilização da informação requerida através do campo complementar, viabilizando à Administração Pública a escolha do melhor meio para acesso às informações pretendidas;
- 1.3.26.60.8.** Possibilidade de configuração dos locais nos quais a informação deverá ser requerida através de campo complementar, viabilizando a escolha do melhor meio para colher as informações pretendidas, se no cadastro realizado internamente, se no cadastro realizado diretamente pelo contato externo ou se através de ambos;
- 1.3.26.60.9.** Possibilidade de configuração da obrigatoriedade de preenchimento de cada campo complementar criado;



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.26.60.10. Contatos podem ser associados, de modo a permitir que outorgados tenham poderes de criar ou interagir em documentos que estejam em nome de outorgantes (procuração eletrônica);

1.3.26.60.11. Quando um contato possuir outros a ele associados (procuração eletrônica), há a possibilidade de listagem dos contatos dos quais é o procurador outorgado;

1.3.26.60.12. Ferramenta para importação e exportação de contatos em CSV;

1.3.26.60.13. Ferramenta para unificação de contatos repetidos, com vistas à higienização da base de pessoas físicas e jurídicas;

1.3.26.60.14. Possibilidade de criação e edição de listas de contatos para segmentação e organização;

1.3.26.60.15. Personalização da interface do sistema

1.3.26.60.16. Possibilidade de inclusão de símbolo oficial da Administração Pública e definição de cor predominante nas interfaces de acesso interno e externo da plataforma, com vistas a dar uniformidade e consistência à sua identidade visual;

1.3.26.60.17. Possibilidade de inclusão de imagens como plano de fundo da interface de acesso interno da plataforma;

1.3.26.61. Central de Atendimento:

1.3.26.61.1. Funcionalidade que viabiliza à Administração Pública a disponibilização, em página da web, de portal de informações acerca dos serviços públicos de interesse dos usuários, sejam externos ou servidores públicos, bem como a centralização de consulta de autenticidade de documentos, de assinatura eletrônica, de protocolização eletrônica e de informações acerca do recebimento e tratamento dos pedidos de acesso à informação recebidos;

1.3.26.61.2. Possibilidade de configuração da Central de Atendimento para exibição da Carta de Serviços, na qual poderão ser cadastrados e acessados todos os serviços prestados pela Administração Pública, por categorias, perfis, órgãos responsáveis e ordem alfabética, viabilizando o atingimento ágil e amigável dos direitos básicos do usuário, aderente ao Art. 6º da Lei nº 13.460/2017;



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.26.61.3. Possibilidade de cadastro e acesso à plataforma, pelo usuário externo, por meio de login na Central de Atendimento, bem como através de conta google, certificado digital ICP-Brasil (e-CPF e e-CNPJ) e do login GOV.BR, do Governo Federal;

1.3.26.61.4. Na hipótese de determinado CPF ou CNPJ vinculado à conta google, ao certificado digital ICP-Brasil (e-CPF e e-CNPJ) ou ao login GOV.BR, não estar associado a um cadastro existente, um novo contato externo é criado automaticamente e encaminhado para complementação cadastral;

1.3.26.61.5. Exibição, para o usuário externo, da sigla do setor vinculado a cada servidor habilitado que tenha interagido no documento e seus despachos, viabilizando o acesso à informação transparente quanto aos setores nos quais tramitaram suas solicitações, em aderência ao Art. 3º, III, IV e V, da Lei nº 12.527/2011;

1.3.26.61.6. Integração total e automática da Central de Atendimento com o Aplicativo Móvel para Atendimento, de modo que a administração dos dados cadastrais, dos serviços disponíveis em cada módulo e dos documentos vinculados aos usuários respeita as mesmas parametrizações em ambos os canais de atendimento;

1.3.26.61.7. Possibilidade de configuração de inclusão de texto explicativo e link que viabilizam o acesso à Política de Privacidade da Administração Pública na Central de Atendimento, aderente ao Art. 50 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

1.3.26.61.8. Possibilidade de protocolização, por meio do acesso externo da Central de atendimento, de respostas aos ofícios eletrônicos remetidos pela Administração Pública através da plataforma;

1.3.26.61.9. Possibilidade de o usuário externo registrar protocolo eletrônico, autonomamente, por meio do acesso externo da Central de Atendimento, desde que o assunto de interesse não conste entre aqueles configurados para atendimento exclusivamente presencial da Administração Pública;

1.3.26.61.10. Possibilidade de o usuário externo registrar manifestação na ouvidoria digital, autonomamente, por meio do acesso externo da Central de Atendimento;

1.3.26.61.11. Nos casos de configuração de determinados assuntos para admissão de identificação de pessoas envolvidas, possibilidade de



CAPITAL DO FENJÃO

acompanhamento e interação por estas nos respectivos documentos, através do acesso externo da Central de Atendimento;

1.3.26.61.12. Após a resolução do documento por todos os setores envolvidos, haverá a possibilidade de avaliação da qualidade do atendimento recebido pelo usuário externo, através da Central de Atendimento, em formato de estrelas ou equivalente gráfico, atribuindo-se um peso a cada ícone da escala;

1.3.26.61.13. Através da avaliação realizada pelo usuário externo, possibilidade de realização de cálculo da média dos indicadores de informações gerenciais dos setores envolvidos no documento;

1.3.26.61.14. Na hipótese de reabertura do documento, possibilidade de realização de nova avaliação da qualidade do atendimento recebido pelo usuário externo, cuja nota substituirá a inicialmente atribuída ao serviço;

1.3.26.61.15. Possibilidade de subscrição, em conjunto, de um documento, através da assinatura eletrônica qualificada, utilizando certificado digital ICP-Brasil na Central de Atendimento, sem necessidade de efetivação de acesso, aderente ao Art. 5º, §1º, III, da Lei nº 14.063/2020;

1.3.26.61.16. Possibilidade configuração de verificação da autenticidade da assinatura aposta no documento, através da informação de respectivo código alfanumérico na Central de Atendimento, aderente ao Requisito nº 7.5.4 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema, "no processo de verificação da assinatura digital, tem que ser capaz de registrar, como metadado, o seguinte: a validade da assinatura verificada; registro da verificação da assinatura; data e hora em que ocorreu a verificação";

1.3.26.61.17. Possibilidade de configuração de verificação da autenticidade de certidões disponibilizadas através da plataforma, por meio da inserção da informação do respectivo código alfanumérico na Central de Atendimento;

1.3.26.61.18. Possibilidade de acesso aos documentos protocolizados autonomamente pelo usuário externo ou através de servidor habilitado, seja por meio de QR-Code, código externo ou pela lista de protocolos, disponibilizada após login;

1.3.26.62. EAD - Sistema de Treinamento de Usuários



CAPITAL DO FEIJÃO

1.3.26.62.1. Disponibilização de material de treinamento em formato de vídeo, organizado por módulos, apresentando como utilizar a plataforma e suas funcionalidades;

1.3.26.62.2. Controle das aulas assistidas na ferramenta de ensino a distância (EAD) disponibilizada para apresentação do material em vídeo, viabilizando a verificação do percentual de acesso ao conteúdo programático pelo servidor habilitado;

1.3.26.62.3. Integração da ferramenta de ensino a distância (EAD) com a aplicação, exibindo o progresso em formato percentual e absoluto do servidor habilitado no (s) curso (s) em que estiver matriculado;

1.3.26.62.4. A ferramenta de ensino a distância (EAD) controla a ordem através da qual as aulas são assistidas, visando a garantir que o conteúdo seja repassado conforme planejamento do instrutor;

1.3.26.62.5. Possibilidade de o usuário assistir novamente às aulas na ferramenta de ensino a distância (EAD);

1.3.26.62.6. Ao final do curso, a ferramenta de ensino a distância (EAD) viabiliza a aplicação de avaliação de aprendizado, com questões objetivas, gabarito previamente informado e exibição de nota ao término;

1.3.26.62.7. Caso o servidor habilitado obtenha nota mínima definida pela Administração Pública, será emitido certificado eletrônico de conclusão do (s) curso (s) em formato PDF, no qual constará o conteúdo programático apresentado e a respectiva carga horária;

1.3.26.62.8. Capacidade de aferição do progresso no treinamento de cada servidor individualmente, mostrando indicadores de progresso, data de conclusão e nota obtida na prova de conclusão do curso.

1.3.26.63. Módulo Memorando:

1.3.26.63.1. Viabiliza a troca de informações oficiais entre setores da Administração Pública, com numeração automática e sequencial;

1.3.26.63.2. Geração automática de QR Code, facilitando a localização do documento;

1.3.26.63.3. Elaboração do documento em tela, utilizando campo específico com capacidade de formatação de texto;



CAPITAL DO FÊLIÃO

- 1.3.26.63.4. Possibilidade de elaboração do documento em tela cheia;
- 1.3.26.63.5. Possibilidade de movimentação de documentos por meio de despachos/atualizações com numeração automática e sequencial, viabilizando a distinção entre respostas e encaminhamentos;
- 1.3.26.63.6. Possibilidade de envio de comunicação privada, através da qual apenas remetente e destinatário têm acesso ao documento, seus despachos e anexos, inexistindo oportunidade de alteração da privacidade;
- 1.3.26.63.7. Possibilidade de geração de folha de rosto para impressão, permitindo a identificação e movimentação de processos ou materiais não digitais;
- 1.3.26.63.8. Seleção do setor destinatário conforme organograma cadastrado e possibilidade de busca por nome ou sigla do setor;
- 1.3.26.63.9. Possibilidade de anexar múltiplos arquivos ao memorando ou às suas movimentações;
- 1.3.26.63.10. Possibilidade de utilização de modelos de documentos disponíveis em repositório da Administração Pública ou de setor a ela vinculado;
- 1.3.26.63.11. Possibilidade de geração do documento em formato PDF para assinatura eletrônica;
- 1.3.26.63.12. Possibilidade de vinculação de múltiplos prazos ao documento para controle em calendário;
- 1.3.26.63.13. Possibilidade de listagem dos setores envolvidos no documento, atualizando automaticamente a relação a cada movimentação que abarque novo setor;
- 1.3.26.63.14. Exibição do status de resolução do documento nos setores envolvidos;
- 1.3.26.63.15. Exibição das ações realizadas no documento, em formato de linha do tempo.

1.3.26.64. Módulo Ofício Eletrônico:

- 1.3.26.64.1. Envio de documentos oficiais para usuários externos, com e-mails rastreados;



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.26.64.2. O ofício é gerado pela Administração Pública e remetido de forma oficial e segura ao seu destinatário, via e-mail, com possibilidade de notificação por SMS (caso disponível);

1.3.26.64.3. Possibilidade de recepção de respostas a ofícios na plataforma através da Central de Atendimento ou de resposta do destinatário ao e-mail de notificação;

1.3.26.64.4. Transparência nas movimentações e manutenção de todo o histórico na plataforma;

1.3.26.64.5. Utilização de base única de contatos para todos os módulos da plataforma;

1.3.26.64.6. Desnecessidade de o destinatário ser usuário da plataforma para ter acesso ao ofício ou tramitá-lo, bastando ser cadastrado nos contatos;

1.3.26.64.7. Os ofícios acessados na parte externa da plataforma compartilham a mesma numeração atribuída ao ofício internamente;

1.3.26.64.8. Possibilidade de geração de QR Code para cada ofício enviado.

1.3.26.65. Circular:

1.3.26.65.1. Documento de comunicação interna, em caráter informativo, entre setores da Administração Pública;

1.3.26.65.2. Possibilidade de redação da circular em tela, através de formatador de texto próprio;

1.3.26.65.3. Possibilidade de seleção da integralidade dos setores da Administração Pública, de determinados setores e subsetores ou de um setor em específico do organograma;

1.3.26.65.4. Possibilidade de definição de prioridade "Urgente", o que viabiliza a exibição da priorização na lista de documentos do setor;

1.3.26.65.5. Rastreabilidade automática da circular, informando data e hora em que cada servidor habilitado efetuou a leitura;

1.3.26.65.6. Possibilidade de os servidores habilitados responderem à circular através de resposta aberta, visualizável por todos os envolvidos, ou restrita, à qual somente servidores vinculados ao setor remetente poderão visualizar;



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.26.65.7. Possibilidade de anexar múltiplos arquivos à circular ou às suas movimentações;

1.3.26.65.8. Possibilidade de inclusão de atividade ou prazo na circular com vistas ao controle de datas;

1.3.26.65.9. Possibilidade de arquivamento ou de arquivamento e interrupção das notificações decorrentes das novas movimentações na circular recebida;

1.3.26.65.10. Possibilidade de encaminhamento de circular para setor não envolvido previamente na sua tramitação;

1.3.26.65.11. Possibilidade de leitura das respostas abertas por todos os setores envolvidos;

1.3.26.65.12. Possibilidade de definição de data para arquivamento automático da circular;

1.3.26.65.13. Possibilidade de marcação da circular como meramente informativa, oportunidade na qual não serão admitidas respostas ou encaminhamento.

1.3.26.66. Protocolo Eletrônico do Cidadão:

1.3.26.66.1. Abertura de protocolo por acesso externo na Central de Atendimento ou através de cadastro realizado por servidor habilitado na plataforma;

1.3.26.66.2. Possibilidade de escolha pelo usuário entre a visualização dos protocolos nos formatos de lista ou calendário, este último baseado nos prazos;

1.3.26.66.3. Possibilidade de identificação, na lista, da existência de anexos ou prazos no protocolo, sem necessitar abrir o documento;

1.3.26.66.4. Possibilidade de escolha pelo usuário entre a ordenação por número do protocolo ou pela data da última movimentação nele realizada;

1.3.26.66.5. Possibilidade de identificação pelo usuário da forma de abertura do protocolo. Tendo sido realizada por servidor habilitado (atendente), sua identificação será automática.



CAPITAL DO FÉLIÃO

1.3.26.66.6. Registro no próprio documento de todas as movimentações relacionadas ao protocolo, viabilizando a visualização cronológica das interações realizadas;

1.3.26.66.7. Possibilidade de acesso ao documento gerado no protocolo por meio de QR-Code, código externo ou por lista de protocolos, disponibilizada após login do usuário externo (requerente) na Central de Atendimento;

1.3.26.66.8. Possibilidade de configuração de assuntos, de modo a permitir a hierarquização dos serviços disponíveis e facilitar a escolha do tipo de demanda através de listagem;

1.3.26.66.9. Possibilidade de configuração de direcionamento automático de assuntos para o setor da Administração Pública respectivamente responsável pelo seu atendimento e resolução;

1.3.26.66.10. Possibilidade de configuração de setor da Administração Pública como central de distribuição de demandas, quanto aos assuntos sem direcionamento automático cadastrado;

1.3.26.66.11. Exibição de comprovante de protocolização (código externo) para o usuário externo (requerente), imediatamente após a inclusão da demanda, no qual constará o setor destinatário do protocolo;

1.3.26.66.12. O setor destinatário do protocolo tem acesso integral ao conteúdo da demanda e suas movimentações, podendo encaminhá-lo para outro setor da Administração Pública ou responder diretamente ao usuário externo (requerente);

1.3.26.66.13. Possibilidade de resolução unilateral da demanda por determinado setor da Administração Pública, de modo que continue com status em aberto e tramitando em setores nos quais haja alguma tarefa pendente ou que ainda estejam atendendo o usuário externo (requerente);

1.3.26.66.14. Na oportunidade da resolução unilateral da demanda, possibilidade de o setor escolher entre acompanhar cada uma das próximas movimentações do protocolo, quando este será devolvido à caixa de entrada do setor, ou somente ser notificado quando for novamente instado.

1.3.26.66.15. Possibilidade de um servidor habilitado vinculado ao setor responsável definir que um protocolo foi concluído definitivamente. Neste status, o protocolo não aceita mais interações externas e apenas um servidor



CAPITAL DO FEMÃO

habilitado vinculado ao setor responsável pode reverter a conclusão, permitindo que o usuário externo (requerente) novamente se manifeste;

1.3.26.66.16. Possibilidade de configuração de vinculação de anexos identificados por assunto de protocolo, os quais podem ser obrigatórios ou opcionais, bem como podem ser aceitos em extensões de arquivos específicas.

1.3.26.66.17. Possibilidade de configuração de prazo automático, em dias, para cada assunto de protocolo, o que será exibido no documento;

1.3.26.66.18. Possibilidade de inclusão, alteração ou conclusão de prazos, por qualquer setor com acesso ao documento, o que será registrado e exibido no próprio documento;

1.3.26.66.19. Possibilidade de configuração individual de alertas de vencimento dos prazos do documento, possibilitando ao usuário a indicação da forma do lembrete e da quantidade de dias antes do vencimento;

1.3.26.66.20. Possibilidade de definição de obrigatoriedade de realização de login verificado pelo usuário externo (requerente), através de certificado ICP-Brasil, para protocolos vinculados a determinados assuntos;

1.3.26.66.21. Possibilidade de definição de obrigatoriedade de realização de login verificado pelo usuário externo (requerente), através de login Gov.br, para protocolos vinculados a determinados assuntos;

1.3.26.66.22. Possibilidade de configuração de assuntos para atendimento exclusivo pelo balcão interno, os quais não serão exibidos na Central de Atendimento;

1.3.26.66.23. Possibilidade de inclusão de mapa interativo de localização em determinados assuntos, para coleta do georreferenciamento da demanda, viabilizando a busca de informações e o apontamento exato da demanda através de pino ou marcador equivalente;

1.3.26.66.24. Possibilidade de configuração de campos de identificação de pessoas envolvidas em determinados assuntos de protocolo, viabilizando que estes acompanhem e interajam no documento através da Central de Atendimento;

1.3.26.66.25. Possibilidade de registro de interações por setor envolvido e usuário externo (requerente), viabilizando a inclusão de texto e anexos em formatos previamente definidos;



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.26.66.26. Possibilidade de definição prévia de setores que terão autorização para alterar o assunto do protocolo, possibilitando a correção de eventual equívoco na classificação inicial da demanda, o que será registrado e exibido no próprio documento, com informações de data e hora, bem como da classificação anterior;

1.3.26.66.27. Após a resolução do protocolo por todos os setores envolvidos, haverá a possibilidade de avaliação da qualidade do atendimento recebido pelo usuário externo (requerente), diretamente por e-mail ou através da visualização do protocolo na Central de Atendimento, em formato de estrelas ou equivalente gráfico, atribuindo-se um peso a cada ícone da escala;

1.3.26.66.28. Através da avaliação realizada pelo usuário externo (requerente), possibilidade de realização de cálculo da média dos indicadores de informações gerenciais dos setores envolvidos no protocolo eletrônico;

1.3.26.66.29. Na hipótese de reabertura do protocolo, possibilidade de realização de nova avaliação da qualidade do atendimento recebido pelo usuário externo (requerente), cuja nota substituirá a inicialmente atribuída ao serviço;

1.3.26.66.30. Possibilidade de o servidor habilitado receber documentos ou itens na forma física e gerar comprovante com as informações do protocolo, para confirmação de recebimento pelas partes envolvidas.

1.3.26.67. Ouvidoria Digital:

1.3.26.67.1. Módulo desenvolvido para atendimento à Lei 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública;

1.3.26.67.2. Ouvidoria é um canal cuja finalidade é a apresentação de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias. No serviço público, sua função é intermediar as relações entre o cidadão e a Administração Pública, enquanto conjunto de órgãos e pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal;

1.3.26.67.3. A ouvidoria digital viabiliza o recebimento das manifestações dos cidadãos, bem como a análise, a orientação, o encaminhamento às áreas



CAPITAL DO FÊNIÃO

responsáveis pelo tratamento ou pela apuração, a resposta ao manifestante e a conclusão da demanda;

1.3.26.67.4. Possibilidade de registro de manifestação diretamente pelo usuário externo (manifestante) através da Central de Atendimento da Administração Pública;

1.3.26.67.5. Possibilidade de registro de manifestação por servidor habilitado, oportunizando o atendimento presencial, bem como através de canais adicionais como telefone e redes sociais, o que será vinculado ao nome do usuário externo (manifestante) atendido;

1.3.26.67.6. Possibilidade de identificação da manifestação do usuário externo (manifestante) por finalidade, conforme a seguir: "Denúncia" viabiliza comunicação da ocorrência de ato ilícito e da prática de irregularidade por agentes públicos ou de ilícito cuja solução dependa de apuração por órgãos da Administração Pública, a exemplo da denúncia de ausência de conclusão de obra objeto de convênio cujos repasses foram efetuados; "Elogio" viabiliza a demonstração de reconhecimento ou satisfação quanto a prestação de um serviço público ou a atendimento recebido, a exemplo de registro de elogio ao atendimento realizado por servidora pública da biblioteca de um órgão; "Reclamação" viabiliza a demonstração de insatisfação quanto a determinado serviço público e à conduta de agentes públicos na prestação e/ou na fiscalização deste, a exemplo da reclamação quanto à tentativa mal sucedida de protocolização de pedido em determinada Secretaria de governo; "Solicitação" viabiliza o pedido de adoção de providências pelos órgãos e entidades vinculados à Administração Pública, a exemplo de comunicação da falta de um medicamento e requerimento de diligências para a solução do problema; e "Sugestão" viabiliza o registro de ideia ou proposta de melhoria na prestação de serviços públicos por órgãos e entidades vinculados à Administração Pública, a exemplo e sugestão de disponibilização de serviço de fotocópia próximo ao balcão de atendimento de um órgão público;

1.3.26.67.7. Possibilidade de indicação do método de entrada do atendimento pelo servidor habilitado (atendente), quais sejam telefone, correspondência, e-mail, rede social, atendimento social ou site;



1.3.26.67.8. Possibilidade de inclusão de geolocalização da demanda na tela da manifestação, com vistas a exibir ferramenta de mapa interativo, viabilizando busca por endereço, digitação de coordenada geográfica, bem como apontamento e/ou ajuste desta através de pino;

1.3.26.67.9. Possibilidade de exibição das manifestações recebidas pelo setor nos formatos de listagem, com ordenação por número, última atividade e prazo; de calendário, no qual são exibidas as manifestações com seu prazo final de resposta; e em formato pinos em mapa geográfico interativo;

1.3.26.67.10. Possibilidade de filtragem das manifestações recebidas pelo setor por assunto, período de data de abertura, nome do requerente e/ou marcadores aplicados;

1.3.26.67.11. Possibilidade de realização de movimentações pelos setores envolvidos, bem como pelo usuário externo (manifestante), através da inclusão de texto e anexos em formatos previamente definidos.

1.3.26.67.12. Possibilidade de configuração de assuntos de modo a facilitar a escolha do tipo de manifestação por meio de lista, permitindo a ordenação hierárquica das atividades disponíveis;

1.3.26.67.13. Possibilidade de configuração de direcionamento automático de assunto para o setor da Administração Pública responsável pelo atendimento, ao mesmo tempo em que para a Ouvidoria, para acompanhamento;

1.3.26.67.14. Possibilidade de recategorização dos assuntos por setores previamente autorizados, viabilizando a correção de eventual equívoco na classificação inicial da manifestação;

1.3.26.67.15. Exibição do registro da recategorização do assunto no próprio documento, exibindo data, hora, classificação anterior e atual, bem como o usuário responsável;

1.3.26.67.16. Exibição de comprovante de protocolização (código externo) para o usuário externo (manifestante), imediatamente após a inclusão da manifestação, no qual constará o setor destinatário da demanda;

1.3.26.67.17. O setor destinatário da manifestação tem acesso integral ao seu conteúdo e movimentações, podendo encaminhá-la para outro setor da Administração Pública ou responder diretamente ao usuário externo (manifestante);



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.26.67.18. Possibilidade de resolução unilateral da demanda por determinado setor da Administração Pública, de modo que continue com status em aberto e tramitando em setores nos quais haja alguma tarefa pendente ou que ainda estejam atendendo o usuário externo (manifestante);

1.3.26.67.19. Na oportunidade da resolução unilateral da demanda, possibilidade de o setor escolher entre acompanhar cada uma das próximas movimentações, quando este será devolvido à caixa de entrada do setor, ou somente ser notificado quando for novamente instado;

1.3.26.67.20. Possibilidade de a Ouvidoria responder ao usuário externo (manifestante) e marcar a manifestação automaticamente como resolvida em todos os setores que eventualmente estejam envolvidos na demanda;

1.3.26.67.21. Após a resolução da manifestação por todos os setores envolvidos, haverá a possibilidade de avaliação da qualidade do atendimento recebido pelo usuário externo (manifestante), diretamente por e-mail ou através da visualização do protocolo na Central de Atendimento, em formato de estrelas ou equivalente gráfico, atribuindo-se um peso a cada ícone da escala;

1.3.26.67.22. Através da avaliação realizada pelo usuário externo (manifestante), possibilidade de realização de cálculo da média dos indicadores de informações gerenciais dos setores envolvidos no protocolo eletrônico;

1.3.26.67.23. Na hipótese de reabertura da manifestação, possibilidade de realização de nova avaliação da qualidade do atendimento recebido pelo usuário externo (manifestante), cuja nota substituirá aquela inicialmente atribuída ao serviço;

1.3.26.67.24. Para garantir a proteção à identidade do usuário externo (manifestante), em cumprimento à Lei nº 12.527/11 e Lei 13.460/2017, possibilidade de escolha do tipo de identificação da manifestação que está sendo registrada, quais sejam: "Sem sigilo", quando o manifestante informa um meio de contato (e-mail, telefone ou endereço) e permite que sua identificação esteja disponível para os setores envolvidos no atendimento; "Sigilosa", quando o manifestante se identifica, mas solicita o sigilo sobre sua identificação, oportunidade na qual somente a Ouvidoria terá acesso aos a tais



dados, ao passo que os setores envolvidos apenas visualizarão o conteúdo da manifestação; e "Anônimo", quando o manifestante não se identifica e não informa um meio de contato, oportunidade na qual poderá acompanhar a demanda através do comprovante de protocolização (código externo).

1.3.26.68. Pedido de e-SIC:

1.3.26.68.1. O Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão permite o recebimento de pedidos de acesso à informação feitos à Administração Pública, com base na Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação - LAI);

1.3.26.68.2. As solicitações de informações podem ser feitas diretamente pelo cidadão, através da internet, ou cadastradas por servidor habilitado (atendente), a partir de visita presencial, telefone ou correspondência;

1.3.26.68.3. Possibilidade de resposta e/ou encaminhamento da demanda, internamente, para qualquer setor cadastrado que tiver ao menos um usuário ativo;

1.3.26.68.4. Possibilidade de inclusão de anexos tanto durante a formalização inicial da solicitação quanto em qualquer uma das movimentações posteriores;

1.3.26.68.5. Funcionalidades similares às demais estruturas de documentos;

1.3.26.68.6. Possibilidade de categorização das demandas por assunto;

1.3.26.68.7. Possibilidade de divulgação, em canal web da Administração Pública, de gráfico contendo informações de quantidade total de demandas da LAI recebidas, bem como a divisão desta por assunto, setor, situação ou prioridade.

1.3.26.69. Processo Administrativo:

1.3.26.69.1. Possibilidade de criação de Processo Administrativo, enquanto sucessão de atos autônomos ordenados e direcionados à consecução de determinado fim previsto em Lei, consolidando atos eletrônicos de outros módulos, através de lista com assuntos pré-definidos;

1.3.26.69.2. Possibilidade de configuração do setor destinatário inicial do processo a partir do assunto selecionado;



CAPITAL DO FÉLÍCIO

- 1.3.26.69.3.** Possibilidade de configuração de campos personalizados no processo administrativo para o preenchimento de informações durante a criação de documentos na plataforma, viabilizando à Administração Pública o aumento da retenção de informações vinculadas aos seus procedimentos;
- 1.3.26.69.4.** Possibilidade de configuração do formato pretendido para as informações informação obtidas através de campos personalizados;
- 1.3.26.69.5.** Possibilidade de escolha quanto à obrigatoriedade de preenchimento de cada campo personalizado criado;
- 1.3.26.69.6.** Possibilidade de inclusão de informações de ajuda a respeito do preenchimento dos campos personalizados da plataforma, nos formatos de texto e imagem, viabilizando maior usabilidade à navegação pelos usuários;
- 1.3.26.69.7.** Possibilidade de configuração de campo personalizado com funcionalidade de preenchimento automático de dados de localização por meio da inserção do número do Código de Endereçamento Postal (CEP), desde que vinculado a outros campos personalizados de localização cadastrados na plataforma;
- 1.3.26.69.8.** Possibilidade de configuração de campo personalizado com funcionalidade de validação automática da existência de CPF, viabilizando integridade aos dados inseridos;
- 1.3.26.69.9.** Possibilidade de configuração de campo personalizado com funcionalidade de validação automática da existência de CNPJ, viabilizando a inserção de dados íntegros na plataforma;
- 1.3.26.69.10.** Possibilidade de realização de automação de cálculos através da combinação de múltiplos campos personalizados, viabilizando à Administração Pública a validação das diferentes informações prestadas na plataforma;
- 1.3.26.69.11.** Possibilidade de utilização de modelos de texto para padronização da abertura e trâmite dos processos;
- 1.3.26.69.12.** Possibilidade de geração de documentos complementares dentro processo administrativo, incluindo referência na linha do tempo, podendo aproveitar de forma automática os dados envolvidos;



1.3.26.69.13. Possibilidade de referência a outros documentos eletrônicos da plataforma no processo administrativo, movimentação que será automaticamente informada no documento citado;

1.3.26.69.14. Possibilidade de inclusão de anexos nos atos do processo;

1.3.26.69.15. Possibilidade de configuração de funcionalidade que permita a determinados setores a marcação de processos como “Deferido” ou “Indeferido”;

1.3.26.68.16. Possibilidade de geração automática do número do processo, por assunto ou em sequência à numeração geral, além da viabilidade de utilização de padrão customizado da Administração Pública;

1.3.26.69.17. Possibilidade da inserção de múltiplos prazos dentro dos processos administrativos;

1.3.26.69.18. Possibilidade de restrição de abertura e tramitação de Processos Administrativos por setor;

1.3.26.69.19. Possibilidade de configuração de anexos obrigatórios por assunto e de definição dos seus requisitos mínimos no momento da abertura.

1.3.26.70. Aplicativo Móvel para Atendimento:

1.3.26.70.1. Aplicativo móvel nativo de atendimento, disponível para aparelhos que utilizam os sistemas operacionais Android e iOS, instalável através das lojas de aplicativos oficiais *Play Store e App Store*, respectivamente;

1.3.26.70.2. Solicitação de acesso à localização do dispositivo na tela inicial, viabilizando a listagem das Administrações Públicas mais próximas que estão utilizando o aplicativo no atendimento;

1.3.26.70.3. Possibilidade de escolha da Administração Pública da qual buscase atendimento, dentre as habilitadas e ordenadas por proximidade no aplicativo, para realizar a solicitação;

1.3.26.70.4. Configuração e inclusão de identidade visual (símbolo oficial, cores e fundo de tela), viabilizando a personalização do aplicativo de acordo com a Administração Pública selecionada;

1.3.26.70.5. Aplicativo totalmente integrado à plataforma web, de modo que a administração dos serviços disponíveis em cada módulo é a mesma utilizada na Central de Atendimento;



CAPITAL DO FÊLIÃO

- 1.3.26.70.6.** Possibilidade de utilização, pelo usuário externo, do login “gov.br” (Governo Federal) para acesso ao aplicativo. Caso o CPF não esteja associado a um cadastro existente, um novo contato externo é criado automaticamente e encaminhado para complementação cadastral;
- 1.3.26.70.7.** Possibilidade de utilização, pela pessoa física ou jurídica, dos dados de acesso já cadastrados na Central de Atendimento ou de realização de cadastro pelo próprio aplicativo;
- 1.3.26.70.8.** Efetivada a conexão no aplicativo, serão exibidos os documentos vinculados ao usuário externo na *Inbox*, em duas abas diferentes, quais sejam: “Em aberto”, na qual constará aqueles que estão pendentes de resolução na entidade; e “Arquivado”, na qual constará os documentos que já foram resolvidos pela Administração Pública;
- 1.3.26.70.9.** Exibição, no aplicativo, da sigla do setor vinculado a cada servidor habilitado que tenha interagido no documento e seus despachos, viabilizando ao usuário externo o acesso à informação transparente quanto aos setores nos quais tramitaram suas solicitações, em aderência ao Art. 3º, III, IV e V, da Lei nº 12.527/2011;
- 1.3.26.70.10.** Possibilidade de o usuário externo editar os seus dados através do menu “Minha Conta”;
- 1.3.26.70.11.** O aplicativo mantém a conexão do usuário externo mesmo após o fechamento do aplicativo, visando a reduzir o esforço na formalização de solicitações;
- 1.3.26.70.12.** Na consulta dos documentos vinculados ao usuário, a plataforma irá exibir o conteúdo, as tramitações e os anexos, respeitando as mesmas parametrizações existentes na Central de Atendimento;
- 1.3.26.70.13.** Possibilidade de interação em um documento existente vinculado ao usuário, adicionando novas informações e anexos;
- 1.3.26.70.14.** Possibilidade de abertura de documentos de diferentes módulos da plataforma no mesmo aplicativo;
- 1.3.26.70.15.** Possibilidade de escolha e configuração dos módulos da plataforma que ficarão disponíveis para consulta no aplicativo;
- 1.3.26.70.16.** Os módulos configurados para ficarem disponíveis no aplicativo estarão acessíveis no botão “Novo” ou ícone equivalente;



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.26.70.17. Possibilidade de o usuário externo navegar em menu com os serviços disponibilizados em cada módulo, de modo que ao selecionar um assunto, os subassuntos sejam exibidos em uma próxima tela;

1.3.26.70.18. Possibilidade de o Administrador definir assuntos em destaque, os quais serão exibidos na tela antes da lista de assuntos gerais;

1.3.26.70.19. A seleção de assunto para a criação do documento no aplicativo, viabiliza a exibição da descrição relacionada ao assunto, bem como a aplicação das regras de identificação e obrigatoriedade de anexos e campos adicionais, quando estes estiverem disponíveis, da mesma forma realizada na Central de Atendimento;

1.3.26.70.20. Finalizado o preenchimento do documento, este será salvo imediatamente na plataforma, informando ao usuário o número do documento e qual setor recebeu a demanda;

1.3.26.70.21. As notificações com a confirmação de abertura, interações e finalização da demanda serão feitas pelos canais de comunicação previamente disponíveis na plataforma (e-mail e/ou SMS);

1.3.26.70.22. Possibilidade de o usuário consultar o organograma completo da Administração Pública selecionada, bem como as informações de contato, através do menu "Sobre".

1.3.26.71. Gestão avançada de processos (workflow):

1.3.26.71.1. Possibilidade de configuração de etapas subsequentes no documento, de modo que a demanda só possa ser encaminhada na ordem preestabelecida, sem pular etapas;

1.3.26.71.2. Possibilidade de configuração de múltiplos setores responsáveis por receber o processo em cada etapa;

1.3.26.71.3. Possibilidade de configuração de múltiplos setores responsáveis por avançar o processo para a próxima etapa;

1.3.26.71.4. Possibilidade de configuração de etapa sem setor previamente responsável, oportunidade na qual o servidor habilitado poderá movimentar o documento para qualquer setor da Administração Pública;

1.3.26.71.5. Possibilidade de inclusão de modelo de texto padrão em cada etapa, permitindo a padronização dos atos processuais;



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.26.71.6. Possibilidade de definição de SLA ideal para cada etapa, de modo que as informações de tempo decorrido e tempo ideal fiquem visíveis para todos os envolvidos no processo;

1.3.26.71.7. Possibilidade de ordenação dos anexos vinculados aos documentos ou despachos da plataforma, durante a elaboração destes e previamente à efetivação de seu envio definitivo, viabilizando ganho de organização e eficácia aos processos da Administração Pública;

1.3.26.71.8. Possibilidade de download de todos os anexos de um processo administrativo de uma vez, compactados em formato ZIP;

1.3.26.71.9. Possibilidade de marcação dos anexos do processo como aprovados ou reprovados, permitindo, nesta última hipótese, a inclusão de observação textual a respeito do motivo da recusa;

1.3.26.71.10. Possibilidade da geração de árvore de processos, ferramenta que viabiliza a conversão e concatenação de um documento nativo da plataforma e seus anexos em arquivo compilado e paginado, no formato PDF, através de composições múltiplas, favorecendo o envio de processos administrativos natos digitais para entidades, órgãos e ferramentas externos, inclusive de controle;

1.3.26.71.11. O arquivo gerado através da árvore de processos é concebido em PDF (Formato de Documento Portátil), formato de arquivo universal, compacto, complexo e completo, que preserva as fontes e o layout dos documentos da plataforma e pode ser compartilhado, visualizado e impresso por qualquer usuário;

1.3.26.71.12. Possui tecnologia avançada de dados e armazenamento para geração de tamanhos diversos de documentos, viabilizando a realização de download da árvore de processos, uma vez gerada, em formato PDF.

1.3.26.71.13. Possui tecnologia avançada de processamento assíncrono de dados e armazenamento, a qual permite que o servidor habilitado não necessite aguardar, estático, na tela de solicitação da árvore de processos e seja notificado quando finalizada a sua geração.

1.3.26.71.14. Possibilidade de geração de versão completa da árvore de processos do documento, na qual estarão contidos todos os seus despachos, anexos, menções, notas internas e documentos, viabilizando a exibição



cronológica e transparente da integralidade dos atos que compõem um documento;

1.3.26.71.15. Possibilidade de geração de versão da árvore de processos com a exibição das assinaturas firmadas no arquivo, bem como a verificação de suas autenticidades, o que assegura integridade, conferência de autoria e segurança ao documento digital;

1.3.26.71.16. Possibilidade de geração de versão personalizada da árvore de processos, para a qual oportuniza-se a seleção dos gêneros de documentos desejados, entre despachos, anexos, menções, notas internas e documentos gerados, viabilizando a exibição cronológica de determinados atos integrantes de um documento;

1.3.26.71.17. Possibilidade de geração de qualquer versão da árvore de processos em configuração comprimida, originando arquivo em formato PDF com o mesmo conteúdo da versão selecionada, porém de tamanho reduzido;

1.3.26.71.18. Possibilidade de geração de qualquer versão da árvore de processos em arquivos fracionados e enumerados de acordo com a paginação do documento, viabilizando que as características técnicas dos documentos passem a abranger as limitações máximas de 5 (cinco) megabytes por arquivo fracionado e 500 (quinhentos) *kilobytes* por página integrante, desde que as propriedades do documento comportem compressões dentro dos referidos limites, o que facilitará o manejo dos arquivos pelos servidores habilitados, inclusive nas prestações de contas aos órgãos de controle;

1.3.26.71.19. Possibilidade de geração de qualquer versão da árvore de processos de um documento incluindo as cópias integrais atualizadas dos documentos concebidos em decorrência daquele, as quais serão inseridas e numeradas na árvore de processos imediatamente após o ato que a criou;

1.3.26.71.20. Possibilidade de geração de mais de uma árvore de processos do mesmo documento da plataforma, em configuração igual atualizada ou diferente da disponibilizada previamente, respeitado prazo mínimo específico;

1.3.26.71.21. Possibilidade de download da última versão de cada uma das três configurações possíveis da árvore de processos, se existente, desde que o



CAPITAL DO FEIJÃO

servidor habilitado esteja vinculado a algum dos setores envolvidos no documento;

1.3.26.71.22. Atualização da cópia integral do documento referenciado a cada geração da árvore de processos, sem prejuízo da manutenção da ordenação cronológica e íntegra dos documentos, característica inerente à plataforma digital;

1.3.26.71.23. Após cada movimentação que contiver anexo em formato não compilável em PDF na árvore de processos, haverá página de referência a tais arquivos;

1.3.26.71.24. Quando o documento sujeito à compilação contiver hiperlink de menção a outro também existente na plataforma, a cópia integral atualizada do documento mencionado será inserida e numerada na árvore de processos, imediatamente após o ato que o referenciou;

1.3.26.71.25. Tratando-se de árvore de processos com muitos documentos e anexos, sua geração ocorrerá em arquivos de tamanhos viáveis para download, mediante a criação automática de pasta comprimida com tantos arquivos quanto necessários para a disponibilização da integralidade do documento na árvore, em paginação sequencial e com viabilidade de tramitação.

1.3.26.72. Assinatura Eletrônica em Lote:

1.3.26.72.1. Possibilidade de efetivação de assinatura eletrônica em lote, de modo que o usuário poderá subscrever, em tela específica, todos os documentos nos quais tenha sido solicitada a sua assinatura;

1.3.26.72.2. Possibilidade de listagem de todas as assinaturas pendentes a serem executadas pelo usuário;

1.3.26.72.3. Possibilidade de assinatura eletrônica em lote, por meio de listagem com campo do tipo *checkbox*, no qual, ao selecionar, as subscrições serão efetuadas em formato de fila;

1.3.26.72.4. Representação em tela da situação de cada assinatura, de modo que, em caso de falha, apareça o indicativo respectivo e, ato contínuo, o servidor habilitado seja encaminhado para uma nova tentativa, viabilizando a



transparência e eficiência quanto ao que efetivamente não fora assinado e, conseqüentemente, a sanção de tal ausência;

1.3.26.72.5. Assinatura eletrônica em lote nos formatos de assinatura eletrônica avançada nativa ou assinatura eletrônica qualificada ICP-Brasil;

1.3.26.72.6. Assinatura em lote com os mesmos padrões da assinatura eletrônica individual, diferindo apenas na possibilidade de realização de várias assinaturas simultaneamente;

1.3.26.72.7. Possibilidade de filtragem da fila de assinaturas, viabilizando a escolha dos documentos que estão pendentes de assinatura ou a exibição dos documentos que já foram assinados.

1.3.26.73. Informações Gerenciais:

1.3.26.73.1. De acordo com a utilização da plataforma, automaticamente são gerados indicadores e estes são apresentados aos gestores, contendo, no mínimo, os seguintes itens:

1.3.26.73.2. Indicador de eficiência de cada setor da Administração Pública, consubstanciado nas informações da porcentagem de resolução de documentos, na quantidade de documentos recebidos, bem como na quantidade de resolvidos, desde o início até a data definida pelo interessado, limitada à atual.

1.3.26.73.3. Indicador de qualidade de cada setor da Administração Pública, consubstanciado na nota média atribuída às resoluções e aos despachos dos documentos, desde o início até a data definida pelo interessado, limitada à atual.

1.3.26.73.4. Indicador de engajamento dos servidores habilitados de cada setor da Administração Pública, consubstanciado na porcentagem de leitura dos documentos recebidos, desde o início até a data definida pelo interessado, limitada à atual.

1.3.26.73.5. Indicador de assiduidade dos servidores habilitados integrantes de cada setor da Administração Pública, consubstanciado na representação gráfica, por cores, da quantidade de tempo desde o último acesso à plataforma, a qual será dividida por indicativos de que o acesso nunca ocorreu, bem como



CAPITAL DO FEMÃO

de que não o fez há mais de 45 (quarenta e cinco) dias, duas semanas, uma semana, três dias ou dois dias.

1.3.26.73.6. Para o indicador de assiduidade, possibilidade de acesso à informação da quantidade de acessos realizados pelo servidor habilitado, da data e hora da última ação realizada naquele setor, bem como da data e hora do cadastro.

1.3.26.73.7. Para o indicador de assiduidade, possibilidade de visualização dos servidores que foram suspensos da plataforma em decorrência do transcurso de 90 (noventa dias) de inatividade.

1.3.26.73.8. Possibilidade de acesso à quantidade de servidores habilitados integrantes de cada setor da Administração Pública e detalhamento de dados específicos destes, tais como cargo, nível na plataforma, último acesso e data de cadastro.

1.3.26.73.9. Possibilidade de exportação dos relatórios de indicadores em formato para formato CSV, bem como de geração de arquivo em PDF.

1.3.26.73.10. Possibilidade de escolha de quais tipos de documento serão considerados os indicadores.

1.3.26.73.11. Acesso a página específica com gráfico evolutivo dos setores organizados hierarquicamente, em formato de lista.

1.3.26.73.12. Possibilidade de comparação da média de todos os setores com a de um setor em específico.

1.3.26.73.13. Possibilidade de visualização de setores com demandas em aberto em determinado tipo de documento, viabilizando a identificação de gargalos em processos da Administração Pública.

1.3.26.74. Progresso no Sistema de Treinamento de Usuários:

1.3.26.74.1. Relatório de progresso dos servidores habilitados inscritos no EAD - Sistema de Treinamento de Usuários, consubstanciado na porcentagem da evolução, data e hora de conclusão, média final, bem como possibilidade de acesso ao certificado de conclusão individualizado.

1.3.26.75. Quantitativo de documentos:



CAPITAL DO FELIÃO

1.3.26.75.1. Relatório quantitativo de documentos por setor da Administração Pública, através de escolha do tipo de documento, do período a ser considerado, do tipo de contagem - apenas documentos emitidos pelo setor ou todos os documentos em trâmite no setor, do setor, bem como se devem ser exibidos os setores inativos ou não.

1.3.26.76. Acessos Diários:

1.3.26.76.1. Possibilidade de geração de relatório de acessos diários, através da escolha do usuário, do tipo de período (dia, semana ou mês), o qual será disponibilizado em formato CSV.

1.3.26.76.2. Geração assíncrona de relatório de informação dos acessos diários efetuados pelos servidores habilitados, viabilizando a navegação sem comprometimento da solicitação, bem como a notificação da sua finalização em local específico e visível na plataforma.

1.3.26.76.3. Possibilidade de acesso aos últimos 5 (cinco) relatórios de acessos diários gerados por até 7 (sete) dias após sua disponibilização.

1.3.26.77. Estatística:

1.3.26.77.1. Relatório de números precisos de utilização da plataforma, no qual são exibidas informações da data de início e a respectiva quantidade em dias e meses em que a plataforma está em operação na Administração Pública, bem como o número de:

1.3.26.77.2. Total de usuários e por nível de acesso;

1.3.26.77.3. Total de setores e por suas subdivisões (principais, subsetores e grupos de trabalho);

1.3.26.77.4. Total de documentos e por suas subdivisões em gerados (documentos e despachos) e migrados/integrados;

1.3.26.77.5. Anexos e seu tamanho total;

1.3.26.78. Informações sobre Consumo de Recursos:

1.3.26.78.1. Possibilidade de geração de relatório do consumo detalhado mensal com, no mínimo, informações de quantidade de servidores habilitados (cadastros e acessos), usuários externos (cadastros e acessos), documentos



CAPITAL DO FEIJÃO

gerados (emissões, despachos e total), volume anexos (tamanho e média de tamanho) e assinaturas realizadas (emitidas, verificadas e login certificado).

1.3.26.78.2. Possibilidade de acompanhamento e gerenciamento da economia estimada de recursos.

1.3.26.78.3. Possibilidade de acompanhamento do número de impressões que seriam realizadas na tramitação física de documentos.

1.3.26.78.4. Possibilidade de cálculo do gasto total que seria realizado com impressões de documentos físicos, baseado no preço da impressão por folha informado pela Administração Pública.

1.3.26.79. Informações de Auditoria:

1.3.26.79.1. Possibilidade de geração, por servidores habilitados delegados, de relatórios de eventos ocorridos dentro da plataforma, viabilizando a auditoria das ações realizadas, aderente ao Requisito nº 7.4.4 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema, “tem que assegurar que as informações da trilha de auditoria estejam disponíveis para inspeção, a fim de que uma ocorrência específica possa ser identificada e todas as informações correspondentes sejam claras e compreensíveis”.

1.3.26.79.2. Possibilidade de personalização do relatório de eventos através de escolha do período a ser abarcado, do tipo de evento ou todos, de setores ou todos, bem como de usuários ou todos.

1.3.26.79.3. Disponibilização de relatório consolidado com a identificação de cada evento ocorrido na plataforma, através da informação de seu código específico, do número do acesso, do nome do usuário, da data, da hora e de sua descrição, bem como do detalhamento do sistema operacional, do tipo de dispositivo, do IP (Internet Protocol) e da versão do navegador utilizado.

1.3.26.79.4. Disponibilização automática do relatório, viabilizando celeridade e segurança na análise dos dados vinculados aos eventos ocorridos na plataforma.

1.3.26.79.5. Possibilidade de exportação de informações dos eventos no formato CSV.



CAPITAL DO FEIÃO

1.3.26.80. Gráficos de Utilização

1.3.26.80.1. Possibilidade de geração de relatório de gráficos de manuseio da plataforma, consubstanciado na disponibilização de um painel de informações (*dashboard*) a respeito da utilização dos módulos da plataforma, por meio de gráficos e tabelas demonstrativos de dados por assunto, por setor, por usuário e por situação.

1.3.26.80.2. Possibilidade de personalização do relatório de gráficos, através da escolha do módulo, do tipo de período (mês semana e dia) e da abrangência dos assuntos, dentre todos ou algum em específico.

1.3.26.80.3. Na hipótese de haver relatório pronto com as mesmas características escolhidas, este poderá ser acessado imediatamente pelo servidor habilitado.

1.3.26.80.4. Na hipótese de não haver relatório de gráficos pronto para as características escolhidas, haverá a possibilidade de solicitação de sua geração, que será realizada de forma assíncrona, viabilizando a navegação sem comprometimento da solicitação, bem como a notificação da sua finalização em local específico e visível na plataforma.

1.3.26.81. Relatório Georreferenciado:

1.3.2681.1. Disponibilização do relatório georreferenciado nas modalidades de calor ou com pinos, consubstanciado na geolocalização dos documentos tramitados na plataforma, integralmente ou configuráveis por tipo de documento, situação, assunto, setor, bem como período entre anos.

1.3.26.81.2. Possibilidade de interação direta no mapa, viabilizando melhor identificação da geolocalização das demandas da Administração Pública, vinculadas aos documentos em trâmite ou tramitados na plataforma.

1.3.26.81.3. No relatório de mapa de pinos, há a exibição da geolocalização, da quantidade e do percentual de documentos que se encontram "em aberto", nos períodos de até 20 dias após sua emissão, entre o 20º a 30º dia após sua emissão e de mais de 30 trinta dias após sua emissão.

1.3.26.81.4. No relatório de mapa de pinos, há a exibição da geolocalização, da quantidade e do percentual de documentos que foram "resolvidos", nos



CAPITAL DO FELIÃO

períodos de até 30 dias após sua emissão e de mais de 30 dias após sua emissão.

1.3.26.81.5. No relatório de mapa de pinos, há a exibição da geolocalização, da quantidade e do percentual de documentos que se encontram “em aberto” e “resolvidos”.

1.3.26.81.6. Possibilidade de acesso, através de clique em cada pino, a informações como o assunto do documento, sua situação, o endereço da demanda, bem como é viabilizado o acesso à íntegra do documento, a depender do nível de acesso do servidor habilitado.

1.3.26.82. Integração com Processo digital e demais sistemas utilizados pelo Município:

1.3.26.82.1. Através de um sistema funcionalmente integrado o processo digital deverá proporcionar o envio para a assinatura eletrônica de relatórios e documentos genéricos, documentos de empenho, sub empenho, contratos e aditivos de contrato.

1.3.26.82.2. Deve estar integrado com o sistema de arrecadação para a configuração de taxas, emissão e consulta de Guias/Boletos dos serviços solicitados/protocolados.

1.3.26.82.3. Deve permitir a configuração de parâmetros de integração como provedor, servidor, token, categoria assunto, notificação, município e entidade. Estes parâmetros devem viabilizar o envio de documentos para assinatura eletrônica

1.3.26.82.4. Permitir que seja configurado o intervalo de tempo da notificação dos usuários para assinaturas pendentes, sendo o tempo mínimo de 3 minutos.

1.3.26.82.5. A integração deve contemplar o acesso direto do usuário signatário a ferramenta de assinatura eletrônica após o envio do documento, através de um link de acesso a plataforma de assinatura, através de um login unificado.

1.3.26.82.6. Permitir ao administrador informar o setor e a sua função do usuário, dando a possibilidade de customizar qual o setor principal para que o usuário tenha acesso aos documentos



CAPITAL DO FELIÃO

1.3.26.82.7. O sistema deve permitir somente ao usuário administrador a permissão para cadastrar usuários novos ou colocar usuários já existentes como signatários

1.3.26.82.8. O sistema deve verificar se o E-mail informado para o usuário signatário já está integrado com a plataforma de assinatura eletrônica. Quando já estiver integrado o acesso do usuário deverá estar liberado.

1.3.26.82.9. O sistema deve verificar se o e-mail informado para o usuário signatário já está integrado com a plataforma de assinatura eletrônica. Quando não estiver integrado o usuário deve receber um e-mail com o link e senha provisórios para acessar a plataforma pela primeira vez.

1.3.26.82.10. Deve permitir a definição de quais relatórios utilizam a assinatura eletrônica e o tipo de documento, para facilitar a localização dos documentos caracterizados pelo Tipo

1.3.26.82.11. Deve contemplar o envio de relatórios e documentos diversos para assinatura eletrônica do tipo *rel / .xls* e *Stimulsoft Relatórios/documentos* diversos gerados nos produtos em tecnologia .NET

1.3.26.82.12. Deve permitir relacionar os processos envolvidos no Processo de Compras, vinculando os artefatos Contrato, Termo Aditivo do Contrato, Empenho e Liquidação de Empenho ao referido Processo Administrativo

1.3.26.82.13. Deve contemplar o envio de documentos de empenho e subempenho através de um processo de negócio previamente definido

1.3.26.82.14. Deve contemplar o envio de documentos de contratos e termos aditivos através de um processo de negócio previamente definido.

1.3.26.82.15. Possibilidade de solicitar assinatura de outros usuários em documentos. Esta solicitação é exibida para o assinante em formato de notificação na plataforma

1.3.26.82.16. Possibilidade de selecionar os usuários signatários por documento, permitindo o salvamento dos usuários que são assinantes permanentes de um determinado documento.

1.3.26.82.17. Através do envio de documentos para assinatura eletrônica o usuário terá a possibilidade de escolher no momento da assinatura, se será utilizada Assinatura Eletrônica ou Assinatura Digital ICP-Brasil (requer certificado digital A1 ou A3 emitido ICP-Brasil).



CAPITAL DO FIELIÃO

1.3.26.82.18. Possuir componente para execução de assinaturas digitais no browser sem a necessidade de instalações posteriores e deve ser compatível com navegadores de internet: *Firefox, Google Chrome*.

1.3.26.82.19. Possibilidade de notificar o usuário quando possuir documentos pendentes de assinatura e o número de documentos a serem assinados.

1.3.26.82.20. Permitir que ao clicar em um ícone de assinatura eletrônica o usuário seja direcionado para a plataforma de assinatura.

1.3.26.82.21. Permitir que ao clicar em um ícone de assinatura eletrônica o usuário tenha acesso a tela de consulta situação de todos os documentos que estão assinados, aguardando assinatura ou foram cancelados

1.3.26.82.22. Permitir que ao clicar em um ícone de assinatura eletrônica o usuário tenha acesso direto a tela de download de documentos em lote

1.3.26.82.23. Permitir que ao clicar em um ícone de assinatura eletrônica o usuário tenha acesso direto a tela de assinatura de documentos em lote

1.3.26.82.24. Permitir a vinculação do processo administrativo aos contratos e termos aditivos. Nas funções Composição do Processo e Painel de Instrumento Contratual, disponibilizar guia para acompanhamento dos Processos Administrativos.

1.3.26.82.25. Permitir a vinculação do empenho a um Processo Administrativo, facilitando ao usuário acompanhar de forma cronológica os fatos acontecidos para um determinado processo administrativo.

1.3.26.82.26. No cabeçalho dos documentos Emissão de Empenho, Nota Liquidação e Emissão de Subempenho exibir as informações: Número/ano do empenho, Código e Descrição da Unidade Gestora, Classificação Institucional (Órgão, Unidade Orçamentária e Unidade Executora), Nome do credor e valor do empenho.

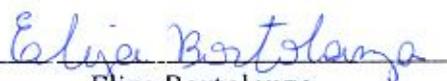


ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

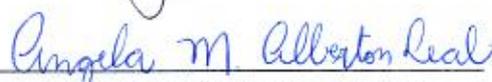
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se na Escola Municipal Carlos Gomes de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Eliza Bortolanza**, Sra. **Fernanda Bilatto de Freitas** e a Sra. **Angela Maria Alberton Leal**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Educação Clube Aluno**, apresentado pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.27.1.1 ao 1.3.27.22.1. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 17 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Educação Clube Aluno
Intervalo dos Itens no TR	1.3.27.1.1 ao 1.3.27.22.1
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve


 Eliza Bortolanza


 Fernanda Bilatto de Freitas


 Angêla Maria Alberton Leal



CAPITAL DO FÉLÍAO

1.3.27. MÓDULO CLUBE ALUNO

1.3.27.1. Objetivo:

1.3.27.1.1. Contratação de empresa especializada para o licenciamento temporário de uso de plataforma de reforço escolar em ambiente online, assim como para a prestação de serviços correlatos, para a rede municipal de ensino público.

1.3.27.2. Justificativa:

1.3.27.2.1. De acordo com um estudo realizado no Brasil pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no ano de 2021, a notória pandemia da Covid-19 agravou ainda mais os problemas educacionais ora relatados, aumentando consideravelmente o abismo de nível educacional entre alunos, notadamente em função de que existe uma relevante diferença no acesso a opções de reforço escolar extraclasse, devido a condições econômico-financeiras das famílias, sobretudo na rede pública de ensino.

1.3.27.2.2. Os professores da rede pública municipal de ensino, embora diligentes no ensino em sala de aula, não dispõem de horários disponíveis a serem contratados para a realização de atividades extraclasse, além de que não possuem conhecimentos suficientes para operar de forma dinâmica uma plataforma de reforço escolar em ambiente online.

1.3.27.2.3. Desta forma, mostra-se necessária a contratação de uma plataforma de reforço escolar online, em ambiente pedagógico interativo, porquanto muitas crianças necessitam de complemento das atividades e de conteúdo, para um melhor aproveitamento escolar e, por consequência, rendimento nos estudos.

1.3.27.3. Características:

1.3.27.3.1. Delimitação dos alunos atendidos: da terceira à quinta série da rede pública municipal de ensino. Disciplinas atendidas: matemática, português, artes, história, inglês, ensino religioso, geografia e ciências.

1.3.27.3.2. Número de alunos a serem atendidos: 126 (cento e vinte e seis).



CAPITAL DO FÉLÍAO

1.3.27.3.3. Número de escolas contempladas: 06 (seis) Prazo máximo para resposta ao aluno: 4 (quatro) horas.

1.3.27.3.4. Vigência do contrato: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos e nos prazos previstos em lei.

1.3.27.4. Especificações:

1.3.27.4.1. O serviço de reforço escolar deve ser prestado por professores e pedagogos, todos devidamente graduados e com experiência em atendimento individualizado em ambiente online, notadamente na plataforma ofertada, contemplando o saneamento de dúvidas dos alunos da rede pública municipal de ensino, explicações de conteúdos com exemplos, correções de trabalhos e provas com apoio diário online e demais interações que se fizerem necessárias para a completa resolução das dificuldades dos alunos, sem a utilização de vídeo aulas.

1.3.27.4.2. O reforço escolar deve estar disponível 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, incluindo finais de semana e feriados.

1.3.27.4.3. O retorno definitivo aos estudantes deve ser efetuado em, no máximo, 4 (quatro) horas, após o envio da dúvida ou trabalho por estes. Entende-se por retorno definitivo a completa entrega da resolução da dúvida ou correção do trabalho e a efetiva disponibilização ao aluno. Incumbirá à empresa contratada o dimensionamento da equipe de professores que prestará os serviços de reforço escolar, responsabilizados e pelo prazo de resposta estipulado neste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei.

1.3.27.4.4. É vedada a utilização de inteligência artificial em substituição aos professores, para o desenvolvimento de qualquer atividade deste Termo de Referência.

1.3.27.4.5. O município disponibilizará à contratada, em arquivos distintos, em extensão xls, a relação dos nomes das escolas; dos nomes dos alunos, separados por turma e escola; dos nomes dos professores e dos diretores, separados por escola; e do nome do usuário da Secretaria Municipal de Educação.



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.27.5. Implantação da Plataforma:

1.3.27.5.1. Com estas informações, a contratada realizará o cadastro de todos os usuários, com atribuição de login e senha exclusivos para cada.

1.3.27.5.2. Aos pais ou responsáveis pelos alunos, deve ser entregue um informativo enfatizando os benefícios decorrentes da utilização da plataforma de reforço escolar, além da importância da participação destes nos estudos do aluno, devendo conter, ainda, as instruções de utilização da plataforma pelos responsáveis.

1.3.27.5.3. O licenciamento da plataforma deve contemplar toda a vigência contratual, de forma ilimitada às funcionalidades especificadas, respeitado o número estimado de alunos previsto em projeto.

1.3.27.5.4. A contratada deve elaborar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, em até cinco dias úteis após a expedição da ordem de serviço ou da autorização para a prestação de serviço, um plano de capacitação destinado a todos os futuros usuários da plataforma de reforço escolar online, ou seja, alunos e seus responsáveis, professores, diretores e membros da Secretaria, devendo as capacitações serem ministradas de forma isolada para cada tipo de usuário, contendo: público-alvo, conteúdo programático, cronograma, local e carga horária.

1.3.27.6. Capacitação:

1.3.27.6.1. A capacitação dos alunos deve acontecer de forma presencial, por turma, nas respectivas salas de aula ou ambiente propício na escola, com duração mínima de duas horas e deve contemplar a demonstração prática de todas as ferramentas constantes deste Termo de Referência. Em cada sala de aula, deverá ser fixado no mural e entregue aos alunos um informativo com instruções de utilização da plataforma e com os meios de suporte técnico, juntamente com login e senha exclusivos para cada estudante.

1.3.27.6.2. A capacitação dos professores deve acontecer de forma presencial, por escola, nas dependências da escola, com duração mínima de duas horas e deve contemplar a demonstração prática de todas as ferramentas constantes deste Termo de Referência.



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.27.6.3. O treinamento dos pais e responsáveis deve acontecer de forma presencial, por escola, nas dependências da escola, com duração mínima de uma hora e deve contemplar a demonstração prática de todas as ferramentas constantes deste Termo de Referência.

1.3.27.6.4. O treinamento dos diretores deve acontecer de forma presencial, por escola, nas dependências da escola, com duração mínima de duas horas e deve contemplar a demonstração prática de todas as ferramentas constantes deste Termo de Referência.

1.3.27.6.5. O treinamento dos usuários da Secretaria Municipal de Educação deve acontecer de forma presencial, nas dependências da Secretaria, com duração mínima de duas horas e deve contemplar a demonstração prática de todas as ferramentas constantes deste Termo de Referência.

1.3.27.6.6. A contratada deve disponibilizar, ainda, vídeos tutoriais para auxiliar nos primeiros usos de alunos, professores, coordenadores e diretores em suas respectivas áreas de acesso da plataforma. A contratada deve disponibilizar suporte técnico, remoto e presencial diário, com a finalidade de sanar dúvidas relacionadas à utilização da plataforma, em todos os dias úteis do ano, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.

1.3.27.6. Suporte Técnico:

1.3.27.6.1. O suporte técnico remoto deve estar disponível através de atendimento telefônico, via WhatsApp e e-mail.

1.3.27.6.2. O suporte técnico presencial diário consiste em um profissional alocado no município, alternando entre as escolas de acordo com a necessidade, no horário acima estabelecido. Este será responsável, além de prestar suporte técnico, a efetuar o cadastro de novos alunos e capacitá-los.

1.3.27.7. Manutenção Preventiva e Corretiva:

1.3.27.7.1. A contratada deve, de forma contínua, promover a busca e a correção de eventuais falhas que identificar na plataforma.

1.3.27.7.2. Quando da identificação de falhas pelo município, a contratada deve promover a integral correção no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.27.8. Ambientes e Funcionalidade:

1.3.27.8.1. Trata-se de um ambiente didático-pedagógico voltado à utilização pelo aluno, através do qual este poderá sanar suas dúvidas relacionadas a disciplinas do seu currículo escolar (através de comunicação com professores especializados em ensino remoto) de forma lúdica, interagir com outros estudantes e fixar e praticar o conteúdo lecionado em sala de aula.

1.3.27.8.2. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que alunos com conhecimento básico em informática possam fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.

1.3.27.8.3. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pelos alunos, através de login e senha exclusivos para cada estudante, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.8.4. Deve possuir uma versão Web, compatível com Microsoft Windows e com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. Nesta versão, o ambiente deve funcionar em computadores com a seguinte configuração ou superior: processador de núcleo duplo com frequência de 2.0 GHz, memória RAM de 1 GB, HD SATA com 7.200 RPM e acesso à internet.

1.3.27.8.5. Também deve possuir um aplicativo nativo ou híbrido, com download permanentemente disponível nas lojas oficiais Google Play Store (Android) e Apple Store (iOS), de forma gratuita aos alunos. O aplicativo não poderá ser desenvolvido em Web App ou similares, a exemplo de Progressive Web App (PWA), devido à baixa performance desses sistemas no sistema operacional iOS.

1.3.27.8.6. A versão Web deve ser multiplataforma, com layout responsivo e versátil, que permita acesso 266 tablets, notebooks e smartphones, com sistema operacional Microsoft Windows (em desktops 266 laptops), iOS (em



CAPITAL DO FEIJÃO

desktops, laptops, tablets e smartphones) e Android (em tablets e smartphones).

1.3.27.8.7. *O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, tanto na versão Web como na versão Aplicativo, sendo vedada a utilização de quaisquer softwares ou websites externos ou qualquer forma de emulação.*

1.3.27.8.8. O aluno deve poder enviar sua dúvida e realizar correções de trabalhos e provas com apoio diário e online dos professores da empresa contratada, sem a utilização de vídeo aulas.

1.3.27.8.9. As interações entre o aluno e o professor devem ocorrer através de chats por mensagens de textos 266 áudios.

1.3.27.8.10. Todas as respostas do professor ao aluno deverão ser repassadas através de áudio, de materiais didáticos em formatos lúdicos ou de ambos os formatos.

1.3.27.8.11. Os áudios e os materiais devem ser criados e personalizados para cada dúvida e enviados aos alunos, vedada a utilização de inteligência artificial para a formulação autônoma das referidas respostas.

1.3.27.8.12. A utilização da ferramenta de saneamento de dúvidas do aluno deve ser ilimitada, possibilitando a estes, a seleção das matérias para as quais serão direcionadas as dúvidas aos professores. No caso de correção de trabalhos, a plataforma deve fornecer essa opção de seleção, possibilitando ao aluno o envio de anexos em formato de imagem (formato JPG).

1.3.27.9. Ambiente do Aluno:

1.3.27.9.1. Deve poder ser utilizado sem limite de acessos, interações e dúvidas,

possibilitando, a todos os alunos, simultaneamente, em uma mesma escola, o acesso ao ambiente e à utilização das funcionalidades.

1.3.27.9.2. Deve viabilizar ao aluno a visualização das dúvidas enviadas aos professores, organizadas por matérias e assuntos, permitindo, ainda, o aluno aplicar filtros das matérias e dos assuntos enviados.

1.3.27.9.3. Para o atendimento de dúvidas e para a correção de trabalhos dos alunos, a plataforma deve disponibilizar, 365 (trezentos e sessenta e cinco



CAPITAL DO FENÃO

dias) por ano, incluindo finais de semana e feriados, a plataforma deve oferecer de imediato e na contratação 300 (trezentos) professores e pedagogos, ambos devidamente graduados, para que o retorno definitivo aos estudantes seja efetuado em, no máximo, 4 (quatro) horas, após o envio da dúvida ou trabalho por estes. Entende-se por retorno definitivo a completa resolução da dúvida ou correção do trabalho e a efetiva disponibilização ao aluno.

1.3.27.9.4. O atendimento deve contemplar as disciplinas de matemática, português, artes, história, inglês, ensino religioso, geografia, ciências, assim como dúvidas personalizadas e correções de trabalhos de acordo com as orientações do PCM (Plano Curricular Municipal).

1.3.27.9.5. Com base nas idades dos estudantes e no avanço das tecnologias com experiências “gamificadas”, a plataforma deve apresentar um ranking composto pelo nome, foto e quantidade de pontos dos alunos que mais a utilizam. O resultado deste ranking deve ter como parâmetro tarefas diárias que os alunos realizam. Mensalmente, a contratada deve promover a premiação dos alunos que forem sorteados, com a finalidade de estimular o engajamento dos alunos com a plataforma. Os prêmios devem ser custeados pela contratada e necessariamente ter relação didática ou educacional.

1.3.27.9.6. Deve proporcionar interação entre todos os alunos, possibilitando a criação de grupos de estudos para conversas coletivas, através de chat de mensagens de texto que permita o compartilhamento de arquivos em formato JPG, para melhor fixação dos conteúdos vistos em sala de aula e troca de conhecimento.

1.3.27.9.7. Deve permitir a visualização de perfis de outros alunos, através de busca de usuários. Por intermédio do resultado da busca, um aluno deve poder solicitar amizade a outros, os quais poderão aceitar ou recusar o convite. Aceita a solicitação da amizade, os alunos poderão interagir em conversas por chat privado, com possibilidade do encaminhamento de imagens no formato JPG.

1.3.27.9.8. Deve possuir espaço para lembretes, através do qual o aluno poderá adicionar lembretes gerais ou lembrete de provas e trabalhos. Adicionado o lembrete de prova ou trabalho, o ambiente deve sugerir materiais de estudos, enviando-os de forma automática ao aluno, quando já



disponíveis na plataforma, com a concomitante comunicação, através de push (versão aplicativo) e aviso, proporcionando ao estudante o estudo antecipado do conteúdo da atividade avaliativa.

1.3.27.9.9. O ambiente deve conter mural de recados, que possibilite aos alunos interação por intermédio de textos, emoticons e imagens em formato JPG, além de permiti-los curtir e comentar nas postagens de outros alunos, ensejando um espaço interativo e estimulante, destinado aos estudos.

1.3.27.9.10. No mural de recados, deve haver um botão para reportar qualquer tipo de mensagem escrita ou em formato de imagem que não tenha relação com o propósito estudantil. Essa função deve estar disponível a todos os alunos. A contratada deverá possuir um administrador para promover a apreciação e, se necessário, a remoção da mensagem irregular em, no máximo, duas horas.

1.3.27.9.11. Quando o aluno receber recados e exercícios através do seu ambiente, deverá poder visualizá-los tanto na versão aplicativo como na Web. Contudo, quando recebidos via aplicativo, deve exibir uma notificação (push), de modo que resulte em um maior engajamento com o ambiente e na constante atualização do aluno quando da utilização do aparelho celular. Todas as notificações deverão ser identificadas com o usuário que as remeteu.

1.3.27.9.12. É fundamental que os pais acompanhem o desempenho escolar dos alunos, uma vez que constituem um importante elemento de participação no processo educacional. Por meio de um aplicativo específico, tornam-se viáveis o acompanhamento e a gestão da performance do estudante, assim como a visualização de recados formulados pela escola e agenda de provas dos alunos.

1.3.27.9.13. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que os pais dos alunos, mesmos leigos na utilização de smartphones, possam fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial.

1.3.27.9.14. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.

1.3.27.9.15. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pelos pais



dos alunos, através de login e senha exclusivos para os responsáveis de cada aluno, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.10. Ambiente da Família:

1.3.27.10.1. Constitui-se em um aplicativo próprio e não poderá ser o mesmo aplicativo do aluno, nativo ou híbrido, com download permanentemente disponível nas lojas oficiais Google Play Store (Android) e Apple Store (iOS), de forma gratuita aos pais dos alunos. O aplicativo não poderá ser desenvolvido em Web App ou similares, a exemplo de Progressive Web App (PWA), devido à baixa performance desses sistemas no sistema operacional iOS.

1.3.27.10.2. *O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, sendo vedada a utilização de quaisquer aplicativos ou websites externos ou qualquer forma de emulação.*

1.3.27.10.3. Deve permitir o acompanhamento do rendimento dos alunos pelos seus pais, através da visualização:

- a) da agenda de lembretes de provas e trabalhos;
- b) da performance do aluno nos acessos realizados;
- c) dos materiais revisados;
- d) das dúvidas encaminhadas;
- e) das atividades realizadas no ambiente do aluno.

1.3.27.10.4. Deve exibir os recados criados pela escola na plataforma, os quais também são expostos aos alunos.

1.3.27.10.5. Consiste em um ambiente pedagógico que objetiva se apresentar como uma extensão do ensino em sala de aula, através do qual o professor do município poderá interagir com os alunos, além de criar, aplicar, corrigir e avaliar atividades.

1.3.27.10.6. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que professores com conhecimento básico em informática possam fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial.



1.3.27.10.7. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.

1.3.27.10.8. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pelos professores, através de login e senha exclusivos para cada docente, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.10.9. Constitui-se em uma plataforma Web, compatível com Microsoft Windows e com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. O ambiente deve funcionar em computadores com a seguinte configuração ou superior: processador de núcleo duplo com frequência de 2.0 GHz, memória RAM de 1 GB, HD SATA com 7.200 RPM e acesso à internet.

1.3.27.10.10. Deve ser multiplataforma, com layout responsivo e versátil, que permita acesso e operação de todas as funcionalidades nos mais variados aparelhos tecnológicos, a exemplo de tablets, notebooks e smartphones, com sistema operacional Microsoft Windows (em desktops e laptops), iOS (em desktops, laptops, tablets e smartphones) e Android (em tablets e smartphones).

1.3.27.11. Ambiente do Professor:

1.3.27.11.1. *O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, sendo vedada a utilização de quaisquer softwares ou websites externos ou qualquer forma de emulação.*

1.3.27.11.2. Deve possibilitar aos professores a criação de exercícios para os alunos, podendo ser selecionadas na plataforma a(s) escola(s) e a(s) turma(s) para as quais estes serão direcionados. Selecionados os destinatários das atividades, a plataforma deve encaminhá-las aos alunos correspondentes, identificando aqueles que as receberam. O aluno será notificado da disponibilização do exercício. Os exercícios poderão ser encaminhados aos alunos, através de postagens de textos, imagens em formato JPG e em arquivos com formato PDF.



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.27.11.3. Deve possibilitar a visualização dos alunos que realizaram e dos que não realizaram as atividades, podendo corrigi-las e avaliá-las, com exibição das notas aos estudantes ou visto do professor. Nesse ambiente, deve permitir-se, ainda, a edição de exercícios criados, além de execução de filtros de busca por escola, disciplina e assunto, de modo que se otimize a visualização das atividades elaboradas.

1.3.27.11.4. Deve estar disponível ao professor, na criação de exercícios aos alunos, campo para preenchimento da data limite para a entrega destes, impossibilitando a entrega posterior ao prazo estipulado.

1.3.27.11.5. Deve possuir um ambiente exclusivo de recados destinados aos alunos e aos seus responsáveis. Através dele, deve ser possível enviar avisos de provas, de trabalhos e de comunicados gerais, em imagem no formato JPG, em arquivo no formato PDF ou em mensagem publicada diretamente na plataforma, todos devidamente identificados.

1.3.27.11.6. Trata-se de um ambiente voltado aos diretores das escolas, por meio do qual busca-se facilitar e propiciar a interação com professores e alunos, além de disponibilizar dados relevantes de utilização e desempenho na plataforma de reforço escolar, consistindo-se em uma importante ferramenta para a tomada de decisões.

1.3.27.11.7. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que diretores com conhecimento básico em informática possam fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial.

1.3.27.11.8. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.

1.3.27.11.9. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pelos professores, através de login e senha exclusivos para cada diretor, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.11.10. Constitui-se em uma plataforma Web, compatível com Microsoft Windows e com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. O ambiente deve funcionar em computadores com a seguinte configuração ou superior: processador de núcleo duplo com



CAPITAL DO FÊLIÃO

frequência de 2.0 GHz, memória RAM de 1 GB, HD SATA com 7.200 RPM e acesso à internet.

1.3.27.11.11. Deve ser multiplataforma, com layout responsivo e versátil, que permita acesso e operação de todas as funcionalidades nos mais variados aparelhos tecnológicos, a exemplo de tablets, notebooks e smartphones, com sistema operacional Microsoft Windows (em desktops e laptops), iOS (em desktops, laptops, tablets e smartphones) e Android (em tablets e smartphones).

1.3.27.12. Ambiente da Escola:

1.3.27.12.1. *O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, sendo vedada a utilização de quaisquer softwares ou websites externos ou qualquer forma de emulação.*

1.3.27.12.2. Deve possuir um ambiente exclusivo de recados destinados aos alunos e aos seus responsáveis. Através dele, deve ser possível enviar avisos de provas, de trabalhos e de comunicados gerais, em imagem no formato JPG, em arquivo no formato PDF ou em mensagem publicada diretamente na plataforma, todos devidamente identificados e com possibilidade de se atribuir uma data limite para visualização.

1.3.27.12.3. Deve possuir um mural de comunicação sobre os alunos, exclusivamente para tratar sobre o desempenho dos estudantes que utilizam a plataforma de reforço escolar.

1.3.27.12.4. Deve gerar relatórios analíticos, os quais constarão em um dashboard, com gráficos em formato de barras e filtros, permitindo a impressão dos dados. Em cada gráfico do relatório, serão expostos:

- a)** a quantidade de recados criados e lidos pelos responsáveis dos alunos;
- b)** a quantidade de comunicações internas criadas e lidas entre os diretores e os professores;
- c)** a quantidade de acessos dos alunos na plataforma, de forma individual e agrupada;
- d)** a quantidade de atividades criadas e de atividades realizadas pelos alunos;



CAPITAL DO FÊMEÃO

- e) a quantidade de dúvidas enviadas pelos alunos de cada escola e de respostas dos professores da plataforma;
- f) os assuntos mais revisados pelos alunos na plataforma;
- g) o desempenho geral de cada aluno separados por escola e turma, com exibição das dúvidas enviadas, assuntos pesquisados e exercícios realizados.

1.3.27.12.5. Destinado ao gestor da Secretaria Municipal de Educação, tem como principal objetivo auxiliar na tomada de decisões, por intermédio da disponibilização de informações, relatórios e gráficos relacionados à utilização da plataforma de reforço escolar. Além disso, busca-se obter uma melhor e mais prática interação com diretores, professores, alunos e seus responsáveis, reduzindo a distância Secretaria de Educação e a escola.

1.3.27.12.6. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que o titular da Secretaria da Educação, com conhecimento básico em informática, possa fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial.

1.3.27.12.7. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.

1.3.27.12.8. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pela Secretaria, através de login e senha exclusivos para cada usuário, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.12.9. Constitui-se em uma plataforma Web, compatível com Microsoft Windows e com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. O ambiente deve funcionar em computadores com a seguinte configuração ou superior: processador de núcleo duplo com frequência de 2.0 GHz, memória RAM de 1 GB, HD SATA com 7.200 RPM e acesso à internet.

1.3.27.12.10. Deve ser multiplataforma, com layout responsivo e versátil, que permita acesso e operação de todas as funcionalidades nos mais variados aparelhos tecnológicos, a exemplo de tablets, notebooks e smartphones, com sistema operacional Microsoft Windows (em desktops e laptops), iOS (em desktops, laptops, tablets e smartphones) e Android (em tablets e smartphones).



1.3.27.13. Ambiente da Secretaria de Educação:

1.3.27.13.1. O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, sendo vedada a utilização de

quaisquer softwares ou websites externos ou qualquer forma de emulação.

1.3.27.13.2. Com a finalidade de controle das avaliações de diagnóstico formativo e institucional, deve haver uma ferramenta para a criação (organização) de provas e gabaritos, que permita que seja alimentada com os resultados das provas dos alunos, além de apresentá-los detalhadamente em forma de gráficos de barras, os quais exibirão, de forma comparativa, por turmas e escolas, a performance de cada aluno nas questões aplicadas, performance da turma e questões com maior deficiência.

1.3.27.13.3. Deve possuir um ambiente exclusivo de recados destinados aos alunos e aos seus responsáveis. Através dele, deve ser possível enviar avisos de provas, de trabalhos e de comunicados gerais, em imagem no formato JPG, em arquivo no formato PDF ou em mensagem publicada diretamente na plataforma, todos devidamente identificados e com possibilidade de se atribuir uma data limite para visualização.

1.3.27.13.4. Deve possuir um mural de comunicação sobre os alunos, escolas, educadores, exclusivamente para tratar sobre o desempenho dos estudantes que utilizam a plataforma de reforço escolar. Neste mural, a Secretaria de Educação poderá se comunicar exclusiva e privadamente com escolas e professores subordinados.

1.3.27.13.5. Deve gerar relatórios analíticos, os quais constarão em um dashboard, com gráficos em formato de barras e filtros, permitindo a impressão dos dados. Em cada gráfico do relatório, serão expostos:

- a) a quantidade de recados criados pelos professores e diretores;
- b) a quantidade de recados lidos pelos responsáveis dos alunos;
- c) a quantidade de comunicações internas criadas e lidas entre a Secretaria de Educação e os diretores;
- d) a quantidade de acessos dos alunos na plataforma, de forma individual e agrupada;



CAPITAL DO FÉLÍÃO

e) a quantidade de atividades criadas e de atividades realizadas pelos alunos;

f) a quantidade de dúvidas enviadas pelos alunos de cada escola e de respostas dos professores da plataforma; g) os assuntos mais revisados pelos alunos na plataforma;

h) o desempenho geral de cada aluno separados por escola e turma, com exibição das dúvidas enviadas, assuntos pesquisados e exercícios realizados.

1.3.27.13.5. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes da execução do objeto do contrato, a exemplo de hospedagem de software, premiações, combustível, hospedagem de empregados, alimentação, estacionamento, transporte público e privado, fretes, impostos e todas as demais correlatas.

1.3.27.14. Obrigações da Contratada:

1.3.27.14.1. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes da execução do objeto do contrato, a exemplo de hospedagem de software, premiações, combustível, hospedagem de empregados, alimentação, estacionamento, transporte público e privado, fretes, impostos e todas as demais correlatas.

1.3.27.14.2. Apresentar ao município, mensalmente, relatórios de dados contendo o conteúdo desenvolvido e o número de acessos efetuados, por aluno e escola, identificando os usuários.

1.3.27.14.3. Disponibilizar meios de monitoramento e rastreamento da utilização do sistema, bem como o acesso à ferramenta de trabalho dos relatórios oferecidos pela mesma, em planilhas em configurações que possam vir a ser utilizadas de maneira aberta pelo município.

1.3.27.14.4. Manter a privacidade dos dados fornecidos pelo município e tratados na plataforma, da forma prevista na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal, assim como orientar os seus empregados sobre a aplicação da referida Lei.

1.3.27.14.5. Responder pela segurança e bem-estar de seus empregados.



CAPITAL DO FELIÃO

1.3.27.14.6. Submeter-se à fiscalização do contrato quando solicitado.

1.3.27.14.7. Refazer, de imediato, os serviços considerados inadequados pela fiscalização do contrato. Manter seus funcionários devidamente identificados e uniformizados.

1.3.27.14. Prazo de Entrega:

1.3.27.14.1. Implantação e capacitação inicial: conclusão em 30 (trinta) dias.

1.3.27.14.1. Licenciamento, suporte técnico e atendimento online: no inteiro transcurso da vigência contratual.

1.3.27.15. Local de Entrega:

1.3.27.15.1. Secretária Municipal de Educação.

1.3.27.16. Demonstração do Objeto:

1.3.27.16.1. Como requisito de classificação da proposta quanto ao objeto, a licitante que tiver sua proposta qualificada em primeiro lugar na fase de lances deverá realizar uma demonstração prática da plataforma de reforço escolar online ofertada, de acordo com 100% os termos adiantes.

1.3.27.16.2. Deverá ser iniciada em, no máximo, três dias úteis após a sessão da licitação que a declarar vencedora, ou de eventual desclassificação de solução apresentada por outro licitante;

1.3.27.16.3. Quando do agendamento, a data e o horário serão informados aos demais licitantes, os quais poderão participar das sessões, contudo somente poderão se manifestar no momento da elaboração da ata;

1.3.27.16.4. Ocorrerá, de forma presencial, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação;

1.3.27.16.5. Ocorrerá compulsoriamente na ordem crescente do roteiro da demonstração técnica, devendo o representante da licitante, antes de apresentar cada funcionalidade, ler integralmente a descrição da função que será apresentada;

1.3.27.16.6. Deverá ocorrer em ambiente real, online, vedada a utilização de slides, emuladores e de alteração ou desenvolvimento de códigos-fonte;



CAPITAL DO FIELÃO

1.3.27.16.7. Não será permitida a reapresentação de qualquer item reprovado pela Comissão de Avaliação, exceto se requerido por esta, para sanar vícios interpretativos.

1.3.27.16.8. É permitido a todos os licitantes efetuar gravações ou fotografias das sessões de demonstração, desde que não causem nenhum tipo de transtorno;

1.3.27.16.9. A licitante demonstradora deverá providenciar todos os equipamentos que julgar necessário à apresentação, sendo recomendado o uso de projetor multimídia.

1.3.27.16.10. Será desclassificada a licitante que não apresentar qualquer funcionalidade constante do roteiro da demonstração técnica ou que apresentar funcionalidade em desacordo ao Termo de Referência, ocasião em que será convocada a licitante subsequente.

1.3.27.17. Roteiro da Demonstração Técnica do Módulo Clube Aluno - Ambiente do Aluno - Descrição da Funcionalidade:

1.3.27.17.2. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que alunos com conhecimento básico em informática possam fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.

1.3.27.17.3. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pelos alunos, através de login e senha exclusivos para cada estudante, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.17.4. Deve possuir uma versão Web, compatível com Microsoft Windows e com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. Nesta versão, o ambiente deve funcionar em computadores com a seguinte configuração ou superior: processador de núcleo duplo com frequência de 2.0 GHz, memória RAM de 1 GB, HD SATA com 7.200 RPM e acesso à internet. Também deve possuir um aplicativo nativo ou híbrido, com download permanentemente disponível nas lojas oficiais Google Play Store



CAPITAL DO FÊLIÃO

(Android) e Apple Store (iOS), de forma gratuita aos alunos. O aplicativo não poderá ser desenvolvido em Web App ou similares, a exemplo de Progressive Web App (PWA), devido à baixa performance desses sistemas no sistema operacional iOS.

1.3.27.17.5. A versão Web deve ser multiplataforma, com layout responsivo e versátil, que permita acesso e operação de todas as funcionalidades nos mais variados aparelhos tecnológicos, a exemplo de tablets, notebooks e smartphones, com sistema operacional Microsoft Windows (em desktops e laptops), iOS (em desktops, laptops, tablets e smartphones) e Android (em tablets e smartphones).

1.3.27.17.6. **O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, tanto na versão Web como na versão Aplicativo, sendo vedada a utilização de quaisquer softwares ou websites externos ou qualquer forma de emulação.**

1.3.27.17.7. O aluno deve poder enviar sua dúvida e realizar correções de trabalhos e provas com apoio diário e online dos professores da empresa contratada, sem a utilização de vídeo aulas.

1.3.27.17.8. As interações entre o aluno e o professor devem ocorrer através de chats por mensagens de textos e áudios.

1.3.27.17.9. Todas as respostas do professor ao aluno deverão ser repassadas através de áudio, de materiais didáticos em formatos lúdicos ou de ambos os formatos.

1.3.27.17.10. Os áudios e os materiais devem ser criados e personalizados para cada dúvida e enviados aos alunos, vedada a utilização de inteligência artificial para a formulação autônoma das referidas respostas.

1.3.27.17.11. A utilização da ferramenta de saneamento de dúvidas do aluno deve ser ilimitada, possibilitando a estes, a seleção das matérias para as quais serão direcionadas as dúvidas aos professores. No caso de correção de trabalhos, a plataforma deve fornecer essa opção de seleção, possibilitando ao aluno o envio de anexos em formato de imagem (formato JPG).

1.3.27.17.12. Deve poder ser utilizado sem limite de acessos, interações e dúvidas, possibilitando, a todos os alunos, simultaneamente, em uma mesma



CAPITAL DO FELIÃO

escola, o acesso ao ambiente e à utilização das funcionalidades. Deve viabilizar ao aluno a visualização das dúvidas enviadas aos professores, organizadas por matérias e assuntos, podendo, ainda, o aluno aplicar filtros das matérias e dos assuntos enviados.

1.3.27.17.13. Para o atendimento de dúvidas e para a correção de trabalhos dos alunos, a plataforma deve disponibilizar, 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) por ano, incluindo finais de semana e feriados, professores e pedagogos, ambos devidamente graduados, em número suficiente para que o retorno definitivo aos estudantes seja efetuado em, no máximo, 4 (quatro) horas, após o envio da dúvida ou trabalho por estes. Entende-se por retorno definitivo a completa resolução da dúvida ou correção do trabalho e a efetiva disponibilização ao aluno.

1.3.27.17.14. O atendimento deve contemplar as disciplinas de matemática, português, artes, história, inglês, ensino religioso, geografia, ciências, assim como dúvidas personalizadas e correções de trabalhos de acordo com as orientações do PCM (Plano Curricular Municipal).

1.3.27.17.15. Com base nas idades dos estudantes e no avanço das tecnologias com experiências “gamificadas”, a plataforma deve apresentar um ranking composto pelo nome, foto e quantidade de pontos dos alunos que mais a utilizam. O resultado deste ranking deve ter como parâmetro tarefas diárias que os alunos realizam. Trimestralmente, a contratada deve promover a premiação dos alunos que ocuparem as cinco primeiras posições no referido ranking, com a finalidade de estimular o engajamento dos alunos com a plataforma. Os prêmios devem ser custeados pela contratada e necessariamente ter relação didática ou educacional.

1.3.27.17.16. Deve proporcionar interação entre todos os alunos, possibilitando a criação de grupos de estudos para conversas coletivas, através de chat de mensagens de texto que permita o compartilhamento de arquivos em formato JPG, para melhor fixação dos conteúdos vistos em sala de aula e troca de conhecimento.

1.3.27.17.17. Deve permitir a visualização de perfis de outros alunos, através de busca de usuários. Por intermédio do resultado da busca, um aluno deve poder solicitar amizade a outros, os quais poderão aceitar ou recusar o convite.



Aceita a solicitação da amizade, os alunos poderão interagir em conversas por chat privado, com possibilidade do encaminhamento de imagens no formato JPG.

1.3.27.17.18. Deve possuir espaço para lembretes, através do qual o aluno poderá adicionar lembretes gerais ou lembrete de provas e trabalhos. Adicionado o lembrete de prova ou trabalho, o ambiente deve sugerir materiais de estudos, enviando-os de forma automática ao aluno, quando já disponíveis na plataforma, com a concomitante comunicação, através de push (versão aplicativo) e aviso, proporcionando ao estudante o estudo antecipado do conteúdo da atividade avaliativa.

1.3.27.17.19. O ambiente deve conter mural de recados, que possibilite aos alunos interação por intermédio de textos, emoticons e imagens em formato JPG, além de permiti-los curtir e comentar nas postagens de outros alunos, ensejando um espaço interativo e estimulante, destinado aos estudos.

1.3.27.17.20. No mural de recados, deve haver um botão para reportar qualquer tipo de mensagem escrita ou em formato de imagem que não tenha relação com o propósito estudantil. Essa função deve estar disponível a todos os alunos. A contratada deverá possuir um administrador para promover a apreciação e, se necessário, a remoção da mensagem irregular em, no máximo, duas horas.

1.3.27.17.21. Quando o aluno receber recados e exercícios através do seu ambiente, deverá poder visualizá-los tanto na versão aplicativo como na Web. Contudo, quando recebidos via aplicativo, deve exibir uma notificação (push), de modo que resulte em um maior engajamento com o ambiente e na constante atualização do aluno quando da utilização do aparelho celular. Todas as notificações deverão ser identificadas com o usuário que as remeteu.

1.3.27.18. Roteiro da Demonstração Técnica do Módulo Clube Aluno – Ambiente da Família – Descrição da Funcionalidade:

1.3.27.18.1. É fundamental que os pais acompanhem o desempenho escolar dos alunos, uma vez que constituem um importante elemento de participação no processo educacional. Por meio de um aplicativo específico, tornam-se



CAPITAL DO FÊLIÃO

viáveis o acompanhamento e a gestão da performance do estudante, assim como a visualização de recados formulados pela escola.

1.3.27.18.2. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que os pais dos alunos, mesmos leigos na utilização de smartphones, possam fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial;

1.3.27.18.3. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.

1.3.27.18.4. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pelos pais dos alunos, através de login e senha exclusivos para os responsáveis de cada aluno, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.18.5. Constitui-se em um aplicativo nativo ou híbrido, com download permanentemente disponível nas lojas oficiais Google Play Store (Android) e Apple Store (iOS), de forma gratuita aos pais dos alunos. O aplicativo não poderá ser desenvolvido em Web App ou similares, a exemplo de Progressive Web App (PWA), devido à baixa performance desses sistemas no sistema operacional iOS.

1.3.27.18.6. O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, sendo vedada a utilização de

quaisquer aplicativos ou websites externos ou qualquer forma de emulação.

1.3.27.18.7. Deve permitir o acompanhamento do rendimento dos alunos pelos seus pais, através da visualização:

- a) da agenda de lembretes de provas e trabalhos;
- b) da performance do aluno nos acessos realizados;
- c) dos materiais revisados;
- d) das dúvidas encaminhadas;
- e) das atividades realizadas no ambiente do aluno.
- f) Deve exibir os recados criados pela escola na plataforma, os quais também são expostos aos alunos.



CAPITAL DO FEIJÃO

1.3.27.19. Roteiro da Demonstração Técnica do Módulo Clube Aluno - Ambiente do Professor - Descrição da Funcionalidade:

1.3.27.19.1. Consiste em um ambiente pedagógico que objetiva se apresentar como uma extensão do ensino em sala de aula, através do qual o professor do município poderá interagir com os alunos, além de criar, aplicar, corrigir e avaliar atividades.

1.3.27.19.2. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que professores com conhecimento básico em informática possam fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial.

1.3.27.19.3. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.

1.3.27.19.4. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pelos professores, através de login e senha exclusivos para cada docente, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.19.5. Constitui-se em uma plataforma Web, compatível com Microsoft Windows e com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. O ambiente deve funcionar em computadores com a seguinte configuração ou superior: processador de núcleo duplo com frequência de 2.0 GHz, memória RAM de 1 GB, HD SATA com 7.200 RPM e acesso à internet. Deve ser multiplataforma, com layout responsivo e versátil, que permita acesso e operação de todas as funcionalidades nos mais variados aparelhos tecnológicos, a exemplo de tablets, notebooks e smartphones, com sistema operacional Microsoft Windows (em desktops e laptops), iOS (em desktops, laptops, tablets e smartphones) e Android (em tablets e smartphones).

1.3.27.19.6. O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, sendo vedada a utilização de quaisquer softwares ou websites externos ou qualquer forma de emulação.

1.3.27.19.7. Deve possibilitar aos professores a criação de exercícios para os alunos, podendo ser selecionadas na plataforma a(s) escola(s) e a(s) turma(s) para as quais estes serão direcionados. Selecionados os destinatários das



CAPITAL DO FÊLIÃO

atividades, a plataforma deve encaminhá-las aos alunos correspondentes, identificando aqueles que as receberam. O aluno será notificado da disponibilização do exercício. Os exercícios poderão ser encaminhados aos alunos, através de postagens de textos, imagens em formato JPG e em arquivos com formato PDF.

1.3.27.19.8. Deve possibilitar a visualização dos alunos que realizaram e dos que não realizaram as atividades, podendo corrigi-las e avaliá-las, com exibição das notas aos estudantes. Nesse ambiente, deve permitir-se, ainda, a edição de exercícios criados, além de execução de filtros de busca por escola, disciplina e assunto, de modo que se otimize a visualização das atividades elaboradas.

1.3.27.19.9. Deve estar disponível ao professor, na criação de exercícios aos alunos, campo para preenchimento da data limite para a entrega destes, impossibilitando a entrega posterior ao prazo estipulado.

1.3.27.19.10. Deve possuir um ambiente exclusivo de recados destinados aos alunos e aos seus responsáveis. Através dele, deve ser possível enviar avisos de provas, de trabalhos e de comunicados gerais, em imagem no formato JPG, em arquivo no formato PDF ou em mensagem publicada diretamente na plataforma, todos devidamente identificados.

1.3.27.20. Roteiro da Demonstração Técnica do Módulo Clube Aluno – Ambiente da Escola – Descrição da Funcionalidade:

1.3.27.20.1. Trata-se de um ambiente voltado aos diretores das escolas, por meio do qual busca-se facilitar e propiciar a interação com professores e alunos, além de disponibilizar dados relevantes de utilização e desempenho na plataforma de reforço escolar, consistindo-se em uma importante ferramenta para a tomada de decisões.

1.3.27.20.2. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que diretores com conhecimento básico em informática possam fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial.

1.3.27.20.3. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.



CAPITAL DO FIELIÃO

1.3.27.20.4. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pelos professores, através de login e senha exclusivos para cada diretor, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.20.5. Constitui-se em uma plataforma Web, compatível com Microsoft Windows e com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. O ambiente deve funcionar em computadores com a seguinte configuração ou superior: processador de núcleo duplo com frequência de 2.0 GHz, memória RAM de 1 GB, HD SATA com 7.200 RPM e acesso à internet. Deve ser multiplataforma, com layout responsivo e versátil, que permita acesso e operação de todas as funcionalidades nos mais variados aparelhos tecnológicos, a exemplo de tablets, notebooks e smartphones, com sistema operacional Microsoft Windows (em desktops e laptops), iOS (em desktops, laptops, tablets e smartphones) e Android (em tablets e smartphones).

1.3.27.20.6. O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, sendo vedada a utilização de quaisquer softwares ou websites externos ou qualquer forma de emulação.

1.3.27.20.7. Deve possuir um ambiente exclusivo de recados destinados aos alunos e aos seus responsáveis. Através dele, deve ser possível enviar avisos de provas, de trabalhos e de comunicados gerais, em imagem no formato JPG, em arquivo no formato PDF ou em mensagem publicada diretamente na plataforma, todos devidamente identificados e com possibilidade de se atribuir uma data limite para visualização.

1.3.27.20.8. Deve possuir um mural de comunicação sobre os alunos, exclusivamente para tratar sobre o desempenho dos estudantes que utilizam a plataforma de reforço escolar.

1.3.27.20.9. Deve gerar relatórios analíticos, os quais constarão em um Dashboard, com gráficos em formato de barras e filtros, permitindo a impressão dos dados. Em cada gráfico do relatório, serão expostos:

- a) a quantidade de recados criados e lidos pelos responsáveis dos alunos;



CAPITAL DO FÉLÍÃO

- b) a quantidade de comunicações internas criadas e lidas entre os diretores e os professores;
- c) a quantidade de acessos dos alunos na plataforma, de forma individual e agrupada;
- d) a quantidade de atividades criadas e de atividades realizadas pelos alunos;
- e) a quantidade de dúvidas enviadas pelos alunos de cada escola e de respostas dos professores da plataforma;
- f) os assuntos mais revisados pelos alunos na plataforma;
- g) o desempenho geral de cada aluno separados por escola e turma, com exibição das dúvidas enviadas, assuntos pesquisados e exercícios realizados.

1.3.27.21. Roteiro da Demonstração Técnica do Módulo Clube Aluno - Ambiente da Secretaria de Educação - Descrição da Funcionalidade:

1.3.27.21.1. Destinado ao gestor da Secretaria Municipal de Educação, tem como principal objetivo auxiliar na tomada de decisões, por intermédio da disponibilização de informações, relatórios e gráficos relacionados à utilização da plataforma de reforço escolar. Além disso, busca-se obter uma melhor e mais prática interação com diretores, professores, alunos e seus responsáveis, reduzindo a distância Secretaria de Educação e a escola.

1.3.27.21.2. Deve oferecer uma operação simples e intuitiva, de modo que o titular da Secretaria da Educação, com conhecimento básico em informática, possa fazer uso de todas as funcionalidades apenas com o treinamento inicial.

1.3.27.21.3. Deve possuir disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com hospedagem em nuvem e backup criptografado diário dos dados.

1.3.27.21.4. Deve permitir o gerenciamento da segurança e o controle logístico via internet em website seguro, no que tange à utilização pela Secretaria, através de login e senha exclusivos para cada usuário, além de disponibilizar tutoriais de uso nos acessos iniciais.

1.3.27.21.5. Constitui-se em uma plataforma Web, compatível com Microsoft Windows e com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. O ambiente deve funcionar em computadores com a seguinte



CAPITAL DO FÊLIÃO

configuração ou superior: processador de núcleo duplo com frequência de 2.0 GHz, memória RAM de 1 GB, HD SATA com 7.200 RPM e acesso à internet.

1.3.27.21.6. Deve ser multiplataforma, com layout responsivo e versátil, que permita acesso e operação de todas as funcionalidades nos mais variados aparelhos tecnológicos, a exemplo de tablets, notebooks e smartphones, com sistema operacional Microsoft Windows (em desktops e laptops), iOS (em desktops, laptops, tablets e smartphones) e Android (em tablets e smartphones).

1.3.27.21.7. O ambiente deve possuir todas as funcionalidades listadas a seguir, as quais devem ocorrer totalmente no seu interior, sendo vedada a utilização de quaisquer softwares ou websites externos ou qualquer forma de emulação.

1.3.27.21.8. Com a finalidade de controle das avaliações de diagnóstico formativo e institucional, deve haver uma ferramenta para a criação (organização) de provas e gabaritos, que permita que seja alimentada com os resultados das provas dos alunos, além de apresentá-los detalhadamente em forma de gráficos de barras, os quais exibirão, de forma comparativa, por turmas e escolas, a performance de cada aluno nas questões aplicadas, performance da turma e questões com maior deficiência.

1.3.27.21.9. Deve possuir um ambiente exclusivo de recados destinados aos alunos e aos seus responsáveis. Através dele, deve ser possível enviar avisos de provas, de trabalhos e de comunicados gerais, em imagem no formato JPG, em arquivo no formato PDF ou em mensagem publicada diretamente na plataforma, todos devidamente identificados e com possibilidade de se atribuir uma data limite para visualização.

1.3.27.21.10. Deve possuir um mural de comunicação sobre os alunos, escolas, educadores, exclusivamente para tratar sobre o desempenho dos estudantes que utilizam a plataforma de reforço escolar. Neste mural, a Secretaria de Educação poderá se comunicar exclusiva e privadamente com escolas e professores subordinados.

1.3.27.21.11. Deve gerar relatórios analíticos, os quais constarão em um dashboard, com gráficos em formato de barras e filtros, permitindo a impressão dos dados. Em cada gráfico do relatório, serão expostos:



CAPITAL DO FEMÃO

- a) a quantidade de recados criados pelos professores e diretores;
- b) a quantidade de recados lidos pelos responsáveis dos alunos;
- c) a quantidade de comunicações internas criadas e lidas entre a Secretaria de Educação e os diretores;
- d) a quantidade de acessos dos alunos na plataforma, de forma individual e agrupada;
- e) a quantidade de atividades criadas e de atividades realizadas pelos alunos;
- f) a quantidade de dúvidas enviadas pelos alunos de cada escola e de respostas dos professores da plataforma;
- g) os assuntos mais revisados pelos alunos na plataforma;
- f) o desempenho geral de cada aluno separados por escola e turma, com exibição das dúvidas enviadas, assuntos pesquisados e exercícios realizados.

1.3.27.22. Qualificação Técnica:

1.3.27.22.01. Comprovação de aptidão técnico-operacional, por meio da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica que demonstre que a licitante possui experiência anterior na prestação de serviços de licenciamento de plataforma de reforço escolar individualizado online, contemplando os serviços de implantação, capacitação, suporte técnico, licenciamento e atendimento por professores. O referido atestado deve ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo o número de alunos atendidos, não inferior a 2.000 (dois mil), além da identificação completa do emitente e do destinatário, assinado por quem de direito.



ESTADO DO PARANÁ
Município de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

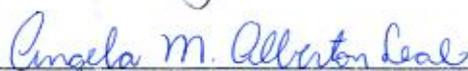
ATA DA PROVA DE CONCEITO REFERENTE AO PREGÃO Nº 70/2024

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das 14h00 às 17h00, reuniram-se na Escola Municipal Carlos Gomes de Três Barras do Paraná os membros da Comissão de Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 6090/2024, composta pela Sra. **Eliza Bortolanza**, Sra. **Fernanda Bilatto de Freitas** e a Sra. **Angela Maria Alberton Leal**, para a realização da Prova de Conceito referente ao **Módulo Educação - EDUCAR**, apresentado pela empresa GOVBR – Governança Brasil, classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico nº 70/2024. O objeto do referido pregão consiste na **contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software de gestão pública para atender às necessidades da Administração Pública Municipal**. A apresentação foi conduzida pelos representantes da empresa GOVBR – Governança Brasil, os Senhores Olimar Claudio Piekarski e Alex Zanchin. Os trabalhos foram iniciados com uma explanação sobre as finalidades do sistema, conforme especificado no Termo de Referência, em anexo, abrangendo os Itens 1.3.28.1 ao 1.3.28.28.21. Os membros da Comissão de Avaliação realizaram uma análise detalhada das características técnicas do sistema, verificando sua conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência do Edital nº 70/2024. Durante a avaliação, foram analisados aspectos como a aplicabilidade prática das funcionalidades do software para a gestão pública municipal e uma comparação entre as funcionalidades apresentadas e os requisitos estabelecidos no edital, assegurando que todos os critérios fossem integralmente atendidos. Ao término da apresentação e da análise dos itens descritos no Termo de Referência, a Comissão de Avaliação concluiu que o sistema proposto atende plenamente às especificações previstas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Três Barras do Paraná, 17 de janeiro de 2025.

Módulo Avaliado	Módulo Educação - EDUCAR
Intervalo dos Itens no TR	1.3.28.1 ao 1.3.28.28.21
Itens atendidos	Todos
Itens não atendidos	Não Houve


 Eliza Bortolanza


 Fernanda Bilatto de Freitas


 Angêla Maria Alberton Leal



1.3.28. MÓDULO EDUCAÇÃO – EDUCAR

1.3.28.1. Requisitos Gerais Obrigatórios e Padrão Tecnológico do Sistema:

1.3.28.1.2. O sistema deverá operar em ambiente Web e ser acessível via os 3 (três) principais navegadores (de acordo com o endereço <https://www.w3schools.com/browsers/>). Caso o acesso se dê por dispositivos móveis, deve ser compatível com Android e iOS.

1.3.28.1.3. O sistema deve possibilitar acesso independente de vários órgãos ou entidades, ou seja, as operações de uma entidade ou órgãos não devem interferir nas informações de outras entidades ou órgãos.

1.3.28.1.4. Permitir configuração de parâmetros e regras (Ex.: Perfil de usuário, permissões de acesso, parâmetros gerais de sistema), distintas para cada entidade ou órgão.

1.3.28.1.5. A Solução deve implementar a interface de forma padronizada onde todas as telas de cadastros e demais rotinas devem seguir o mesmo layout padrão quanto à disposição dos componentes gráficos, como barras, formulários, botões de ação, grids, métodos de interação com os registros, paginação, contagem de registros, etc.

1.3.28.1.6. O sistema deve ser construído com o conceito de controle de transações (ou tudo é gravado ou nada é gravado e nada é corrompido/comprometido) que permite garantir a integridade das informações do banco de dados em casos de queda de energia, falhas de sistema ou hardware, sendo que as transações uma vez efetivadas não sejam perdidas.

1.3.28.1.7. O sistema deve possuir integridade referencial em nível de tabelas, não permitindo a exclusão de informações que tenham vínculo com outros registros ativos via sistema, nem pelo banco de dados.

1.3.28.1.8. A Solução deverá realizar rotinas de backups diárias automáticas do banco de dados, sem necessidade de interferências do administrador do sistema.

1.3.28.1.9. O login da aplicação deve ser realizado das seguintes formas:



CAPITAL DO FELIÃO

- a) Através de autenticação em base local LDAP das entidades, a serem integradas ao sistema.
 - b) Através de usuário e senha. O login de acesso deverá ser o CPF da pessoa.
 - c) Através de assinatura digital e CPF/e-CNPJ padrão ICP Brasil, válida para uso com certificados digitais.
- 1.3.28.1.10.** Deve possuir registro, captura e autenticação biométrica de usuários do sistema.
- 1.3.28.1.11.** Deve possuir informação sobre a qualidade da senha do usuário do sistema entre: fraca, média e forte.
- 1.3.28.1.12.** Deve possuir forma de recuperação de senha do usuário do sistema diretamente da tela de login.
- 1.3.28.1.13.** Permitir a definição de quantidade máxima de tentativas e acessos incorretos ao sistema, bloqueando o usuário automaticamente.
- 1.3.28.1.14.** Possibilitar ao administrador a desativação do usuário, informando uma justificativa.
- 1.3.28.1.15.** O usuário é obrigatoriamente relacionado a uma única pessoa do sistema, não permitindo que seja cadastrado para o usuário informações já disponíveis no cadastro, tais como nome, e-mail, etc.
- 1.3.28.1.16.** Deve ser possível a configuração de perfis de acesso ao Sistema. Os perfis criados serão vinculados aos usuários. Permitir a criação de níveis de usuários distintos para os estabelecimentos de ensino (ex. diretor, secretário de escola, professor, bibliotecário) e para os setores administrativos da Secretaria da Educação, além de permitir atribuição de permissões diferentes para cada operador ou grupo de operadores da Solução, inclusive considerando a função a ele atribuída. Definição de senha para o usuário, bem como a possibilidade de configurar intervalo de dias e data fixa para a expiração da senha. Quando a expiração ocorrer o usuário deve ser avisado no momento de login para definir uma nova senha.
- 1.3.28.1.17.** Permitir que na solução seja configurado o bloqueio da conta do usuário após um número parametrizável de tentativas de acessos, ou até no máximo 5 tentativas falhas.



CAPITAL DO FERIÃO

1.3.28.1.18. O sistema deverá controlar as sessões dos usuários, que depois de determinado tempo de inatividade terão as sessões automaticamente encerradas.

1.3.28.1.19. Permitir controlar as permissões de acessos por usuário e perfil de usuários, com definição das permissões de consulta, alteração, inclusão, exclusão e outras ações da aplicação por telas individualmente.

1.3.28.1.20. O sistema, por motivos de segurança, deve ser acessível apenas por protocolo HTTPS.

1.3.28.1.21. Todos os módulos contratados devem ser disponibilizados em protocolo HTTPS, com uso de certificado válido comprovável SSL (Secure Socket Layer).

1.3.28.1.22. Permitir a consulta ao log de todas as operações realizadas no sistema, exibindo as seguintes operações:

- a) Tipo da Operação (consulta, inclusão, alteração e exclusão).
- b) Tabela Alvo.
- c) Usuário que realizou a operação.
- d) Data/Hora.
- e) Tela em que foi realizada a operação.
- f) IP da estação que realizou a operação.

1.3.28.1.23. O sistema deve permitir consulta de sessões (login e logout) no Servidor através da aplicação, disponibilizando informações como: Data de Início da Sessão, Data Final da Sessão, Data da Última Requisição, Código, Nome do Usuário e IP da estação na qual realizou o login.

1.3.28.1.24. As telas de consulta do sistema devem contar com o uso de diversos operadores de consulta: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contém, Não Contém, Contido em, Não contido em, Inicia com, Termina com e Entre.

1.3.28.1.25. Impressão da visualização atual da consulta, com opção de informar: título, formato de saída, linhas zebradas, totalizadores de colunas e somente seleção.

1.3.28.1.26. Reposicionamento, bem como o tamanho das colunas disponíveis na consulta.



CAPITAL DO FÊMEÃO

1.3.28.1.27. Permitir que o usuário indique as rotinas de maior importância, disponibilizando-as em barra de ferramentas para acesso rápido das mesmas de qualquer parte do sistema, considerando os privilégios disponíveis para o usuário. A barra de ferramentas de acesso rápido poderá conter funcionalidades de módulos distintos em um único local.

1.3.28.1.28. Os relatórios gerados pelo sistema, devem permitir a exportação no mínimo para os seguintes formatos: PDF, DOC, DOCX, XLS, XLSX, ODT, ODS, TXT, RTF, CSV e XML.

1.3.28.1.29. Permitir o envio de informações por SMS manualmente à números desejados. Possibilitando o envio de correio, com conteúdo exclusivo aos Pais/Responsável.

1.3.28.1.30. O sistema deve permitir a parametrização dos seguintes itens nos relatórios criados no gerador de relatórios: Cabeçalhos e Rodapé, contendo: Brasão, número da página, filtros, nome da entidade.

1.3.28.1.31. Possibilitar a impressão da visualização atual das consultas, com opção de personalização do título, formato de saída (mínimo em PDF), impressão de linhas zebradas e totalizador de registros.

1.3.28.1.32. Disponibilizar ao usuário uma ferramenta de busca das funcionalidades do sistema por palavras "chave", onde o sistema exibe as funcionalidades disponíveis direcionando o usuário a tela desejada apenas com um clique sobre o que deseja.

1.3.28.1.33. Utilizar o mecanismo CAPTCHA (Completely Automated Public Turing Computers and Humans Apart) para diferenciação entre computadores e humanos, como metodologia para dificultar acessos indevidos ao portal de serviços.

1.3.28.1.34. A Solução deverá permitir ao usuário, sem intervenção da contratante, a criação de campos personalizados dentro dos cadastros dos sistemas, conforme necessidade do usuário.

1.3.28.1.35. Permitir integração de dados com o Google for Education, compartilhando informação dos alunos, professores e turmas. Integração nativa, sendo necessária apenas permissão de compartilhamento.

1.3.28.1.36. Permitir que os cadastros duplicados nos módulos da educação possam ser unificados em um único cadastro (juntar aluno, juntar professor,



CAPITAL DO PIELÃO

juntar funcionário, e outros), permanecendo os dados que forem escolhidos pelo usuário dentre todos os cadastros (Ex.: histórico escolar, matrículas, inscrições, vínculos, grades de horários, etc.).

1.3.28.1.37. O sistema deve permitir que o usuário tenha autonomia para definir e configurar a ordem dos critérios utilizados para designação das vagas, por modalidade, etapa e série, sem necessidade de intervenção técnica da CONTRATADA.

1.3.28.1.38. A lista de designações deverá contemplar a possibilidade de configurações de critérios diferentes para cada série.

1.3.28.1.39. O sistema deve possuir controle de emissão de relatórios permitindo que possam ser assinados de forma digital.

1.3.28.1.40. Permitir consulta via web ao acervo das instituições e espaços pedagógicos, bem como opção para solicitação de reserva e renovação. A consulta não deverá exigir usuário e senha, sendo dessa forma pública.

1.3.28.1.41. O sistema deve possibilitar o envio de mensagens SMS e via WhatsApp para os pais/responsáveis de crianças cadastradas na lista de espera das Escolas de Educação Infantil.

1.3.28.1.42. Possibilitar que alunos, seus pais ou responsáveis possam realizar a solicitação de rematrícula pelo sistema ou aplicativo, de modo virtual.

1.3.28.1.43. Disponibilizar relatório de evolução de risco de evasão e reprovação por aluno, através da Inteligência Artificial (machine learning).

1.3.28.1.44. O Sistema deve possuir o recurso de interrupção de sessões de usuários por tempo de inatividade, de forma parametrizável.

1.3.28.1.45. O sistema deve permitir e comprovar sua capacidade de utilização de assinatura digital de documentos.

1.3.28.1.46. Permitir que o acesso ao portal dos professores disponha de layout responsivo, se adaptando a qualquer dispositivo.

1.3.28.2. Recursos de Geração de Relatórios:

1.3.28.2.1. A solução deve possuir gerador de relatórios completo que permite o desenho de relatórios de forma visual, a edição de relatórios atuais ou adição



CAPITAL DO FEIJÃO

de novos relatórios de forma avançada, incluindo elementos como imagens, textos, formatação de campos, configuração de agrupamentos, etc;

1.3.28.2.2. Os relatórios devem ser concebidos de forma livre, através da escolha dos campos a serem gerados, possibilitando arrastar e soltar os componentes na posição que deverá ser impresso;

1.3.28.2.3. Permitir o uso de parâmetros (filtros) e ordenação, previamente configurados para entrada de dados durante a execução dos relatórios;

1.3.28.2.4. Possibilitar a configuração de grupos (pastas) de modelos de relatórios;

1.3.28.2.5. Permitir selecionar a origem de dados criada anteriormente para que sirvam de origem para o relatório que está sendo criado;

1.3.28.2.6. Permitir a ordenação em forma ascendente ou descendente, escolher a quantidade limite de registros a serem impressos;

1.3.28.2.7. O sistema deve permitir o cadastro de modelo de relatórios sendo configurável: tamanho de página, margens do documento, cabeçalhos e rodapé, contendo: brasão, número da página, filtros utilizados, nome da entidade;

1.3.28.2.8. Permitir que novos layouts sejam criados/alterados para os relatórios disponíveis no sistema.

1.3.28.3. Secretaria Escolar:

1.3.28.3.1. Possibilitar o cadastro das Unidades Escolares, contendo os elementos de identificação como nome da unidade, endereço (cadastro de CEP, contendo a unidade federativa, município, bairro e logradouro), brasão, código estadual/municipal, código do MEC (INEP).

1.3.28.3.2. Permitir o cadastramento do zoneamento. O cadastro deve possuir nome da zona e relação de escolas pertencentes.

1.3.28.3.3. Para o controle dos espaços físicos das unidades escolares, deverá possibilitar o registro e a caracterização dos ambientes das unidades escolares: localização, forma de ocupação, tipo de salas de aulas, área em m, coeficiente de aluno por metro quadrado, capacidade para o número de alunos calculada automaticamente, podendo ser alterada.



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.28.3.4. Permitir anexar documentos ao cadastro de ambientes, informando descrição, tipo, data de criação e anexo.

1.3.28.3.5. Permitir o cadastro de alunos, integrado ao Cadastro Único (sem replicação de informações), contendo todas as informações necessárias ao Censo Escolar, permitindo o cadastro de mais de duas filiações (multiparentalidade).

1.3.28.3.6. Permitir cadastrar o nome social. Este nome deve ser apresentado nos documentos emitidos pela unidade escolar, sendo apresentado primeiro o nome social e após, entre parênteses, o nome civil.

1.3.28.3.7. Sistema deve notificar a existência de pessoas com nome semelhante no momento do cadastro ou alteração de um registro de pessoa com o objetivo de eliminar a duplicidade de cadastros. Ex. Isabela Santos, Isabella Santos, Ysabela Santos.

1.3.28.3.8. Permitir a unificação de cadastros diferentes de pessoas caso seja necessário, possibilitando manter todos os dados relacionados apenas em um cadastro. Ex.: Pessoa com mais de um cadastro, um referente ao nome antes de casamento e outro após o casamento.

1.3.28.3.9. Permitir o controle do grupo familiar relacionando uma pessoa cadastrada como filiação, irmão, avô, madrasta, tio, cônjuge e outros, definir responsáveis pelo aluno bem como informar o nome da certidão de nascimento ou casamento do familiar relacionado.

1.3.28.3.10. Permitir o registro de informações de saúde de pessoas cadastradas, como identificação de quais problemas de saúde possui, se alérgico ou necessita de algum medicamento, tipo sanguíneo, doença crônica, deficiências e convênios de saúde.

1.3.28.3.11. Permitir o registro de encaminhamentos do aluno para fonoaudióloga, psicóloga, conselho tutelar, entre outros, armazenando a data do encaminhamento e motivo.

1.3.28.3.12. Emitir relatório individual do aluno e/ou relatório geral listando todos os encaminhamentos através de filtros como: unidade escolar, tipo de encaminhamento, data específica, intervalo de datas.

1.3.28.3.13. Permitir o cadastramento de professores. O cadastro deve possuir código do INEP, matrícula, nome, CPF, data de nascimento, sexo,



CAPITAL DO FELSÃO

raça/cor, nacionalidade, município de nascimento, endereço residencial (país de residência, CEP, UF, Município, localização/zona de residência),

1.3.28.3.14. O sistema deverá conter as informações dos professores quanto a turno, carga horária, situação (ativo, licença, afastamento, etc), cargo, função, data de nomeação, componentes curriculares e indicativo de profissional com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação.

1.3.28.3.15. Permitir o cadastramento de dados de escolaridade dos professores. O cadastro deve possuir código do INEP, nome do professor, maior nível de escolaridade concluído, tipo de ensino médio cursado, cursos superiores (nome do curso, IES, ano de conclusão), formação/complementação pedagógica, pós-graduações concluídas (área e ano de conclusão) e outros cursos específicos.

1.3.28.3.16. Permitir gestão de cursos por período, definir níveis de ensino e modalidades conforme legislação vigente, data inicial e final do ano letivo, período de recesso, currículo a qual pertence, informações de legislação como lei geral de funcionamento, lei de autorização, portaria de autorização, entre outras.

1.3.28.3.17. Permitir que um curso tenha início em um ano e conclusão no ano seguinte.

1.3.28.3.18. Permitir o controle de períodos avaliativos (semestre, bimestre, trimestre), sua data inicial e final e data limite de lançamento de notas, data limite para lançamento de conteúdos e data limite para lançamento de chamadas.

1.3.28.3.19. Permitir a gestão de séries e ciclos de cada curso, número máximo de estudantes, número de vagas por turno.

1.3.28.3.20. Permitir a gestão de turmas de todos os níveis de ensino, Infantil, Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), identificar nomenclaturas próprias, separação por turno, definição do número máximo de estudantes, tipo de atendimento, turma de aceleração, turma de mais educação.

1.3.28.3.21. Permitir gestão dos componentes curriculares relacionados às turmas, sua carga horária, períodos semanais, períodos por dia, forma de



CAPITAL DO FÉLÍAO

avaliação (nota, conceito, parecer descritivo), vínculo de professores (titulares, secundários, estagiários), obrigatório ou optativo.

1.3.28.3.22. Permitir o cadastramento de turmas multisseriadas das escolas, em conformidade com a norma vigente do sistema de ensino.

1.3.28.3.23. Permitir a criação de grupos desmembrando um componente curricular em subcomponentes, possibilitando a alocação de professores específicos e a esses professores vinculados a cada grupo realizar o lançamento da frequência dos estudantes, conteúdos desenvolvidos, notas e ou parecer descritivo.

1.3.28.3.24. Permitir a importação automática dos dados de curso, período avaliativo, séries e turmas do ano anterior agilizando a configuração para o início do novo ano letivo solicitando as novas datas.

1.3.28.3.25. Permitir o controle dos documentos permitindo classificá-los como obrigatórios para efetivação da matrícula.

1.3.28.3.26. Permitir definir de forma parametrizada o controle de matrículas, possibilitar escolher se o sistema deve notificar ou bloquear no ato da matrícula quando o número de vagas for excedido, notificar e bloquear quando o estudante já possui matrícula em outra unidade da rede pública de ensino regular.

1.3.28.3.27. Permitir configurar se a turma será incluída no arquivo de migração do Censo Escolar.

1.3.28.3.28. Permitir a consulta dos estudantes matriculados em uma turma, diretamente no cadastro da turma, sem a necessidade de sair da tela.

1.3.28.4. Gestão de Matrícula:

1.3.28.4.1. Disponibilizar rotina que calcule a capacidade máxima de crianças/estudantes por sala de aula de acordo com a metragem e tipo de ocupação das salas de aula, em conformidade com a legislação do sistema de ensino vigente (Resolução CME).

1.3.28.4.1. Permitir o cadastramento das vagas por turma/agrupamento. O cadastro deve possuir escola, ano vigente, ano, turma/agrupamento e quantidade total de vagas.



CAPITAL DO FÉLÍAO

1.3.28.4.1. Permitir a realização da matrícula dos alunos nas unidades escolares em um ano/série ou turma, turno, possibilitando o controle da data de matrícula, situação e os processos consequentes, com no mínimo os seguintes itens: enturmação, evasão, cancelamento, falecimento, reclassificação, transferência de unidade, transferência de turma (remanej) de forma individual ou em bloco/classe compartilhando as informações do aluno com a nova turma e/ou unidade escolar quando a mesma for pertencente à rede pública municipal de ensino.

1.3.28.4.1. Nas turmas de turno integral deve ser possível indicar qual turno é frequentado pelo aluno e considerar este para a contagem de vagas (por exemplo, se um aluno é atendido no turno da manhã em turma de turno integral o sistema deve contabilizar uma vaga no turno da tarde nesta turma).

1.3.28.4.1. Emitir no ato da matrícula ou posteriormente, comprovantes, ficha de matrícula, crachá do aluno, atestado para pais e responsáveis, autorização de uso de imagem e demais documentos necessários.

1.3.28.4.1. Permitir a montagem de turmas para o ano subsequente de forma automatizada ou por seleção.

1.3.28.4.1. Permitir a realização da matrícula dos estudantes e os processos consequentes, com no mínimo os seguintes itens: Enturmação, Evasão, Falecimento, Reclassificação, Transferência de unidade, Transferência de Turma de Forma Individual ou em Bloco/Classe compartilhando as informações do estudante com a nova turma e ou unidade escolar quando a mesma for pertencente a rede pública de ensino.

1.3.28.4.1. Disponibilizar rotina para realizar a matrícula do estudante a partir da designação do estudante.

1.3.28.4.1. Matricular o aluno em um estabelecimento e permitir notificação sobre a existência de outras situações de matrícula ativa ou pendente, informando as suas condicionalidades.

1.3.28.4.1. Visualizar as informações dos alunos não rematriculados no processo de matrícula e o motivo pelo qual não foram rematriculados.

1.3.28.4.1. Permite cancelar a matrícula e a enturmação do aluno, informando a data do cancelamento e o motivo. Se houver mais de uma matrícula vinculada



CAPITAL DO FÊLIÃO

à matrícula regular, o sistema deverá cancelar todas as matrículas que possuem vínculo com a mesma.

1.3.28.5. Assessoria Pedagógica:

1.3.28.5.1. Permitir o cadastramento dos campos de experiências da educação infantil. O cadastro deve possuir campo de experiência e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

1.3.28.5.2. Permitir o cadastramento das habilidades. O cadastro deve possuir código da habilidade e nome da habilidade.

1.3.28.5.3. Permitir o cadastramento do registro pedagógico do professor. O cadastro deve possuir data, descrição do registro, habilidades a serem desenvolvidas, professor, escola, ano escolar/totalidade, turma, período de vigência do plano de trabalho e componente curricular.

1.3.28.5.4. Permitir o registro das ocorrências de estudantes por tipo, subtipo, data inicial e data final, descrição da ocorrência e parametrização para emissão em documentos oficiais como os históricos escolares.

1.3.28.5.5. Permitir o gerenciamento dos conselhos de classe pela equipe pedagógica e secretaria escolar, registrando o agendamento, atas e participantes do conselho de classe.

1.3.28.5.6. Permitir a inclusão de diferentes tipos de frequência de forma parametrizada definindo se estes tipos contabilizaram falta ou presença.

1.3.28.5.7. Permitir a definição e configuração de convenções (observações) para diferentes tipos de documentos (atas, históricos, diário de classe, boletins) e diferentes situações (estudantes com necessidade especial, estudantes reprovados por faltas, reclassificação, avanço, adaptação curricular, entre outros).

1.3.28.5.8. Permitir configurar convenções (observações) para um curso, série ou turma específica, bem como definir a validade da convenção por período avaliativo ou entre anos iniciais e finais. Possibilita configurar o texto descritivo da convenção utilizando variáveis como número sequencial do estudante, nome, série anterior, nova série, componente. Possibilita configurar se a convenção é relacionada a um estudante ou para uma turma.



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.28.5.9. Permitir Criar e Controlar Avisos e Comunicações internas da Secretaria definindo o tipo de aviso (reunião, evento, viagem, entre outros), urgência, data, destinatário em grupo como unidade escolar, curso, série, turma e grupo de pessoas (estudantes matriculados, professores, secretários, diretores, entre outros). Permitir visualizar log de envio e leitura dos avisos enviados.

1.3.28.5.10. Permitir a consulta dos Horários da Escola (grade), de modo geral, agrupado por Professor ou série, podendo aplicar filtros por data, curso, série, turma e componente curricular.

1.3.28.5.11. Permite a gestão da distribuição dos livros didáticos, contemplando a solicitação, estoque, distribuição, ofertas e remanejo conforme o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático).

1.3.28.5.12. Permite criar as listas de materiais escolares exigidos para cada etapa escolar e/ou componente curricular no estabelecimento de ensino.

1.3.28.5.13. Cadastrar os tipos de avaliações externas dos estabelecimentos de ensino, informando a sua descrição e o respectivo avaliador (governo federal, estadual, municipal ou instituição privada).

1.3.28.6. Gestão de Avaliação Escolar:

1.3.28.6.1. Permitir cadastrar a estrutura curricular, podendo ser componente curricular, atividade complementar ou atendimento educacional especializado. Para cada componente curricular da matriz curricular associada ao sistema de avaliação define-se as configurações de avaliação, por exemplo, tipo de recuperação, quantidade mínima de avaliações, quantidade mínima de recuperações, etc.

1.3.28.6.2. Permitir cadastrar sistema de avaliação por modalidade de ensino, definindo a sistemática para cada curso, sendo por nota, conceito, parecer ou menção. Permite informar se o sistema de avaliação considera avaliação e/ou frequência escolar, definido os parâmetros mínimos para aprovação.

1.3.28.6.3. Permitir, de forma parametrizável, configurar e registrar recuperação paralela; recuperação das notas parciais; recuperação de notas do período avaliativo e recuperação da média final (exame).



CAPITAL DO FÊNIÃO

1.3.28.6.4. Permitir incluir parecer descritivo juntamente com outras formas de avaliação, como nota, conceito e menção.

1.3.28.6.5. Permitir o gerenciamento de conselhos de classe pela equipe pedagógica e secretaria escolar, registrando o agendamento e participantes do conselho de classe, permitindo lançamentos tanto por aluno, quanto por turma. Após o lançamento, a solução deverá apresentar os dados em forma de relatórios.

1.3.28.6.6. Permitir o lançamento de avaliações parciais definindo o peso da avaliação, tipo da avaliação (trabalho, prova, apresentação, entre outros), data, status (ativo, inativo).

1.3.28.6.7. Permitir o lançamento de parecer descritivo para uma avaliação parcial, situação do estudante para a avaliação (normal, não compareceu, dispensado), permitir o lançamento de avaliações em paralelo mantendo a maior nota como válida.

1.3.28.6.8. Permitir calcular automaticamente a nota final do período avaliativo com base nas avaliações parciais lançadas.

1.3.28.6.9. Permitir a definição dos conceitos utilizados, relacionando uma faixa de nota numérica de forma a permitir o cálculo da média entre conceitos.

1.3.28.6.10. Permitir de forma parametrizada a definição do uso de arredondamento em notas e médias finais bem como a formatação desta nota através máscaras. Ex.: 1 inteiro e 2 decimais (6,21), 2 inteiros e 1 decimal (50,5).

1.3.28.6.11. Permitir a definição e configuração da forma de controle da frequência dos estudantes para gerar o resultado final, se é controlada por componente, se reprova direto, se aprova por progressão parcial ou progressão continuada. Além de permitir, de forma parametrizável, a contagem de faltas justificadas para cálculo de frequência dos estudantes.

1.3.28.7. Gestão do Calendário Escolar:

1.3.28.7.1. Permitir o cadastro de qualquer tipo de evento, tais como: feriados, recessos escolares, férias, reuniões, datas festivas, dias letivos, datas comemorativas, conselhos de classe, turnos únicos, planejamentos coletivos, entre outros.



CAPITAL DO FEIJÃO

1.3.28.7.2. Permitir cadastro de propostas base para votação e escolha da proposta mais adequada para o ano letivo das unidades escolares.

1.3.28.7.3. As alterações na proposta vencedora deverão ser definidas se para a rede, ou apenas uma unidade específica.

1.3.28.7.4. Permitir gerar o calendário escolar com base na proposta vencedora da votação, permitir adequações e ajustes específicos de cada unidade escolar de forma que siga as obrigatoriedades elencadas na proposta base.

1.3.28.7.5. Permitir gerar o calendário escolar individualmente em cada unidade escolar de acordo com a data inicial e final do ano letivo, não deve ser considerado um dia letivo quando está data é caracterizado como um feriado, permitir considerar sábados como um dia letivo.

1.3.28.7.6. Permitir considerar sábados, domingos e feriados como dias letivos.

1.3.28.7.7. Permitir gerar o calendário escolar com base em outro calendário da unidade escolar e curso, permitir adequações e ajustes específicos de cada curso.

1.3.28.7.8. Permitir avaliação do calendário escolar por parte da Secretaria de Educação, permitindo a reprovação de todo o calendário ou apenas de datas específicas informando o motivo da reprovação retornando essas observações para a unidade escolar.

1.3.28.7.9. Permitir a parametrização de data limite para o ajuste e alterações no calendário escolar de forma que após essa data o sistema não deve permitir modificações.

1.3.28.7.10. Permitir o controle de períodos de aula de cada dia e turno definindo a hora inicial e a hora final de cada período de aula.

1.3.28.7.11. Permitir a emissão e impressão do calendário escolar em diferentes layouts, como visualização em formato mensal, resumido, entre outros.

1.3.28.7.12. Permitir gerar calendário da turma a partir do calendário escolar do curso, possibilitando configurar o calendário por turma, individualmente.

1.3.28.8. Controle de Documentos Oficiais:



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.28.8.1. Todos os documentos emitidos pelo sistema, como históricos escolares, boletins e atas de resultado são personalizados com a marca de cada unidade escolar.

1.3.28.8.2. Permitir a consulta e a emissão de boletins escolares através de filtros como ano, turma, período avaliativo, situação da matrícula, sinalizando se o estudante possui nota, parecer descritivo, parecer final e ou menção para o período avaliativo, possibilitando a seleção de um ou vários estudantes ao mesmo tempo.

1.3.28.8.3. Permitir no ato da emissão do boletim escolar definir um modelo de acordo com o tipo da nota (nota, parecer descritivo ou mesclando nota, conceito e parecer) bem como configurar se deve apresentar as aulas dadas, faltas, nota de conselho/exame, assinaturas (diretor, secretário), recomendações, observações, definir um ou dois boletins por página.

1.3.28.8.4. Permitir de forma parametrizada a definição de cabeçalho de históricos escolares e atas de resultados finais, observações para boletins.

1.3.28.8.5. Permitir gerar o histórico escolar baseado em lançamentos retroativos e resultados finais gerados pelo sistema, levando em consideração como parâmetro para geração o curso matriculado e o modelo utilizado pelo curso.

1.3.28.8.6. Permitir no ato da emissão do histórico escolar definir se deve imprimir reprovação do último ano, imprimir assinatura (diretor, secretário), carga horária por componente, título (conclusão, transferência), convenções.

1.3.28.8.7. Permitir gerar a ata de resultados finais do ano para uma turma definindo o modelo bem como configurar se imprime faltas, ocorrências, assinatura (diretor, professor), estudantes por página, carga horária por componente curricular ou turma, formato da série (cardinal, ordinal), observações, convenções.

1.3.28.8.8. Permitir gerar o diário de classe definindo turma e componente, período avaliativo, o formato da apresentação das presenças (ponto final, P, qualquer outro caractere de preferência), transferências, professores, observações, convenções.



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.28.8.9. Permitir consulta e emissão dos conteúdos desenvolvidos diariamente durante o ano letivo de cada professor, grupo, componente curricular, período avaliativo.

1.3.28.8.10. Permitir a consulta e a emissão dos principais relatórios emitidos pela secretaria escolar, tais como: Aniversariantes, Atestado de Escolaridade, Atestado de Frequência, Atestado de Matrícula, Carteira do Estudante, Estudantes Matriculados, Estudantes da Turma, Estudantes por Benefício, Guia de Transferência, Atestado de Vaga, Ficha Individual de Avaliação e Frequência, Atestado de Notas, Currículo Escolar, Espelho de Notas, Mapa de Avaliação, Estudantes com Necessidades Especiais, Certificado de Conclusão, Ocorrência de Notas Parciais, Professores por Turma, Vagas por turno.

1.3.28.8.11. Permitir a consulta de dados estatísticos tais como: Quantidade de estudantes matriculados por situação (ativo, transferido, evadido), Quantidade de matrículas pela Forma de Ingresso (matrícula, rematrícula, transferência), Quantidade de Vagas Disponíveis por turno, Estatísticas do estudante (frequência, notas, avaliações e resultados), Quantidade de estudantes por série, Quantidade de matrículas por gênero, Quantidade de matrículas dos anos iniciais e finais possibilitando a visualização da quantidade por turno, série, idade, sexo, quantidade de repetentes, quantidade de estudantes com necessidades especiais.

1.3.28.9. Controle de Acesso e Frequência de Alunos:

1.3.28.9.1. Permitir registrar eventos de chegada ou saída dos estudantes via biometria através da coleta da digital dos estudantes ou com cartão de aproximação.

1.3.28.9.2. Permitir integrar com qualquer controlador de acesso, via importação de arquivo texto padrão ou Web Service.

1.3.28.9.3. Dispor de software integrado que permite a conexão com no mínimo dois modelos diferentes de equipamento de captura de digitais, registro da digital dos estudantes, coleta de controlador de acesso.

1.3.28.9.4. Deve extrair os dados referentes às escolas, turmas e estudantes do sistema web bem como fazer envio dos registros de controle de acesso eletrônico coletados através da conexão com internet quando disponível,



CAPITAL DO FELIÃO

caso não exista conexão com a internet deve fazer a sincronização automaticamente quando restabelecer a conexão.

1.3.28.9.5. Permitir a visualização de uma mensagem ou alerta sonoro indicando sucesso ou falha no momento do registro de controlador de acesso bem como da foto do estudante quando a mesma for cadastrada no sistema.

1.3.28.9.6. Permitir o registro de ponto eletrônico manualmente quando houver necessidade devido a problemas de falha da leitura da digital pelo equipamento de captura, solicitando um acesso de maior nível com senha.

1.3.28.9.7. Permite o acesso a todo o histórico e a emissão de relatório das entradas e ou saídas coletadas via identificação biométrica disponibilizando filtros de no mínimo data, turno, turma e estudante.

1.3.28.9.8. Permite gerar o diário de classe automaticamente através dos registros coletados via controle de acesso.

1.3.28.10. Quadro Funcional:

1.3.28.10.1. Permitir controlar o vínculo que o servidor (professor, secretário, supervisor, diretor, entre outros) teve e/ou tem com o órgão, com no mínimo os seguintes dados: matrícula, carga horária, data início, data de término, tipo de cargo (comissionado, celetista, efetivo, estagiário, contratos temporários, entre outros), cargo, nível salarial, classe salarial, escolaridade, integrado com o módulo de Recursos Humanos e Folha de Pagamento.

1.3.28.10.2. Permitir o cadastro de cargos, área de atuação, local de lotação, departamento. Se é bolsista, cartão ponto e nome no crachá.

1.3.28.10.3. Permitir cadastrar o enfoque (educação infantil, anos iniciais e nos finais) relacionado ao cargo para cada matrícula. Caso o enfoque seja anos finais, permitir definir o componente curricular. Área Atuação.

1.3.28.10.4. Permitir controlar as lotações informando a unidade escolar ou local e departamento, função, área de atuação, data de admissão, data de rescisão, número da designação, carga horária por turno, observação, quando professor permitir informar componente curricular e a turma, criando automaticamente o vínculo na turma e a permissão de manutenção ao cadastro.



CAPITAL DO FELIÃO

1.3.28.10.5. Permitir gerar e controlar as convocações informando a unidade escolar ou local e departamento, função, área de atuação, data inicial, data final, carga horária, justificativa, emitindo documento para ser assinado pelo servidor e chefias responsáveis.

1.3.28.10.6. O sistema deve manter o histórico de todas as lotações do servidor.

1.3.28.10.7. Permitir alterar a lotação de servidores da Secretaria Municipal de Educação (remoção), gerando o histórico de lotações (histórico funcional) e o documento de remoção (Fono de Transferência/Pedido de Apostilamento) para posterior assinatura da chefia responsável.

1.3.28.10.8. Permitir o cadastro parametrizável de atividades que podem ser realizadas pelos profissionais da educação, por exemplo, secretaria escolar, apoio, direção, coordenação, biblioteca, serviços gerais.

1.3.28.10.9. Permitir que sejam atribuídas atividades ou turmas para os profissionais da educação.

1.3.28.10.10. O sistema deve encerrar automaticamente os vínculos e lotações do funcionário no módulo da Gestão Acadêmica quando o funcionário for exonerado, demitido, falecido ou aposentado.

1.3.28.10.11. Emitir relatório de vagas disponíveis por cargo.

1.3.28.11. Central de Vagas:

1.3.28.11.1. Disponibilizar módulo específico para gerenciamento e Parametrização da Central de Vagas;

1.3.28.11.2. Permitir configurar período de inscrições pelas unidades escolares;

1.3.28.11.3. Permitir configurar período de inscrições online;

1.3.28.11.4. Permitir a configuração da enturmação de estudantes, definindo o ano, a série e o período de nascimento dos estudantes, agilizando a inscrição onde que a data de nascimento do estudante define a qual série o mesmo será inscrito;

1.3.28.11.5. Permitir a replicação das configurações do ano para o um posterior;



CAPITAL DO FEIJÃO

1.3.28.11.6. Permitir a configuração de zoneamentos, sendo estes por bairro, cep, áreas/regiões/zonas, determinando as unidades pertencentes a estes bairros, cep, áreas/regiões/zonas.

1.3.28.11.7. Permitir a configuração de zoneamentos diferentes para diferentes modalidades.

1.3.28.11.8. Permitir o controle pela Central de Vagas de inscrições, lista de espera de vagas e o lançamento de dados socioeconômicos de cada inscrito.

1.3.28.11.9. Permitir a realização de inscrições por zoneamento sem determinar a unidade escolar pretendida.

1.3.28.11.10. Possibilitar o controle e registro de inscrições com liminares, informando a data e o número do processo.

1.3.28.11.11. Permitir a designação de uma inscrição de forma manual (um estudante por vez) ou por zoneamento e ainda pelo serviço social (a partir dos dados socioeconômicos), definindo a unidade escolar, curso, série, turno e turma a qual o estudante receberá a vaga, se estudante contemplado por liminar, data de designação.

1.3.28.11.12. Permitir o controle de tentativas de contato com o responsável, onde este deve gerar um histórico com data e hora, se a ligação foi ou não atendida e observação.

1.3.28.11.13. Caso a matrícula não seja efetuada no prazo definido, a vaga voltará a ficar disponível.

1.3.28.11.14. Permitir anexar documentos dos responsáveis e candidatos, determinando quais anexos são obrigatórios.

1.3.28.11.15. Permitir que o sistema realize a designação de cada estudante de forma automática a partir da definição de critérios, tais como data de nascimento do estudante, unidades escolares preferenciais, entre outros, considerando o total de vagas disponíveis que a escola disponibiliza, possibilitando ainda que o processo automático seja realizado em mais de uma etapa, a fim de ocupar as vagas de todas as unidades escolares.

1.3.28.11.16. Permitir o controle de negativas de vagas, definindo a inscrição do estudante, data da negativa, se há vaga em unidade escolar próxima, permitindo que a secretaria municipal ateste juridicamente que não há vagas para o estudante na unidade escolar ou na rede de ensino municipal, de acordo



CAPITAL DO FÊLIÃO

com a necessidade do estudante, ou que há outras unidades escolares próximas ou que atendam a necessidade.

1.3.28.11.17. Permitir o controle de liminares de inscrições, informando a data do recebimento da liminar, número do processo, número do processo digital, data para o cumprimento da mesma, se realiza o bloqueio de valores. Determina que a prefeitura municipal atenda a necessidade do estudante, disponibilizando vaga na unidade escolar.

1.3.28.11.18. Permitir consulta do histórico de uma inscrição ou de todas inscrições do estudante apresentando a movimentação do mesmo dentro da central de vagas, como: inscrição, unidades de preferência, designações (manuais, serviço social ou automáticas), matrículas, responsáveis pelas movimentações, datas, entre outros.

1.3.28.11.19. Permitir bloqueio de matrículas na unidade de alunos sem inscrição e designação.

1.3.28.11.20. Permitir configurar se o responsável pela inscrição será notificado no momento da designação.

1.3.28.11.21. Permitir configurar opções de notificação que o responsável terá como opção (SMS, E-mail, WhatsApp).

1.3.28.11.22. Configuração de mensagem padrão, com utilização de variáveis, para notificações enviadas automaticamente no momento da designação.

1.3.28.13. Portal de Inscrição Online:

1.3.28.13.1. Disponibilizar um "Portal de Inscrições Online", com endereço URL para acesso ao processo de inscrição online deverá ser disponibilizado pela proponente, enquanto a publicação e divulgação deste endereço URL ficará por conta da contratante.

1.3.28.13.2. Ambiente online, para que qualquer cidadão possa inscrever seu filho (s) na lista de espera de vaga do município.

1.3.28.13.3. A página de inscrições online deve ser caracterizada com os dados do município como brasão, nome, endereço, telefone.

1.3.28.13.4. Permitir a consulta da inscrição sem necessidade de realizar login com usuário e senha, informando apenas o número de protocolo único



CAPITAL DO FEMÃO

recebido no momento da inscrição ou data de nascimento e CPF do responsável pela inscrição.

1.3.28.13.5. Permitir ao usuário, acessar a página de inscrição, e pode realizar uma inscrição, atualizar os dados de uma inscrição realizada anteriormente, consultar situação da inscrição, emitir comprovante da inscrição, quando as opções estiverem disponíveis para população através da liberação do município.

1.3.28.13.6. Permitir visualização do cronograma de datas definido pelo município para realização do processo de inscrições bem como suas etapas.

1.3.28.13.7. Permitir visualização dos documentos em anexos (edital, regras) e avisos sobre o processo de inscrições disponibilizados pelo município.

1.3.28.13.8. Permitir a consulta e visualização das escolas disponíveis para inscrição no município.

1.3.28.13.9. Permitir o município a liberação ou não da visualização quanto a posição na fila de espera na consulta de inscrição.

1.3.28.13.10. Permitir que o cidadão possa enviar, através de um formulário, as dúvidas ou problemas ocorridos referentes ao processo de inscrição online, possibilitando ao município o recebimento dos mesmos.

1.3.28.14. Geração e Exportação de Dados Para o Censo Escolar:

1.3.28.14.1. O módulo do Censo Escolar, deve permitir gerar o arquivo de migração com os dados das unidades escolares (infraestrutura, equipamentos, instalações etc.), dados específicos sobre cada estudante, sobre cada profissional escolar em sala de aula e sobre cada turma de toda a rede escolar municipal. Esse arquivo deve ser enviado ao Instituto de Estudo e Pesquisas Educacionais (INEP), através do sistema Educacenso.

1.3.28.14.2. Gerar o arquivo de migração a partir de informações armazenadas no banco de dados do sistema e algumas tabelas auxiliares que o INEP disponibiliza, o que evita a redigitação de informações.

1.3.28.14.3. Dispor de rotina que permite a importação das tabelas auxiliares que o INEP disponibiliza.

1.3.28.14.4. Gerar os Dados de Identificação dos Alunos – Essa funcionalidade gera os dados referentes a identificação dos alunos. São gerados dados como



CAPITAL DO FERIÃO

código do aluno na escola, nome completo, data de nascimento, sexo, raça, filiação, local de nascimento, se possui alguma deficiência, etc.

1.3.28.14.5. Gerar os dados de situação dos estudantes, rendimento e resultados. Essa funcionalidade gera os dados referente ao resultado obtido pelo estudante ao término do ano letivo bem como a mudança de vínculo escolar do estudante após a data de referência do Censo Escolar.

1.3.28.14.6. Exportar arquivo com as informações necessárias para a identificação e localização de estudantes na base de dados do INEP de acordo com o layout disponibilizado.

1.3.28.14.7. Dispor de rotina que permite a importação do "id INEP" possibilitando utilizar o arquivo de layout de identificação e o arquivo de layout de migração onde é possível obter os ids das turmas, dos profissionais escolares e das matrículas, necessários para gerar a exportação da situação dos estudantes.

1.3.28.14.8. Permitir consulta e emissão de relatório da quantidade de docentes e estudantes que serão migrados para o Educacenso.

1.3.28.14.9. Dispor de rotina de validação dos dados que serão exportados para o Educacenso de forma que permita a identificação de problemas de forma antecipada agilizando a correção e a qualidade dos dados antes mesmo da abertura da coleta.

1.3.28.14.10. Permitir a exibição de alertas sobre problemas encontrados durante a rotina de validação dos dados para os secretários escolares e outros responsáveis.

1.3.28.14.11. Dispor de painel para o monitoramento do andamento da correção de problemas nos dados que serão exportados, permitindo a visualização da quantidade de problemas nos dados de cada unidade escolar, data da última validação. Emitir relatório do histórico de validações, emitir relatório de histórico de leitura do resultado da validação.

1.3.28.15. Gerador de Grade de Horários:

1.3.28.15.1. Permitir usar o computador e o sistema normalmente enquanto a grade de horário é gerada.



CAPITAL DO FEMÃO

- 1.3.28.15.2.** Permitir cadastrar os períodos por dia da semana em que a escola possui aula.
- 1.3.28.15.3.** Permitir criar grupos de turmas para geração do horário, possibilitando a seleção de todas as turmas de um curso, todas as turmas de uma série, ou turma específica.
- 1.3.28.15.4.** Permitir que as aulas sejam alocadas de forma que um professor não leccione para mais de uma turma por período.
- 1.3.28.15.5.** Permitir que as turmas tenham aula com apenas um professor por período.
- 1.3.28.15.6.** Permitir informar restrições de disponibilidade para os professores.
- 1.3.28.15.7.** Permitir informar componentes curriculares em que as aulas devam ocorrer geminadas ou separadas. No caso de aulas geminadas, permitir escolher se estas podem ou não serem separadas pelo intervalo do turno.
- 1.3.28.15.8.** Permitir informar o intervalo de dias para a próxima aula de um componente curricular.
- 1.3.28.15.9.** Respeitar o número máximo de aulas semanais para os componentes curriculares relacionados na turma.
- 1.3.28.15.10.** Eliminar ao máximo as janelas de espera dos professores entre aulas por dia.
- 1.3.28.15.11.** Permitir visualizar as grades criadas com as aulas agrupados por turmas ou professores.
- 1.3.28.15.12.** Permitir gerar mais de uma grade de horário controlando por data, hora e versão sendo possível definir qual das grades disponíveis será utilizada pela escola.
- 1.3.28.15.13.** Permitir reduzir o número de dias que o professor precisa comparecer na escola para leccionar suas aulas, sem requerer que o usuário realize cálculos ou tentativas de aproximações para chegar a um número de dias mínimo definitivo.
- 1.3.28.15.14.** Permitir a seleção de períodos preferenciais para as aulas de um determinado componente.
- 1.3.28.15.15.** Permitir que aulas de um componente não ocorram depois das aulas de outro componente, possivelmente por motivos pedagógicos.



1.3.28.15.16. Permitir que seja fixado um limite de aulas de um componente por período, possivelmente por motivos de disponibilidade de recursos.

1.3.28.15.17. Permitir fixar o tempo máximo para geração da grade de horários, assumindo-se que o gerador irá parar quando este encontrar a melhor solução antes do tempo limite. Caso o tempo não for informado, o gerador irá buscar um balanço entre a qualidade da grade de horários e um tempo razoável de espera.

1.3.28.15.18. Permitir a suspensão e retomada da geração da grade de horários, com a possibilidade de visualizar o resultado obtido até o momento da suspensão.

1.3.28.15.19. Realizar a detecção de possíveis inconsistências ou erros lógicos nos dados que podem impedir a geração de uma grade de horários desejável, provendo uma descrição do problema em forma de erros, que não permitem prosseguir com a geração, ou alertas, que apenas previne o usuário de um possível impedimento na obtenção da melhor solução.

1.3.28.15.20. Permitir também a visualização dos dados problemáticos de forma a facilitar a correção.

1.3.28.15.21. Permitir que o usuário possa informar níveis de importância as restrições, assim expressando o que deve ter maior prioridade caso seja impossível de cumprir todas as restrições devido a conflitos entre elas.

1.3.28.16. Funcionalidades De Biblioteca:

1.3.28.16.1. Permitir o registro, a manutenção e o controle do acervo bibliográfico das bibliotecas existentes nas diversas instituições de ensino (por exemplo, EMELs, EMEFs, dentre outros) e espaços pedagógicos com funcionamento integrado entre elas, compartilhando informações sobre o acervo de forma online, associando a biblioteca à uma instituição de ensino ou espaço pedagógico cadastrada pela Gestão Escolar.

1.3.28.16.2. Permitir o controle das operações de empréstimos, devoluções, renovações, reservas e suspensões; cadastro de livros, autores e editoras, relatório de livros mais emprestados, relatório de empréstimos e devoluções; configurações de prazo de devolução para alunos e servidores, período de



CAPITAL DO FELIÃO

suspensão, multa, mediante disposição virtual das ferramentas de controle para todos os ambientes escolares da rede de ensino.

1.3.28.16.3. Permitir o cadastro, de forma parametrizável, do acervo utilizando o formato MARC 21, padrão amplamente utilizado para a representação e troca de informações bibliográficas.

1.3.28.16.4. Permitir parametrizar o número de dias para devolução de exemplares, quantidade de itens que podem ser retirados simultaneamente, limite de renovações e tempo disponível da reserva, por biblioteca.

1.3.28.16.5. Permitir o cadastro de obras, que será compartilhado por todas as bibliotecas.

1.3.28.16.6. Permitir o cadastro de exemplares, realizado em cada biblioteca.

1.3.28.16.7. Permitir classificar as obras por tipos de acervo: livro, arquivo de computador, material cartográfico, música, periódicos (no todo), analíticas, manuscritos, gravação sonora, gravação de vídeo, fotografia e filme cinematográfico.

1.3.28.16.8. Permitir importar os dados de uma obra, por ISBN, registro MARC (MARC tags) ou outro, de modo que o usuário não precise informar todos os dados da obra manualmente, tornando mais rápido o processo de cadastro das obras.

1.3.28.16.9. Permitir importar os dados de um autor, através de registro MARC (MARC tags) ou outro, de modo que o usuário não precise informar todos os dados do autor manualmente, tornando mais rápido o processo de cadastro de autores.

1.3.28.16.10. No cadastro do exemplar, permitir pelo menos a classificação por CDU (Classificação Decimal Universal), informar Cutter, o modo de aquisição (compra, doação, permuta), a data de aquisição, volume, tomo (gerado automaticamente) e número de exemplar.

1.3.28.16.11. Permitir informar a situação (empréstimo domiciliar, empréstimo local, indisponível) de um exemplar.

1.3.28.16.12. Permitir emissão de diversos modelos de etiquetas de código de barras para os exemplares.

1.3.28.16.13. Permitir cadastrar o regulamento da biblioteca.



CAPITAL DO FELIÃO

1.3.28.16.14. Permitir o controle de empréstimos e devoluções, com leitura e digitação de código de barras dos respectivos exemplares e carteirinhas de retirantes.

1.3.28.16.15. Permitir o controle de renovações e reservas.

1.3.28.16.16. Permitir a suspensão dos leitores de acordo com a situação do leitor e controle de regularização em face de suspensões.

1.3.28.16.17. Emitir um alerta para o responsável pela biblioteca quando um exemplar de uma obra reservada for devolvido, não permitindo realizar renovação caso a obra possuir reserva.

1.3.28.16.18. Permitir consulta via web ao acervo por texto livre (pesquisa em todos os campos), autor, título, assunto, série, tipo de acervo, em uma, mais ou todas as bibliotecas das instituições e espaços pedagógicos, bem como opção para solicitação de reserva e renovação. A consulta via web não deve exigir usuário e senha. O retorno desta consulta deve indicar a quantidade de exemplares, a biblioteca, a disponibilidade e a localização do exemplar.

1.3.28.16.19. Permitir que o próprio usuário crie uma senha de acesso para reservas e renovações caso ainda não possua.

1.3.28.17. Gestão De Curso:

1.3.28.17.1. Permitir a manutenção de Cursos, com vínculo de temas por curso, deve permitir também que seja informada a carga horária do curso e dos temas, bem como descrever os objetivos, público alvo, justificativa e docentes de cada tema.

1.3.28.17.2. Possibilitar a manutenção de turmas que deverão ser vinculadas ao curso, com as seguintes informações: curso, nome, data inicial e final da turma, ano, coordenador, secretário, total de aulas, número mínimo de aulas, data inicial e final das inscrições, número de vagas, endereço do curso, contato, tempo de tolerância para fins de frequência, inscrição de forma online através de website específico, como alguma observação que se faça necessária. Junto ao cadastro das turmas deve ser possível informar o cronograma previsto para cada tema, com informações de tema, data e horário inicial e final.

1.3.28.17.3. Permitir que o administrador realize a manutenção de matrículas dos cursistas nas turmas.



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.28.17.4. Permitir no momento da matrícula, a visualização do progresso de cada cursista da turma e curso, juntamente com número de faltas e aulas dadas.

1.3.28.17.5. Disponibilizar ao administrador, a opção de Impressão dos Certificados de forma individual ou em blocos.

1.3.28.17.6. Possibilitar a manutenção da frequência de cada cursista na turma e curso. Deve haver a opção de registro da frequência por nome, número ou pela leitura do crachá do cursista através de leitor digital.

1.3.28.17.7. Permitir a emissão de carteirinha do cursista, contendo dados pessoais, com código de barras para efetivação da frequência através do leitor digital.

1.3.28.18. Controle De Certificados:

1.3.28.18.1. Possibilitar através de website específico, a inscrição nos cursos disponibilizados pelo gestor de cursos.

1.3.28.18.2. Ao realizar uma inscrição, a solução deverá enviar e-mail com a confirmação da inscrição ao cursista, de forma automática.

1.3.28.18.3. O acesso ao website, deverá ser realizado através do uso de CPF e senha.

1.3.28.18.4. Possibilitar ao cursista através do website, realizar a consulta e emissão dos certificados dos cursos finalizados, bem como a consulta de cursos em andamento.

1.3.28.18.5. A solução deverá disponibilizar ferramenta que possibilite a verificação da autenticidade dos certificados.

1.3.28.18.6. A solução deverá dispor de autenticação dos certificados através de Qr Code e Chave.

1.3.28.19. Portal do Estudante, Pais e Responsáveis:

1.3.28.19.1. Permitir que o acesso dos estudantes disponha de um "layout responsivo", se adaptando a qualquer dispositivo.

1.3.28.19.2. Permitir a consulta de notas dos estudantes para cada componente curricular.



CAPITAL DO FÊLIÃO

1.3.28.19.3. Permitir a consulta de horários de aula, informando a data, componente curricular, hora inicial e final.

1.3.28.19.4. Permitir a consulta de faltas e presenças em cada componente curricular.

1.3.28.19.5. Permitir o acesso de Informações do Próprio Estudante e acesso aos recursos de comunicação interna entre usuários e agentes das unidades escolares.

1.3.28.19.6. Permitir a visualização de documentos postadas pelos professores.

1.3.28.19.7. Permitir o download de arquivos anexados nos documentos postados.

1.3.28.19.8. Permitir receber a(s) correção(ões) de cada documento postado pelo Professor.

1.3.28.19.9. Permitir responder aos documentos postados, através de arquivos, link e/ou textos.

1.3.28.19.10. Permitir o envio de mais de uma resposta, podendo alterar e excluir as respostas já enviadas.

1.3.28.19.11. Permitir a troca de mensagens (chat) entre estudante e professores referente há um documento postado.

1.3.28.20. App Mobile Para Estudantes/Pais/Resp:

1.3.28.20.1. Permitir acesso via dispositivos móveis para os estudantes, pais e responsáveis.

1.3.28.20.2. Permitir visualizar informações de horários, notas, frequência, avaliações, entre outros.

1.3.28.20.3. Permitir troca de mensagens entre as Partes Interessadas.

1.3.28.20.4. Permitir visualizar informações de um ou mais dependentes.

1.3.28.20.5. Permitir registro e visualização de eventos, grupos de estudo (Provas, trabalhos, estudo com colegas da turma).

1.3.28.20.6. Permitir a visualização de documentos postadas pelos professores.

1.3.28.20.7. Permitir o download de arquivos anexados nos documentos postados



CAPITAL DO FÉLÍCIO

1.3.28.20.8. Permitir receber a(s) correção(ões) de cada documento postado pelo Professor.

1.3.28.20.9. Permitir responder aos documentos postados, através de arquivos, link e/ou textos

1.3.28.20.10. Permitir o envio de mais de uma resposta, podendo alterar e excluir as respostas já enviadas

1.3.28.20.11. Permitir a troca de mensagens(chat) entre estudante e professores referente há um documento postado.

1.3.28.21. Portal do Professor:

1.3.28.21.1. Permitir que o acesso dos professores via Portal-Web, e que disponha de um "layout responsivo", se adaptando a qualquer dispositivo.

1.3.28.21.2. O professor deve realizar o acesso ao sistema com perfil específico de forma que em hipótese alguma possa acessar funções administrativas do sistema ou que possam acessar dados de outros professores.

1.3.28.21.3. Permitir que o professor ao acessar o sistema visualize um painel com os próximos horários de aula informando o componente, turma, dia da semana e a hora de início e término da aula.

1.3.28.21.3. Permitir o acesso rápido entre mais de uma unidade escolar e turmas, a visualização de avisos pertinentes como limite de lançamento de notas, registro de frequência, entre outros.

1.3.28.21.4. Permitir o lançamento de planejamentos de conteúdo para os componentes das turmas, definindo os objetivos, justificativa, conteúdo geral e as ações (conteúdos) para cada data letiva.

1.3.28.21.5. Permitir o lançamento do Planejamento de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) Referencial Estadual e Referencial Municipal.

1.3.28.21.6. Flexibilidade do professor optar no formulário, em forma de seleção, os critérios definidos, facilitando o preenchimento.

1.3.28.21.7. Permitir a inclusão pelo professor de estratégias conforme os dias de atuação do professor na turma.



CAPITAL DO FÉLÍÃO

- 1.3.28.21.8.** Permitir o acompanhamento dos lançamentos pela Supervisão e Direção das Escolas e a possibilidade de geração de relatórios.
- 1.3.28.21.9.** Permitir o lançamento de conteúdos para os componentes de uma turma, realizando o lançamento para cada data letiva, relacionando os conteúdos planejados anteriormente e ou complementar o que foi planejado.
- 1.3.28.21.10.** Permitir o lançamento diário de observações dos estudantes. Permitir a emissão de relatório das observações dos estudantes.
- 1.3.28.21.11.** Permitir o anexo via upload de arquivos e documentos.
- 1.3.28.21.12.** Permitir o envio de documento, atividades pedagógicas/materiais de estudo (via upload) e/ou link(s)) para os estudantes que estão matriculados.
- 1.3.28.21.13.** Permitir ao professor agendar a data de postagem e o período relativo de cada documento.
- 1.3.28.21.14.** Permitir ao professor indicar a Carga Horária.
- 1.3.28.21.15.** Permitir ao professor optar para deixar o documento de apenas consulta dos estudantes, sem necessidade de envio de resposta.
- 1.3.28.21.16.** Permitir que o Professor escolha a forma de resposta do estudante, por anexo via upload e/ou link, ou apenas texto.
- 1.3.28.21.17.** Permitir ao professor informar a data limite para o estudante enviar o retorno de cada documento (quando for arquivo de retorno).
- 1.3.28.21.18.** Permitir ao professor selecionar quais os estudantes receberão o documento postado. Permitir ao professor informar a correção em cada resposta encaminhada pelo estudante, possibilitando informar o status de correção.
- 1.3.28.21.19.** Possibilitar ao professor consultar quais estudantes visualizaram os documentos postados e se responderam.
- 1.3.28.21.20.** Permitir ao professor informar que recebeu o retorno do estudante por meio físico, indicando a data do recebimento.
- 1.3.28.21.21.** Permitir ao professor interagir pela troca mensagens com os estudantes, com base nos documentos.
- 1.3.28.21.22.** Possibilitar replicar um documento para outra(as) turma(s) que o professor esteja vinculado, permitindo também selecionar os estudantes de cada que receberão.



CAPITAL DO FENIÃO

1.3.28.21.23. Permitir o lançamento da frequência online dos estudantes, permitindo justificar a falta de um estudante.

1.3.28.21.24. Permitir a emissão dos cadernos de chamada, podendo ser definidas observações, ordem da lista dos estudantes (alfabética, matrícula, entre outros), modelo do caderno (preenchido, em branco, horários, entre outros), linhas adicionais, se imprime transferências.

1.3.28.21.25. Permitir o lançamento de avaliações, definindo a data, o tipo de avaliação (prova, trabalho, entre outros), peso, possibilitando a realização de avaliações de recuperação paralelas. Permitir a emissão de um relatório com todas as avaliações realizadas.

1.3.28.21.26. Permitir o lançamento das notas finais dos estudantes de acordo com o formato da nota (conceito, nota), informar o parecer, faltas, faltas justificadas, bem como a contagem automática de faltas de acordo com os registros de frequência, permitir parametrizar se a alteração da nota poderá ser realizada apenas com justificativa, visualizar a sugestão da nota (cálculo realizado a partir das notas parciais), identificar se um estudante possui o lançamento diferenciado de nota como se não compareceu, dispensado de avaliação ou lançamento normal.

1.3.28.21.27. Permitir no lançamento das notas finais dos estudantes a consulta das notas parciais relacionadas ao período avaliativo.

1.3.28.21.28. Permitir a digitação de notas do conselho/exame final, o sistema deverá listar apenas os estudantes que necessitam do exame final.

1.3.28.21.29. Permitir a consulta e emissão de relatório das notas das avaliações e das notas finais de cada estudante.

1.3.28.22. Gestão de Produto da Alimentação Escolar:

1.3.28.22.1. Permitir o cadastro de tipos de produto, nutriente, unidades de medida, unidade de medida caseira, tipo de embalagem.

1.3.28.22.2. Permitir o cadastramento de tabelas nutricionais. O cadastro deve possuir produto e nutrientes.

1.3.28.22.3. Permitir o cadastramento de tabelas nutricionais a partir da importação das tabelas TACO/TBCA e IBGE.



1.3.28.22.4. Permitir o cadastramento de preparações alimentares. O cadastro deve possuir nome da preparação, ingredientes (nome do ingrediente e unidade e medida), rendimento, modo de preparo/receita.

1.3.28.22.5. Disponibilizar rotina para cálculo da composição nutricional de um produto final e/ou ficha técnica.

1.3.28.22.6. Disponibilizar rotina para cálculo da composição nutricional de um produto final e/ou ficha técnica.

1.3.28.22.7. Permitir controle da quantidade de alimentos estocados (saldo) no almoxarifado das escolas.

1.3.28.22.8. Permitir que as escolas solicitem produtos para o Núcleo de Nutrição pelo sistema, informando o motivo, a quantidade e unidade de medida do produto.

1.3.28.22.9. Permitir o cadastro de motivos de estorno.

1.3.28.22.10. Permitir o estorno de produtos por escola, informando o lote, quantidade, unidade de medida, fornecedor e motivo do estorno.

1.3.28.22.11. Permitir o lançamento da confirmação do recebimento de produtos pela escola, informando quantidade e unidade de medida.

1.3.28.23. Gestão de Cardápio da Alimentação Escolar:

1.3.28.23.1. Permitir cadastrar os tipos de refeição como lanche, café da manhã, almoço, jantar dentre outros.

1.3.28.23.2. Permitir o controle/cadastro de programas para realizar os mapas/cardápios da alimentação, onde cada programa possui respectivas escolas, cursos, séries e/ou turmas. Vinculação do(s) nutricionista(s) responsáveis, indicação da porcentagem da necessidade de nutrientes a serem atingidos, observações para serem aplicadas nos cardápios e restrições alimentares quando for programa para público com restrições alimentares.

1.3.28.23.3. Permite elaborar/planejar o cardápio escolar, vinculando ao mesmo o programa, o(s) tipo(s) de refeição, a resolução, indicação da porcentagem da necessidade, definindo os ingredientes e/ou preparações necessárias bem como a quantidade de cada, permitir a visualização em um painel a quantidade de cada nutriente, possibilitar inserir observações sobre o



CAPITAL DO FÊLIÃO

cardápio, vincular nutricionistas específicas, permitir a visualização em um painel com a quantidade de cada nutriente e o custo total de cada porção.

1.3.28.23.4. Ter informações sobre a quantidade de estudantes e a frequência do público alvo de cada programa, com a possibilidade de alteração da data de referência, para o planejamento do cardápio.

1.3.28.23.5. Permitir a definição diária do cardápio que será servido para os cursos das unidades escolares possibilitando vincular o mesmo cardápio para diferentes refeições, permitir a definição para um intervalo de datas para replicação de cardápio e visualização em formato de calendário/planner.

1.3.28.23.6. Permitir definir status para os cardápios com a possibilidade de liberação ou não para as unidades escolares terem acesso, possibilitando assim que Unidade imprima o Cardápio lançado e liberado pela Equipe de Nutrição da Secretaria mensalmente, com as devidas observações.

1.3.28.23.7. Permitir que a escola confirme os cardápios propostos, de acordo com o programa que está vinculado a mesma. A confirmação desse cardápio deverá ocorrer como "servido" quando todos os produtos foram de fato consumido, "servido/alterado" quando todos os produtos foram servidos, porém houve algum outro adicionado e "alterado" quando ao menos um dos produtos proposto não foi servido. Permitir ainda que seja informado a quantidade de refeições e repetições servidas para o cardápio.

1.3.28.23.8. Permitir às Unidades o acesso às Receitas vinculadas aos cardápios enviados.

1.3.28.23.9. Quando o Setor de Nutrição realizar alguma alteração de um cardápio já enviado para às Unidades, possibilitar que o mesmo opte em encaminhar ou não notificação automática para as mesmas, com possibilidade de inclusão de observação da alteração. Após a leitura da notificação pela (s) unidade (s) retornar às confirmações para o Setor realizar o acompanhamento.

1.3.28.23.10. Gerar relatório com o cardápio planejamento mensalmente, retornando no mínimo, os dias, ingredientes e preparações propostas, nutricionistas vinculadas e observações aplicadas nos programas e cardápios individualmente.

1.3.28.23.11. Com base no cardápio enviado pelo Núcleo de Nutrição, possibilitar às Unidades informarem a quantidade de refeições a serem



servidas, para calcular a quantidade necessária de cada produto para atender o cardápio e assim usar como base para efetivar as devidas preparações.

1.3.28.24. Controle Financeiro de Fontes e das Apps:

1.3.28.24.1. Este Módulo de Controle Financeiro, deverá permitir gerenciar os diversos controles de Fontes, Recursos e Dispendios das unidades escolares;

1.3.28.24.2. Este módulo deve permitir gerenciar as operações financeiras das unidades escolares, realizar o controle de Fontes (recebimentos) e o controle da aplicação de verbas específicas (MEC, Câmara Municipal, Governo Estadual, Federal, APP Associação de pais e Mestres, entre outras);

1.3.28.24.3. Permitir fazer o registro dos lançamentos por período, data, conta, e respectivos históricos de todas atividades financeiras da unidade escolar;

1.3.28.24.4. Permitir o Controle de Contas por tipo de movimentação, e/ou origem dos Recursos, tais como (APP, PDDE, FNDE, Recursos Municipais), entre outros, inclusive registro de doações de Alunos e outras fontes;

1.3.28.24.5. Permitir o cadastro básico de forma parametrizada, de Órgãos Repassadores;

1.3.28.24.6. Permitir controle de projetos: deverá conter os dados referentes ao recebimento/utilização de verbas, controlando por órgão repassador;

1.3.28.24.7. Permite cadastrar os projetos de forma detalhada ou simplificada, ou seja, com itens de produtos ou serviços, ou apenas pela classificação (ex. material de consumo, equip. e mat. permanente);

1.3.28.24.8. Permite detalhar no projeto as contas (conta contábil/programa) para contabilização dos valores do projeto;

1.3.28.24.9. Permite enviar o projeto para aprovação avisando o responsável pela mesma, através de e-mail.

1.3.28.24.10. Permite o cadastro de Setores de aprovação e tipos de avaliações de projetos relacionando às pessoas responsáveis pelos mesmos (ex. avaliação de financeira, avaliação pedagógica, avaliação de prestação de contas);



CAPITAL DO FÉLÍO

1.3.28.24.11. Permitir o registro da ATA de aprovação de projetos e prestações de contas dos Conselhos (APP), para aprovação e análise de ações e aprovação de orçamentos;

1.3.28.24.12. Permitir a geração de requisição de compras a partir de um projeto;

1.3.28.24.13. Permite o lançamento de requisições de compras sem vínculo com um projeto;

1.3.28.24.14. Nas requisições de compras será definido a forma de julgamento das propostas vencedoras, se global ou por item, a fim de automatizar o processo de geração das mesmas;

1.3.28.24.15. Permite o envio de e-mail ao fornecedor com um link encriptado de acesso externo à página de orçamento para o preenchimento da cotação dos itens por requisição de compra pelo próprio fornecedor, possibilitando que o mesmo anexe a referida proposta preenchida e assinada.

1.3.28.24.16. Permitir o lançamento de orçamentos dos fornecedores a partir da requisição de compras internamente pela unidade escolar;

1.3.28.24.17. Permitir gerar a proposta vencedora interna de forma automática, referente a requisição de compra com base nos orçamentos recebidos;

1.3.28.24.18. Permitir controle de contas bancárias: deverá contemplar todas as contas utilizadas pela escola, quer seja conta bancária, caixa, aplicação, poupança, etc;

1.3.28.24.19. Realizar a movimentação financeira a partir da associação das propostas vencedoras com os documentos (Nfes);

1.3.28.24.20. Registrar na movimentação financeira todas as receitas, de acordo com tipo de recebimento (custeio/capital);

1.3.28.24.21. Permitir o cadastro de produtos/serviços, classificados conforme a classificação do Tribunal de contas - deverá incluir todos os bens e/ou serviços que serão utilizados no sistema, como material de consumo, material permanente, serviços bancários, (taxas mensais), onde deverá ter no mínimo a descrição do produto, unidade de medida, descrição ampliada, tipo de classificação e subclasse;



1.3.28.24.22. Permitir controle das despesas/pagamentos: deverá contemplar todos os dados de despesa, como data da emissão, nome do fornecedor, número do documento, projeto a qual se refere esta despesa, conta bancária utilizada para pagamento da despesa, itens da nota, quantidade, descrição dos tipos de bens ou serviços, valor total, tipo/natureza da despesa, data de compensação do pagamento, forma de compensação entre outros.

1.3.28.24.23. Para cada documento deverá ser especificado se é nota fiscal, recibo, etc.

1.3.28.24.24. Permitir que a Instituição de Ensino possa verificar todos os campos necessários para o envio correto da prestação de contas, com a indicação de campos necessários para validação.

1.3.28.24.25. Às instituições de ensino não poderão enviar prestações de contas incompletas, sem que sejam preenchidos todos os campos obrigatórios;

1.3.28.24.26. Possibilitar às instituições de ensino gerar relatório demonstrativo da prestação de contas, podendo assim realizar validações dos lançamentos;

1.3.28.24.27. Permitir cadastro simplificado de Fornecedores de uso comum das escolas: Deverá conter os dados referentes ao fornecedor, como nome, telefone, contato, e-mail, CNPJ/CPF;

1.3.28.24.28. Permitir o cadastro dos mandatos das Associação de Pais e Mestres e outras, contendo o período da gestão, vinculação dos membros individualmente contendo no mínimo o tipo de membro, forma de ingresso, data inicial e data final. O cadastro de pessoa física dos membros deverá ser vinculado ao cadastro único vinculado aos demais módulos, podendo assim apenas buscar este para que seja vinculado à Associação;

1.3.28.24.29. Permitir controle de contribuições para a Associação de Pais e Mestres e outras, gerando documentos do tipo recibo, para cada um dos lançamentos. O controle poderá ser por turma. O cadastro das turmas deve ser integrado com os demais módulos do sistema;

1.3.28.24.30. Permitir registrar as Atas das reuniões da Associação de Pais e Mestres e outras incluindo o registro descritivo da ata, pauta, descrição da reunião/ato, local, hora, data e indicação da presença dos membros da



CAPITAL DO FÉLÍCIO

associação em cada reunião individualmente com a indicação da assinatura da ata ou não;

1.3.28.24.31. Permitir emitir relatório contendo os integrantes da Associação de Pais e Mestres e outras (presidente, vice-presidente, 1º e 2º tesoureiros, 1º e 2º secretários e conselho fiscal) com instituição de ensino, nome, cargo na associação, endereço, RG, telefone, CPF, e-mail, dentre outros;

Permitir que a Secretaria Municipal de Educação informe quando uma prestação de contas de determinada fonte de recurso e instituição de ensino ou documentos

relativos à prestação foi entregue ou retirada na Secretaria. Devendo conter a data e hora da movimentação, número de protocolo gerado, indicação do responsável pela entrega/retirada, tipo de conteúdo, assunto e declaração de conteúdo;

1.3.28.24.32. Permitir que seja gerado recibo de entrega ou retirada de prestação de contas;

1.3.28.24.33. Permitir que após o recebimento da prestação de contas de determinada fonte de recurso e instituição de ensino pela Secretaria Municipal de Educação, a instituição de ensino não possa alterar os dados informados;

1.3.28.24.34. Permitir que a Secretaria Municipal de Educação informe pareceres e adicione anexos relativos à análise da prestação de contas, selecionando se o parecer deve ser enviado para a instituição de ensino, através de mensagem no próprio sistema ou e-mail. No caso de mensagens no próprio sistema, permitir visualizar log de leitura das mensagens enviadas;

1.3.28.24.35. Permitir que a Secretaria Municipal de Educação informe se faltam documentos que impossibilitem a análise da prestação de contas após a entrega desta na Secretaria Municipal de Educação;

1.3.28.24.36. Permitir que sejam geradas notificações para as instituições de ensino, com campos para assinatura do Secretário Municipal de Educação, Responsável pelo Setor de Prestação de Contas, Diretor ou Coordenador da Instituição de Ensino e Presidente da APEMEM;

1.3.28.24.37. Permitir consultar de forma consolidada a situação da prestação de contas (se foi recebida pela Secretaria Municipal de Educação, se está pendente de análise, se está pendente de correção pela instituição de



CAPITAL DO FÉLÍAO

ensino, se está pendente de revisão pela Secretaria Municipal de Educação, se está aprovada ou reprovada) das instituições de ensino, por fonte de recurso;

1.3.28.24.38. Permitir emissão/impressão de relatórios financeiros de acordo com modelo e layout utilizados pela Secretaria de Educação do município e vinculados em cada programa;

1.3.28.24.39. Permitir a geração e emissão de relatórios diversos analíticos e sintéticos (Resumos) para a prestação de contas e outros documentos como: Demonstrativo da execução da Receita e da Despesa e de pagamentos efetuados; Relação de bens adquiridos ou produzidos; Demonstrativo Geral – Posição Anual; Lançamentos de Notas Fiscais; Acompanhamento das contribuições para a Associação de Pais e Mestres; Relação de contribuições por ano/série/etapa/faixa etária e turma; Saldo bancário e saldo financeiro em espécie e Saldo por fonte de recurso.

1.3.28.25. Portal da Secretaria de Educação (Website):

1.3.28.25.1. Dispor de portal para permitir armazenar, editar e administrar uma “website”, seus conteúdos e páginas sem a necessidade de conhecimento de programação, no mesmo SGBD, sem necessidade de acesso ou integração com outro sistema, o acesso ao portal e ao sistema de gestão devem estar na mesma URL/Domínio.

1.3.28.25.2. Acesso administrativo do portal deve ser integrada ao sistema de gestão escolar, utilizando as mesmas contas de acesso, podendo uma mesma conta ter privilégio administrativo para o portal/web site e também privilégio de secretário escolar.

1.3.28.25.3. Portal da educação/web site deverá dispor de layout responsivo, se adaptando a qualquer dispositivo.

1.3.28.25.4. Permitir configurar as características do portal como o título, o menu principal e o logotipo, informar código/id de tracking do “google analytics” para o monitoramento dos acessos.

1.3.28.25.5. Permitir o cadastro de assuntos informando o título, cor e também relacionar a esse assunto um outro assunto cadastrado anteriormente.



CAPITAL DO FIELÃO

1.3.28.25.6. Permitir cadastrar os links das mídias sociais (facebook, instagram) da contratante e esses devem estar visíveis com ícone correspondente.

1.3.28.25.7. Dispor de botões de acessibilidade como alto contraste, reduzir fonte e aumentar fonte.

1.3.28.25.8. Permitir a criação de menus de acessos multi-nível para a web site informando o nome de identificação, a orientação em que será visualizado com as opções horizontal ou vertical.

1.3.28.25.9. Permitir vincular itens/links aos menus de acessos, informando a descrição, URL do ícone, dispor de campo para upload de arquivos de imagens com pré-visualização, posição do ícone (superior, direita, esquerda), página (deve carregar como opções as páginas criadas pelo gerenciador de páginas) ou URL para redirecionamento bem como opção de controle de abertura de janela no navegador, se deve abrir na mesma aba ou uma nova aba, controle de ativo/inativo.

1.3.28.25.10. Dispor de cadastro de páginas para o portal, permitindo informar nome da página, relacionara um assunto previamente cadastrado, rota de acesso o qual irá compor o link de acesso, dados para SEO (Search Engine Optimization) como descrição e palavras chaves, configuração para definir página como inicial (homepage), definir se a página está visível.

1.3.28.25.11. Dispor de editor de conteúdo para as páginas de forma que possibilite definir seu conteúdo sem uma estrutura padrão fixada, cada página pode ter uma estrutura e componentes diferente, a estrutura deve ser criada através da definição de linhas e colunas onde em cada célula permita ser escolhido componentes/plug-ins disponibilizados.

1.3.28.25.12. O portal/web site deverá dispor de componentes configuráveis para exibição de conteúdos e formação de páginas:

- a) Editor HTML/WYSIWYG com possibilidade de editar o código HTML, upload de arquivo ou imagem, inserir tabelas;
- b) "IFrame" permitindo configurar o link que será exibido e a sua altura;
- c) Menu de acesso, permitindo selecionar o menu de acesso cadastrado;
- d) Links de Acesso Rápido, permitindo selecionar o menu de acesso cadastrado;



CAPITAL DO FEMÃO

- e) Banner permitindo definir título, descrição, tipo de fundo se cor ou imagem, link ou página para redirecionamento com controle da janela de abertura do link se deve abrir na mesma aba ou uma nova aba;
- f) Slide Banner rotativo que permite cadastrar múltiplas imagens com possibilidade de link diferente em cada imagem;
- g) Última notícia deve exibir a última notícia cadastrada no gerenciador de notícias;
- h) Mídia podendo definir se é um áudio ou um vídeo;
- i) Álbum de fotos permitindo selecionar álbum cadastrado;
- j) Lista de últimas notícias cadastradas permitindo filtro por assunto com miniatura da imagem capa;
- k) Lista de últimos vídeos cadastrados permitindo filtro por assunto;
- l) Lista de últimos álbuns cadastrados permitindo filtro por assunto;
- m) Lista de arquivos de anexos deve exibir os anexos relacionado a página;
- n) Formulário para inscrição no sistema de newsletter;

1.3.28.25.13. Ao construir uma nova página, ou editar uma página existente, o conteúdo deve ser exibido em tempo real, ao modificar ou adicionar componentes, possibilitando assim uma pré-visualização do construtor de páginas.

1.3.28.25.14. Dispor de cadastro de notícias no portal, permitindo construir o conteúdo da notícia com o mesmo editor de conteúdo das páginas, isto é, sem um padrão fixo da estrutura da página e definir quais notícias serão exibidas em destaque.

1.3.28.25.15. Possuir cadastro de Aviso na página que será exibido em forma de "Pop-up" permitir definir o conteúdo do aviso através de editor HTML/WYSIWYG com possibilidade de editar o código HTML, upload de arquivo ou imagem, inserir tabelas.

1.3.28.25.16. Permitir publicação de documentos através de upload de arquivos, um ou mais arquivos de forma simultânea, dentro dos formatos permitidos.

1.3.28.25.17. Dispor de cadastro de galeria de vídeos com possibilidade informar um título, relacionar um assunto ao vídeo, texto de resumo, o link, data de publicação.



CAPITAL DO FEIJÃO

1.3.28.25.18. Dispor de sistema envio de newsletter possibilitando criar um newsletter manualmente ou com base em uma notícia publicada, dispor de configuração SMTP para que a contratante configure seu próprio e-mail ou API de envio, dispor de opção para descadastrar o e-mail e sair da lista de envio.

1.3.28.25.19. Permitir definir o conteúdo do rodapé do portal através de editor HTML/WYSIWYG.

1.3.28.25.20. Permitir definir banner de imagens rotativas para a web site, podendo ser visualizado apenas na página inicial ou em todo site, possibilitar o upload de múltiplas imagens, possibilitar definir link para cada imagem.

1.3.28.25.21. Dispor nas páginas de conteúdo e notícias os botões de compartilhamento para "facebook", "whatsapp", "twitter", e-mail e também dispor botão para impressão.

1.3.28.26. APP Mobile - Segurança Escolar:

1.3.28.26.1. Permitir acesso via dispositivos móveis para professores, diretores, funcionários das escolas e autoridades competentes da segurança pública.

1.3.28.26.2. Permitir acesso através de usuário e senha pré-definido pelo administrador do sistema de gestão escolar.

1.3.28.26.3. Permitir enviar através do APP, notificações de alerta de ataques e emergências na unidade escolar.

1.3.28.26.4. Permitir que a notificação de ataque/emergência escolar seja enviada para autoridade competente da segurança.

1.3.28.26.5. Permitir que a autoridade competente da segurança, receba em seu dispositivo, o alerta do ataque/emergência enviado pela unidade escolar.

1.3.28.26.6. Permitir que a autoridade competente da segurança, possa confirmar o recebimento da mensagem recebida.

1.3.28.27. Agenda de Eventos e Recursos:

1.3.28.27.1. Permitir cadastro de eventos através do portal de gestão escolar.

1.3.28.27.2. Permitir o cadastro de recursos, tais como: sala de jogos, projetor multimídia, lousa digital, entre outros, definindo se é tipo sala, equipamento ou veículo.



CAPITAL DO FEMÃO

1.3.28.27.3. Permitir cadastrar o tipo de evento, tais como: reunião, reserva de ambientes, viagens, entre outros, definindo o formato da notificação que deseja receber no aviso do evento.

1.3.28.27.4. Permitir definir lembrete para o tipo de evento se em minutos, horas ou dias, bem como definir uma cor para o mesmo, além de descrição.

1.3.28.27.5. A solução deve permitir somente lançamentos de eventos com data atual ou futura.

1.3.28.27.6. No cadastro do evento deverá ser informado: Título do evento, data inicial e final, horário de início e término, permitindo reservar equipamentos para o evento.

1.3.28.27.7. Permitir anexar arquivo ao cadastro do evento.

1.3.28.27.8. Permitir definir o público participante do evento/recurso, possibilitando filtrar por tipo de pessoa e se tipo professor ou estudante, listar as turmas em que os mesmos estão vinculados, facilitando a busca.

1.3.28.27.9. Permitir visualização da agenda em forma de planner/calendário, permitindo definir a visualização por mês, semana ou dia.

1.3.28.27.10. Permitir definir lembrete para determinada agenda.

1.3.28.27.11. Permitir filtrar por tipo de recurso e descrição.

1.3.28.28. Controle do Transporte Escolar:

1.3.28.28.1. Permitir fazer o acompanhamento dos pontos de partida e chegada, horários, veículos utilizados, dentre outros processos.

1.3.28.28.2. Permitir o cadastro de veículos: O cadastro de veículos próprios e de terceiros, que possibilitará a vinculação dos trajetos do mesmo, sendo que um veículo pode fazer parte de vários trajetos. Possibilita também vincular os motoristas que podem conduzir o veículo.

1.3.28.28.3. Permitir o lançamento de diários de bordo para os veículos, definindo o veículo, odômetro de saída e chegada, data, motorista, objetivo, ordens de serviço com informações do tipo de serviço, valor, horário, entre outros, além de permitir a verificação e checagem dos veículos, como: pneu, funcionamento do mesmo, lavagem, entre outros.

1.3.28.28.4. Permitir informar dados pessoais do motorista, integrado ao Cadastro Único e cadastro de motoristas do Módulo de Frotas, e quais cursos



o motorista possui, custo de cada curso, renovações de cursos e seus custos, CNH e validade da CNH, bem como outras informações inerentes.

1.3.28.28.5. Permitir o controle de viagem: com a informação do período e horário, bem como o veículo utilizado, o motorista que o conduzirá, monitores que o acompanham, pontos de partida e chegada (relativos a Cadastros Únicos de pessoas físicas e jurídicas ou endereços), número do contrato (quando existente, integrado ao Módulo de Compras e Contratos).

1.3.28.28.6. Permitir o controle de blocos de passagens: Permitir fazer o controle e lançamento de blocos de passagens, onde a Secretaria de Educação cadastra blocos de passagens parametrizáveis para serem distribuídos para os estudantes e/ou empresas operadoras (Transportadores).

1.3.28.28.7. Permitir realizar inscrição prévia a matrícula no transporte escolar, controlando se o estudante atende critérios para receber o transporte escolar.

1.3.28.28.8. Permitir realizar a inscrição online para o transporte universitário, definindo os dias e turnos de ida e volta do estudante, cidade e instituição de ensino.

1.3.28.28.9. Permitir matricular os estudantes no transporte escolar.

1.3.28.28.10. Permitir o lançamento de passagens avulsas e ou o cancelamento de passagens para os estudantes que utilizam o transporte universitário de apenas um dia ou dentro de um intervalo de datas, considerando as idas e voltas já relacionadas à matrícula do estudante.

1.3.28.28.11. Permitir o controle e geração dos valores para os estudantes que utilizam o transporte universitário, definindo o custo mensal para determinado trajeto e com base nas idas e voltas das matrículas, cancelamentos e passagens avulsas, realizar o rateio do valor. Permitir emissão de relatório dos valores por estudante.

1.3.28.28.12. Permitir o controle de passe livre possibilitando a definição de tipos de passagem, permitir realizar a matrícula informando o tipo de passagem de ida e volta, instituição de ensino, dias e turnos que necessita do recurso.

1.3.28.28.13. Permitir o controle de recargas do passe livre, possibilitando a importação do saldo disponível de cada estudante através de arquivo



CAPITAL DO FÊLLÃO

disponibilizado pela empresa de transporte coletivo, permitir realizar o cálculo do valor da recarga para cada estudante.

1.3.28.28.14. Dispor de consultas: Ao Administrador do setor de Transporte escolar, o portal deve permitir fazer consultas de: Estudantes Matriculados no Transporte, Estudantes Matriculados Trajeto, Informações do Trajeto (mapa, estudantes que utilizam, motoristas, veículo lotado, distância percorrida, etc.).

1.3.28.28.15. Permitir a impressão de carteirinhas em lote, onde deve constar o estudante, unidade escolar, trajeto e endereço.

1.3.28.28.16. Emitir Relatórios: Deve permitir a emissão de relatórios diversos, como valores gastos com o Transporte Terceirizado, resumo de trajetos e veículos, estudantes por trajeto e por veículo.

1.3.28.28.17. Emitir relatório mensal por escola contendo: nome dos alunos usuários do Transporte Escolar, turma do aluno, número total de presenças, número de faltas e número de faltas justificadas e espaço para assinatura por aluno.

1.3.28.28.18. Emitir relatório de número de alunos usuários de transporte escolar por escola e por turno de atendimento na escola; manhã, tarde, noite, integral.

1.3.28.28.19. Permitir migrar os dados dos alunos usuários do transporte escolar da zona rural para o Sistema de Transporte Escolar do Estado.

1.3.28.28.20. Emitir declaração de desistência de uso do transporte escolar

1.3.28.28.21. Permitir realizar chamada/controlar de frequência do transporte escolar via QRCode, com o uso de leitor específico, possibilitando identificar leitura automática e ida/retorno.



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024.

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 70/2024, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificação em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

- **GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS – CNPJ Nº 00.165.960/0001-01**

IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, LICENÇA E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA

SISTEMA UTILIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Contabilidade Pública"	UND	1	840,00	840,00
1.2	Licença e Locação do "Módulo de Contabilidade Pública"	MÊS	12	756,00	9.072,00
2.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Responsabilidade Fiscal"	UND	1	840,00	840,00
2.2	Licença e Locação do "Módulo de Responsabilidade Fiscal"	MÊS	12	252,00	3.024,00
3.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Planejamento LDO, LOA e PPA"	UND	1	2.100,00	2.100,00
3.2	Licença e Locação do "Módulo Planejamento LDO, LOA e PPA"	MÊS	12	1.596,00	19.152,00
4.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Tesouraria, Saldos de Bancos e Fluxo Monetário"	UND	1	840,00	840,00
4.2	Licença e Locação do "Módulo de Tesouraria, Saldos de Bancos e Fluxo Monetário"	MÊS	12	756,00	9.072,00
5.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de informações ao TCE-PR"	UND	1	840,00	840,00
5.2	Licença e Locação do "Módulo de informações ao TCE-PR"	MÊS	12	294,00	3.528,00
6.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Licitações e Contratos"	UND	1	2.520,00	2.520,00
6.2	Licença e Locação do "Módulo de Licitações e Contratos"	MÊS	12	1.638,00	19.656,00
7.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Almojarifado"	UND	1	2.520,00	2.520,00
7.2	Licença e Locação do "Módulo Almojarifado"	MÊS	12	798,00	9.576,00
8.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Sistema de Gestão de Patrimônio"	UND	1	840,00	840,00
8.2	Licença e Locação do "Sistema de Gestão de Patrimônio"	MÊS	12	504,00	6.048,00
9.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento"	UND	1	840,00	840,00
9.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento"	MÊS	12	823,20	9.878,40



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

10.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atos Legais e Efetividades"	UND	1	840,00	840,00
10.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atos Legais e Efetividades"	MÊS	12	504,00	6.048,00
11.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atualização Cadastral e-Social"	UND	1	840,00	840,00
11.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atualização Cadastral e-Social"	MÊS	12	420,00	5.040,00
12.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Envio de informações e-Social"	UND	1	840,00	840,00
12.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Envio de informações e-Social"	MÊS	12	420,00	5.040,00
13.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Segurança e Medicina do Trabalho"	UND	1	840,00	840,00
13.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Segurança e Medicina do Trabalho"	MÊS	12	504,00	6.048,00
14.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Portal do Servidor Contracheque online"	UND	1	840,00	840,00
14.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Portal do Servidor Contracheque online"	MÊS	12	588,00	7.056,00
15.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Margem Consignável"	UND	1	1.260,00	1.260,00
15.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Margem Consignável"	MÊS	12	504,00	6.048,00
16.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Avaliação e desempenho"	UND	1	840,00	840,00
16.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Avaliação e desempenho"	MÊS	12	504,00	6.048,00
17.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Concurso Público"	UND	1	1.260,00	1.260,00
17.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Concurso Público"	MÊS	12	504,00	6.048,00
18.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Tributos Municipais"	UND	1	840,00	840,00
18.2	Licença e Locação do "Módulo Tributos Municipais"	MÊS	12	823,20	9.878,40
19.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Tributos Municipais Atendimento ao Contribuinte"	UND	1	840,00	840,00
19.2	Licença e Locação do "Módulo Tributos Municipais Atendimento ao Contribuinte"	MÊS	12	588,00	7.056,00
20.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Gestão de ISS Municipal (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e escrituração de ISS)"	UND	1	840,00	840,00



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

20.2	Licença e Locação do "Módulo de Gestão de ISS Municipal (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e escrituração de ISS)"	MÊS	12	4.200,00	50.400,00
21.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Gestão Simples Nacional"	UND	1	1.260,00	1.260,00
21.2	Licença e Locação do "Módulo de Gestão Simples Nacional"	MÊS	12	2.604,00	31.248,00
22.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Protesto CDA"	UND	1	1.260,00	1.260,00
22.2	Licença e Locação do "Módulo Protesto CDA"	MÊS	12	1.176,00	14.112,00
23.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Gestão Empresa Digital - Rede Sim"	UND	1	1.260,00	1.260,00
23.2	Licença e Locação do "Módulo de Gestão Empresa Digital - Rede Sim"	MÊS	12	1.176,00	14.112,00
24.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Portal de Transparência Pública"	UND	1	840,00	840,00
24.2	Licença e Locação do "Módulo Portal de Transparência Pública"	MÊS	12	1.050,00	12.600,00
25.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Controle Interno"	UND	1	840,00	840,00
25.2	Licença e Locação do "Módulo de Controle Interno"	MÊS	12	588,00	7.056,00
26.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Processo Digital" (gestão documental "memorando, circular, ouvidoria digital, protocolo eletrônico, pedido e-SIC, ofício digital, processo administrativo, workflow avançado de processos), disponibilizado para 50 usuários.	UND	1	6.720,00	6.720,00
26.2	Licença e Locação do "Módulo Processo Digital" (gestão documental "memorando, circular, ouvidoria digital, protocolo eletrônico, pedido e-SIC, ofício digital, processo administrativo, workflow avançado de processos), disponibilizado para 50 usuários.	MÊS	12	5.040,00	60.480,00
27.1	Implantação, Conversão e Treinamento da "Infraestrutura em Nuvem" disponibilizado para, no mínimo, 50 (cinquenta) usuários simultâneos.	UND	1	840,00	840,00
27.2	Licença e Locação da "Infraestrutura em Nuvem" disponibilizado para, no mínimo, 20 (vinte) usuários simultâneos.	MÊS	12	5.880,00	70.560,00
28.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Educação - Educar"	UND	1	13.440,00	13.440,00
28.2	Licença e Locação do "Módulo Educação - Educar"	MÊS	12	4.200,00	50.400,00
29.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Educação - Clube Aluno até 130 alunos"	UND	1	12.600,00	12.600,00
29.2	Licença e Locação do "Módulo Educação - Clube Aluno, até 130 alunos"	MÊS	12	10.800,00	120.960,00
30.1	Serviço de Atendimento Técnico <u>presencial</u> sob demanda	HORA	200	193,20	38.640,00
30.2	Serviço de Atendimento Técnico <u>remoto</u> sob demanda	HORA	200	168,00	33.600,00
TOTAL - EXECUTIVO MUNICIPAL				R\$ 718.804,80	
SISTEMA UTILIZADO PELA CÂMARA DE VEREADORES					



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
31.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Contabilidade Pública"	UND	1	420,00	420,00
31.2	Licença e Locação do "Módulo de Contabilidade Pública"	MÊS	12	630,00	7.560,00
32.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Responsabilidade Fiscal"	UND	1	420,00	420,00
32.2	Licença e Locação do "Módulo de Responsabilidade Fiscal"	MÊS	12	252,00	3.024,00
33.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Planejamento LOA"	UND	1	420,00	420,00
33.2	Licença e Locação do "Módulo de Planejamento LOA"	MÊS	12	462,00	5.544,00
34.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Tesouraria e Fluxo Monetário"	UND	1	420,00	420,00
34.2	Licença e Locação do "Módulo de Tesouraria e Fluxo Monetário"	MÊS	12	630,00	7.560,00
35.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de informações ao TCE-PR"	UND	1	420,00	420,00
35.2	Licença e Locação do "Módulo de informações ao TCE-PR"	MÊS	12	252,00	3.024,00
36.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Portal Transparência Pública"	UND	1	420,00	420,00
36.2	Licença e Locação do "Módulo de Portal Transparência Pública"	MÊS	12	504,00	6.048,00
37.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Licitações e Contratos"	UND	1	420,00	420,00
37.2	Licença e Locação do "Módulo de Licitações e Contratos"	MÊS	12	588,00	7.056,00
38.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Patrimônio"	UND	1	420,00	420,00
38.2	Licença e Locação do "Módulo de Patrimônio"	MÊS	12	546,00	6.552,00
39.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Gestão de Pessoal"	UND	1	420,00	420,00
39.2	Licença e Locação do "Módulo Gestão de Pessoal"	MÊS	12	630,00	7.560,00
40.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Gestão de Pessoal - E-social Atualização Cadastral"	UND	1	420,00	420,00
40.2	Licença e Locação do "Módulo Gestão de Pessoal - E-social Atualização Cadastral"	MÊS	12	546,00	6.552,00
41.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Gestão de Pessoal - Contracheque web"	UND	1	420,00	420,00
41.2	Licença e Locação do "Módulo Gestão de Pessoal - Contracheque web"	MÊS	12	546,00	6.552,00
42.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Gestão de Pessoal - E-social Envio de informações"	UND	1	420,00	420,00
42.2	Licença e Locação do "Módulo Gestão de Pessoal - E-social Envio de informações"	MÊS	12	630,00	7.560,00
43.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Infraestrutura em Nuvem" disponibilizado para, no mínimo, 04 (quatro) usuários simultâneos.	UND	1	2.520,00	2.520,00



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

43.2	Licença e Locação do "Infraestrutura em <u>Nuvem</u> " disponibilizado para, no mínimo, 03 (três) usuários simultâneos.	MÊS	12	1.680,00	20.160,00
44.1	Serviço de Atendimento Técnico <u>presencial</u> sob demanda	HORA	100	193,20	19.320,00
44.2	Serviço de Atendimento Técnico <u>remoto</u> sob demanda	HORA	100	168,00	16.800,00
TOTAL - LEGISLATIVO MUNICIPAL				R\$ 138.432,00	
VALOR GLOBAL (EXECUTIVO + LEGISLATIVO)				R\$ 857.236,80	

Valor total a ser registrado para o fornecedor: R\$ 857.236,80 (Oitocentos e cinquenta e sete mil duzentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Desclassificações

➤ NÃO HOUVE

Inabilitações

➤ NÃO HOUVE

Três Barras do Paraná/Pr, 23 de janeiro de 2025.


VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
 Pregoeira

MUNICÍPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024
Processo Administrativo Nº 105/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 23/12/2024 10:56:16

MOVIMENTOS DO PROCESSO

23/12/2024 10:55:34 MENSAGEM PREGOEIRO

O condutor ativou o anexo de documentos complementares.

06/01/2025 16:34:09 CADASTRO DE PROPOSTA GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS

07/01/2025 11:27:06 CADASTRO DE PROPOSTA GAIATEC COMERCIO E SERVIÇO DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO

08/01/2025 11:29:57 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS

09/01/2025 09:29:09 MENSAGEM PREGOEIRO

O participante GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 09/01/2025 11:30

09/01/2025 09:39:13 MENSAGEM PREGOEIRO

O participante GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS adicionou o arquivo c66dfbdb89014ceb87d9e768d4ef5233.zip aos documentos complementares.

23/01/2025 08:17:53 MENSAGEM PREGOEIRO

A empresa GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS apresentou todos os documentos de acordo com as exigências do edital, bem como os módulos apresentados atendem as necessidades da administração pública municipal, sendo assim a empresa está habilitada e declarada vencedora do certame.

23/01/2025 08:18:43 MENSAGEM PREGOEIRO

a fase recursal será aberta hoje a partir das 09 horas, tendo duração de 15 minutos

LOTE 1 - ADJUDICADO

Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO VIA WEB OU DISPONIBILIZAÇÃO EM NÚVEM. O SISTEMA DEVERÁ SER PLENAMENTE ADERENTE ÀS NORMAS BRASILEIRAS APLICÁVEIS A TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, GARANTINDO FUNCIONALIDADE, SEGURANÇA, EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL. A SOLUÇÃO SERÁ IMPLEMENTADA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Quantidade: 1		Valor Unit.: 857.221,68	Valor Total: 857.221,68

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1 GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA	616	00.165.960/0001-01	1.010.296,98	857.221,68	16,00	Não
2 GAIATEC COMERCIO E SERVIÇO DE	995	06.176.620/0001-62	1.020.399,9498	1.020.399,9498	0,01	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----------	----

MOVIMENTOS DO LOTE

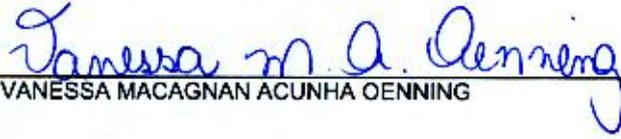
23/12/2024 10:56:16 PUBLICADO

23/12/2024 13:30:00 RECEPÇÃO DE PROPOSTAS

**MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR**

09/01/2025 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
09/01/2025 09:01:10	DISPUTA		
09/01/2025 09:01:10	LANCE	GAIA TEC COMERCIO E SERVIÇO DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO BRASIL	0,01
09/01/2025 09:01:10	LANCE	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	1,00
09/01/2025 09:01:11	MENSAGEM	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
	Bom dia		
09/01/2025 09:02:57	LANCE	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	2,00
09/01/2025 09:05:55	LANCE	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	3,00
09/01/2025 09:10:38	LANCE	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	5,00
09/01/2025 09:10:38	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
09/01/2025 09:12:11	LANCE	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	14,00
09/01/2025 09:14:12	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
	O detentor da melhor oferta da etapa de lances é GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS		
09/01/2025 09:14:12	HABILITAÇÃO		
09/01/2025 09:23:40	MENSAGEM	PREGOEIRO	
	Bom dia, considerando o fim da fase de lances		
09/01/2025 09:23:51	MENSAGEM	PREGOEIRO	
	a empresa vencedora, há possibilidade de melhora nos valores?		
09/01/2025 09:25:19	MENSAGEM	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
	Sim		
09/01/2025 09:25:50	LANCE	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	16,00
09/01/2025 09:26:05	MENSAGEM	PREGOEIRO	
	no próprio sistema há um campo para alterar os valores, poderia verificar?		
09/01/2025 09:26:25	MENSAGEM	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
	Sim, acabei de fazer		
09/01/2025 09:26:41	MENSAGEM	PREGOEIRO	
	recebido nova proposta		
09/01/2025 09:26:59	MENSAGEM	PREGOEIRO	
	será concedido para apresentação dos documentos de habilitação		
09/01/2025 09:27:29	MENSAGEM	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
	Ok. Vamos anexar a proposta e os documentos, na pasta "Documentos Complementares"		
09/01/2025 09:27:37	MENSAGEM	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
	Certo?		
09/01/2025 09:28:00	MENSAGEM	PREGOEIRO	
	isso		
09/01/2025 09:29:44	MENSAGEM	PREGOEIRO	
	convocado para apresentação dos documentos de habilitação		
09/01/2025 09:30:08	MENSAGEM	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
	Ok		
09/01/2025 09:40:05	MENSAGEM	GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
	Documentos anexados, juntamente à proposta!		
23/01/2025 09:12:40	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
23/01/2025 09:27:40	EM ADJUDICAÇÃO		
23/01/2025 11:03:00	ADJUDICADO		

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÉS BARRAS DO PARANÁ-PR



PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING



EQUIPE DE APOIO CARLOS SNEZKO



APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024
Processo Administrativo Nº 105/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 23/12/2024 10:56:16

LOTE 1 - ADJUDICADO - 23/01/2025 11:03:00
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO VIA WEB OU DISPONIBILIZAÇÃO EM NUVEM. O SISTEMA DEVERÁ SER PLENAMENTE ADERENTE ÀS NORMAS BRASILEIRAS APLICÁVEIS A TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, GARANTINDO FUNCIONALIDADE, SEGURANÇA, EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL. A SOLUÇÃO SERÁ IMPLEMENTADA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Quantidade: 1	Valor Unit.: 857.221,68	Valor Total: 857.221,68	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1 GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA	616	00.165.960/0001-01	1.010.296,98	857.221,68	16,00	Não
2 GAIA TEC COMERCIO E SERVIÇO DE	995	06.176.620/0001-62	1.020.399,9498	1.020.399,9498	0,01	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----------	----

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÉS BARRAS DO PARANÁ-PR



PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING



EQUIPE DE APOIO CARLOS SNEZKO



APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024
Processo Administrativo Nº 105/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 23/12/2024 10:56:16

TOTAL DO PROCESSO: 857.221,68

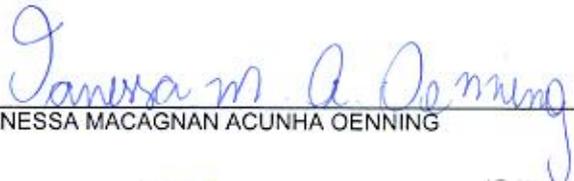
GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS 00.165.960/0001-01 857.221,68

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 616 Lance: 16,00 Total: 857.221,68

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO VIA WEB OU DISPONIBILIZAÇÃO EM NUVEM. O SISTEMA DEVERÁ SER PLENAMENTE ADERENTE ÀS NORMAS BRASILEIRAS APLICÁVEIS A TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, GARANTINDO FUNCIONALIDADE, SEGURANÇA, EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL. A SOLUÇÃO SERÁ IMPLEMENTADA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Quantidade: 1 Val. Ref.: 1.020.502,00 Valor Unit.: 857.221,68 Total Item: 857.221,68


PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING


EQUIPE DE APOIO CARLOS SNEZKO


APOIO LUANA CRISTINA REFFATTI



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024
Processo Adm: Nº 105/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA

Empresas vencedoras valor total: R\$ 857.221,68 (oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos): **GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS** (00165960000101) com os lotes: 1 no valor total de R\$ 857.221,68 (oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 23 de janeiro de 2025.


VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
CONDUTOR DE PROCESSOS



CAPITAL DO FÉLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024
Processo Adm: Nº 105/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA

Empresas vencedoras valor total: R\$ 857.221,68 (oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos): **GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS** (00165960000101) com os lotes: 1 no valor total de R\$ 857.221,68 (oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 23 de janeiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE DE PROMOTOR

**MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR**

RELATÓRIO DE LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024

Processo Administrativo Nº 105/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA
OENNING

Data de Publicação: 23/12/2024 10:56:16

LOTE 1 - Lote 1

09/01/2025 09:01:10	GAIA TEC COMERCIO E SERVIÇO DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO BRASIL LTDA	
VÁLIDO		0.01
09/01/2025 09:01:10	GOVERNAN CABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
VÁLIDO		1.00
09/01/2025 09:02:57	GOVERNAN CABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
VÁLIDO		2.00
09/01/2025 09:05:55	GOVERNAN CABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
VÁLIDO		3.00
09/01/2025 09:10:38	GOVERNAN CABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
VÁLIDO		5.00
09/01/2025 09:12:11	GOVERNAN CABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
VÁLIDO		14.00
09/01/2025 09:25:50	GOVERNAN CABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS	
VÁLIDO		16.00

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024
Processo Administrativo Nº 105/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 23/12/2024 10:56:16

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 23/01/2025 11:18:23
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO VIA WEB OU DISPONIBILIZAÇÃO EM NUVEM. O SISTEMA DEVERÁ SER PLENAMENTE ADERENTE ÀS NORMAS BRASILEIRAS APLICÁVEIS A TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, GARANTINDO FUNCIONALIDADE, SEGURANÇA, EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL. A SOLUÇÃO SERÁ IMPLEMENTADA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Quantidade: 1	Valor Unit.: 857.221,68	Valor Total: 857.221,68	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1 GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA	616	00.165.960/0001-01	1.010.296,98	857.221,68	16,00	Não
2 GAIA TEC COMERCIO E SERVIÇO DE	995	06.176.620/0001-62	1.020.399,9498	1.020.399,9498	0,01	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----------	----



AUTORIDADE: GERSON FRANCISCO GUSO



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024
Processo Adm: Nº 105/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA

Empresas vencedoras valor total: R\$ 857.221,68 (oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos): **GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS** (00165960000101) com os lotes: 1 no valor total de R\$ 857.221,68 (oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 23 de janeiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE COMPETENTE



CAPITAL DO PELÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 09/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO, QUE CELEBRAM ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** E A EMPRESA **GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o Nº 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSON FRANCISCO GUSO**, inscrito no CPF/MF sob Nº 409.XXX.XXX-59 e portador da Carteira de Identidade Nº 902.XXX.XXX-2 SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua João Pessoa, nº 1183, Bairro Velha, Blumenau/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 00.165.960/0001-01, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado, Sr. MARCELO FERREIRA CHAVES DE OLIVEIRA LIMA, inscrito no CPF nº 797.XXX.XXX-20 doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal nº 14.133/21, AJUSTAM o presente Contrato Administrativo para a **"Locação de licença de uso de software de gestão pública, com acesso via web ou disponibilização em nuvem. O sistema deverá ser plenamente aderente às normas brasileiras aplicáveis a todos os setores da Administração Pública Municipal, garantindo funcionalidade, segurança, eficiência e conformidade legal. A solução será implementada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, da Secretaria Municipal de Finanças, da Câmara Municipal e da Secretaria Municipal de Educação"**, de Três Barras do Paraná, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão, forma Eletrônica Nº 70/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei Nº 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto a **"Locação de licença de uso de software de gestão pública, com acesso via web ou disponibilização em nuvem. O sistema deverá ser plenamente aderente às normas brasileiras aplicáveis a todos os setores da Administração Pública Municipal, garantindo funcionalidade, segurança, eficiência e conformidade legal. A solução será implementada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, da Secretaria Municipal de Finanças, da Câmara Municipal e da Secretaria Municipal de Educação"**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O (s) material (is) deverá (ão) atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo VI) do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024.



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

PARAGRAFO TERCEIRO - Os serviços deverão ser entregues em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 70/2024 e seus anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

PARAGRAFO QUINTO - O presente contrato seguirá o regime de execução por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor total de R\$ 842.356,80 (Oitocentos e quarenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela a seguir:

IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, LICENÇA E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA

SISTEMA UTILIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.2	Licença e Locação do "Módulo de Contabilidade Pública"	MÊS	12	756,00	9.072,00
2.2	Licença e Locação do "Módulo de Responsabilidade Fiscal"	MÊS	12	252,00	3.024,00
3.2	Licença e Locação do "Módulo Planejamento LDO, LOA e PPA"	MÊS	12	1.596,00	19.152,00
4.2	Licença e Locação do "Módulo de Tesouraria, Saldos de Bancos e Fluxo Monetário"	MÊS	12	756,00	9.072,00
5.2	Licença e Locação do "Módulo de informações ao TCE-PR"	MÊS	12	294,00	3.528,00
6.2	Licença e Locação do "Módulo de Licitações e Contratos"	MÊS	12	1.638,00	19.656,00
7.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Almojarifado"	UND	1	2.520,00	2.520,00
7.2	Licença e Locação do "Módulo Almojarifado"	MÊS	12	798,00	9.576,00
8.2	Licença e Locação do "Sistema de Gestão de Patrimônio"	MÊS	12	504,00	6.048,00
9.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento"	MÊS	12	823,20	9.878,40
10.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atos Legais e Efetividades"	MÊS	12	504,00	6.048,00
11.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Atualização Cadastral e-Social"	MÊS	12	420,00	5.040,00
12.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Envio de informações e-Social"	MÊS	12	420,00	5.040,00
13.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Segurança e Medicina do Trabalho"	MÊS	12	504,00	6.048,00



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

CAPITAL DO FÉLÍO

14.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Portal do Servidor Contracheque online"	MÊS	12	588,00	7.056,00
15.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Margem Consignável"	UND	1	1.260,00	1.260,00
15.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Margem Consignável"	MÊS	12	504,00	6.048,00
16.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Avaliação e desempenho"	UND	1	840,00	840,00
16.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Avaliação e desempenho"	MÊS	12	504,00	6.048,00
17.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Concurso Público"	UND	1	1.260,00	1.260,00
17.2	Licença e Locação do "Módulo Recursos Humanos e Folha de Pagamento - Registro Concurso Público"	MÊS	12	504,00	6.048,00
18.2	Licença e Locação do "Módulo Tributos Municipais"	MÊS	12	823,20	9.878,40
19.2	Licença e Locação do "Módulo Tributos Municipais Atendimento ao Contribuinte"	MÊS	12	588,00	7.056,00
20.2	Licença e Locação do "Módulo de Gestão de ISS Municipal (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e escrituração de ISS)"	MÊS	12	4.200,00	50.400,00
21.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Gestão Simples Nacional"	UND	1	1.260,00	1.260,00
21.2	Licença e Locação do "Módulo de Gestão Simples Nacional"	MÊS	12	2.604,00	31.248,00
22.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Protesto CDA"	UND	1	1.260,00	1.260,00
22.2	Licença e Locação do "Módulo Protesto CDA"	MÊS	12	1.176,00	14.112,00
23.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo de Gestão Empresa Digital - Rede Sim"	UND	1	1.260,00	1.260,00
23.2	Licença e Locação do "Módulo de Gestão Empresa Digital - Rede Sim"	MÊS	12	1.176,00	14.112,00
24.2	Licença e Locação do "Módulo Portal de Transparência Pública"	MÊS	12	1.050,00	12.600,00
25.2	Licença e Locação do "Módulo de Controle Interno"	MÊS	12	588,00	7.056,00
26.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Processo Digital" (gestão documental "memorando, circular, ouvidoria digital, protocolo eletrônico, pedido e-SIC, ofício digital, processo administrativo, workflow avançado de processos), disponibilizado para 50 usuários.	UND	1	6.720,00	6.720,00
26.2	Licença e Locação do "Módulo Processo Digital" (gestão documental "memorando, circular, ouvidoria digital, protocolo eletrônico, pedido e-SIC, ofício digital, processo administrativo, workflow avançado de processos), disponibilizado para 50 usuários.	MÊS	12	5.040,00	60.480,00
27.2	Licença e Locação da "Infraestrutura em Nuvem" disponibilizado para, no mínimo, 20 (vinte) usuários simultâneos.	MÊS	12	5.880,00	70.560,00



Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

CAPITAL DO FELIÃO

28.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Educação - Educar"	UND	1	13.440,00	13.440,00
28.2	Licença e Locação do "Módulo Educação - Educar"	MÊS	12	4.200,00	50.400,00
29.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Educação - Clube Aluno até 130 alunos"	UND	1	12.600,00	12.600,00
29.2	Licença e Locação do "Módulo Educação - Clube Aluno, até 130 alunos"	MÊS	12	10.800,00	129.600,00
30.1	Serviço de Atendimento Técnico <u>presencial</u> sob demanda	HORA	200	193,20	38.640,00
30.2	Serviço de Atendimento Técnico <u>remoto</u> sob demanda	HORA	200	168,00	33.600,00
TOTAL - EXECUTIVO MUNICIPAL				R\$ 708.544,80	
SISTEMA UTILIZADO PELA CÂMARA DE VEREADORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
31.2	Licença e Locação do "Módulo de Contabilidade Pública"	MÊS	12	630,00	7.560,00
32.2	Licença e Locação do "Módulo de Responsabilidade Fiscal"	MÊS	12	252,00	3.024,00
33.2	Licença e Locação do "Módulo de Planejamento LOA"	MÊS	12	462,00	5.544,00
34.2	Licença e Locação do "Módulo de Tesouraria e Fluxo Monetário"	MÊS	12	630,00	7.560,00
35.2	Licença e Locação do "Módulo de informações ao TCE-PR"	MÊS	12	252,00	3.024,00
36.2	Licença e Locação do "Módulo de Portal Transparência Pública"	MÊS	12	504,00	6.048,00
37.2	Licença e Locação do "Módulo de Licitações e Contratos"	MÊS	12	588,00	7.056,00
38.2	Licença e Locação do "Módulo de Patrimônio"	MÊS	12	546,00	6.552,00
39.2	Licença e Locação do "Módulo Gestão de Pessoal"	MÊS	12	630,00	7.560,00
40.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Módulo Gestão de Pessoal - E-social Atualização Cadastral"	UND	1	420,00	420,00
40.2	Licença e Locação do "Módulo Gestão de Pessoal - E-social Atualização Cadastral"	MÊS	12	546,00	6.552,00
41.2	Licença e Locação do "Módulo Gestão de Pessoal - Contracheque web"	MÊS	12	546,00	6.552,00
42.2	Licença e Locação do "Módulo Gestão de Pessoal - E-social Envio de informações"	MÊS	12	630,00	7.560,00
43.1	Implantação, Conversão e Treinamento do "Infraestrutura em Nuvem" disponibilizado para, no mínimo, 04 (quatro) usuários simultâneos.	UND	1	2.520,00	2.520,00
43.2	Licença e Locação do "Infraestrutura em Nuvem" disponibilizado para, no mínimo, 03 (três) usuários simultâneos.	MÊS	12	1.680,00	20.160,00
44.1	Serviço de Atendimento Técnico <u>presencial</u> sob demanda	HORA	100	193,20	19.320,00
44.2	Serviço de Atendimento Técnico <u>remoto</u> sob demanda	HORA	100	168,00	16.800,00
TOTAL - LEGISLATIVO MUNICIPAL				R\$ 133.812,00	



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

VALOR GLOBAL (EXECUTIVO + LEGISLATIVO)	R\$ 842.356,80
-----------------------------------------------	-----------------------

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos, expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, podendo ser reajustado anualmente pelo índice do IPCA ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato (12 meses), exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Atestado de recebimento do órgão solicitante;
- b) Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

- a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.40.00
- b) 09.01.12.361.0010.2.003.000.3.3.90.40.00
- c) 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.40.00
- d) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.40.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência (ANEXO VI), após solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A implantação do sistema deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da emissão da ordem de compras.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses iniciando a partir da assinatura do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO - Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital PREGÃO ELETRÔNICO N° 70/2024, os encargos a seguir:

- a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;
- c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N° 70/2024, os encargos a seguir:

- a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 70/2024;
- b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;
- c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;
- f) Enviar à CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;
- g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;
- h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

Página 6 de 11



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

- i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos

Página 7 de 11



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) Multa Compensatória para as infrações descritas no Item "23.1." do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7º da Lei Nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9º da Lei Nº 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei Nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

PARÁGRAFO NONO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.
- c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.
- d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21



CAPITAL DO FÊLIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como gestores deste contrato:

- a) CLEBESON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 000.xxx.xxx-95;
- b) ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação, CPF nº 034.xxx.xxx-70.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designadas como fiscais deste contrato as seguintes servidoras:

- a) MARLICE CRISTINA MARIANO, Assistente Administrativo / Diretora de Departamento de Recurso Humanos, CPF nº 047.xxx.xxx-43, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- b) FABIANE DELABETA ZANCANARO, Técnico em Contabilidade, CPF nº 060.xxx.xxx-60, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.



CAPITAL DO FELIÃO

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Três Barras do Paraná, 23 de janeiro de 2025.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

MARCELO FERREIRA CHAVES DE OLIVEIRA LIMA

Representante Legal

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EF83-5BC9-0CD1-F4E1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ GERSO FRANCISCO GUSSO (CPF 409.XXX.XXX-59) em 27/01/2025 10:24:25 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ RAFAEL MARIO SEBEN (CPF 641.XXX.XXX-49) em 27/01/2025 12:02:27 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://govbr.1doc.com.br/verificacao/EF83-5BC9-0CD1-F4E1>